



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JONAS BRITO DOS SANTOS

**O QUEBRA-BONDES: POLÍTICA E PROTESTO URBANO NA I REPÚBLICA
(SALVADOR, 1926-1930)**

CAMPINAS

2023

JONAS BRITO DOS SANTOS

**O QUEBRA-BONDES: POLÍTICA E PROTESTO URBANO NA I REPÚBLICA
(SALVADOR, 1926-1930)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em História, na área de História Social

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha

ESTE TRABALHO CORRESPONDENTE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO JONAS BRITO DOS
SANTOS E ORIENTADA PELO PROF. DR.
CLAUDIO HENRIQUE DE MORAES
BATALHA.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

B777q Brito, Jonas, 1988-
O Quebra-Bondes : política e protesto urbano na I República (Salvador, 1926-1930) / Jonas Brito dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Claudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Campanha eleitoral. 2. Crise econômica - 1929. 3. Revolução - 1930. 4. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. 5. Salvador (BA) - História. I. Batalha, Claudio Henrique de Moraes, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The Quebra-Bondes : politics and urban protest in the I Republic (Salvador, 1926-1930)

Palavras-chave em inglês:

Electioneering

Economic crisis - 1929

Revolution - 1930

Brazil - History - First Republic, 1889-1930

Salvador (BA) - History

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Claudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]

Antonio Luigi Negro

Alexandre Fortes

Daniel Rebouças Carvalho

Fernando Teixeira da Silva

Data de defesa: 30-01-2023

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6567-4717>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2313925205381950>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de janeiro de 2023, considerou o candidato Jonas Brito dos Santos aprovado.

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Prof. Dr. Alexandre Fortes

Prof. Dr. Daniel Rebouças Carvalho

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico a minha família, Dilce,
Braz e Antônio (Nilo)

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas com quem convivi no doutorado e a elas quero dirigir esses agradecimentos. Para reduzir os inevitáveis esquecimentos, seguirei uma linha cronológica. Obrigado, em primeiro lugar, a Claudio Batalha e a Fernando Teixeira da Silva, que compuseram a banca de seleção, abrindo para mim as portas da Unicamp. Não só por essa confiança depositada em minha capacidade, como pelo apoio que continuaram a dispensar ao longo do curso, particularmente Claudio Batalha, que se tornou meu orientador. Entrar na Unicamp proporcionou-me experiências únicas, que eu jamais esquecerei. Sempre lembrarei dessa instituição com um profundo sentimento de nostalgia e gratidão, pelo impacto que ela exerceu em minha vida. Por isso, registro logo um agradecimento geral à Unicamp, particularmente aos docentes, estudantes e funcionários do IFCH e do CECULT. Obrigado às professoras Lucilene Reginaldo e Sílvia Lara e ao professor Ricardo Pirola, pelo respeito e atenção que me dispensaram. Quero agradecer desde já aos professores que aceitaram participar da banca, isto é, Antonio Luigi Negro (Gino), Alexandre Fortes e Daniel Rebouças. Lembro-me da tarde em que, no casarão de São Lázaro, conheci Gino, durante a primeira semana de minha graduação (2007). Ele transmitiu a mim não só uma certa maneira de abordar a História da Bahia, mas a arte da pesquisa em geral. Sua influência sobre minha trajetória acadêmica e, portanto, na maneira como encaro a profissão, é simplesmente inestimável. Daniel Rebouças, pesquisador, entre outros, do humor e da iconografia nos séculos XIX e XX, foi extremamente generoso em me indicar o acesso à maior parte das imagens analisadas nesse trabalho. Quanto a Alexandre Fortes, além de aceitar participar da banca em período pouco propício, possui trabalhos que representa um caminho seguro para minha te se inspirar, amadurecendo. Entre os professores, resta agradecer a Sueann Caulfield, que me acolheu na Universidade de Michigan no primeiro semestre de 2020, num dos mais obscuros momentos da história contemporânea. Obrigado a Eimeell Castillo, Tito Espinoza e Ben Froehlich pela recepção em Ann Arbor. Lembro aqui da professora Florentina da Silva Souza, em cujo curso, ministrado no CEAO-UFBA, conheci Emerson Dindo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (processos nº 17/08502-6 e 19/21925-9). O financiamento abriu-me grandes possibilidades no campo pessoal e profissional. Foi graças à agência que puder realizar, entre outras coisas, minhas primeiras viagens internacionais,

desempenhar pesquisas em grandes arquivos da Europa e dos Estados Unidos. Essencialmente, esses recursos possibilitaram-me realizar um profundo mergulho em fontes históricas de diferentes arquivos. Durante as pesquisas em Paris, conheci o historiador francófono Regis Ossah, com quem nutro grande simpatia e admiração e que gostaria muito de poder reencontrar futuramente. Durante a passagem pelos Estados Unidos, estreitei minha amizade com o historiador Bruno Pinheiro.

Sou grato pela competência, disponibilidade e gentileza de Daniel Hatamoto e Flávia Peral. Não posso esquecer os meus colegas de turma, particularmente meu conterrâneo Lucas Porto, com quem participei da seleção e com quem construí uma sólida amizade. Obrigado Bruno, Thamires, Guido, Alexandre, Felipe, Laila e Lívia. Outra importante amizade que conquistei em sala de aula e que pretendo manter foi a de Willian Soares, cuja família conheci no Natal. Quero agradecer aos meus amigos Felipe Azevedo e David Lacerda, que eram muito próximos entre si. Nauber da Silva é uma pessoa cuja generosidade exprime-se nos gestos mais cotidianos. Registro aqui o carinho pelos alunos pertencentes a outras turmas e cursos, como Júlia Silva, Jules Ventura, Juliana Sores, Alessandra Belo Assis, Felipe Alvarenga, Noemi Santos, Jéssyca Sâmia e Jônatas Ribeiro.

Existem três instituições sem as quais minha experiência na Unicamp não seria completa, nem sequer possível, razão pela qual registro agradecimentos especiais aos seus funcionários: a Biblioteca Octavio Ianni, o Restaurante Universitário e o Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE). O restaurante, com seu delicioso cardápio, é por excelência um lugar de sociabilidade, onde conheci pessoas incríveis, como Alexander Boadi Amoh, Kassoum Diémé e Joel Viltus. Gratidão especial a este último, não só pelo companheirismo, mas pela prática do francês, que aprendi com uma das melhores professoras que conheci: Tânia Soares. O restaurante universitário foi onde conheci uma pessoa super atenciosa, com quem retomei a amizade quando o reencontrei em Salvador: Gustavo Reis. Os agradecimentos ao SAE, que me auxiliou financeiramente, desdobram-se em duas outras instituições: a Moradia e o Serviço de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico ao Estudante. Foram tantas as pessoas com quem pude conviver na Moradia que a lista seria enorme e certamente incluiria as pessoas com quem compartilhei a casa: Anne, Ruan, Peterson e outros. Entretanto, não posso esquecer que nessa instituição conheci outra pessoa crucial em minha passagem por Campinas: Franciele Nascimento, a quem dirijo um especial agradecimento pelo carinho e respeito, que tanto prezo. Estendo o agradecimento aos pais de Franciele, dona Maria e seu José. Obrigado ao Núcleo de Consciência Negra da

Unicamp e à Rede de Historiadorxs Negrxs, onde encontrei grandes pesquisadores e militantes.

Quero agradecer, de modo especial, aos funcionários que me receberam nos arquivos de São Paulo (APESP), Rio de Janeiro (IHGB, CPDOC e Arquivo Nacional), Salvador (IGHB, Biblioteca Central dos Barris, Centro de Memória da Bahia, Arquivo Público), Nantes (Centre des Archives Diplomatiques de Nantes), Paris (Archives du Ministère des Affaires Étrangères), Londres (The National Archives) e Washington D. C. (National Archives and Record Administration). Durante minha passagem por Salvador, pude reencontrar meu amigo Alan Passos, que tem me acompanhado nessa longa jornada profissional. Sempre que lembro dele, recordo de Dayane Augusta, que conheci em minha primeira passagem pela Unicamp em 2012 e que hoje considero minha irmã.

Nesse período, tive a sorte de cruzar o caminho de Ana Victória Borges de Queiroz, uma pessoa especial, que me proporcionou grandes momentos, permitindo, entre muitas outras coisas, restaurar certo contato com a UFBA. Quero agradecer à amizade e ao carinho de Isis, que me ajudou a encontrar uma hospedagem na capital baiana. Conteí, nesse período, com a colaboração dos amigos historiadores Matheus Cruz e Luís Henrique Santana no extenuante trabalho com a imprensa soteropolitano dos anos 1920 e 1930. Luís Henrique concentrou sua ação na imprensa oficial, entregando-me preciosos achados. Seguindo uma dica deixada pela experiente pesquisadora Jacira Primo, Matheus Cruz logrou encontrar no Arquivo Público documentos referentes aos processos indenizatórios que a Linha Circular e Simões Filho moveram contra o Estado da Bahia em decorrência do Quebra-Bondes. Sou grato, portanto, não só a Matheus Cruz e Luís Henrique Santana, como a Jacira Primo. Durante a fase final do doutorado, conheci os talentosos pesquisadores Geferson Santana de Jesus e Iracélli Alves, com os quais troco muitas ideias sobre pesquisa e outros assuntos.

Finalmente, quero agradecer a minha família, minha mãe Dilce, meu pai Braz e meu irmão Nilo. Durante o começo da etapa mais intensa de produção da tese, no auge da pandemia do COVID-19, retornei para minha casa em Entre Rios, onde fui acolhido por essas três pessoas. Sem o trabalho e o apoio deles, particularmente de minha mãe e meu irmão, essa tese simplesmente não existiria, sendo por isso que o trabalho é dedicado a eles. Durante a escrita da tese, descobri que Genésio Brito, meu avô paterno, trabalhou, no segundo pós-guerra, como cobrador na São Paulo Tramway, Light & Power Company, como mostra a foto a seguir, em que ele aparece fardado, ao lado do primo que o recrutou para a empresa. Retornado para os sertões da Bahia, onde era cabo eleitoral, ria ao contar que era

obrigado a empurrar os passageiros, decerto para caberem no bonde superlotado, lembrança que guarda forte ressonância com o tema desta pesquisa.



**Genésio Brito (farda branca) como cobrador na São Paulo Tramway Light and Power. São Paulo, pós-Segunda Guerra.
Fonte: acervo particular.**

*A Bahia faz lembrar uma cidade
medieval cercada por aldeias
africanas.*

Donald Pierson sobre a segregação na estrutura urbana de Salvador nos anos 30.¹

*Aquilo era o começo da
revolução.*

Chagas Filho sobre o Quebra-Bondes, citado por Epaminondas Torres.²

¹ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Salvador: Cia Editora Nacional, 1945, p. 72.

² Acórdão. Memorial da Eletricidade. Fundo Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras. CI.CAEEB.TE.398.253.

RESUMO

O trabalho dedica-se ao Quebra-Bondes, grande protesto ocorrido na capital baiana em 1930, contra autoridades públicas e, em especial, a Linha Circular, empresa monopolizadora dos serviços de eletricidade, transporte público e telefone. Esclarecendo as raízes da insatisfação popular contra a companhia, que seria adquirida pela General Electric, o texto identifica problemas nos três setores, inserindo-os no âmbito do cotidiano urbano de Salvador entre 1926 e 1930, em particular a habitação, abastecimento e saneamento. Outra fonte de insatisfações emergiria do programa de reformas, sobretudo nos contratos da Circular, pelo governo municipal de Francisco Souza (1928-1930) e do estadual de Vital Soares (1928-1930). O Quebra-Bondes, que também é uma resposta aos impactos da Grande Depressão em Salvador, desdobrou-se igualmente ao cenário político do biênio 1929-1930, marcado pelas sucessões presidencial e estadual.

Palavras-chaves: Salvador (BA); 1ª República; campanha eleitoral; crise econômica 1929; Revolução - 1930

ABSTRATC

The research analyses the Quebra-Bondes, a large protest which took place in Salvador in 1930, against public authorities and Linha Circular, a company monopolizing electricity, public transportation and telephone in Bahian capital. Revealing the roots of popular dissatisfaction against the company, the thesis identifies problems in those three sectors, understanding them in the general context of day-to-day life in Salvador between 1926 and 1930. Another source of dissatisfaction was reform, especially in public contracts held by Linha Circular, during the municipal government of Francisco Souza (1928-1930) and state government of Vital Soares (1928-1930). The Quebra-Bondes, being a response to the Great Depression impacts on Salvador, resulted also of the 1929-1930 political context, framed by presidential and state elections.

Keywords: Salvador (BA); 1st Republic; electioneering; Economic crisis - 1929; Revolution - 1930

ABREVIATURAS

- AN – Arquivo Nacional
- APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
- APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo
- APM- Arquivo Público Mineiro
- AHMS – Arquivos Histórico Municipal de Salvador
- AWL – Arquivo Washington Luís
- BOC – Bloco Operário e Camponês
- CADN – Centre des Archives Diplomatiques de Nantes
- CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
- CDCOELBA – Centro de Documentação da Companhia de Energia Elétrica da Bahia
- CMB – Centro de Memória da Bahia
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea
- CVP – Coleção Vanderlei Pinho
- FO - Foreign Office
- IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
- ME – Memorial da Eletricidade
- OM – Fundo Otávio Mangabeira
- PCB – Partido Comunista do Brasil
- PD – Partido Democrático
- PRB – Partido Republicano da Bahia
- PRD – Partido Republicano Democrata
- SEGE – Seção Especial de Gás e Eletricidade

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CIDADE E ALDEIA	24
Habitação	25
Saneamento	41
Comunicação e energia	54
Abastecimento	58
Mobilidade	65
CHICO PROJETO	87
Preparando o terreno	88
Francisco Souza, administrador operoso	93
Chico Projeto	96
Carestia	102
Contrato dos transportes	105
Contrato de eletricidade	114
LIBERALISMO E DEMOCRACIA	127
Limiares do aliancismo baiano	127
Os núcleos da campanha aliancista em Salvador	133
Os comícios aliancistas e os contratos da Circular	137
O aliancismo baiano entre o Rio e Salvador	141
O aliancismo baiano entre a eleição e a revolução	143
Política de rua	146
PRELÚDIO	152
Urubu	155

Barbado	157
Mussolini	164
Chico Confusão	176
Circular	183
Telefone	192
Política	194
QUEBRA-BONDES	205
Reação policial	217
Conspiração	225
Nacionalismo, comunismo e radicalismo	236
Rescaldo e pressão	247
Potências estrangeiras diante da emergência popular em Pernambuco e Bahia	261
Desenlace	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
BIBLIOGRAFIA	285
ARQUIVOS E COLEÇÕES	291
SÍTIOS ELETRÔNICOS	293
PERIÓDICOS CONSULTADOS	294
FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS	295

Introdução

O propósito desta pesquisa é mostrar a presença da população comum, os trabalhadores, na revolução de 30, tangenciando assim o antigo debate sobre a participação das classes sociais no episódio. Boris Fausto, em estudo publicado em 1970, questionou a tese dualista, segundo a qual os conflitos da I República (1889-1930) refletiam uma contradição básica, característica das sociedades dependentes da América Latina. Era uma oposição entre, de um lado, um setor “pré-capitalista”, localizado no campo e, de outro lado, um setor “capitalista”, situado nos centros urbanos. Esse paradigma suscitou duas interpretações diferentes sobre o movimento de 1930: para uma, o 24 de outubro representou a conquista do Estado pela burguesia; para outra, a ascensão das classes médias ao poder. O autor mostrou, entre outros, o apoio dos industriais de São Paulo à candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República em 1930, questionando, em acréscimo, o pressuposto de que a pequena-burguesia possuía autonomia política.¹

Edgard de Decca, ainda nos anos 1970, argumentou que a memória e a historiografia sobre 1930 silenciaram o papel da classe operária na revolução, fortalecendo, assim, o imaginário político construído pelo Estado pós-30. Segundo o autor, o país, a partir de 1928, experimentou um “processo revolucionário”, no sentido de que o Bloco Operário e Camponês (BOC), o Partido Democrático (PD) e os tenentes, então em aliança tática, orientaram suas atuações segundo diferentes concepções de revolução. O BOC, inicialmente, logrou ser reconhecido como interlocutor político pelas oposições, cuja preocupação era limitar a atuação dos trabalhadores ao âmbito institucional. O partido contribuiu para a restrição almejada pelos oposicionistas ao combater o anarquismo e o anarco-sindicalismo no seio do operariado. Entretanto, acabaria marginalizado pelos tenentes e o PD, ao decidir apoiar a resistência operária fora da arena eleitoral, em particular durante a greve dos gráficos de 1929 em São Paulo. Edgard de Decca aponta, ainda assim, uma presença operária que incomodou os agentes que conquistariam o Estado em 1930.² Seu trabalho questionou a interpretação de

¹ FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 7, 9, 13, 16. A primeira edição dessa obra é de 1970.

² DE DECCA, E. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 26, 79-80. Trata-se de uma tese defendida em 1979.

Boris Fausto, para o qual a classe operária não constituía um ator político de importância no período, sendo o BOC uma organização “minúscula”.³

O atual trabalho desloca o recorte geográfico do eixo Rio-São Paulo para a Bahia, onde pesquisas recentes, particularmente no campo da história social e política, procuram distanciar-se da tese de que o estado experimentou um período de decadência na I República. Essa interpretação legou aos historiadores a concepção de que, no início do século XX, o “caso da Bahia” resumia-se ao “ocaso da Bahia”.⁴ Desdobramentos potenciais da história política são emperrados pela tese da decadência, paralisia e atraso, presente em clássicos como Luís Henrique Dias Tavares e Consuelo Sampaio.

Luís Henrique Dias Tavares descreve como em Salvador disputas político-eleitorais enredaram-se com comícios, manifestações, conflitos e depredações contra propriedade, protagonizados por oradores, estudantes, pessoas anônimas e soldados da polícia e do Exército. Entretanto, o autor interpreta a história política a partir do diagnóstico de isolamento, dependência e atraso econômico.⁵ Consuelo Sampaio atribui ao mesmo diagnóstico o fato de que os partidos na Bahia eram personalistas e cindiam-se, fundiam-se e desapareciam com frequência, o que trazia instabilidade e facciosismo. A autora não se pergunta se as deficiências do controle partidário sobre a política estadual não abriram brechas para a expressão e participação política das classes subalternas, descritas como imobilizadas pela repressão policial, pobreza, analfabetismo e paternalismo.⁶

O historiador Eul-Soo Pang, em estudo sobre a Bahia na I República, problematizou a tese do café-com-leite, ao notar que São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram estados cuja hegemonia na área federal exigia a constante articulação entre seus interesses e os de outras unidades federadas, como o estado nortista.⁷ Esse questionamento consolidou-se com a obra de Cláudia Viscardi, segundo a qual a política do primeiro regime republicano assentava-se, não no pacto mineiro-paulista, mas na distribuição de recursos e instabilidade de alianças entre as elites desses seis estados, mais o Executivo Federal e o Exército.⁸ Cláudia Viscardi mostrou ainda os limites da “política dos governadores” ou dos “estados”, ao

³ FAUSTO, B. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 17.

⁴ NEGRO, A. L.; BRITO, J. “Mãe parálitica no teatro das oligarquias?” *Varia História*, vol. 29, nº 51, set-dez 2013, p. 872. Para um desdobramento desse debate para a História Política: BRITO, J. *Um Ás na Mesa do Jogo: a Bahia na História Política da I República (1920-1926)*. Salvador: Edufba, 2019.

⁵ TAVARES, L. H. *História da Bahia*. Salvador: Edufba; São Paulo: Ed. da Unesp, 2008, p. 296-354, 360-373, 383 e 392. A primeira desse livro de Tavares é de 1959.

⁶ SAMPAIO, C. N. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998, p. 21-22, 47-51, 66-67, 77. A primeira edição do livro de Sampaio é de 1978.

⁷ PANG, E-S. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 8-9, 49-50

⁸ VISCARDI, C. R. *O teatro das oligarquias*, p. 51-62.

explicar que as mudanças introduzidas por Campos Sales (1898-1902), para garantir o controle do Executivo Federal sobre a renovação do Parlamento, foram revogadas já no governo de Afonso Pena (1906-1909).⁹

Essas abordagens estimulam o progresso da história política, ao sugerirem que as relações entre chefes locais, governadores e presidentes eram mais indeterminadas do que se presumia, o que reabre o debate sobre a importância do apoio político-eleitoral oriundo das classes populares na política institucional.¹⁰ É assim que Carolina Dantas mostra que, no Distrito Federal, indivíduos e entidades negras publicaram manifestos em jornais e participaram de comícios, celebrações cívicas e reuniões políticas em ruas e praças, sindicatos e associações, contra o risco de anulação da eleição do candidato negro Monteiro Lopes em 1909.¹¹ Para a mesma cidade, no período 1910-20, Leonardo Pereira mostrou que clubes dançantes de operários negros direta ou indiretamente sufragavam e homenageavam candidatos próprios e de elite, como Hermes da Fonseca, seu ministro o baiano J. J. Seabra e Paulo de Frontin, o que era retribuído mediante recursos financeiros e convites para recepções oficiais no palácio do Catete.¹²

Na Bahia da I República, como argumenta Mário Santos, certa ampliação do conjunto de eleitores e do sistema representativo, os novos jornais, a pluralidade de partidos e as dissidências intrapartidárias exigiam arregimentação político-eleitoral, inclusive entre os egressos do cativo.¹³ Aldrin Castellucci mostrou que o Centro Operário, dos artífices de Salvador, lançava candidatos, organizava eleitorado e era requisitado nos arranjos políticos dos grupos dominantes. Personalista e clientelista, graças a sua imersão na cultura política da I República, a agremiação alcançou reconhecimento da elite dirigente, traduzido em serviços assistenciais, subvenções públicas e controle sobre o mercado de trabalho.¹⁴ Philippe Carvalho, ao analisar organizações semelhantes em Ilhéus e Itabuna, revela que disputas eleitorais traziam riscos de manipulações e cisões internas para as associações, mas a capacidade de mobilização eleitoral que demonstraram era bem recompensada por patrões e líderes partidários.¹⁵ O cacife político

⁹ VISCARDI, C. R. *O teatro das oligarquias*, p. 13.

¹⁰ GOMES, A. M. C. “Prefácio”. In VISCARDI, C. R.; ALENCAR, J. A. *A República Revisitada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. E-book. Para uma abordagem sobre as eleições inspirada na ciência política: RICCI, P. e ZULINI, J. “Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral”. *Dados*, Vol. 57, nº 2, 2014, p. 456-463.

¹¹ DANTAS, C. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república. *Afro-Ásia*, 41, 2010, p. 169, 186 e 204.

¹² PEREIRA, L. “A dança da política”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 74, 2017.

¹³ SANTOS, M. A. *A República do povo*. Salvador: Edufba, 2001, p. 124-125, 159-160, 188-189

¹⁴ CASTELLUCCI, A. A. *Trabalhadores e política no Brasil*. Salvador: Eduneb, 2015, p. 21-22, 58

¹⁵ CARVALHO, P. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado).

dessas organizações e sindicatos era valorizado por eleições acirradas, como as de 1919-1920, paralelas à greve geral em Salvador e Recôncavo (1919). Por causa das eleições, oposição e governo cortejaram os paredistas, chegando excepcionalmente a incitá-los à resistência e a renunciar à repressão policial.¹⁶

O atual trabalho parte da percepção de que a Bahia na I República constitui um recorte espacial e cronológico estratégico para uma história social da política, que explora a presença, na política institucional, das classes populares, particularmente os trabalhadores em sua resistência à exploração social. Existe uma série de estudos inspiradores sobre mobilizações e articulações entre esses agentes e lideranças políticas, no período imperial e republicano, em particular em contextos eleitorais. Os trabalhos de Suzana Rosas, Marcelo Mac Cord e Felipe Azevedo e Souza indicam a centralidade de Recife e, portanto, a importância dos estudos conduzidos na região nordeste, entre os quais se incluem as pesquisas de Aldrin Castellucci e Philipe Carvalho.¹⁷ Para o segundo pós-guerra, a pesquisa de Camilo Araújo sobre Santa Catarina mostrou como grandes partidos, isto é, União Democrática Nacional, o Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileira, cindiam-se e contrariavam dirigentes nacionais, em função da caça desenfreada pelos sufrágios nos morros operários de Florianópolis.¹⁸ Era preciso a cautela em se decidir perante a divergência de interesses entre Estado, industriais, comerciantes e trabalhadores, como ocorria nas ocupações populares de terrenos em Salvador, onde o governador Otávio Mangabeira cortejava os pobres da cidade em audiências no palácio Rio Branco, sede do governo estadual.¹⁹

O estudo atual propõe uma história social da política que explora como empresários, políticos, diplomatas e mesmo potências estrangeiras reagiram à emergência popular que acompanhou a revolução de 30. Ele destacou a presença da população comum de Salvador na história política, sobretudo a partir do Quebra-Bondes, protesto ocorrido na cidade em 4 e 5 de outubro de 1930. Trata-se de um motim popular que durou horas, destruindo parte importante da estrutura de transporte, energia e comunicação, a cargo da empresa Linha Circular de Carris da Bahia, pertencente à corporação estadunidense General Electric. O

¹⁶ CASTELLUCCI, A. A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004, p. 161.

¹⁷ ROSAS, S. C. Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. *Revista Clio*, Recife, v. 20, 2004; MAC CORD, M. *Artífices da cidadania*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012; SOUZA, F. *Nas ruas: abolicionismo, republicanismo e movimento operário no Recife*. Salvador: Edufba, 2001.

¹⁸ ARAÚJO, C. B. *Marmiteiros, agitadores e subversivos*. Campinas: Unicamp (História, tese de doutorado), 2013.

¹⁹ NEGRO, A. L. No Caminho da Areia: Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). *Tempo* [online]. 2012, vol.18, n.33.

quebra-quebra, por suas proporções e coincidência com a revolução de 30, é uma importante manifestação social da I República, muita citada em memórias e estudos históricos, mas pouco conhecida.

Consuelo Sampaio inaugurou o emprego, na análise do protesto, de documentos diplomáticos guardados no National Archives and Records Administration (Estados Unidos), posteriormente retomados por Luís Sant’ana. O Quebra-Bondes aparece nos estudos de Consuelo Sampaio como um episódio da acidentada história social e política da Bahia na I República e nos anos 30.²⁰ Luís Sant’ana mostrou como o protesto causou inquietação entre autoridades consulares no âmbito de uma pesquisa sobre o monitoramento da política brasileira pelos Estados Unidos na década de 30.²¹

Esses autores abriram-me três importantes caminhos, razão pela qual a eles tributo minhas descobertas. Em primeiro lugar, notando a importância dos documentos diplomáticos, desempenhei pesquisas não só no National Archives and Records Administration, como no The National Archives (Grã-Bretanha) e nos Centres des Archives Diplomatiques (França). São papéis produzidos pelas embaixadas, consulados e órgãos centrais de política exterior dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França. Pesquisei ainda em documentos empresariais, na imprensa comercial e oficial, conseguindo acesso a parte do material produzido em dois processos judiciais ligados ao Quebra-Bondes. Em segundo lugar, retomei a insurreição popular como parte da história social e política, ao perscrutar seus antecedentes e consequências nas semanas subsequentes, destacando aí o papel faciosismo baiano estudado por Consuelo Sampaio. Em terceiro lugar, percorri o rastro de insegurança deixado pelo motim não só em autoridades estrangeiras (como mostrou Luís Sant’ana), como nas nacionais, entendendo essa insegurança como componente central da situação política em Salvador entre 4 e 24 de outubro.

O Quebra-Bondes ocupou um espaço maior na presente análise do que nas memórias e estudos anteriores. O trabalho de arquivo obrigou-me a conferir à insurreição um peso maior do que o estabelecido no próprio projeto de pesquisa, onde ele era pensado como uma seção de um capítulo sobre a revolução de 30. O primeiro capítulo, “Cidade e Aldeias”, reconstrói o cotidiano de Salvador, mostrando a situação da habitação, saneamento, abastecimento, comunicação, energia e mobilidade entre 1926-1930. É num quadro crônico de problemas

²⁰ SAMPAIO, C. N. *Poder & Representação*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

²¹ SANT’ANA, L. H. *Os olhares estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2010.

sociais que o texto situa as raízes da insatisfação popular que explodirá no Quebra-Bondes, quando se generalizou um tipo conhecido de protesto urbano. Quebra-bondes ocorreram em anos anteriores, sendo uma das formas de resistência popular às condições de existência na capital baiana. O motim dos dias 3 e 5 inspirou-se nesses antecedentes, assim como no Quebra-Bondes de 1909, que se restringira à cidade baixa.

O segundo capítulo, “Chico Projeto”, continua o inquérito sobre as origens do quebra-quebra de 1930, identificando-as, nesse caso, num quadro de mudanças agudas desencadeadas pelas reformas urbanas do governo estadual de Vital Soares (1928-1930) e municipal de Francisco Souza (1928-1930). Nesse caso, a política ocupa um espaço maior do que no capítulo anterior, dedicando-se o texto a mostrar os impactos sociais e econômicos do programa administrativo apresentado pelo governador e o intendente para solucionar os problemas da cidade.

O terceiro capítulo, “Liberalismo e Democracia”, continua a tratar de política, ao analisar o surgimento da Aliança Liberal em Salvador, destacando como a campanha oposicionista mobilizou a crítica aos problemas sociais e às reformas realizadas pelo Estado, em particular nos contratos da Circular. O texto, dedicado ao período entre meados de 1929 e o início de 1930, procurou mostrar a composição social da agremiação oposicionista. Destacou, ademais, as articulações no interior do aliancismo, isto é, o primeiro escalão (constituída pelos ex-governadores J. J. Seabra e Antônio Moniz e o ex-senador Moniz Sodré) e o segundo, assim como a mocidade acadêmica. Essas articulações serão importantes para se entender a trama que se desenrolar nos meses precedentes do Quebra-Bondes.

O quarto capítulo, “Prelúdio”, como indica o título, é uma antessala do protesto, mostrando uma trama complexa entre crise política e econômico-social, isto é, a sucessão nos governos federal e estadual e a Grande Depressão. Portanto, é um material sobre o tenso ano de 1930 na metrópole baiana, especificamente os meses que precederam ao Quebra-Bondes, os quais foram assombrados pela perspectiva de uma revolução. Mostrei a ambígua postura dos círculos oposicionistas, em particular a mocidade acadêmica, em reação à população soteropolitana. Destaquei, mesmo sem mencioná-lo, como a “política de acomodação”, esquentada pela sucessão no governo da Bahia, era um estímulo a mais para as denúncias oposicionistas sobre a situação social em Salvador, destacando-se as críticas à Circular, ao intendente Francisco Souza, ao deputado Simões Filho e ao chefe de polícia Madureira

Pinho.²² O capítulo estrutura-se, em grande parte, numa documentação praticamente inédita: o periódico oficial da Aliança Liberal.

Essa é a primeira contribuição historiográfica do atual trabalho: mostrar as raízes sociais, econômicas e políticas da insatisfação popular contra a Circular, que explodirá nos dias 4 e 5 de outubro de 1930. Os historiadores referem-se muito rapidamente ao descontentamento dos soteropolitanos em relação à companhia, mencionando, em termos gerais, o problema do aumento tarifário e da qualidade dos serviços. Entretanto, não explicam detalhadamente o quadro existente, nem esclarecem a relação entre o quebra-quebra e a atuação da Aliança Liberal. O Quebra-Bondes, a partir do atual estudo, não é mais um protesto sempre citado, mas cercado por perguntas sem respostas.

O quinto capítulo, intitulado Quebra-Bondes, dedica-se a analisar os acontecimentos dos dias 4 e 5, bem como seus desdobramentos nas semanas que conduziram à queda do regime no dia 24. Paralelamente à reconstrução histórica, explorei a relação entre o protesto e a revolução de 30, preocupação central do texto. Os historiadores, de modo geral, limitaram-se a constatar não existirem indícios sobre essa relação. Eu reposicionei a pergunta, ao partir do pressuposto de que, a rigor, não existia, de um lado, um Quebra-Bondes e, de outro, uma revolução de 30, termos que não foram empregados na documentação produção nas últimas semanas da I República. O que existiu foi uma série de eventos desencadeados a partir dos dias 3 e 4 no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba e que, pouco a pouco, contaminaram outras partes do Brasil, culminando na queda do regime.

O Quebra-Bondes era um desses episódios, assim como os levantes dos três governos aliancistas, mais os motins civis e militares contra os governos estaduais aliados de Washington Luís. Mais precisamente, era um entre outros protestos populares que igualmente sacudiram outubro de 1930, como o engajamento de motorneiros e condutores no motim de Recife, os empastelamentos de jornais no Rio e o quebra-quebra contra a Companhia Docas e Associação Comercial em Santos, entre muitos outros. Portanto, no lugar de estabelecer a relação entre dois objetos criados pela memória e pela historiografia (o Quebra-Bondes e revolução de 30), entendi que os acontecimentos de outubro desdobraram-se paralelamente e enfatizei a maneira como os próprios contemporâneos entenderam a relação entre o que

²² Para uma releitura do conceito de “política de acomodação”: NEGRO, A. “Política de acomodação. Lendo e relendo *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, de Consuelo Sampaio. *Politeia: História e Sociedade*. V. 19, n. 1 (2020).

ocorria em Salvador e no resto do país. Meu propósito é perceber os significados que as próprios pessoas atribuíram à crise política em curso.

Discuti, inicialmente, a possibilidade, detectada pelos sujeitos estudados, de que o Quebra-Bondes teria resultado da conspiração aliancista na Bahia, por ser parte de um enredo para depor o governo estadual. Procurei igualmente mostrar quais eram os principais personagens do protesto, suas proporções e dinâmicas. O capítulo procura então entender como a sociedade baiana, diplomatas e mesmo potências estrangeiras reagiram à memória e às consequências imediatas do Quebra-Bondes, no período transcorrido entre 5 e 24 de outubro. De modo geral, o capítulo mostrou que o quebra-quebra do dia 4 comprometeu a capacidade de a Bahia manter-se no campo legalistas, protegendo-se da rebelião que rapidamente depusera os governos dos estados nortistas. Temia-se que o Quebra-Bondes se repetisse se os rebeldes conseguissem adentrar a Bahia. O período analisado caracterizou-se por marcantes tensões raciais e de classe entre os diferentes personagens em questão.

Existia a percepção de que os promotores do Quebra-Bondes conseguissem definir o rumo dos acontecimentos políticos desencadeados a partir do dia anterior. Essa é a segunda contribuição da atual pesquisa: o protesto não é mais percebido, conforme abordagens anteriores, como um episódio com concepções inexistentes ou pouco claras com a jornada revolucionária, em grande parte externa à Bahia. O protesto representou uma maneira da população soteropolitana, impactada pela Grande Depressão, exprimir suas esperanças diante da rebelião que prometia destituir autoridades públicas. Exatamente por isso, o atual trabalho é um chamado para que outros protestos populares ocorridos nos estertores da I República sejam objeto da atenção dos historiadores, o que contribuiu para um olhar sobre a revolução de 30 atendo à atuação das pessoas comuns, incluindo os trabalhadores negros.

Capítulo 1

Cidade e aldeia

Durante passagem pela Bahia, em 1927, o escritor pernambucano Manoel Bandeira declarou sua paixão pela arquitetura soteropolitana numa carta ao colega paulista Mário de Andrade. “Centenas de baitas sobradões de quatro andares e soteia. Solares de forte e sóbria linha senhorial [...], onde moram pretinhas meretrizes e a gente pobre mais pobre deste mundo!”. Segundo o remetente, “você espia por um óculo de porão onde imagina que só vive rato e vê um oratoriozinho com a lamparina de azeite queimando”.¹ O excursionista recebera de Assis Chateaubriand a encomenda de um artigo sobre as casas e igrejas de Salvador, a ser publicado num periódico carioca com o qual, segundo a imprensa soteropolitana, o governo baiano estaria gastando dezenas de contos de réis em propaganda.² O artigo, publicado em abril, ecoaria o tom da carta de janeiro, pois nele o autor afirmaria que nunca pisara numa cidade “tão caracteristicamente brasileira como a ‘boa terra’”. Manoel Bandeira ignorou o amargo alerta, recebido no desembarque, de que teria péssima impressão, pois a cidade não possuía iluminação, água e esgoto.³

O excursionista, ainda que arrebatado pela arquitetura e culinária de Salvador, registrou as principais mazelas da cidade. Existia uma escassez de moradias que explica a presença de moradores em prédios que pareciam abandonados, pelas condições de higiene e iluminação. O sistema de água e esgotos, como o saneamento em geral, a energia, a telecomunicação, o abastecimento e a mobilidade urbana eram igualmente precários, gerando reclamações como a recebida no desembarque por Manoel Bandeira. O propósito desse capítulo é explorar os problemas urbanos para entender as raízes da inquietação social que caracterizará o cotidiano da capital baiana na segunda metade dos anos 1920. Será destacado, sobretudo, como os encargos da Linha Circular e outras empresas impactavam o cotidiano urbano, sobretudo nos setores de habitação, saneamento, energia e comunicação.

¹ Carta de Manoel Bandeira a Mário de Andrade, 18/1/1927. Publicada em: BANDEIRA, M. *Crônicas da Província do Brasil*. Organização, posfácio e notas: Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 270.

² *Diário da Bahia*, 14/8/1927.

³ *O Jornal (Rio)*, 30/4/1927.

Habitação

O problema habitacional, segundo a imprensa, decorria da combinação entre crescimento populacional e paralisia no mercado imobiliário. Salvador, segundo a historiografia, crescia demograficamente pouco, mas os contemporâneos atribuíram ao aumento populacional a sobrecarga de estruturas urbanas, a começar pela moradia destinada a trabalhadores e à “classe média”, constituída, em grande parte, de comerciários e pequenos funcionários públicos. Os capitalistas preferiam a segurança de títulos federais aos riscos de empreender construções.⁴

Os salários baixos eram outra face do problema, embora pouco denunciado.⁵ Para atrair interessados, no entanto, os periódicos insistiam em que o desequilíbrio entre oferta e procura era uma garantia para capitais empatados em residências simples, mas cômodas e higiênicas, a serem alienadas ou alugadas aos soteropolitanos comuns.⁶ Salvador dispunha, segundo a imprensa, amplos terrenos cobertos por capim ou cercados por matas, mas próprios para edificações, em áreas como Santo Antônio, Brotas, Barra, Calçada e península de Itapagipe. Seria lembrado ainda o caso da J. J. Seabra, rua do centro onde existiam terrenos baldios pertencentes ao convento de São Francisco.⁷ Essas zonas não eram citadas por acaso, pois possuíam transporte, saneamento e eletricidade, ainda que de modo desigual e precário.⁸

Os poucos empreiteiros da capital, para garantir lucros, preferiam construir palacetes para uma pequena aristocracia, incrementando a estética urbana, mas sem propiciar abrigo módico aos pobres e remediados.⁹ O anúncio de um construtor, publicado em julho de 1928, apresentou três enormes bangalôs erguidos em Nazaré, incluindo um pertencente a um cacauicultor de Ilhéus. “A Bahia precisa, para seu progresso, estética [...] e para a alegria de suas ruas, de construções deste gênero”, declarou o reclame, acrescentando que já existiam dezenas dessas habitações na cidade, a maioria concentrada naquele bairro. “Já não comporta mais a evolução os casebres e as espeluncas, nem os tradicionalismos que impedem o progresso da nossa capital”, concluiu.¹⁰

Outra razão para a crise era a especulação, que não recebia esse nome, mas consistia na aquisição de terrenos para os repassar anos depois por maior preço, em muitos casos a

⁴ *Diário da Bahia*, 9/8/1927; 14/9/1928; 21/12/1928.

⁵ *Diário da Bahia*, 11/9/1928.

⁶ *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

⁷ *Diário da Bahia*, 14/10/1927.

⁸ *Diário da Bahia*, 9/5/1928; 14/5/1928; 20/9/1928 e 6/3/1929.

⁹ *Diário da Bahia*, 14/4/1928; 9/5/1928 e 14/5/1928.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 14/7/1928.

compradores com idênticos propósitos.¹¹ Percebe-se sua atuação quando o governador Góis Calmon (1924-1928) decidiu erguer um bairro na ponta do Humaitá (Itapagipe), a partir da reforma da Hospedaria dos Imigrantes, construída para atrair trabalhadores europeus. O quarteirão ganhara um cais, bar e jardim, restaurando-se a fortaleza de Monte Serrat, onde se pretendia instalar uma escola pública. Preparou-se uma área para construções residenciais, sendo as ruas dotadas de calçamento de primeira qualidade. O governador ordenara a abertura de um ramal de bondes que seguiria para o Hospital de Isolamento, situado na colina.¹² Os trabalhos, no entanto, ensejaram críticas, não só pelos gastos e atrasos, mas pelos preços dos terrenos leiloados. Segundo se dizia, o próprio Góis Calmon interferira para o aumento, com o propósito de espantar pequenos compradores.¹³ Os endinheirados adquiriram os lotes, mas dois anos depois o bairro permanecia sem residências, não obstante os estímulos oficiais a quem se dedicasse a construções na zona.¹⁴ O bairro de Monte Serrat tornar-se-ia um símbolo não só da especulação, como da incompetência do governo em matéria de política habitacional e imigratória.¹⁵

Durante o quadriênio de Góis Calmon, teria sido extinta uma lei de proteção ao inquilinato.¹⁶ O governador, como homem de negócios, era proprietário da Companhia de Administração Garantida Baiana, que administrava 2 mil prédios na cidade. Durante, coincidentemente ou não, a construção de Monte Serrat, a empresa aumentou em 50% seus aluguéis e emitiu cerca de 300 citações judiciais contra inquilinos inadimplentes. Outros proprietários majoraram os aluguéis, inspirados por uma empresa que possuía capital de 250 contos de réis e um acionista governando a Bahia.¹⁷

Os senhorios cometiam abusos, como a entrega do prédio a quem mais pagasse, exigindo fiança, fiador e contratos draconianos.¹⁸ Frequentemente, eram péssimas as condições de moradia. Sob o largo do Teatro, por exemplo, eram habitadas as casinhas encrustadas na muralha de sustentação da ladeira da Montanha, chamadas de “buracos de rato”, “túmulos” e “cacifos” numa nota de jornal que exigiu a interdição da Secretaria de Saúde Pública, sem qualquer consideração pelo destino dos moradores.¹⁹ Os cômodos de

¹¹ *Diário da Bahia*, 4/5/1929.

¹² *Diário da Bahia*, 30/3/1927.

¹³ *Diário da Bahia*, 3/8/1927; 3/12/1927.

¹⁴ *Diário da Bahia*, 8/11/1928; 6/3/1929; 4/5/1929.

¹⁵ *Diário da Bahia*, 14/10/1927, 10/10/1930

¹⁶ *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

¹⁷ *Diário da Bahia*, 3/12/1927.

¹⁸ *Diário da Bahia*, 5/10/1928; *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

¹⁹ *Diário da Bahia*, 12/4/1927.

casarões, no entanto, eram a principal opção para a população trabalhadora e de cor no centro histórico, como percebeu Manoel Bandeira. Muitos não possuíam bom espaço, arejamento, iluminação e eletricidade, apresentando estrutura decadente, resultante da incúria de senhorias e autoridades públicas.²⁰ Segundo denúncias, era comum a Saúde Pública autorizar a habitação em “tijupás” úmidos e sombrios a fim de agradar proprietários influentes, mas indispostos a gastar com manutenções.²¹

Somado ao desconforto, existia o risco de surtos epidêmicos e desabamentos, sobretudo por ocasião dos aguaceiros. Particularmente insalubres eram o Taboão, a Preguiça e o Pilar, onde as poças e os casarões atraíam mosquitos e ratos.²² Em meados de 1928, colapsos nas ruas da Gameleira e do Ramos de Queiroz mataram quatro pessoas, entre elas a empregada doméstica Georgina Costa, sublocadora de um dos prédios caídos.²³ A Santa Casa de Misericórdia, uma das maiores proprietárias imobiliárias na cidade, seria então acusada de não realizar manutenções nas habitações desmoronadas, apenas uma ligeira reforma que aumentara o aluguel, coincidentemente ou não por ocasião da alta desencadeada pela Garantida Baiana.²⁴ Os bombeiros trabalharam sob a luz de candeeiros e faróis automobilísticos em função da ineficácia da iluminação pública, outro sério problema da capital. Durante recorrências no ano seguinte, outro senhorio com propriedades na Gameleira seria denunciado numa pequena nota: o industrial português Bernardo Catarino.²⁵

Os desabamentos, como as próprias interdições e demolições da Saúde Pública, pioravam o déficit residencial,²⁶ inclusive por estimular a mentalidade “bota-abaixo”, que atingira ápice no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916),²⁷ mas não desaparecera nos anos seguintes. Segundo a imprensa, entre 1924 e 1927, teriam ocorrido em Salvador 238 construções, a maioria de palacetes e casas comerciais; mas 625 demolições, que atingiram principalmente Liberdade, Garcia, Tororó e Gamboa. Os prejudicados, cerca de 2 mil, teriam sido forçados a construir barracos em pontos distantes e “escusos”, como Mesquita, Jacaré e

²⁰ *Diário da Bahia*, 25/2/1928; 20/6/1928.

²¹ *Diário da Bahia*, 14/8/1928.

²² *Diário da Bahia*, 14/10/1927; 3/2/1928, 10/3/1928; 4/4/1928; 27/7/1928; *Diário da Bahia*, 31/1/1929.

²³ *Diário da Bahia*, 25/6/1928.

²⁴ *Diário da Bahia*, 20/6/1928.

²⁵ *Diário da Bahia*, 3/5/1929.

²⁶ *Diário da Bahia*, 21/4/1928. *Diário da Bahia*, 4/5/1929.

²⁷ Sobre as reformas urbanas na I República, em especial em Salvador: LEITE, R. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador, 1912-1916. Salvador: Ufba (História, dissertação de Mestrado), 1996; PINHEIRO, E. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: Edufba, 2011.

Alto do Pepino.²⁸ Os jornais, contraditoriamente, exprimiram noutras ocasiões propostas de destruição predial, inclusive para melhorar a estética urbana, o que traduzia certo incômodo com a presença de casas antigas no perímetro urbano.²⁹ Essa mentalidade reemergiria por ocasião dos debates para a demolição da catedral da Sé.³⁰

No governo Góis Calmon, um desabamento de grandes dimensões ocorreu no Unhão, cujos casebres de quarto e sala não recebiam manutenção do senhorio, que era o secretário do Interior. Bráulio Xavier possuía uma das maiores riquezas da cidade e ocupara interinamente o governo da Bahia após o bombardeio de Salvador em janeiro de 1912. Com seus trajes batidos, no entanto, era obcecado por dinheiro, a ponto de andar a pé e usar bondes para deixar auto e chofer para aluguel no largo do Teatro, próximo ao qual se erguia o seu Hotel Meridional.³¹ Descia ao Unhão pessoalmente para cobrar aluguéis atrasados, retornando com “botas e capotes militares, mesas e cadeiras velhas e, cúmulo da miséria, cortes de fazendas comprados com sacrifício para cobrir a nudez das crianças”.³² Depois do desastre, que matou dez pessoas, o proprietário reconstruiu as casas, sem maiores cuidados com a zona, onde existia, segundo uma denúncia, apenas uma sentina. Por essas razões, a Saúde Pública interditou o lugar, ameaçando despejar seus inquilinos em abril de 1928, o que fez o proprietário ir à Biblioteca Pública consultar leis para conseguir uma indenização.³³

Bráulio Xavier reocuparia a primeira capa de uma gazeta no mês seguinte, ao conseguir que Anísio Teixeira, diretor de instrução do governo Góis Calmon, autorizasse a instalação do grupo escolar de Santo Antônio numa casa situada na lamacenta encruzilhada da Baixa de Quintas e da Estrada do Cabula, próximo ao rio das Tripas e ao cemitério da Quinta dos Lázaros. O imóvel pertencia ao então ex-secretário, que não conseguia mantê-lo alugado porque os inquilinos adoeciam de paludismo, abandonando a casa, quando não sucumbiam. Portanto, a autorização, suspeitosamente transacionada entre conterrâneos, era uma ameaça à saúde das crianças.³⁴ Situação parecida seria descoberta no ano seguinte no Tororó, onde os estudantes eram reunidos numa casa de paredes descascadas e infiltradas, construída nas

²⁸ *Diário da Bahia*, 3/12/1927.

²⁹ *Diário da Bahia*, 4/10/1927; 25/1/1928; 25/2/1928, 25/6/1928, 6/3/1929.

³⁰ *A Tarde*, 7/9/1926; 26/8/1929; 22/9/1928; cartas de Alberto Catarino a Vanderlei Pinho, 9/10/1928 e 8/11/1928; cópia do manifesto “Voto pela não demolição da Sé”. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Coleção Wanderley Pinho (CWP). Minuta de carta de Vanderlei Pinho a Vital Soares, 29/12/1928. IHGB. CWP. DL 1491.103. Sobre a história da demolição da Sé, ver: PERES, F. *Memória da Sé*. Salvador: Editora Corrupio, 2009.

³¹ *Diário da Bahia*, 20/10/1927, 6/1/1928, 5/4/1928.

³² *Diário da Bahia*, 28/4/1928.

³³ *Diário da Bahia*, 25/6/1928.

³⁴ Anísio Teixeira e Bráulio Xavier nasceram em Caetité. *Diário da Bahia*, 23/5/1928.

imediações de um esgoto a céu aberto, mas pertencente ao senador situacionista Manoel Duarte.³⁵

Os jornais pressionavam para que o Estado minorasse a crise, em especial pela concessão de isenções tributárias a quem empreendesse construções.³⁶ O governo municipal sancionou uma lei para hotéis, demonstrando, assim, maior preocupação com o turismo.³⁷ O principal beneficiário seria o industrial Bernardo Catarino, que construía um estabelecimento do gênero na rua Chile, que, ironicamente, era um ponto de mendicância.³⁸ Na ocasião, um jornal lembrou que existiram na cidade casas de cômodos para desabrigados, onde os “travessieiros” eram grossas cordas suspensas, que ao amanhecer era abruptamente afrouxadas para acordar os “hóspedes”. Na Calçada, funcionara outro albergue em péssimas condições, onde se podia pagar a pernoite no cimento (400 réis) ou na esteira (1.000 réis).³⁹

No começo de 1928, correu a notícia de que Bernardo Catarino criara uma empresa para construir casas, mas o informe não teria desdobramentos.⁴⁰ Outro beneficiado por estímulos oficiais foi Bráulio Xavier, com os quais construiu um conjunto de casinhas na Baixa de Quintas, num terreno pantanoso situado abaixo do cemitério da Quinta dos Lázarus.⁴¹ Eram casas sem conforto, a princípio destinada aos mais pobres, mas que, diante da piora da crise, passariam a ser ocupadas por remediados, certamente por cobrar 100 mil réis o aluguel.⁴² Casas como essas eram chamadas de “avenidas”, existindo não só nos subúrbios, como no perímetro urbano, como o Unhão. Eram, ao lado dos casarões antigos, um segundo tipo de moradia popular, geralmente alugada por 60 mil réis.⁴³

O major Cosme de Farias apresentaria aos poderes públicos em 1928 um projeto autorizando o próprio estado a construir casas operárias. O líder popular percorreria bairros como Baixa de Quintas e Tororó em busca de assinaturas para a ideia.⁴⁴ O objetivo do projeto era impedir que a crise habitacional continuasse a empurrar os pobres para os subúrbios distantes e insalubres, onde não existiam água, esgoto e eletricidade.⁴⁵ De acordo com um periódico, Salvador, como o Rio, já possuía suas “favelas”, “favelões” e “favelinhas”. Na

³⁵ *Diário da Bahia*, 14/3/1929.

³⁶ *Diário da Bahia*, 3/7/1927; *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

³⁷ Sobre o problema dos hotéis em Salvador: *Diário da Bahia*, 2/2/1928.

³⁸ *Diário da Bahia*, 21/6/1927; *Diário da Bahia*, 21/4/1928.

³⁹ *Diário da Bahia*, 3/7/1927.

⁴⁰ *Diário da Bahia*, 22/3/1928.

⁴¹ *Diário da Bahia*, 3/12/1927.

⁴² *Diário da Bahia*, 14/4/1928; *Diário da Bahia*, 14/5/1928.

⁴³ *Diário de Notícias*, 11/8/1928; *Diário da Bahia*, 20/9/1928.

⁴⁴ *Diário da Bahia*, 28/4/1928; 9/5/1928.

⁴⁵ *Diário da Bahia*, 6/11/1929.

primeira categoria, a gazeta apontou “casinholas” e “cochicholos” erguidos num alto desconhecido em São Caetano. O texto apresentou imagens de pequenos barracos, sobre terreno acidentado e cercado por mato, próximos ao que parece um grande galpão com roupas estendidas.⁴⁶ Dias depois, uma reportagem sobre um surto de meningite nas periferias de Pirajá e São João da Plataforma mostrou um barraco com o nome Renault, indicando que na construção empregaram-se os caixões em que os automóveis eram importados da França.⁴⁷

Na categoria “favelões”, a matéria citou a Fazenda Garcia, ilustrada por uma ruela ocupada por casebres, mulheres e crianças negras. Esses casebres não eram tão precários como as de São Caetano, mas o aluguel encarecia, sendo água, esgoto, luz e calçamento “artigos de luxo”. O bairro, não muito distante do centro, possuía ramal de bondes, que, no entanto, era tão sobrecarregado ao amanhecer e ao anoitecer que muitos operários preferiam ir a pé para o largo do Campo Grande. O percurso, sem paralelepípedos e tresandando a esgoto, permitia alcançar uma praça estratégica, cruzada pelos bondes que desciam e subiam entre o centro e os arrabaldes praiheiros, Graça e Federação.⁴⁸ Pediu-se, aparentemente sem sucesso, a introdução de um bonde extra que nos horários de pico fizesse ao menos a metade do caminho entre a praça e o Garcia.⁴⁹

O repórter lembrou, como “favelinha”, uma comunidade próxima à casa de candomblé do Gantois (Federação). Essa comunidade festejara a inauguração do bonde da Estrada da Federação em agosto de 1926, mas reclamaria no seguinte que os carroceiros do asseio público despejavam lixo na área.⁵⁰ O asseio, ao menos em 1929, permanecia precário noutras áreas da Federação, como as imediações do Campo Santo, onde os dejetos simplesmente não eram recolhidos pela carroça, acumulando-se na linha do trâmuei. Outro problema, corriqueiro nas periferias, era a insuficiência da iluminação, cujas lamparinas só iam até a entrada de São Lázaro, deixando os moradores à mercê das consequências da escuridão, isto é, “roubos”, “agressões” e “desrespeitos à moral”.⁵¹

Os residentes da Federação, no entanto, contribuía com o imposto de décimas.⁵² O pagamento de tributos, em especial sem contrapartida para os contribuintes, era outro assunto palpitante na capital. Foi por isso que, anos antes, moradores de Itapuã (alguns residindo em

⁴⁶ *Diário da Bahia*, 14/10/1927.

⁴⁷ *Diário da Bahia*, 19/10/1927. Outro caso de meningite ocorreria no ano seguinte em Plataforma: *Diário da Bahia*, 7/2/1928. Carros importados em caixões: *A Tarde*, 12/12/1928.

⁴⁸ *Diário da Bahia*, 21/9/1928.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 5/1/1926; *Diário da Bahia*, 14/10/1927.

⁵⁰ *Diário da Bahia*, 15/8/1926 e 14/10/1927; *Diário da Bahia*, 17/12/1927.

⁵¹ *Diário da Bahia*, 22/2/1929.

⁵² *Diário da Bahia*, 5/4/1929; 6/5/1929

choupanas humildes) procuraram o deputado Silvano de Queiroz para protestar contra a cobrança do tributo naquele bairro de ruas acidentadas e sem calçamento. Procurado pelo parlamentar, o intendente aceitou apenas o parcelamento das contribuições.⁵³

Uma segunda “favelinha” era a Muriçoca, situada na Mata Escura, zona que também possuía terreiro e bonde. Outro texto clamou que não se mostrasse aquele ramal aos turistas, pois, do contrário, eles retornariam “enojados” da Bahia. Deixando o largo da Sete Portas, que não era calçado, o bonde passaria pela Fonte Nova, onde o lixo da cidade era acumulado.⁵⁴ Existia um forno de incineração que não satisfazia a demanda, embora emitisse um odor prejudicial aos moradores das imediações. O olhar misógino, racista e classista transpareceu no alerta de que “mulheres do povo, de braço tostado e saias arregaçadas” apareceriam em sangradouros públicos, “batendo roupa o dia inteiro”. Seguiam-se “casinholas de taipa”, mais uma comunidade erguida do “dia para a noite”, dando mostras da “miséria urbana” de Salvador.⁵⁵

Na matéria anterior, um operário explicou ao repórter que os subúrbios eram carentes, mas permitiam escapar à “cara enfezada do senhorio” (embora não à abordagem preconceituosa da imprensa). Os moradores, ademais, arrumavam as residências como podiam, tornando-as mais cômodas, processo de humanização que seria registrado na década seguinte por Donald Pierson por ocasião de uma pesquisa de campo sobre “contatos raciais” em Salvador.⁵⁶ O antropólogo estadunidense notou que as casas da Mata Escura e outras periferias eram de taipa, pintadas quando a renda do morador permitia. O chão era de terra coberto com areia da praia, periodicamente trocada; o teto era de folha de palmeira, com uma abertura para arejar. O fogão consistia numa lata da Standard Oil (outro subproduto ligado à importação dos autos, como o caixão), ao passo em que a mobília restringia-se a tamboretas, uma ou outra cadeira, mesa, catres ou esteiras. Os casebres, portanto, eram rudimentares, mas limpos, erguendo-se, em alguns casos, em meio à densa folhagem. Donald Pierson opinou que essas residências eram mais salubres e cômodas que os cortiços das cidades industriais da Europa e Estados Unidos, mais parecidos aos casarões do centro histórico.⁵⁷

⁵³ *A Tarde*, 27/7/1927; *Diário da Bahia*, 27/10/1927.

⁵⁴ *Diário da Bahia*, 10/5/1929.

⁵⁵ *Diário da Bahia*, 10/11/1927.

⁵⁶ *Diário da Bahia*, 14/10/1927.

⁵⁷ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Salvador: Cia Editora Nacional, 1945, p. 66-67; ROMO, A. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2010, p. 84.

O antropólogo concluiria, em seu estudo, que a discriminação racial não era importante no acesso a propriedade e *status* na Bahia. Contraditoriamente, seus relatos apontaram a estreita relação entre “raça” e “classe”, categorias estruturadoras de desigualdades no usufruto dos serviços urbanos.⁵⁸ Donald Pierson mostrou que, na cidade alta, concentravam-se não só os prédios públicos e eclesiásticos, hotéis, cinemas, escolas, hospitais, lojas etc., mas as principais linhas de ônibus, bondes e “autos de praça” (táxi). Era onde os proprietários, profissionais liberais, intelectuais e políticos erguiam suas casas constantemente arejadas pela brisa marítima. Onde residia quase toda a população leitora de jornais e proprietária dos rádios e bibliotecas, telefones e autos particulares. Para o observador estrangeiro, “esta segregação, de acordo com as classes econômicas e educacionais, [obedecia] de maneira geral [...] às diferenças de cor da população. Na verdade, à primeira vista, a Bahia [fazia] lembrar uma cidade medieval cercada por aldeias africanas”.⁵⁹

A metáfora exprimia o impacto, sobre os padrões habitacionais e as condições sociais em geral, do fosso existente entre, de um lado, brancos e ricos e, de outro, negros e pobres, categorias dotadas de significados culturais. Se o promontório era habitado pelos “brancos” e mestiços claros, em sua maioria adeptos do culto romano, os entremontes eram ocupadas pelos “pretos” e mestiços escuros, destacando-se os seguidores do candomblé e do catolicismo sincrético. Demóstenes Pinho, cujo pai nos anos 20 era secretário de Segurança Pública, lembrou em suas memórias que, quando criança, residia num setor aristocrático da cidade alta, mas nem sempre dormia à noite, aterrorizado pelos batuques oriundos da baixa da Graça.⁶⁰ “Nos bairros pobres, afastados, obscuros, despolicados, [...] a feitiçaria impera”, notou um cronista, citando São Caetano.⁶¹ Eram áreas “cheias de ‘candomblés’, ‘fuzarcas’, ‘bleforés’, ‘bagunças’, tudo isso sem que a polícia tome providências”.⁶² Naturalmente, como notou Donald Pierson, as residências dos subúrbios eram mais baratas e menos cômodas e salubres que as do centro. Os terrenos pertenciam aos ricos da cidade alta, como no Garcia, cujos lotes eram aforados por Bernardo Catarino, residente num palacete da Graça.⁶³

Salvador também crescia nos subúrbios mais distantes, sobretudo em Itapagipe, que era o núcleo industrial da cidade, por abrigar operários e fábricas de empresas como a Empório

⁵⁸ ROMO, A. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*, p. 49, 117.

⁵⁹ PIERSON, D. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, 58-59 e 72.

⁶⁰ PINHO, D. *Carrossel da Vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974, p. 51.

⁶¹ *Diário da Bahia*, 15/6/1930.

⁶² *O Jornal*, 26/5/1930.

⁶³ PIERSON, D. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, p. 70; *Diário da Bahia*, 6/9/1928.

Industrial do Norte, a Progresso Industrial e a União Fabril.⁶⁴ Com população superior à de municípios interioranos, a península assistia ao surgimento de uma “cidade lacustre” nos terrenos pantanosos de Massaranduba e Caminho de Areia, zonas contíguas em que a luta por habitação adentraria as décadas seguintes.⁶⁵ Na capa de uma gazeta, barracões pequenos e frágeis apareceram junto ao retrato de um engenheiro da intendência, segundo o qual as moradias possuíam estrutura de madeira coberta por latas, sendo construídas da noite para o dia sobre minúsculos quadrados precariamente aterrados. O depoente acrescentou que a região costeira era insalubre, sendo difícil impedir as construções porque a Capitania dos Portos estaria, “a torto e a direito”, aforando os terrenos, que pertenciam à Marinha.⁶⁶ Manot Serrat, o capitão, explicou que o aforamento seguia trâmites oficiais que não sofriam sua interferência.⁶⁷ Paralelamente ao conflito sobre as responsabilidades pelo aparecimento do casario, existia um litígio entre particulares, município, União e uma irmandade da Igreja sobre a propriedade, posse e direitos sobre os terrenos.⁶⁸ Mesmo residentes portadores de licenças concedidas pela Capitania eram procurados por homens armados que, alegando o pertencimento dos lotes a particulares, pretendiam destruir as moradias se não recebessem pagamentos.⁶⁹ Os abusos continuariam mesmo após a delegacia fiscal concluir que as cobranças eram ilegais, deixando os moradores em permanente sobressalto.⁷⁰ É importante destacar que nem todas as moradias proletárias de Massaranduba eram barracões, como destacou um morador que denunciou as ameaças sofridas.⁷¹

O adensamento das periferias exercia crescente pressão sobre o transporte público, constituído por bondes, ascensores e, em menor grau, ônibus. Os jornais pediam o prolongamento da rede carril, apresentando-a como solução para a crise habitacional, por oferecer condução aos arrabaldes e por encorajar construções onde os lotes seriam baratos e abundantes.⁷² O trâmuei permanecia, segundo o argumento, fator crucial para a expansão da cidade, como ocorrera no passado, ao permitir a integração de comunidades então segregadas por acidentes geográficos, como Santo Antônio e Brotas. O transporte era o instrumento que possibilitaria a “civilização” e o “progresso” das “tabas primitivas”, outra denominação de

⁶⁴ *Diário da Bahia*, 19/7/1928.

⁶⁵ Sobre a luta por moradia popular em Massaranduba no pós-guerra: NEGRO, A. L. No Caminho da Areia: Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). *Tempo* [online]. 2012, vol.18, n.33, pp.141-164.

⁶⁶ *A Tarde*, 9/2/1928.

⁶⁷ *A Tarde*, 14/2/1928.

⁶⁸ *A Tarde*, 17/3/1927.

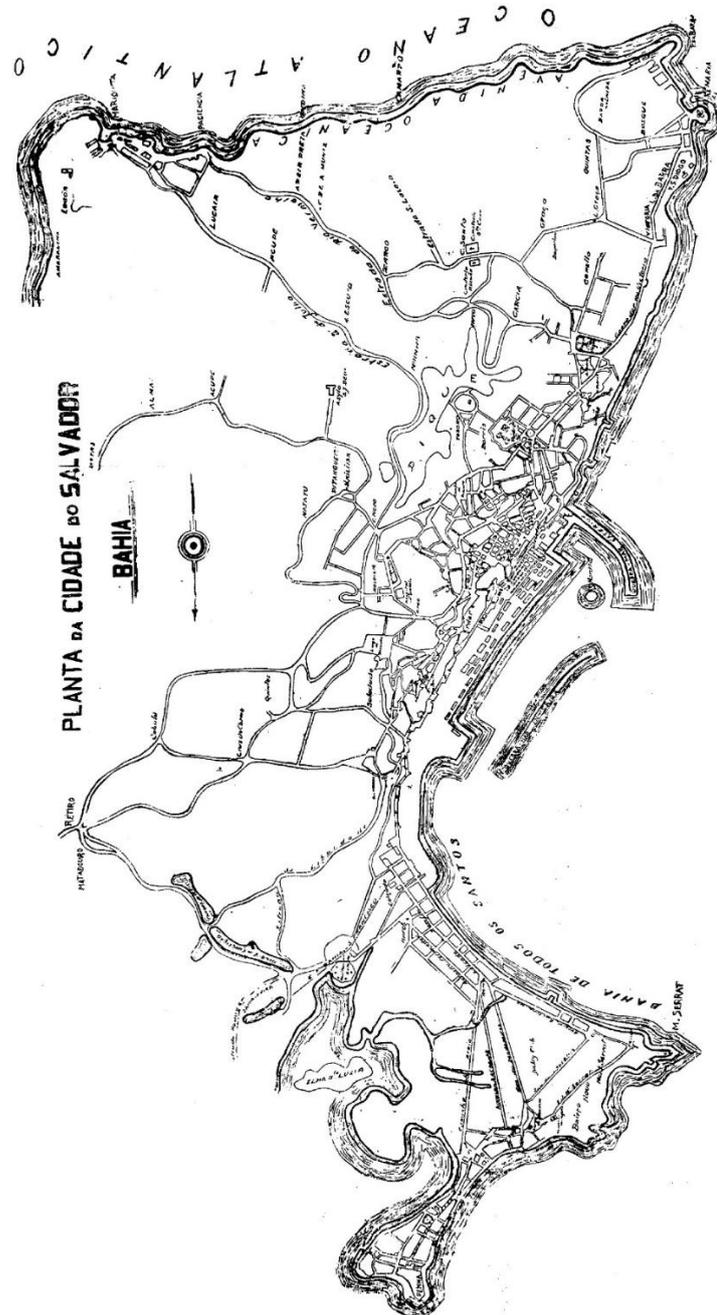
⁶⁹ *A Tarde*, 28/1/1927; 9/3/1927.

⁷⁰ *A Tarde*, 2/3/1927.

⁷¹ Isso também se percebe na imagem publicada no *Diário de Notícias* de 14/9/1928.

⁷² *Diário de Notícias*, 22/3/1926; *A Tarde*, 24/1/1927.

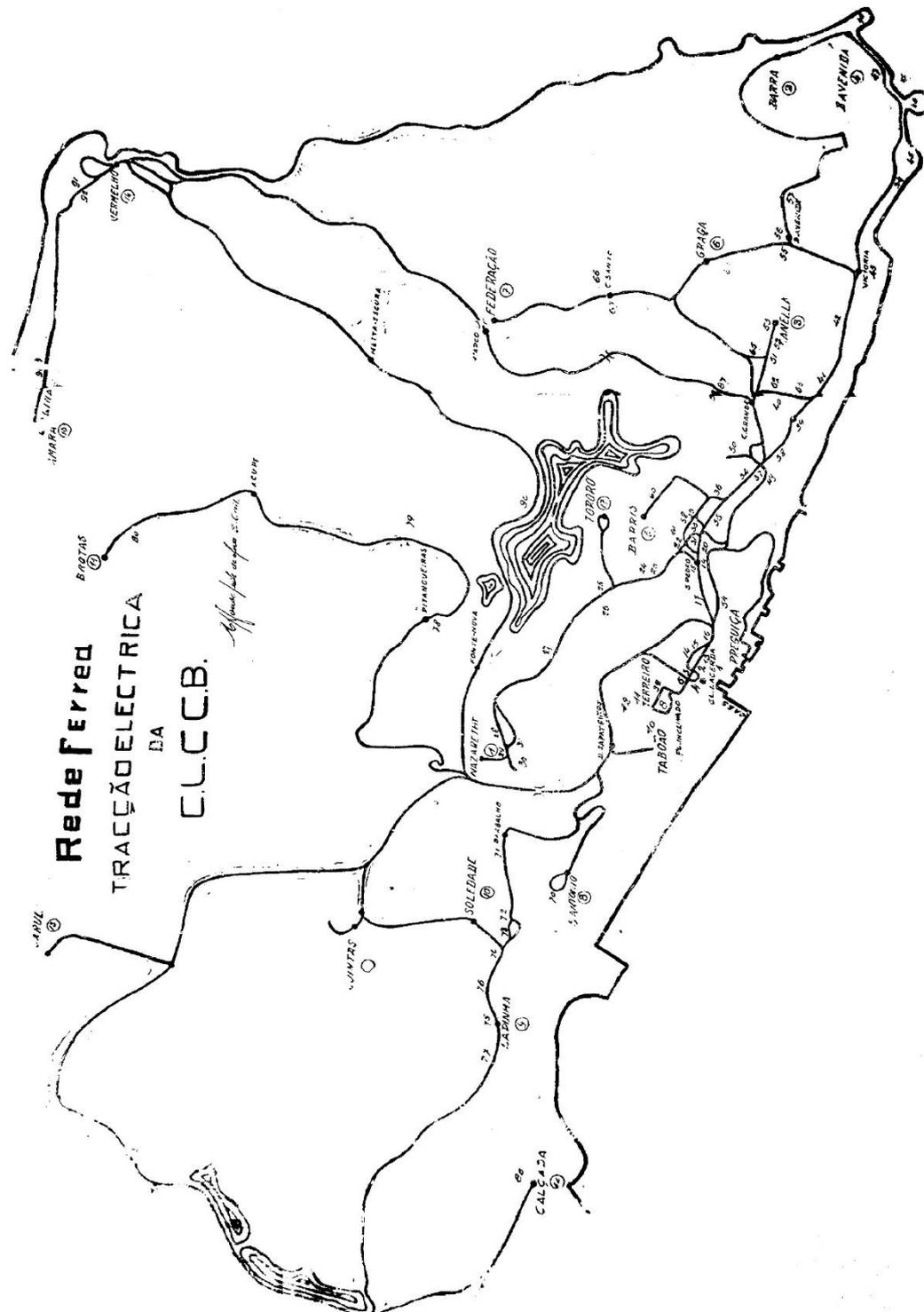
conotação racial atribuída aos bairros periféricos.⁷³ Na segunda metade dos anos 1920, três arrabaldes ganhariam ramais de bondes: Federação (1926), Cabula (1929) e Liberdade (1929), todos habitados predominantemente por populações negras.⁷⁴



1. Mapa de Salvador. Fonte: SAMPAIO, L. *Indicador e guia prático da Cidade do Salvador-Bahia*. Salvador: Tipografia Agostinho Barbosa, 1928.

⁷³ *Diário da Bahia*, 13/3/1927.

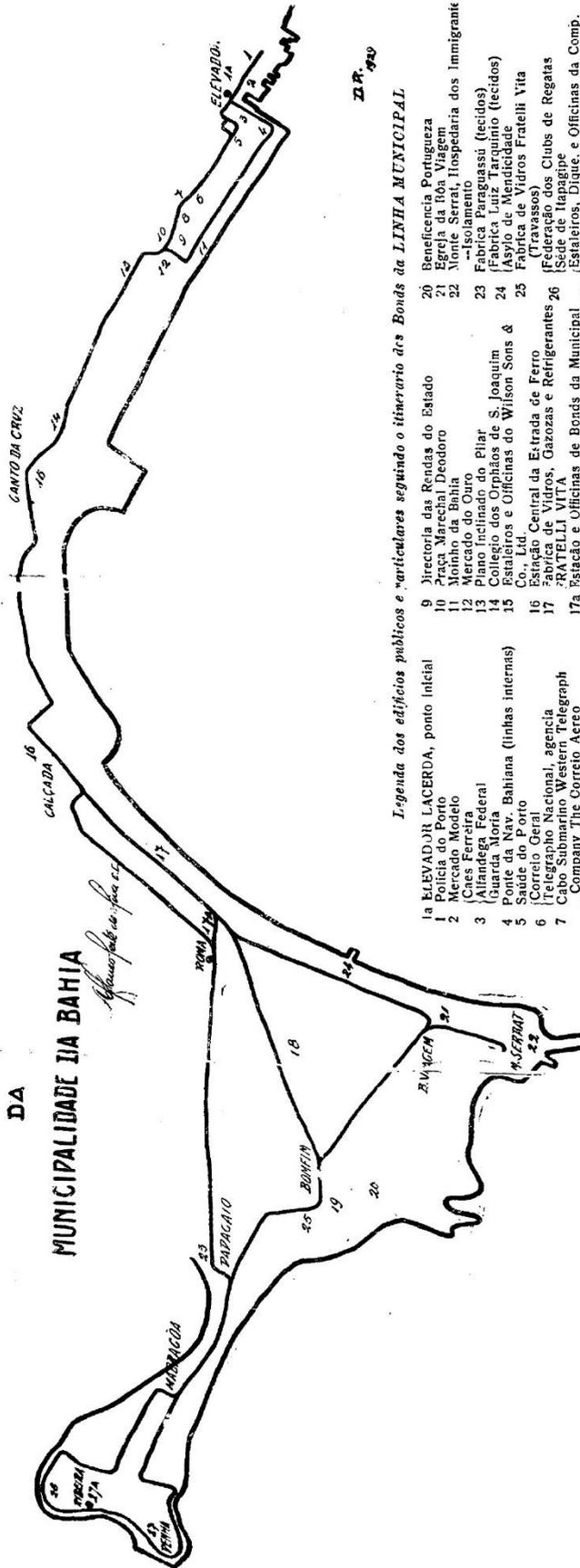
⁷⁴ *Diário da Bahia*, 15/8/1926.



2. Mapa dos ramais da Circular. Fonte: SAMPAIO, L. *Indicador e guia prático da Cidade do Salvador-Bahia*. Salvador: Tipografia Agostinho Barbosa, 1928.

Rede ferrea TRACÇÃO ELECTRICA DA

MUNICIPALIDADE DA BAHIA



Legenda dos edificios publicos e particulares segundo o itinerario dos Bonds da LINHA MUNICIPAL

- | | | | | | | |
|----|---------------------------------|----|--|--------------------------------|---|------------------|
| 1a | ELEVADOR LACERDA, ponto inicial | 9 | Directoria das Rendas do Estado | 20 | Beneficencia Portuguesa | |
| 2 | Policia do Porto | 10 | Praça Marechal Deodoro | 21 | Egreja da Boa Viagem | |
| 3 | Mercado Modelo | 11 | Moimho da Bahia | 22 | Monte Serrat, Hospedaria dos Immigrantes | |
| 4 | Casas Ferreira | 12 | Mercado do Ouro | 23 | Isolamento | |
| 5 | Alfandega Federal | 13 | Praça inclinada do Pilar | 24 | Fabrica Paragassu (tecidos) | |
| 6 | Quarta Moura | 14 | Plano inclinado dos Officiaes de S. Joaquin | 25 | Associação Meridional (tecidos) | |
| 7 | Saude do Porto | 15 | Estações e Officinas do Wilson Sons & Co. Ltd. | 26 | Fabrica de Vidros Fratelli Vita (Travassos) | |
| 8 | Correio Geral | 16 | Estação Central da Estrada de Ferro | 27a | Federacão dos Clubs de Regatas | |
| | Telegrapho Nacional, agencia | 17 | Fabrica de Vidros, Gazoas e Refrigerantes | | Sede de Ilapagipe | |
| | Company The Correio Aereo | 18 | RAPELLI VITA | | Estaleiros, Dique, e Officinas da Comp. | |
| | Associação Commercial | 19 | Estação e Officinas de Bonds da Municipal | | Associação Bahiana | |
| | Monumento ao Riachuelo | | 17a | | 17a | Navgação Bahiana |
| | Bolsa e Junta Commercial | | 18 | Estação Jockey Club | 27 | Ponta |
| | | | 19 | Hippodromo do Senhor do Bonfim | | |

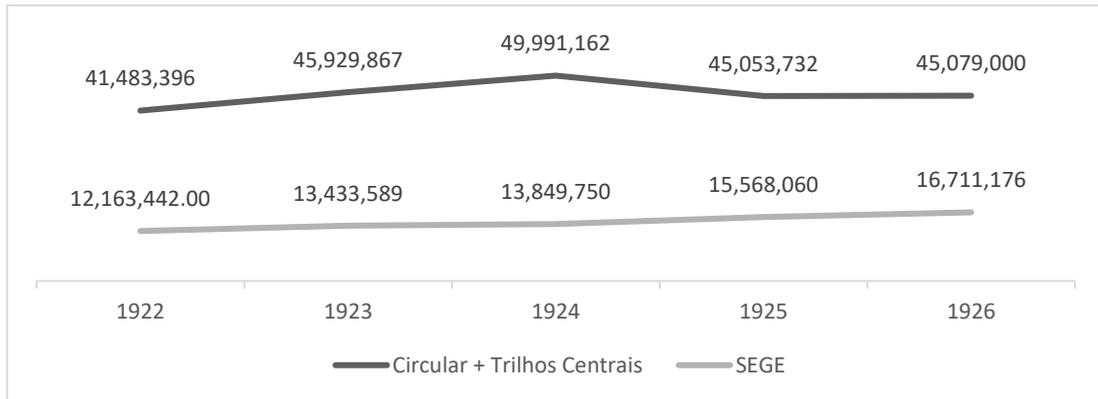
3. Mapa dos ramais SEGE. Fonte: SAMPAIO, L. *Indicador e guia pratico da Cidade do Salvador-Bahia*. Salvador: Tipografia Agostinho Barbosa, 1928.

O serviço de transporte por bondes era explorado por três companhias em 1926: Trilhos Centrais, Linha Circular de Carris da Bahia e uma empresa municipal, administrada pela Seção Especial de Gás e Eletricidade (SEGE). No início de 1870, o então governo provincial contratou com os irmãos Luciano e Justo Ariani a construção do matadouro municipal na distante fazenda do Retiro, permitindo-lhes criar a Trilhos Centrais, que transportaria não só carne, mas cargas e passageiros, entre a região e a Barroquinha, passando por Nazaré, Lapa, Taboão, Soledade e Fonte das Pedras. Treze anos depois, nasceu a segunda empresa da autorização concedida ao engenheiro Ramos de Queiroz para a criação de uma “linha circular”, que sairia do Terreiro de Jesus para a praça Rio Branco, de onde partiria para três rumos: 1. ladeira da Praça, Baixa dos Sapateiros, rua Direita de Santo Antônio, Barbalho, Nazaré, Piedade, São Bento, largo do Teatro e praça Rio Branco; 2. 1. Do Campo Grande ao Canela; 3. Aquidabã, Barbalho, Lapinha, Órfãos de São Joaquim, Mares, Uruguai e Bonfim.⁷⁵ A Trilhos Centrais e a Circular, a partir de 1906, começaram a operar em conjunto após o controle acionário sobre ambas estabelecido pelos Guinle, grupo do Rio associado à fabricante de material elétricos General Electric (Estados Unidos). Finalmente, a empresa administrada pela SEGE era a antiga Bahia Tramway Light and Power, cujos proprietários, após desembarcarem na cidade em 1905, começaram a explorar a linha carril entre a cidade baixa e a península de Itapagipe. O grupo, associado à Light (do capitalista estadunidense Percival Farquhar), entrou em conflito com os Guinle, que eram apoiados pelo governador J. J. Seabra (1912-1914; 1920-1924) e o intendente Júlio Brandão (1912-1914). Perdendo a disputa, a Bahia Tramway Light and Power seria encampada pelo município em 1914.⁷⁶ Em setembro de 1926, a Circular incorporou a Trilhos Centrais, sendo, em dezembro, comprada pela Electric Bond and Share Company, pertencente à General Electric. Três anos depois, a General Electric comprou a empresa municipal, constituindo-se um monopólio na exploração dos trilhos urbanos de Salvador.⁷⁷

⁷⁵ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*. Salvador: Caramurê, 2022, p. 101-112; 177-184; 217-224. Sobre a urbanização de Salvador no século XIX: SAMPAIO, C. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Odebrecht: Rio de Janeiro, 2005.

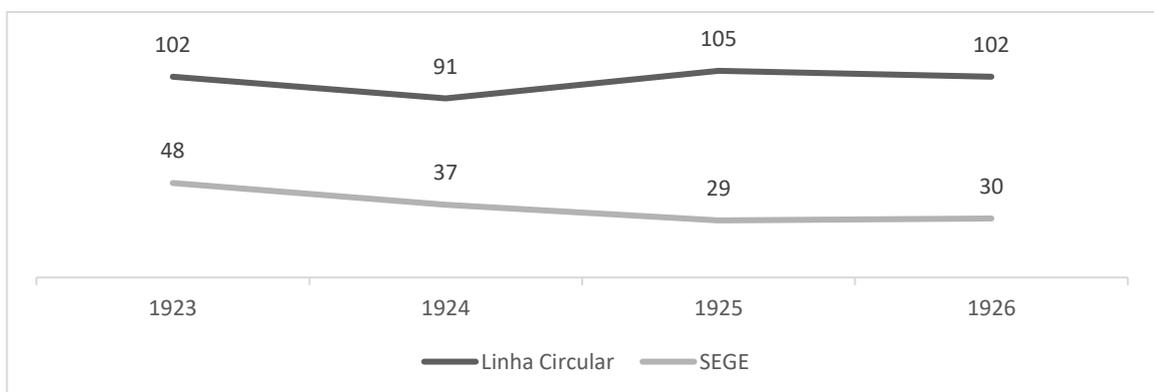
⁷⁶ CUNHA, J. *O fazer político da Bahia, 1904-1930*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2011, p. 46.

⁷⁷ SAES, A. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: Edusc, 2010, p. 421-425.



1. Número de passageiros por empresas carris em Salvador entre 1922 e 1926. Fonte: imprensa.

Entretanto, a abertura dos ramais acima citados não eliminaria outro problema do transporte público: a sobrecarga, igualmente atribuída à crise habitacional e, conseqüentemente, ao aumento demográfico.⁷⁸ Como no caso das construções, os jornais diziam que os aportes em mobilidade urbana garantiriam lucros, dada a grande necessidade de condução, um recado para as empresas do setor aumentarem suas frotas.⁷⁹ O gráfico acima mostra o número de passageiros por empresa carril entre 1922 e 1926. Publicadas na imprensa, as cifras foram agrupadas no caso da Circular e da Trilhos Centrais, incorporadas em 1926. Embora as linhas do gráfico sejam suaves, os números mostram crescimento de cerca de 41 para cerca de 45 milhões de passageiros, na Circular e na Trilhos Centrais; e de cerca de 12 para cerca de 16 milhões, na empresa municipal. Como o aumento percentual foi superior na cidade baixa, os dados sugerem um crescimento demográfico mais intenso em Itapagipe que nos subúrbios da cidade alta.⁸⁰



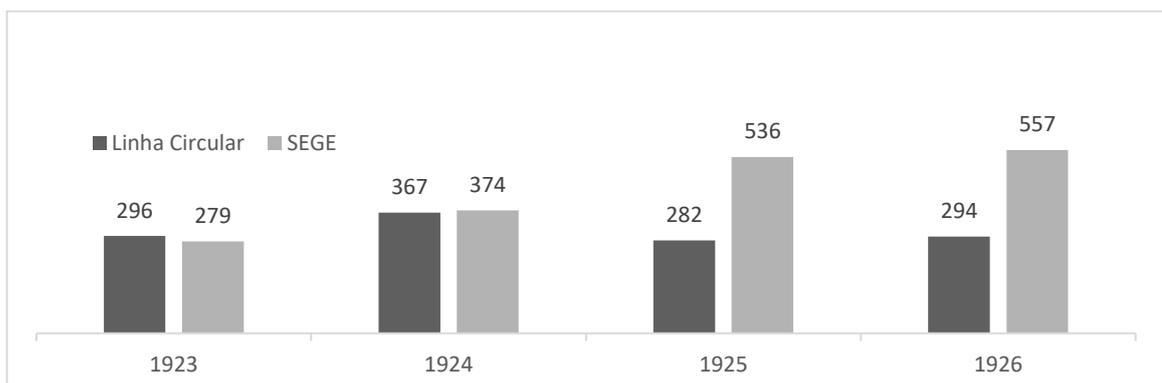
2. Número de bondes por empresas carris em Salvador entre 1923 e 1926. Fonte: imprensa.

⁷⁸ *Diário da Bahia*, 3/4/1928.

⁷⁹ *A Tarde*, 27/9/1927.

⁸⁰ *A Tarde*, 6/9/1927.

Os dados são mais eloquentes quando confrontados com a quantidade de bondes para passageiros operados pela Circular e a empresa municipal entre 1923 e 1926 (não há dados para 1922 nem para a Trilhos Centrais). Percebe-se no gráfico acima que a frota da companhia particular estagnou e a da pública diminuiu. Combinados, os gráficos anteriores mostram a sobrecarga da estrutura carril, particularmente na cidade baixa. O contraste entre as duas empresas torna-se cristalino na taxa de passageiros por bonde, reproduzindo-se a estagnação para a Circular e a piora para a ex-Light. Nota-se, igualmente, que a situação na cidade baixa, onde a taxa quase triplicou, alcançara um patamar importante a partir de uma data recente, isto é, 1924, o que mostra que a sobrecarga possuía um caráter agudo. Outro detalhe importante é que não ocorreram ampliações substanciais nos ascensores públicos instalados entre o primeiro e o segundo andar de Salvador.



3. Número de passageiros por bonde em Salvador entre 1923 e 1926. Fonte: imprensa.

Nas ruas, ninguém precisaria de um gráfico para notar a insuficiência dos trâmueis, em especial para certas localidades.⁸¹ Segundo um periódico, a sobrecarga no transporte carril era uma das “torturas chinesas desta abandonada Soterópolis”.⁸² Ao amanhecer, as paradas dos subúrbios e, ao anoitecer, as do centro, enchiam-se de passageiros, que iam, respectivamente, para o trabalho e para casa. Muitos preferiam ir a pé para o trabalho a esperar a chegada de um bonde com as acomodações apinhadas.⁸³ Conseguir um lugar num bonde da SEGE nessas

⁸¹ *O Imparcial*, 8/6/1926.

⁸² *Diário da Bahia*, 5/10/1927; 27/10/1928.

⁸³ *Diário da Bahia*, 11/10/1929.

horas, sobretudo nos pontos estratégicos, exigia de crianças, idosos e adultos, de ambos os sexos, arrojo para uma tomada de assalto, em meio a atropelos, empurrões e altercações.⁸⁴

Os bondes podiam seguir nos horários de pico com o triplo da lotação, que seguia espremida nos bancos e na parte traseira ou dependuradas como “pingentes” nos estribos e plataformas.⁸⁵ Obrigando as empresas a aumentarem a frota, o regulamento proibia a circulação de bonde superlotado e, portanto, o transporte dos passageiros em pé ou suspensos na parte externa.⁸⁶ Como as companhias não obedeciam à regra, condutores, motorneiros e policiais faziam vistas grossas diante da irregularidade.⁸⁷ Um conselheiro municipal chegou a propor, sem sucesso, uma lei que proibia a cobrança de ingresso aos passageiros sobressalentes, conduzidos sem comodidade ou segurança. Mário Peixoto, o presidente do Conselho Municipal, considerou o projeto um atentado ao direito ao transporte.⁸⁸

Os protestos não excluía a Circular, pois ocorriam ajuntamentos de passageiros ao longo dos seguintes ramais: Rio Vermelho, Brotas, Lapinha, Santo Antônio, Calçada, Nazaré, Barra e Tororó.⁸⁹ Os passageiros da Barra e Amaralina que conseguiam ir sentados faziam-no de costas por não darem tempo aos empregados de girarem os bancos.⁹⁰ No Campo Grande, um ponto estratégico entre o centro e os subúrbios, uma reportagem mostrou a “consumição” das pessoas ao anoitecer. Eram operários, “raparigotas” de retorno da “costura”, “burgueses com o estômago a exigir qualquer coisa” e “mocinhos bonitos” que iam prosar com a “pequena”. O bonde, ao chegar, causou um grande atabalhoamento, pouco importando a proclamação do condutor de que outro carro seguia atrás. Noutro bonde, um operário apertado na traseira desabafou ao repórter: “a coisa é essa mesma. Eu morava na cidade. As casas caras me atiraram para o mato. Os arrabaldes estão cheios.” O trabalhador estabeleceu uma inesperada relação entre o aumento dos aluguéis e a introdução do transporte particular: “mas a minha vingança”, continuou, “é que os capitalistas que exploram os inquilinos, os ricos, têm que comprar automóveis porque o bonde quando passa às portas deles já vai cheio...”⁹¹

Situação idêntica repetia-se nos planos inclinados Pilar e Gonçalves e nos ascensores Lacerda (passageiros) e Taboão (cargas), onde, diariamente, constituíam-se longas linhas de

⁸⁴ *Diário da Bahia*, 30/9/1927.

⁸⁵ *Diário da Bahia*, 3/4/1928; 12/12/1928; 5/1/1929.

⁸⁶ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*. Salvador: Universal, 1926, p. 14.

⁸⁷ *A Tarde*, 27/12/1928.

⁸⁸ *O Democrata*, 6/2/1926.

⁸⁹ *Diário da Bahia*, 10/9/1927; 5/10/1927.

⁹⁰ *A Tarde*, 27/9/1927.

⁹¹ *Diário da Bahia*, 5/10/1927.

espera, sobretudo após o encerramento do expediente nas casas comerciais.⁹² Depois de passar pela primeira fila, os passageiros subiam as escadarias internas, regurgitando de gente. De quando em quando, surgiam fura-filas, registrando-se com frequência correrias no acesso aos camarins, em especial do elevador Lacerda.⁹³ Popularmente conhecidas como “piolhos-de-cobra”, “rabos-de-arraia” ou “linguiça”, as filas mostravam que os ascensores não garantiam a circulação eficaz entre as zonas superior e inferior da cidade.⁹⁴



1. Foto com a inscrição "o 'piolho de cobra'. Elevador Lacerda", mostra uma longa fila diante do ascensor posicionado entre a cidade baixa e alta. Salvador, data desconhecida. Fonte: AHMS.

Não existia proteção contra as intempéries nos pontos do bonde e dos ascensores, o que era um desrespeito ao regulamento.⁹⁵ Existia uma marcante irritação com o risco de ser pego pela chuva numa parada sem abrigos ou nos bondes de tetos e cortinas estragados.⁹⁶ É revelador o caso de um conselheiro municipal que protestou quando a Circular decidiu alterar do Terreiro de Jesus para a praça Rio Branco os pontos de chegada e partida dos carros. O problema não era a pequena distância entre os dois pontos, mas a inexistência de abrigo para os passageiros na praça Rio Branco.⁹⁷

Saneamento

O asseio público, a distribuição d'água e esgoto e o calçamento tendiam a se concentrar no perímetro central das cidades alta e baixa. Os jornais restringiam-se a apontar as deficiências

⁹² *O Imparcial*, 16/5/1926; *Diário de Notícias*, 6/11/1928.

⁹³ *A Tarde*, 25/1/1929; 11/2/1928, 15/5/1929, 15/7/1929.

⁹⁴ *O Imparcial*, 16/5/1926 e 29/4/1926; *Diário de Notícias*, 10/2/1926; *A Tarde*, 17/11/1926; 21/5/1927; *A Tarde*, 8/5/1928; 28/6/1929.

⁹⁵ *A Tarde*, 19/5/1927; *Diário da Bahia*, 3/8/1928; *A Tarde*, 28/6/1929;

⁹⁶ *A Tarde*, 26/4/1927.

⁹⁷ *O Democrata*, 5/5/1928.

desta zona, alertando que nos subúrbios as carências eram absolutas. Por exemplo, na distante Cidade de Palha, situada atrás do cemitério da Quinta dos Lázarus, o trânsito era complicado à noite, por inexistir iluminação, e nos temporais, pela falta de calçamento. Joana, uma idosa que produzia cuscuz para se sustentar, explicou que a intendência esquecera-se do local, onde os precários melhoramentos tinha sido obra dos habitantes, que não usufruíam de canalizações. Sem policiamento, roupas e galinhas desapareciam dos quintais, mas não ocorriam desordens, pois os 1.500 moradores da região eram “pobres operários ordeiros e pacatos”.⁹⁸

O asseio público na capital, encargo do município, apresentava problemas em suas três etapas, isto é, a coleta, o transporte e a destinação do lixo. Os dejetos residenciais eram depositados nas calçadas (em latas, caixões e baldes abertos), sendo recolhidos durante o horário comercial por carroças arruinadas. Operadas por concessionários, estas, como os pagamentos da prefeitura pela coleta, não eram pontuais.⁹⁹ Resultado: os passeios e as ruas adquiriam aspecto anti-higiênico por causa dos resíduos, que caíam dos recipientes e dos veículos quando era grande a circulação de pedestres, autos, bondes etc.¹⁰⁰ Relatou-se entulho espalhado em ruas centrais como Chile, Tijolo, Laranjeiras e Maciel de Cima.¹⁰¹

O maior desafio era a destinação do lixo, pois Salvador possuía fornos instalados nos Dendezeiros, Fonte Nova e Garcia, mas eles não conseguiam atender à demanda da cidade.¹⁰² Conseqüentemente, depósitos iam surgindo mais ou menos irregularmente na capital.¹⁰³ O lixo também era depositado em grandes fossas cavadas em Itapagipe, sobretudo em Massaranduba, que, como mostrado, era uma área de moradia popular. Considerando as denúncias sobre a limpeza pública na Federação, nota-se que esse bairro corria o risco de se tornar outro depósito de lixo, como, decerto, perceberam os moradores do Gantois. Sua denúncia sobre os depósitos irregulares na localidade seria publicada sob o sugestivo título “uma sucursal do monturo da Fonte Nova”.¹⁰⁴

Na Fonte Nova, os problemas no forno geraram uma montanha de lixo que atraía urubus, moscas e muriçocas.¹⁰⁵ Os detritos começaram a atrapalhar a própria entrada no

⁹⁸ *Diário da Bahia*, 23/4/1929.

⁹⁹ *O Imparcial*, 4/6/1926; *Diário de Notícias*, 10/9/1928.

¹⁰⁰ *Diário da Bahia*, 20/8/1926, 17/4/1927; 1/1/1928; 5/2/1928.

¹⁰¹ *Diário da Bahia*, 11/2/1928; 23/3/1928; 1/7/1928.

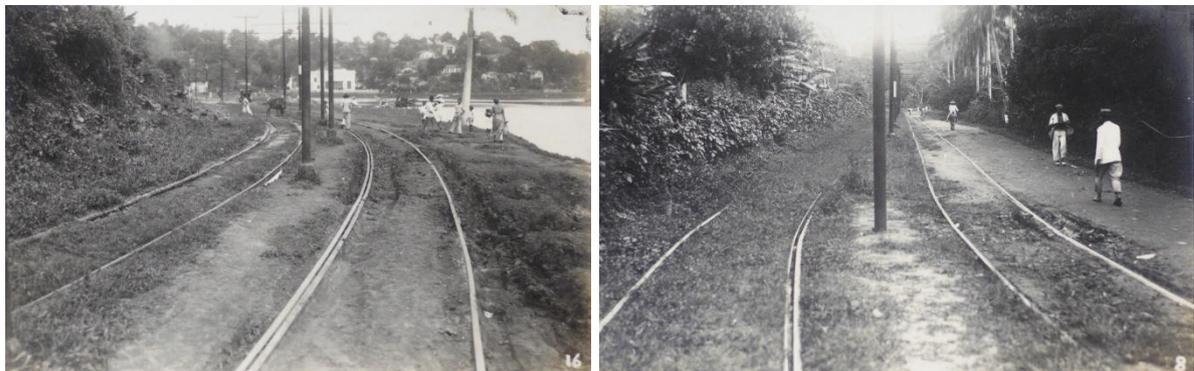
¹⁰² SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador (as páginas com a referência completa foram extraviadas), p. 25.

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 10/9/1928.

¹⁰⁴ *Diário da Bahia*, 24/12/1927.

¹⁰⁵ *Diário da Bahia*, 25/8/1927.

depósito, passando os carroceiros a perder animais que caíam do monturo. Subia um péssimo odor da manipulação do material por ocasião das descargas, rearranjos e incinerações, sobretudo nas canículas e temporais.¹⁰⁶ O ar era ainda empestado pela fumaça, como acima mencionado; o Dique do Tororó pelos sobejos. Na margem oposta, a usina termoelétrica da Circular, antes da inauguração, foi celebrada como uma aragem de progresso num arrabalde esquecido dos poderes públicos.¹⁰⁷ Entretanto, após a inauguração, poluiria o dique com óleo. Os empresários instalaram uma bomba e um tanque para usar a água no resfriamento do motor, podendo ser essa a origem do poluente.¹⁰⁸ Na primeira imagem a seguir, a usina emerge ao fundo; nela e na segunda, percebem-se a densidade da mata e a presença de trabalhadores negros, maioria dos moradores do subúrbio. As águas do Dique eram sagradas para o candomblé, muito presente na região. Tal poluição seria, portanto, um claro exemplo de “racismo ambiental”, termo que, naturalmente, não existia no período. Com a piora do quadro, porém, o odor e os dípteros começaram a alcançar os palacetes e bangalôs de Nazaré, zona onde residiam homens de elite, como Góis Calmon e Elói Jorge, sem falar no senador opositorista Moniz Sodré.¹⁰⁹



2 e 3. Ramal da Circular na região do Dique do Tororó. Notam-se a usina termoelétrica, trabalhadores e tensa folhagem. Fonte: CDOELBA.

O serviço de águas e esgotos já era precário em 1905, quando o município encampou a Companhia do Queimado, criando uma Seção Especial de Águas. Na ocasião, o Conselho Municipal autorizou o intendente a contrair um empréstimo de 25 milhões de francos para expandir o saneamento. Entretanto, os recursos distribuídos não seriam empregados

¹⁰⁶ *Diário da Bahia*, 25/8/1927; 26/4/1929.

¹⁰⁷ *O Imparcial*, 30/5/1926.

¹⁰⁸ *Diário da Bahia*, 1/7/1928; *A Tarde*, 23/4/1930.

¹⁰⁹ *Diário da Bahia*, 16/5/1929.

exclusivamente nestas obras, o que impediu a plena realização do projeto saneador, a cargo do engenheiro Teodoro Sampaio. Conseqüentemente, o projetado crescimento das rendas da Seção Especial de Águas, que permitiria o resgate do empréstimo, não ocorreu, originando no departamento um desequilíbrio entre receita e custeio, o que resultou na perpetuação dos problemas do saneamento e o não pagamento dos credores.¹¹⁰ O caso dessa repartição, semelhante ao da SEGE, mostra o desastroso impacto sobre o cotidiano urbanos da má gestão das finanças municipais e, por extensão, da autonomia administrativa que estados e municípios conquistaram graças ao federalismo republicano. O serviço acabaria transferido em agosto de 1925 ao estado, que o submeteria à Secretaria Estadual de Saúde Pública, criada por Góis Calmon. O órgão era dirigido pelo pernambucano Barros Barreto, cuja fama de higienista era diariamente ridicularizada pelas críticas ao quadro sanitário da capital.¹¹¹

O secretário, que era genro do governador, residia no Canela, um bairro coabitado por ricos e pobres no perímetro urbano, mas sem paralelepípedos. O logradouro era considerado “chique”, certamente pela residência dos abastados. Os ricos possuíam água encanada, mas seus esgotos caíam numa baixada, onde não seria surpresa encontrar casebres. Durante ao menos a crise hídrica de 1927-1928, pobres donas de casa residentes na Ferraro eram obrigadas a caminhar pelas ruas mal iluminadas a fim de disputar a água que caía entre 2 e 3 horas da manhã num tanque das imediações.¹¹² A Ferraro era uma “avenida”, ou seja, um conjunto de casas populares, situando-se numa encosta ou suas imediações.¹¹³

Portanto, a coabitação entre pobres e ricos (que também se percebia na Barra, onde existiam “bangalôs”, “casinhas modestas” e “casebres”)¹¹⁴ não contradizia a segregação racial e de classe explicada por Donald Pierson. Os afortunados, por exemplo, possuíam bombas de sucção da água paralisada nos encanamentos públicos, sendo uma das mais potentes a do palacete de Bernardo Catarino.¹¹⁵

Os moradores mais prestigiados podiam organizar comissões para realizar melhorias em parceria com o município e empresas particulares (principalmente a Circular), sendo o capital oriundo deles, dos moradores em geral ou de eventos beneficentes.¹¹⁶ O parque de Nazaré,

¹¹⁰ *O Democrata*, 24/4/1928.

¹¹¹ Sobre o trabalho de Barros Barreto: BATISTA, R. “Nós não compreendemos exatamente o que ela quis dizer com ‘vômito negro’”: Fundação Rockefeller, ciência e a epidemia de febre amarela de 1926. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 713-739, set./dez. 2021.

¹¹² *Diário da Bahia*, 20/10/1927.

¹¹³ *Diário da Bahia*, 20/9/1928.

¹¹⁴ *Diário da Bahia*, 22/6/1930.

¹¹⁵ *Diário da Bahia*, 14/4/1928; 21/9/1928.

¹¹⁶ *Diário da Bahia*, 27/8/1926; 1/1/1927; 12/8/1928.

que se tornaria um centro de atração pública, resultara da iniciativa particular, mas no Tororó as festas só geraram recursos para o conserto de um lampião.¹¹⁷ Os poderes públicos poderiam ainda ser pressionados a agir por moradores influentes. Quando o intendente apareceu no Garcia, em setembro de 1928, os residentes acreditaram na iminência de reformas, atribuindo-as à decisão de Albérico Fraga de construir um bangalô na área. Cogitou-se, num clube denominado Urubu Dândi, realizar homenagens ao político situacionista, embora os oposicionistas João Pacheco e Cosme de Farias tivessem percorrido as ruas lamacentas da localidade, prometendo pressionar a intendência.¹¹⁸ Os bairros que não possuíam moradores influentes ou protetores, no entanto, permaneceriam desassistidos dos poderes municipais.

O estado era encarregado das estações do Queimado, Retiro e, principalmente, Bolandeira, que distribuía água aos bairros dotados de canalização, a partir de bomba elétrica e motor a combustão.¹¹⁹ Casos de escassez, ao menos no período pesquisado, decorreram em sua maioria de problemas na tubulação ou de panes e penúria de diesel ou de eletricidade na Bolandeira.¹²⁰ O diesel era importado; a eletricidade fornecida por termoelétricas instaladas em Salvador e uma hidroelétrica situada no rio Paraguaçu, numa localidade denominada Bananeiras (município de São Félix). Portanto, as secas nos sertões poderiam afetar a geração de energia e, portanto, a distribuição d'água, mesmo que chovesse na capital.¹²¹

A Saúde Pública, em acréscimo, reconhecia que quase três quartos da água perdiam-se na encaiação.¹²² Repletos de buracos, os canos, após anos sem manutenção, estreitaram-se por causa dos detritos, sobretudo ferrugem. Consequentemente, quando os tubos recebiam pressão, a água saía pelos orifícios e rachaduras. Sem pressão, o líquido não conseguia alcançar as torneiras residenciais. Segundo um relato, as crianças eram então ocupadas o dia inteiro no recolhimento dos líquidos nas torneiras rentes ao chão, trabalho que, nas casas ricas, era desempenhado por empregados irritados com a tarefa extra.¹²³

Em janeiro de 1926, a imprensa informou que a falta d'água, que já durava um mês, era causada por um problema no motor, que exigiria mais um mês para ser solucionado. O governo pediu então à Elétrica, que pertencia à Circular, que aumentasse o fornecimento de

¹¹⁷ *Diário da Bahia*, 17/10/1927.

¹¹⁸ *Diário da Bahia*, 6/9/1928.

¹¹⁹ *Almanaque*.

¹²⁰ *Diário da Bahia*, 14/4/1928.

¹²¹ *Diário da Bahia*, 5/8/1928; 2/10/1928.

¹²² *Diário da Bahia*, 10/7/1928.

¹²³ *Diário da Bahia*, 12/4/1930.

eletricidade de 16 para 24 horas, o que a empresa atendeu de modo parcial.¹²⁴ Confirmando sua tendência cíclica, a escassez reapareceu no ano seguinte, quando Barros Barreto ameaçou demitir cobradores que não apresentassem listas de cobranças dos contribuintes que se recusaram a pagar a taxa por não correr água nas torneiras.¹²⁵ Em meados de 1928, a imprensa relatou súplicas contra a seca no centro e recantos de Salvador, inexistindo água para tarefas comezinhas, o que constituía perigo para a saúde pública.¹²⁶ O secretário de Saúde Pública liberou na ocasião o uso da água do Dique do Queimado, condenada em 1924 por um bacteriologista do Instituto Manguinhos por possuir o germe causador do tifo. Barros Barreto seria criticado quando a doença reapareceu na cidade três dias após a liberação, matando um suíço morador de Itapagipe, irmão do proprietário da conhecida Fotografia Gonçalves.¹²⁷

Esse quadro era um prenúncio da crise hídrica que se manifestaria, como de costume, na passagem do ano. Os grandes escritórios, em novembro, sofreriam prejuízos por não correr água no centro da cidade baixa, mas os aguadeiros fariam ótimos negócios no Campo Grande e Corredor da Vitória.¹²⁸ Protestos surgiram de Itapagipe, Sé, Cruzeiro de São Francisco, Santo Antônio, Portas do Carmo, Mercês e Mariquita.¹²⁹ Decidiu-se pela criação de um departamento específico para a gestão d'água, que acabaria dirigido por um engenheiro pernambucano, indicado por Barros Barreto. Na ocasião, a imprensa apontou outro problema crônico na tubulação: a obstrução por ferrugem, em decorrência de manutenção insuficiente.¹³⁰ Ocorria ainda redução no fornecimento de energia elétrica à urbes inteira, o que era comum nas crises hídricas mais intensas.¹³¹ Segundo denúncias, a Saúde Pública estabelecera um regime de racionamento em que a distribuição d'água era alternada entre os diferentes bairros, ao menos em fevereiro, quando a situação sanitária era inquietante, por conta do acúmulo de sujeira na capital.¹³²

Depois da escassez de 1926-1927, um temporal caiu em março, com o lixo e a impetuosidade das águas entupindo os esgotos.¹³³ Pontos de alagamento atrapalharam o tráfego nas ruas J. J. Seabra e Garcia, praças da Piedade e Campo Grande e bairros da Calçada e Barra. Carros e pedestres decidiram enfrentar as “lagoas” em diferentes pontos, molhando

¹²⁴ *Diário de Notícias*, 16/1/1926.

¹²⁵ *Diário da Bahia*, 20/10/1927.

¹²⁶ *Diário da Bahia*, 5/6/1928; 8/7/1928; 10/7/1928; *Diário da Bahia*, 2/10/1928.

¹²⁷ *Diário da Bahia*, 15/9/1928; 18/9/1928; 21/9/1928.

¹²⁸ *Diário da Bahia*, 2/11/1928; 6/12/1928; *Diário da Bahia*, 14/12/1928; *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

¹²⁹ *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

¹³⁰ *Diário da Bahia*, 6/11/1928.

¹³¹ *Diário da Bahia*, 9/11/1928.

¹³² *Diário da Bahia*, 19/2/1928.

¹³³ *Diário de Notícias*, 8/3/1926.

os estribos e os joelhos.¹³⁴ Entre o largo do Teatro e o Taboão, desceu uma rápida e grossa corrente d'água que, arrastando pedra, lata e lixo, obstruiu as sarjetas do Comércio, inundando o térreo das casas comerciais. Os proprietários contrataram carregadores munidos de pau para defender as lojas da rataria que escapou dos esgotos nas ruas Conselheiro Dantas, Princesas e Miguel Calmon, cena que ensejou comentários hilariantes sobre a incapacidade de Barros Barreto. Ocorreu deslizamento de terras no Alto do Peru, São Caetano e Liberdade, mas sem registro de mortes.¹³⁵

Um ano depois, os alagamentos atingiriam Santo Antônio, Mercês e São Pedro, sendo os pontos críticos Sete Portas e a Barroquinha, trechos estratégicos para o tráfego urbano.¹³⁶ Recebendo a água do Cabral, Fabrício e Fonte Nova, o largo da Sete Portas, que só possuía calçamento nos carris, tornou-se uma lagoa que isolou os moradores em seus casebres. Bondes superlotados e repletos de goteiras, de ida ou retorno do Rio Vermelho, Brotas, Soledade ou Calçada, permaneciam parados nas margens, enquanto prepostos, não da intendência, mas da Circular, desentupiam os bueiros.¹³⁷ Cena parecida repetia-se na Barroquinha, onde o tráfego projetava ondas de lama sobre os pedestres, assim como fregueses e paredes das lojas.¹³⁸ Na Preguiça, formou-se uma imensa poça de lama que, como sempre, demoraria para desaparecer, tornando-se um criadouro de mosquitos.¹³⁹

Salvador, segundo relatos, tinha ruas suburbanas que pareciam estradas sertanejas, perigosas até para carros de boi, por conta do calçamento ruim ou inexistente, conjugado à topografia acidentada, característica da metrópole nortista.¹⁴⁰ Liberdade, Tororó, Sete Portas, Brotas, Rio Vermelho, Barra, Cabula, Retiro, Fonte Nova, Calçada etc. careciam de paralelepípedos, meios-fios e passeios, sendo castigados alternadamente por poeira e lama. Era um suplício manter a casa limpa no período seco e ir ou retornar do trabalho e escola durante os aguaceiros.¹⁴¹ O problema da pavimentação, porém, era generalizado, embora desigualmente distribuído, pois atingia áreas centrais, como o largo Dois de Julho e a rua da Ajuda, sem calçamento; bem como o Campo Grande, Sé, Pelourinho, rua J. J. Seabra e travessas da avenida Sete de Setembro, com calçamento inferior ou estragado. É possível que a boa pavimentação se limitasse, em meados dos anos 1920, a áreas como a rua Chile, largo

¹³⁴ *Diário de Notícias*, 17/3/1926; *O Imparcial*, 4/6/1926.

¹³⁵ *Diário da Bahia*, 17/3/1928.

¹³⁶ *Diário da Bahia*, 23/4/1929.

¹³⁷ Sobre as linhas de bondes que passavam no largo: *Diário da Bahia*, 10/5/1929.

¹³⁸ *Diário da Bahia*, 2/5/1929.

¹³⁹ *Diário da Bahia*, 29/4/1929.

¹⁴⁰ *Diário da Bahia*, 11/3/1927; 19/8/1927; 26/1/1928; 14/3/1928.

¹⁴¹ *Diário da Bahia*, 24/10/1928; 1/1/1929.

do Teatro e avenida Sete.¹⁴² O asfalto do Comércio era cheio de buracos. O padrão de calçamento ruim nas ruas principais e inexistente nas secundárias repetia-se em Itapagipe, onde o Caminho de Areia fazia jus ao nome.¹⁴³

Donald Pierson notaria que os calçamentos e as próprias ruas desapareciam nas encostas e depressões: “não há nenhum arruamento; apenas caminhos laterais, ou por entre os trilhos (sendas)”, escreveu. “Os habitantes utilizam-se de trilhos, onde, após um temporal, a argila torna-se escorregadia e perigosa, nas subidas mais fortes”.¹⁴⁴ É o que se percebe na sequência fotográfica a seguir, que retrata o Engenho Velho. Na primeira imagem, reúnem-se em torno de um poço duas mulheres e cinco crianças, uma das quais espelhou a(o) fotógrafa(o). O poço não tinha proteção contra acidentes, um perigo para a garotada distraída pela câmera. Na segunda, um grupo, que podia se constituir dessas pessoas, passa num trilho íngreme, dotado de degraus e corrimãos rudimentares, certamente construídos pelos moradores. Percebe-se um homem parado na entrada de um caminho perpendicular, com uma lata d’água na cabeça, como se interagisse com o grupo, que incluía uma mulher com salto alto. Não existe, portanto, água canalizada, muito menos eletricidade e esgoto. Na terceira foto, a legenda informa que o homem carrega água para a casa de Xangô. Outro lugar desprovido de canalizações era Amaralina, onde o fluído era comprado aos aguadeiros, que o forneciam em carroça, independente da situação na Bolandeira.¹⁴⁵

¹⁴² *Diário da Bahia*, 11/3/1927; 19/8/1927; 26/1/1928; 14/3/1928.

¹⁴³ *Diário da Bahia*, 5/1/1927; 4/6/1929; 26/6/1929.

¹⁴⁴ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, p. 66.

¹⁴⁵ *Diário da Bahia*, 1/7/1928.



4, 5 e 6. Na primeira imagem, mulheres e crianças reúnem-se em torno de um poço d'água; na segunda, um grupo transita num caminho íngreme e rudimentar; na terceira, um homem carrega água para a casa de Xangô. Salvador, 1938. Fonte: Smithsonian.

O subúrbio praieiro também exemplificou como um bairro sem calçamento poderia ser marginalizado dos benefícios propiciados pelo transporte automotor. Em abril de 1929, o chofer da ambulância da Saúde Pública recusou-se a subir uma acidentada ladeira para socorrer um homem acometido de ataque apoplético.¹⁴⁶ Quando a prefeitura, no ano anterior, impôs aos encarregados do asseio público a substituição de carroças por caminhões, o serviço continuou a ser realizados pelos carroceiros nas ruas esburacadas dos subúrbios.¹⁴⁷ Outro importante exemplo era a indisposição de choferes de praça e empresas de ônibus de servirem às populações suburbanas, com exceção de Itapagipe.¹⁴⁸

Os enterros de pobres na Quinta dos Lázaros eram particularmente humilhantes no período hibernal, como descobriu Góis Calmon, ao carregar, em agosto de 1926, o féretro de Raimundo Frexeiras, criador da escola Abrigo dos Filhos do Povo. Os moradores do bairro criaram esperanças de que o governador calçaria a zona após ser obrigado a passar a alça do caixão para não afundar a perna no lamaçal.¹⁴⁹ Havia no percurso uma íngreme ladeira de calçamento grosseiro que, segundo um apelo de irmandades católicas, era um martírio para os idosos, mesmo na estação calmosa.¹⁵⁰ Os remediados poderiam recorrer ao serviço funerário da Circular, constituído de bondes simples ou luxuosos, sendo, dizia a propaganda,

¹⁴⁶ *Diário da Bahia*, 22/4/1929.

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 10/9/1928; *Diário da Bahia*, 12/4/1930.

¹⁴⁸ *Diário da Bahia*, 25/6/1927.

¹⁴⁹ *Diário da Bahia*, 19/1/1927.

¹⁵⁰ *A Tarde*, 26/9/1928.

o único do Brasil.¹⁵¹ Para reacender a esperança dos moradores da Baixa de Quintas, o intendente, no início de 1927, oficiou à Circular, lembrando que a empresa era obrigada contratualmente a calçar a região.¹⁵²

Numa petição endereçada ao Conselho Municipal, Bráulio Xavier lembrou que, um ano depois, ainda era comum o cortejo parar no Dois Leões para que os mais ligados ao defunto tirassem os calçados, arregaçassem as calças e, com o auxílio de ganhadores da rua, carregassem o caixão pelos ombros para transpassar o atoleiro, chegando à necrópole caixão e condutores cobertos de lama. Quando caía o aguaceiro, uma grossa corrente suja de detritos impedia qualquer trânsito na região.¹⁵³ Em abril de 1928, um conselheiro municipal alertou que os pobres, em seus enterros, eram obrigados a “atravessar [...] o terrível lamaçal, caindo aqui, ali e acolá”.¹⁵⁴ Essa situação, ainda que em menor grau, reproduzia-se na ladeira do cemitério do Campo Santo.¹⁵⁵

O regulamento do transporte carril impunha às empresas o calçamento da área entre os trilhos e trinta centímetros das laterais, o que reduzia os custos da intendência com o melhoramento.¹⁵⁶ Deduz-se que, se a rua fosse estreita ou a linha dupla, a pavimentação cobriria uma área importante.¹⁵⁷ Portanto, a inauguração do bonde criava a expectativa de mais melhorias, o que aumentava a pressão dos moradores para que o poder público completasse o calçamento da Circular, realizando outras reformas.¹⁵⁸ Entretanto, a cláusula era desrespeitada pelas próprias empresas, como ocorria no Barbalho, por exemplo, onde os paralelepípedos permaneciam abandonados na rua, marginando os trilhos assentados sobre a terra.¹⁵⁹ O quadro era pior nas regiões mais necessitadas, como a Baixa de Quintas e a Mata Escura, onde a Circular, ao ser cobrada, alegou não existir calçamento algum na rua.¹⁶⁰ Essa resposta e um relatório da empresa sugerem que esta resistia a calçar o leito de ruas não calçadas pela intendência, o que explica o jogo de empurra-empurra entre concessionários e

¹⁵¹ *Diário da Bahia*, 1/7/1928; *A Tarde*, 7/1/1929

¹⁵² *Diário da Bahia*, 27/1/1927.

¹⁵³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 26/6/1929.

¹⁵⁴ *O Democrata*, 26/4/1928.

¹⁵⁵ *Diário da Bahia*, 13/11/1929.

¹⁵⁶ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 20.

¹⁵⁷ *Diário da Bahia*, 1/2/1928; 12/1/1929.

¹⁵⁸ *Diário da Bahia*, 10/8/1927.

¹⁵⁹ *Diário da Bahia*, 23/8/1927.

¹⁶⁰ *Diário da Bahia*, 2/10/1928.

poder público.¹⁶¹ Nesses casos, o impasse poderia ser superado pelo apadrinhamento de algum político, como ilustrou o caso do Garcia.¹⁶²

O assentamento dos carris exigia ainda a preparação do solo, eliminando irregularidades como sulcos, elevações e depressões, prejudiciais ao escoamento d'água e ao tráfego, não só de trâmueis, mas de carroças, autos e pedestres.¹⁶³ É possível que estes últimos usassem o leito calçado para escaparem da lama, como os autos o faziam com os carris para escapar dos buracos. Outra hipótese é a de que os postes e cabos elétricos necessários ao acionamento dos trâmueis constituíssem uma estrutura inicial para a eletrificação das ruas, residências e casas comerciais. Igualmente, a chegada do bonde poderia facilitar o próprio transporte do material para as reformas, reduzindo custos. Durante os melhoramentos realizados em Amaralina, por exemplo, a Circular comprometeu-se a trazer gratuitamente os paralelepípedos, além de modificar os carris de acordo com os planos da comissão de melhoramentos.¹⁶⁴

O desalinho entre a intendência e a Circular, em torno do preparo do terreno para os carris, criou um impasse que retardou a abertura do ramal da Estrada da Liberdade. Formado por cerca de três mil casas e dez mil pessoas, a esmagadora maioria trabalhadores negros, o bairro era extenso, mas não possuía paralelepípedos, iluminação, nem canalização de água e esgoto. Isso não obstante promessas realizadas por Góis Calmon em 1925, ao percorrer a zona, um logradouro histórico por onde passaram as tropas do Exército Libertador para ocupar a cidade em 2 de julho de 1823, no contexto da Independência.¹⁶⁵ Durante a noite, era receoso transitar por certas áreas; durante os temporais, a lama era prejudicial ao tráfego, sobretudo para a população em idade escolar, como os seiscentos matriculados na escola Abrigo dos Filhos do Povo.¹⁶⁶ O abandono da Liberdade oferecia um contraste com a atenção dedicada pelo governador a Monte Serrat.¹⁶⁷

O município concedera à Circular e à Trilhos Centrais, em março daquele ano, a supressão da primeira seção dos ramais que partiam do plano inclinado Gonçalves, em troca de estender em cerca de dois quilômetros o ramal da Lapinha, que assim entraria na Liberdade, passaria pela Abrigo e encontraria o ramal da Calçada no Tanque da Conceição.

¹⁶¹ Relatório da Linha Circular. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/5/1928.

¹⁶² *Diário da Bahia*, 17/6/1930.

¹⁶³ ALMEIDA, F. “*As últimas depredações do último dia 4 de outubro*”: o quebra-Bondes e outras questões referentes ao transporte coletivo em Salvador. Salvador: Ufba (História, trabalho de conclusão de curso), 2017, p. 8.

¹⁶⁴ *Diário da Bahia*, 27/8/1926.

¹⁶⁵ *Diário da Bahia*, 1/5/1927.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 11/3/1926; *Diário da Bahia*, 28/7/1927.

¹⁶⁷ *Diário da Bahia*, 1/5/1927.

Os ramais eram seccionados em trechos, cada qual custando 100 réis; com a supressão, os passageiros passaram a pagar 200 réis num único trecho constituído a partir da junção entre dois trechos anteriormente existentes. Ou seja, perdeu-se o direito de pagar pela metade do percurso, mesmo se o passageiro não pretendesse alcançar o segundo trecho. A supressão ocorreu no centro histórico, ponto de partida dos ramais de ambas as empresas, que também se comprometeram, em contrapartida, a contribuir com 300 contos para a demolição da catedral da Sé e a ligar os ramais da Graça e Campo Santo ao do Canela.¹⁶⁸ Quando a Circular comprou a Trilhos Centrais no ano seguinte, herdou essas obrigações.

Os trabalhos da ligação entre o Canela, a Graça e o Campo Santo começaram em março de 1926, quando o Conselho Municipal sequer chancelara as plantas da Liberdade. Os moradores continuaram a pressionar o poder público, sendo apoiados, entre outros, pela imprensa e por Cosme de Farias.¹⁶⁹ Em julho do ano seguinte, em conferência com o intendente Elói Jorge, eles propuseram pagar pelo calçamento, desde que o ramal fosse imediatamente iniciado. O diretor de obras João Tuvo tranquilizou os moradores, mostrando as plantas; mas o fiscal Plínio Coutinho explicou que a Circular condicionara o início das obras ao aplainamento do solo pela intendência.¹⁷⁰

Elói Jorge reuniu-se em agosto com a Sociedade Beneficente Defensora dos Pobres, associação que dizia contar com 2 mil associados, tendo sido criada em outubro de 1925.¹⁷¹ Pelo menos o intendente Francisco Souza chegou a participar de reuniões na sede da entidade, na praça Três de Maio (Liberdade).¹⁷² Os diretores e constituintes da entidade, num registro fotográfico distribuído aos jornais, apareceram numa área barrenta, em cujo fundo surgem casas de taipa, telhados baixos e cercas rudimentares. Eram, em sua esmagadora maioria, homens e crianças pretas, reunidos numa área externa daquele subúrbio. Seus dirigentes compunham-se, entre outros, de engenheiros.¹⁷³

Na reunião com a Sociedade, o intendente prometeu agir contra a alegação da empresa.¹⁷⁴ Paralelamente, um requerimento solicitando ao prefeito pedir explicações à Circular sobre o atraso na abertura da linha ensejou debate acalorado no Conselho Municipal. Antônio França, conselheiro, afirmou que o cumprimento do contrato dependia da preparação

¹⁶⁸ Resolução nº 708. Memorial da Eletricidade (ME). Companhia Auxiliar de Energia Empresas Elétricas Brasileiras. CAEEB. CI.CAEEB.TE.103.18.

¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, 11/3/1926; *A Tarde*, 24/1/1927.

¹⁷⁰ *Diário da Bahia*, 28/7/1927.

¹⁷¹ *A Tarde*, 29/8/1927. *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 7/8/1930.

¹⁷² *Diário de Notícias*, 26/12/1928.

¹⁷³ *Diário de Notícias*, 3/12/1928.

¹⁷⁴ *A Tarde*, 29/8/1927.

do terreno pela intendência. Seus colegas questionaram que o contrato atribuísse aquela preparação ao município, o qual, ademais, não tinha os 200 contos exigidos pela obra.¹⁷⁵ Posteriormente, uma gazeta insinuaria que Antônio França protegia a Circular, onde exercia um dos seus muitos empregos.¹⁷⁶ Durante uma tensa reunião com os moradores, em setembro, o intendente repudiou contundentemente as exigências da Circular, então representada por seu diretor Anísio Massorra.¹⁷⁷

Nem o município nem a companhia queriam assumir os altos custos do preparo do solo, um claro indício da péssima situação da Estrada da Liberdade. Os representantes da companhia propuseram em outubro estender o ramal até a escola, sem alcançar a linha da Calçada, o que seria rejeitado pelos moradores e pelo edil por desrespeitar o contrato, cujo concessão, isto é, o desaparecimento das primeiras seções depois do plano inclinado Gonçalves, já era gozada pela Circular.¹⁷⁸ Há sinais de que o intendente era o mais cioso no cumprimento da lei, pois parte dos moradores, segundo uma gazeta, acabaria aceitando financiar os trabalhos preparatórios, bem como pagar uma seção de 100 réis entre a Lapinha e o Mirante, propostas derrubadas pelo prefeito.¹⁷⁹ Coincidentemente ou não, em dezembro, após a saída de Elói Jorge da prefeitura, anunciou-se na imprensa um acordo entre moradores e empresa, com os primeiros encarregando-se do preparo do solo e o ramal chegando apenas à Abrigo. Os trabalhos iam adiantados no início de 1928, com os habitantes entusiasmados ante a possibilidade de a inauguração ocorrer no Treze de Maio.¹⁸⁰ Entretanto, ainda em setembro, a inauguração não tinha ocorrido, porque a empresa não queria mais alcançar a escola. O ramal, realmente, chegaria apenas ao Mirante, sendo inaugurado, ainda assim, somente em 1929.¹⁸¹

Portanto, a expansão das linhas a regiões distantes trazia não apenas transporte, que era crucial, mas obras públicas, cuja execução, porém, dependia da cooperação ou coação entre poder público, empresas e moradores.¹⁸² Outro exemplo nesse sentido ocorreu em janeiro de 1929, durante a realização de obras hidráulicas na rua Pedro Labatut, localizada no bairro dos Barris. Sugeriu-se então à Circular a duplicação do ramal – para aumentar a área calçada – e à intendência a fixação de meios-fios que obrigassem os moradores à construção de passeios

¹⁷⁵ *O Democrata*, 14/1/1928; *Diário da Bahia*, 20/10/1927.

¹⁷⁶ *Diário da Bahia*, 20/10/1927.

¹⁷⁷ *A Tarde*, 17/9/1927.

¹⁷⁸ *Diário da Bahia*, 11/10/1927, 19/10/1927.

¹⁷⁹ *Diário da Bahia*, 5/11/1927.

¹⁸⁰ *Diário da Bahia*, 2/12/1927, 28/2/1928.

¹⁸¹ *Diário da Bahia*, 27/9/1928; *Diário da Bahia*, 25/4/1929.

¹⁸² *Diário da Bahia*, 10/8/1927.

uniformes.¹⁸³ O bonde garantiria “progresso” a muitos bairros soteropolitanos, estimulando o capital particular a realizar melhoramentos urbanos, assim como empreendimentos particulares, como casas comerciais e habitações.¹⁸⁴ Entretanto, o caso da Liberdade mostra a grande capacidade da Circular em resistir ao cumprimento de obrigações contratuais, mesmo depois de entrar no gozo de benefícios.

Comunicação e energia

O centro e as periferias eram ligados não só por bondes, como por telefones, uma concessão estadual entregue à Elétrica e, portanto, à Circular. Salvador conheceu o telefone no início dos anos 1880, o que contribuía para que as classes abastadas ocupassem as áreas suburbanas, sem perder o contato com os parentes e negócios estabelecidos no centro.¹⁸⁵ O comerciante britânico Edward Pellew Wilson Júnior estabeleceu em 1884 a Empresa Telefônica da Bahia, que em 1891 transferiria a concessão do serviço para a Companhia das Docas e Melhoramentos.¹⁸⁶ Segundo dados das empresas, a rede possuía em 1928 cerca de 3.500 aparelhos conectados a 13 mil quilômetros de cabos, apenas na capital. Sua principal estação situava-se no largo do Ramos de Queiroz, mas havia subestações noutras áreas. Operado por 187 técnicos, entre os quais 92 telefonistas, o serviço cobria Feira de Santana e as principais cidades do Recôncavo (São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Muritiba, São Francisco do Conde etc.).¹⁸⁷

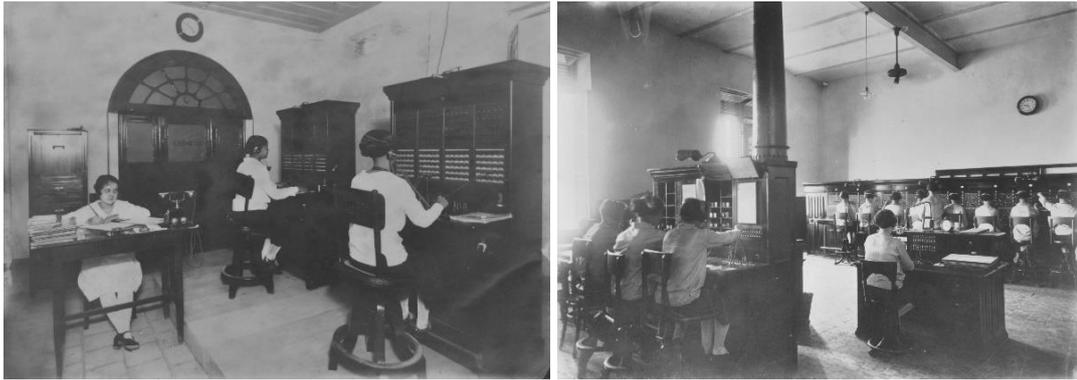
¹⁸³ *Diário da Bahia*, 12/1/1929.

¹⁸⁴ *A Tarde*, 24/1/1927.

¹⁸⁵ BELENS, A. *Modernidade sem rosto: Salvador e a telefonia (1881-1924)*. Simões Filho: Kalango, 2010, p. 112-124 *apud* REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 118.

¹⁸⁶ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 123-124.

¹⁸⁷ *Diário da Bahia*, 1/7/1928.



7 e 8. Tefonistas intermediam as ligações na central telefônica da Circular, situada no largo do Ramo de Queiroz. Fonte: CDCELBA.

Reclamações contra os telefones eram poucas, o que se explica pelo número restrito de assinantes, pois eram comuns as quedas, esperas e erros nas ligações, atribuídas a reduções no quadro de telefonistas pela Circular.¹⁸⁸ Eram problemas antigos, datados do começo da década anterior, pelo menos. Numa reportagem de julho de 1927, Anísio Massorra nega demissões, reconhecendo, porém, a desproporção entre as contratações e o aumento dos aparelhos residenciais, de modo que as ligações por telefonistas saltaram de 150-200 para 250-300. Os quadros, alegou, comportariam 400 ligações, média praticada no Rio e em Nova Iorque.¹⁸⁹ O contrato com o estado baiano, entretanto, impunha a abertura de estações em função do alargamento da clientela.¹⁹⁰ O diretor culpava a inabilidade dos usuários e das telefonistas, não mais recrutadas entre as soteropolitanas mais preparadas, que preferiam ocupações melhor pagas. Reconheceu, assim, a remuneração insuficiente, problema denunciado noutra reportagem.¹⁹¹ Como os empregadores, os usuários exerciam pressão sobre as telefonistas, chegando a assediá-las, o que o repórter flagrou, quando Anísio Massorra permitiu que ele escutasse a ligação.¹⁹² Coincidentemente ou não, durante a greve daquele ano na Este Brasileiro, os paredistas da Calçada afirmariam na imprensa que suas ligações para a Central da Bahia eram boicotadas pelas profissionais.¹⁹³

Os protestos contra a energia eram mais frequentes.¹⁹⁴ Salvador era energizada pela Elétrica e pela Compagnie D'Éclairage de Bahia, que pertencera à Light, sendo, como esta,

¹⁸⁸ A Capital, 26/1/1927; *Diário da Bahia*, 28/4/1927; A Tarde, 2/3/1929; 1/3/1929.

¹⁸⁹ Tarde, 26/7/1927.

¹⁹⁰ BAHIA. Termo do contrato celebrado entre o Estado da Bahia e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Salvador: 1925, p. 5.

¹⁹¹ *Diário da Bahia*, 18/9/1928.

¹⁹² A Tarde, 26/7/1927.

¹⁹³ A Tarde, 18/5/1927.

¹⁹⁴ *Diário de Notícias*, 16/1/1926.

encampada pelo município em 1914. No começo de 1928, a Circular, por intermédio da Elétrica, mantinha as usinas termoelétricas do Gasômetro e Preguiça e a hidroelétrica de Bananeiras. Sua eletricidade era empregada nos trilhos e ascensores, sendo ainda fornecida a particulares (sem um contrato público), ao município (iluminação pública) e ao estado (distribuição d'água). Note-se que a Circular não era a concessionária do serviço, apenas cobria as deficiências da ex-D'Éclairage. Esta possuía uma termoelétrica e um gasômetro na cidade baixa, eletrificando partes da metrópole e os trâmueis da ex-Light. Portanto, não obstante a importância da energia para tração e iluminação de bondes, fábricas, ascensores, logradouros e repartições públicas, casas, lojas etc., Salvador não possuía empresas titulares de contrato para o fornecimento energético.¹⁹⁵ Embora as críticas concentrassem-se na empresa municipal, crescentemente atingiam a Circular. Ocorriam panes nos motores das termoelétricas e do gasômetro, exigindo a importação de peças (o gasômetro deixara em parte de operar pela crise de carvão desencadeada pela Grande Guerra); já a hidroelétrica de Bananeiras era muito pequena, não atendendo às necessidades da capital.¹⁹⁶

Outro problema residia na estrutura distribuidora, que era precária ou erroneamente instalada.¹⁹⁷ Esse problema emergira com a eletrificação dos trilhos urbanos, inaugurada pela Siemens & Halske em 1897.¹⁹⁸ Se, no estio da passagem do ano, ocorriam apagões; nos temporais, os cabos caíam, ensejando síncope e interrupções no tráfego, para não mencionar choques elétricos. Em certos casos, como dois ocorridos em Amaralina, era patente o desprezo das companhias pela segurança dos soteropolitanos.¹⁹⁹ No primeiro, ocorrido em dezembro 1928, um cabo partido permaneceu por 48 horas na rua, por pouco não matando um rapaz; no segundo, em abril de 1929, uma criança acabaria eletrocutada por tocar num fio nas mesmas condições.²⁰⁰

Como se não bastasse, os postes eram fixados muito próximos às fachadas prediais.²⁰¹ Foi o que matou um carregador que meteu a cabeça pelo óculo de um depósito na Preguiça para olhar um aeroplano em março de 1926,²⁰² mesmo destino de Isaura, uma emprega que

¹⁹⁵ *O Imparcial*, 8/6/1926; 9/6/1926.

¹⁹⁶ *Diário da Bahia*, 5/10/1927, 3/4/1928. REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 237.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, 19/3/1926; *O Imparcial*, 18/6/1926.

¹⁹⁸ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 157-160.

¹⁹⁹ *O Imparcial*, 18/6/1926.

²⁰⁰ *Diário da Bahia*, 18/12/1928, 29/4/1929.

²⁰¹ *Diário da Bahia*, 25/8/1927.

²⁰² *Diário de Notícias*, 19/3/1926.

em 1929 se debruçou sobre a janela dos patrões na Cruz dos Pascoal.²⁰³ Finalmente, como a Circular não possuía contrato público, o preço do quilowatt subia em função das secas no leito do Paraguaçu. Os jornais eram obrigados a exigir a restauração dos preços após a estiagem.²⁰⁴

Não por coincidência, os padrões da eletrificação eram semelhantes aos do saneamento. Salvador, com a luz bruxuleante do centro e a caligem pesada dos subúrbios, parecia uma cidade cemitério.²⁰⁵ A avenida Sete, as ruas Chile e Misericórdia e as praças do Teatro e Municipal eram mais ou menos bem iluminadas. O número de postes diminuía drasticamente noutras áreas, onde as lâmpadas possuíam baixa potência, não sendo substituídas quando queimadas ou roubadas.²⁰⁶ Mesmo em Nazaré, com suas moradas suntuosas, o bonde noturno passava entre luzes esparsas e claudicantes.²⁰⁷ Outra área coberta pela escuridão era o Comércio, sobretudo na parte recentemente conquistada ao mar, como a praça das Nações.²⁰⁸ Os sítios de Brotas pareciam engolir a lânguida iluminação que partia dos postes espalhados aqui e ali.²⁰⁹

Os protestos contra as pequenas sínopes eram substituídos por clamores nas secas da passagem do ano. O tráfego carril, para não falar na iluminação, já era comprometido em julho e agosto de 1927, o que impedia os trabalhadores do comércio e das indústrias de assumirem pontualmente seus postos.²¹⁰ No começo de outubro, mal se iniciara o estio e Salvador já sentia perturbações na iluminação e tração, decorrentes da baixa no leito do Paraguaçu, obrigando a companhia a aumentar a produção na Preguiça e a cortar parte da energia fornecida ao município.²¹¹ O Gasômetro passaria por reformas, restaurando um motor paralisado havia muitos anos.²¹²

Nos dias seguintes, a crise recrudesceria, diminuindo-se drasticamente a iluminação. Os grandes exportadores protestariam contra os riscos de roubos na cidade baixa, sede dos maiores empórios da Bahia. O breu também era um perigo para os trabalhadores, pois se o policiamento no centro era diminuto, imagine-se “o que não [eram] estes ermos longínquos [...] como Cabula, Estrada da Rainha, Campo Santo, Cidade de Palha, Federação, altos do Peru e Pepino, Itapagipe, Plataforma etc. Lugares propícios a todos os crimes e a todas as

²⁰³ *A Tarde*, 7/3/1930.

²⁰⁴ *O Imparcial*, 30/5, 8 e 11/6/1926.

²⁰⁵ *Diário da Bahia*, 26/10/1927.

²⁰⁶ *Diário da Bahia*, 5/5/1928; 5/8/1928; 4/11/1928; 2/4/1929.

²⁰⁷ *Diário da Bahia*, 5/4/1927.

²⁰⁸ *Diário da Bahia*, 11/9/192; 7/5/1929.

²⁰⁹ *Diário da Bahia*, 16/9/1928.

²¹⁰ *Diário da Bahia*, 3/8/1927.

²¹¹ *Diário da Bahia*, 6/10/1927; 14/10/1927; 18/10/1927.

²¹² *Diário da Bahia*, 10/10/1927.

maldades”.²¹³ Essa situação era tão preocupante que um jornal passou a distribuir archotes de palha no largo do Teatro para que a pobreza que os não podia adquirir conseguisse iluminar o negrume das periferias ao se dirigir para suas residências.²¹⁴ Os bondes e ascensores sofreram constantes interrupções, sendo prejudicadas as operações nas oficinas, fábricas e a estação da Bolandeira, o que comprometeu a distribuição d’água. Não obstante sua intensidade, a crise amenizou-se ainda em novembro, graças aos aguaceiros que caíram na cabeceira do Paraguaçu.²¹⁵

Em janeiro de 1928, seria inaugurada a termoelétrica do Dique, com um motor diesel e promessas de aquisição de outra máquina de igual potência. Garantiu-se que a cidade não mais sofreria os efeitos das crises cíclicas, o que seria desmentido na passagem de ano seguinte.²¹⁶ No início de novembro, o transporte por bondes chegaria a ser suspenso na cidade baixa e reduzido na cidade alta ficaria sem energia, chegando-se sem que a Circular desse explicações sobre a situação.²¹⁷ No mês seguinte, a empresa anunciou a construção de uma crista sobre a barragem de bananeiras, que aumentaria a água represada, permitindo passar sem problemas o período seco.²¹⁸ Quatro meses depois, ocorreriam outros colapsos, um dos quais paralisou os trâmueis por duas horas.²¹⁹

Abastecimento

Percebe-se, portanto, que a Circular e a Trilhos Centrais possuíam encargos contratuais nas áreas de habitação, saneamento, energia e comunicação. Graças a um acordo assinado com a intendência, em 1906, as responsabilidades estendiam-se ao abastecimento urbano, pois as empresas comprometeram-se a construir um abatedouro modelo, em substituição ao do Retiro. Segundo o contrato, as obras começariam em 1908, mas as companhias conseguiram repetidos adiamentos. Depois da compra da Trilhos Centrais pela Circular, a obrigação caberia apenas à Circular.²²⁰

²¹³ *Diário da Bahia*, 26/10/1927.

²¹⁴ *Diário da Bahia*, 12/11/1927.

²¹⁵ *Diário da Bahia*, 23/11/1927.

²¹⁶ *A Tarde*, 18/1/1928; *Diário da Bahia*, 18/1/1928; 19/1/1928.

²¹⁷ *Diário da Bahia*, 10/11/1928.

²¹⁸ *A Tarde*, 24/12/1928.

²¹⁹ *Diário da Bahia*, 3/4/1929.

²²⁰ Termo de contrato assinado pela Linha Circular e Trilhos Centrais para a construção do matadouro modelo. ME. CAEEB. CI.CAEEB.TE.103.06.

O matadouro do Retiro fora construído em área pantanosa no século anterior, quando Salvador possuía uma população muito menor que a dos anos 1920.²²¹ Seu prédio foi descrito como um “pardieiro de estilo colonial [...] perfeitamente impróprio ao fim a que é destinado”, sendo a assinatura dos contratos de 1906 sinal claro de que a repartição exigia reforma e ampliação no início do século. Era nas paredes sem azulejos que os magarefes desencardiam as mãos do sangue; o plasma igualmente apodrecia nos buracos do assoalho. O gado, abatido com machados ensebados, era arrastado sobre esse piso e, posteriormente, acomodado num canto ou dependurado em ganchos decadentes.²²² O prédio não possuía telefone, iluminação ou água encanada, situação que piorava durante as crises na estação da Bolandeira.²²³ O mobiliário reduzia-se a cadeiras estragadas e mesas carunchosas, funcionando o escritório num tablado externo.²²⁴ Para completar, as carcaças dos animais eram despejadas no rio das Tripas, que, exalando odor pútrido, percorria Cabula, Sete Portas e rua J. J. Seabra, paralelamente aos ramais de bondes.²²⁵

O regime de trabalho era caótico, não obstante a existência de administrador, escrivão, médico, porteiro, fiscais e magarefes. Diferente dos primeiros, que recebiam ordenados mensais, os magarefes eram diaristas, como explicou em 1927 José Spínola, um septuagenário que iniciara a profissão aos 25 anos. Para se ter uma ideia, em décadas passadas, os preços dos diferentes tipos de carne eram de 120, 240, 320 réis o quilo, ao passo em que o magarefe recebia pagamentos diários de 1.000 réis; por ocasião da reportagem, o preço passara para 1.600 réis e o salário para 2 mil réis. José Spínola, porém, tornara-se faxineiro do curral dos porcos por comiseração do administrador, pois, como idoso, não possuía outro amparo. Ele também relatou a existência, no passado, de recrutamento forçado para as eleições, sob pena de demissão.²²⁶

Os que permaneciam nas matanças recebiam, a cada 24 reses abatidas, 4.500 réis, somados a pedaços de carne, sinal de que o dinheiro não permitia a subsistência das famílias operárias. Entretanto, em maio, os negociantes de carne decidiram suspender o direito ao retalho, pretendendo, em acréscimo, intensificar, sem majoração salarial, o abatimento. Os trabalhadores decidiram então cruzar os braços, exigindo melhores salários. O próprio jornal que noticiou a situação, embora preocupado com as consequências sobre o preço do bife,

²²¹ *Diário da Bahia*, 6/3/1927.

²²² *O Imparcial*, 28/5/1926.

²²³ *Diário da Bahia*, 7/3/1928; 25/5/1928.

²²⁴ *A Tarde*, 9/9/1930.

²²⁵ *Diário da Bahia*, 20/1/1928.

²²⁶ *A Tarde*, 18/1/1927.

reconheceu que os ordenados eram muito baixos. O delegado de polícia clamou pelo sentimento de humanidade dos magarefes, que concordaram em retomar as matanças, concedendo cinco dias para os abatedores decidirem-se.²²⁷ O assunto não mais retornaria aos jornais, mas três anos depois os trabalhadores percebiam dez mil réis diários, sem estar claro se o pagamento melhorara ou não.²²⁸

A resistência da Circular em cumprir obrigações contratuais impunha prejuízos à saúde e à economia populares. Os fornecedores de carne eram obrigados a deixar o gado em currais pequenos e decadentes, o que comprometia o peso dos animais e a celeridade da matança.²²⁹ Entretanto, para certos abatedores, particularmente os maiores, a situação era interessante, pois permitia aumentar os lucros. Os gigantes do mercado eram Olivé & Saback, Centro Pecuário, Industrial Pastoril e Amado Bahia Ltda, que traziam os gados do interior, particularmente de Feira de Santana. Olivé & Saback pertencia a uma família de Jequié; Amado Bahia a outra parentela de Mata de São João. Ambos os grupos possuíam entre seus quadros parlamentares situacionistas. José Presídio, grande fornecedor da região de Feira de Santana, era integrante do oposicionista Partido Republicano Democrata.²³⁰

O abatedouro era uma instituição central para o controle da qualidade da carne. Porém, em decorrência de sua desorganização, carnes condenadas, por não serem apropriadamente descartadas, conseguiam chegar aos estômagos dos incautos soteropolitanos.²³¹ Problema ainda mais sério eram as matanças ilegais,²³² como as realizadas em pequenos abatedouros instalados nos quintais de Itapagipe.²³³ O município surpreenderia pouco depois magarefes esfolando reses em Pirajá, os quais declaram que a mercadoria pertencia ao marchante Otávio Passos (Industrial Pastoril), que costumava retalhar na localidade os animais que pareciam doentes. Os fiscais precisaram realizar uma longa e penosa excursão de caminhão para obter o flagrante.²³⁴

Escapar ao matadouro permitia reduzir custos na produção, sacrificando-se, porém, o frescor do produto. Para se ter uma ideia, no Retiro, em maio de 1928, eram abatidas diariamente 70 cabeças de gado e semanalmente 270 porcos; no entanto, somente a Amado Bahia abatia no matadouro São José, diariamente, cerca de 100 reses. Esse abatedouro

²²⁷ *Diário da Bahia*, 4/5/1927.

²²⁸ *A Tarde*, 9/9/1930.

²²⁹ *Diário da Bahia*, 6/3/1927.

²³⁰ *Diário da Bahia*, 4/12/1929.

²³¹ *A Tarde*, 30/8/1930.

²³² *Diário da Bahia*, 03/12/1926.

²³³ *Diário da Bahia*, 30/7/1927.

²³⁴ *Diário da Bahia*, 7/12/1927.

pertencia a Mata de São João, município onde a Amado Bahia possuía fazendas e currais, sendo controlado por um senador situacionista, coproprietário da empresa. Não só as condições sanitárias do São José eram desconhecidas, como a situação permitia economias com tributos, gerando prejuízos de quase 200 contos anuais aos cofres da capital. O bife era transferido para Salvador pela Este Brasileiro, sendo distribuído aos açougues no início da noite e retalhado muito depois, isto é, 24 horas após o abate. Como não existiam refrigeradores comerciais ou industriais, corria-se o risco de apodrecimento da mercadoria, pela demora entre a matança e o consumo.²³⁵

No segundo semestre, seriam apreendidas no centro soteropolitano carnes cuja deterioração seria atribuída à distância do abatedouro, situado em Cachoeira. Mário Saback chamou então a imprensa para assistir ao desembarque em Itapagipe da carne que sua empresa abatia no matadouro que possuía no município. O barco causou boa impressão, mas chegou atrasado, isto é, no início da noite (como o trem da Este Brasileiro). O comerciante, presente no desembarque, declarou aos repórteres ser contrário à construção do matadouro pela Circular, argumentando que a Bahia não possuía estradas férreas que garantissem o transporte rápido e, portanto, sem emagrecimento, do gado para o Retiro. Sua preocupação era com os prejuízos à empresa, mas a perda de peso foi descrita como um problema para a população. Nada disse sobre os impostos, embora insistisse sobre a situação dos currais do abatedouro soteropolitano, problema que, naturalmente, seria corrigido pela construção de um estabelecimento modelo pela Circular.²³⁶ Outro possível efeito dessa situação era fortalecer o caráter monopolista do setor, pois os abatedores menores, por não possuírem matanças interioranas, eram obrigadas a pagar impostos à capital, deixando o gado definhar nos currais do Retiro.

Denúncias sobre essas irregularidades cresciam quando os monopolizadores impunham aumentos, alegando a situação do mercado de gado, sobretudo em Feira de Santana. Os marchantes eram então acusados de ganância e de espalhar desinformação sobre a situação dos preços no interior. Segundo uma gazeta, o preço de 1.600 réis por quilo da proteína “magra” e “ruim” distribuída nos açougues não podia mais ser justificado em maio de 1927, pois crescera a oferta de gado no sertão.²³⁷ Não era uma opinião isolada, pois o intendente Elói Jorge, no mês seguinte, reuniria os abatedores, declarando-lhes o propósito de atender ao

²³⁵ *Diário da Bahia*, 25/5/1928.

²³⁶ *Diário de Notícias*, 24/9/1928; *Diário da Bahia*, 26/9/1928.

²³⁷ *Diário da Bahia*, 4/5/1927.

constante clamor popular pela redução.²³⁸ Durante uma segunda reunião, Otaviano Passos, Mário Saback e a Amado Bahia não contestaram a redução dos preços no interior, mas alegaram oscilações, sugerindo uma terceira reunião com pecuaristas para estabilizar os preços (esses adiamentos, naturalmente, permitiam a perpetuação do preço nos açougues em Salvador).²³⁹ Durante a terceira reunião, que contou com a presença de José Presídio e Medeiros Neto, registrou-se uma intensa altercação entre os abatedores e os criadores. O encontro concluiu-se com um acordo que reduziu o preço da carne de 1.600 para 1.400 réis.²⁴⁰

O descaso da Circular e da Trilhos Centrais pelo matadouro contribuía para piorar a situação do abastecimento urbano, que era realizado nos armazéns, feiras e mercados. Os armazéns pertenciam em grande parte a imigrantes espanhóis, confirmando a observação de Donald Pierson de que a competição comercial na cidade restringia-se praticamente aos estrangeiros. O comentário era apropriado para a Este Brasileiro, a Societé de Construction du Port, os grandes bancos e casas exportadoras (sem falar na própria Circular, que seria comprada em 1926 pela General Electric).²⁴¹ Mas não o era para as feiras, que eram tocadas por brasileiros, sobretudo os de ascendência africana. Era o caso, entre outros, das feiras de Água de Meninos, areal das Docas, largos Dois de Julho e Sete Portas; assim como dos mercados Modelo (Conceição da Praia), Ouro (praça Deodoro) e Baixinha (rua J. J. Seabra).²⁴² Segundo Rute Landes, a colônia estadunidense em Salvador nutria um amargo desprezo por esses ruidosos estabelecimentos, onde os preços, ao menos em tese, eram inferiores.²⁴³

Mas os estrangeiros não eram os únicos a alimentarem esse sentimento, como mostrou a curiosidade despertada entre os passageiros do elevador Lacerda por uma mulher branca carregando sacolas. Segundo a imprensa, a “moça” era estrangeira e a cena incomum porque os mercados da Bahia eram “imundos” e “perigosos”.²⁴⁴ Situado nas imediações, o mercado Modelo era, normalmente, frequentado por trabalhadoras de tez escura, em especial as “domésticas” e pequenas mercadoras. De acordo com um irritado comerciante, as “criadas”, antes, apareciam acompanhadas das “senhoras”, o que não mais ocorria porque o mercado

²³⁸ *Diário da Bahia*, 24/7/1927.

²³⁹ *Diário da Bahia*, 29/7/1927.

²⁴⁰ *Diário da Bahia*, 7/8/1927.

²⁴¹ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, p. 63.

²⁴² *Diário da Bahia*, 30/11/1927.

²⁴³ LANDES, R. *A Cidade das Mulheres*, p. 47.

²⁴⁴ *A Tarde*, 10/8/1929.

passara a ser frequentado por “mulheres perdidas”, “ponguistas”, “mendigos” e “chagados”.²⁴⁵

Enredada nas denúncias sobre as irregularidades dos entrepostos comerciais, desprendia-se uma linguagem racializante contra os trabalhadores do setor alimentício, em especial as mulheres.²⁴⁶ Por exemplo, negociantes da Baixinha e do Taboão, com seus doces e melões expostos à “poeira” e às “moscas”, seriam acusados de conferem ao lugar o aspecto de “um mercado do Senegal ou Guiné”, “feira africana destoando do aspecto de comércio importante da região”.²⁴⁷ Outra matéria pediria a realocação das quituteiras do largo do Teatro e da rua Seabra que, ao ocuparem os passeios, obrigariam os pedestres a transitarem nas ruas sob o risco de atropelos. Mesmo a rua Chile estaria adquirindo um aspecto “senegalês”, atrapalhando-se entrada e saída de hóspedes, “senhoras” e “senhorinhas” nos hotéis e lojas sofisticadas.²⁴⁸

Salvador tinha problemas com gêneros adulterados e estragados, porém, o que mais gerou reclamações foram a carestia e a sujeira dos armazéns, feiras e mercados.²⁴⁹ Uma matéria atribuiu os altos custos do feijão, açúcar e carne nos mercados e feiras ao desrespeito ao preço tabelado, às fraudes na aferição de pesos e medidas e aos abusos no carroto. O texto apresentou uma charge de Manoel Paraguaçu, em que o Zé Povinho (“pato eterno de todas as exorbitâncias”) é um homem magro e descalço, mas branco, que substitui o animal na carroça de itens encarecidos, sendo chicoteado pelo carroceiro, um homem de pele escura e lábios estereotipados, que também representa o café.²⁵⁰ O desenho exprime a consciência de classe de uma imprensa que se percebia como espoliada e branca, mas nem sempre reconhecia a desproporção do impacto da carestia sobre os mais pobres, em sua esmagadora maioria, afro-brasileiros.

²⁴⁵ *O Imparcial*, 6/5/1926.

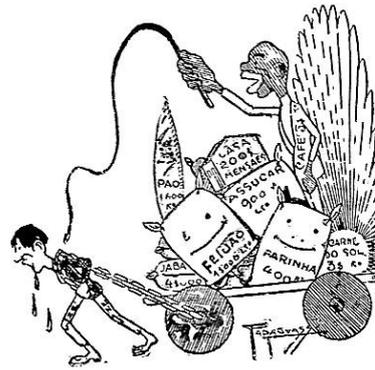
²⁴⁶ *Diário da Bahia*, 30/01/1927; 9/5/1928; 14/11/1928.

²⁴⁷ *Diário da Bahia*, 9/5/1928.

²⁴⁸ *Diário da Bahia*, 4/9/1928.

²⁴⁹ *Diário da Bahia*, 11/10/1927, 17/12/1927, 30/6/1928, 30/11/1928, 27/2/1929, 7/3/1929.

²⁵⁰ *Diário da Bahia*, 22/4/1927.



1. Charge de Manoel Paraguaçu representa a carestia. Zé Povinho, um homem branco, substituto do animal, é chicoteado pelo carroceiro, um homem negro que representa o carroceiro e o café. Fonte: imprensa.

Os trabalhadores nos entrepostos comerciais eram tão prejudicados quanto os fregueses pela carestia, impostos e demais problemas urbanos. Durante uma reportagem no mercado Modelo, o jornalista apareceu num “frege-moscas”, isto é, um restaurante constituído por duas bancas, uma para a mesa e outra para a comida. Perguntada sobre a carta (cardápio), a dona respondeu que não a possuía, pois os custos do carro e do aluguel do ponto eram muito altos.²⁵¹ Outro exemplo interessante é o de Maria do Carmo, uma quituteira septuagenária que recordou, noutra matéria, os tempos em que, em sua banca do antigo mercado São João (Comércio), fornecia frutas de primeira qualidade à alta sociedade baiana. Suas mercadorias eram muito baratas em comparação aos preços correntes, mas a idosa notou que o aumento dos preços não trazia prosperidade. Maria do Carmo, que chegara a comprar ações num banco, acabara abandonado os negócios por causa da escorcha tributária.²⁵²

Entretanto, isoladamente, o item alimentar cujas qualidade e preço mais geraram inquietações foi a carne. Por ocasião de um aumento em 1927, a imprensa acusou os abatedores de desonestidade; chegou a estimular a população a se rebelar por meio de um “rebenta-açougues”, semelhante a um “quebra-bondes”. Comícios de protesto foram marcados para a rua J. J. Seabra, onde, dias antes, passageiros do ramal de Brotas, em protesto, destruíram trâmueis da Circular.²⁵³ Não por acaso, a polícia determinou a transferência dos meetings para o Terreiro de Jesus, proibindo ainda sua realização no Pelourinho.²⁵⁴ Seria lembrada a crise cíclica em curso, assim como a insuficiência de bondes.

²⁵¹ *A Tarde*, 13/3/1929.

²⁵² *A Tarde*, 23/3/1929.

²⁵³ *Diário da Bahia*, 10/11/1927.

²⁵⁴ *Diário da Bahia*, 2/12/1927.

O governo foi acusado de, face a qualquer esboço de reação popular, espalhar pela cidade piquetes de tropas ostentando espadagões, bacamartes e cartucheiras.²⁵⁵

O ano de 1928 foi marcado, em meados, por pressões pela redução do preço e, no final, por uma agitação contra um aumento para 2.000 réis do quilo, a qual foi articulada pela Sociedade Beneficente Defensora dos Pobres, que conseguiu atrair outras associações de classe.²⁵⁶ Numa reunião com 40 pessoas, na praça 3 de Maio (Liberdade), a entidade produziu uma mensagem ao intendente, condenando não só o aumento como a qualidade da carne e o caráter monopolista do mercado. “O povo não tem o que comer”, proclamou o documento, lembrando descontos tributários concedidos aos abatedores em troca de reduções nos preços.²⁵⁷ Proibidos de serem realizados no mercado Modelo, os meetings seriam transferidos para o Terreiro de Jesus.²⁵⁸ Mostrou-se então a urgência da construção do matadouro, contestando a opinião contrária dos comerciantes que abatiam nos sertões. Era preciso abater o gado onde era consumido, estando o transporte marítimo de Cachoeira, por exemplo, sujeito a incertezas, “por mais que se quisesse mostrar o contrário”.²⁵⁹ O preço acabaria fixado em 1.900 réis, comprometendo-se os intermediários a reduzirem-no dentro de 30 dias, se o mercado interiorano não acusasse alta e o preço do couro no mercado externo subisse. Entretanto, a imprensa precisou recomeçar outra campanha pela redução, quando as três condições foram atendidas no seguinte.²⁶⁰

Mobilidade

Durante a compra da Trilhos Centrais pela Circular, em meados de 1926, ambas as companhias eram acusadas de insistentes descasos pela população e autoridades. Os periódicos acusaram-nas de, na própria incorporação, sonegarem o imposto de transferência de propriedade. Foram denunciados os aumentos irregulares no preço da energia e o desrespeito a um acordo de 1906, graças ao qual as empresas conseguiram o aumento do prazo da concessão.²⁶¹ Na reunião em que o Conselho Municipal chancelou a compra, alguns conselheiros manifestaram-se contra, apontando o desrespeito à seguintes obrigações, acordadas duas décadas antes: 1) instalação de redes contra quedas de cabos; 2) calçamento

²⁵⁵ *Diário da Bahia*, 25/11/1927 e 26/11/1927.

²⁵⁶ *Diário da Bahia*, 5/7/1928; *Diário de Notícias*, 1/12/1928.

²⁵⁷ *Diário de Notícias*, 3/12/1928.

²⁵⁸ *Diário da Bahia*, 2/12/1928; 4/12/1928.

²⁵⁹ *Diário da Bahia*, 15/12/1928.

²⁶⁰ *Diário da Bahia*, 28/2/1929; 4/3/1929.

²⁶¹ *O Imparcial*, 9/6/1926, 11/6/1926.

do leito dos trilhos nas ruas do Paço, em Santo Antônio, Brotas e Vitória; 3) construção do abatedouro; 4) abertura do ramal da Liberdade.²⁶² Ocasionalmente, conselheiros municipais solicitariam ao intendente pressionar as companhias a cumprir essas cláusulas.²⁶³

Conforme explicado, o calçamento era uma exigência regulamentar, tendo a Circular e a Trilhos Centrais conseguido, em 1925, a supressão de seções para abrir o ramal da Liberdade, que acabaria retardado e reduzido pela quizila sobre a preparação do solo. Percebe-se, assim, que as empresas exigiam concessões para cumprir encargos consagrados em regulamentos e contratos; entrando no gozo das concessões, resistiam ao cumprimento dos encargos.²⁶⁴ Denunciado na imprensa, o procedimento, assim como o caos no transporte, energia e telefone, incutia a sensação de que os concessionários eram uma superpotência, o estado desmoralizado e a população resignada. “Sabedoria e Prestidigitação” é o título da charge que retratou a junção entre as duas companhias como um truque de mágica realizado pela Circular diante do tesouro estadual. A gordura, mocidade e elegância femininas simbolizam a riqueza e a esperteza da companhia; a magreza, senilidade e desaprumo masculinos a pobreza e a impotência do estado. Tia Zefa e Zé Povinho, que sofriam as consequências dos arranjos e da situação dos serviços públicos, permaneciam na plateia, isto é, sem capacidade de interferir no prosclênio. “E ela vai passar o negócio sem ninguém ver? Não creio. Alguma coisa ela vai passar naquele embrulho”, disse Tia Zefa; ““Tu é besta!’ Quem vai no ‘embrulho’ é o velho!””, retrucou Zé Povinho. O desenho apresenta a marca do Estúdio Rodolfo Lindemann, embora o conhecido fotógrafo alemão radicado no Brasil não mais integrasse a empresa, nem atuasse no ramo.²⁶⁵

²⁶² *O Imparcial*, 17/6/1926.

²⁶³ *O Democrata*, 27/8/1927.

²⁶⁴ *O Imparcial*, 11/6/1926.

²⁶⁵ *O Imparcial*, 6/6/1926. REBOUÇAS, D. *Salvador: uma iconografia através dos séculos*. Salvador: EPP, 2015.



2. Charge retrata sonegação de imposto durante a incorporação da Trilhos Centrais pela Circular. São representados as duas empresas, o tesouro estadual, Tia Zefa e Zé Povinho. Salvador. Fonte: imprensa.

Os problemas no transporte público não se resumiam à eletrificação exígua nem às dimensões restritas da frota e da rede carril, pois incluíam, entre outros, a manutenção insuficiente. O desgaste do material fixo e rodante era muito pior na cidade baixa, em especial após a encampação da Light e da D'Éclairage pelo município em 1914, operação que deu lugar a um enorme escândalo financeiro, que comprometeu seriamente o crédito baiano. O então intendente Júlio Brandão contraiu um empréstimo externo, cujos títulos deveriam ser trocados pelas debêntures das empresas, que, assim, tornar-se-iam propriedade municipal. Os recursos importados permitiriam igualmente melhorar o precário material fixo e rodante. Entretanto, a troca não ocorreu, o que, na prática, representou a duplicação do débito municipal, cujos juros e amortizações deixariam de ser pagos. O conseqüente descalabro financeiro resultou na aceleração da decadência das companhias administradas pela SEGE, não obstante o aumento no número de passageiros.²⁶⁶ Lembre-se, porém, que crescia o número de passageiros e, portanto, a renda, não só da ex-Light, como das próprias companhias particulares.²⁶⁷ O orçamento municipal instituía que a conservação e substituição do material rodante ocorresse por conta das passagens.

Dizia-se que a península de Itapagipe tornara-se uma ilha isolada pelos bondes municipais, reduzidos a “calhambeques” após a encampação de 1914.²⁶⁸ Nos períodos mais críticos, acontecia de os carros saírem da estação de Roma caindo aos pedaços, para serem imediatamente recolhidos para consertos em freios, arcos, motores etc. Segundo uma gazeta, cogitou-se até em “burrificar” a companhia, isto é, reintroduzir a tração animal, o que ecoou

²⁶⁶ *Diário da Bahia*, 7/7/1926. SOUZA, F. *Relatório de 1930 da intendência de Salvador* (as páginas com a referência completa foram extraviadas), p. 4.

²⁶⁷ *O Democrata*, 13/6/1928.

²⁶⁸ *O Imparcial*, 25/5/1926.

uma piada antigo, do tempo da eletrificação dos carris pela Siemens & Halske.²⁶⁹ Os próprios estribos, em certa ocasião, romperam-se sob o peso dos “pingentes”; porém, no lugar de se aumentar a frota, reforçaram-se os estribos. Outros bondes permaneciam fora de circulação, aumentando a superlotação nos remanescentes.²⁷⁰ Os sacolejos do tráfego faziam lembrar uma excursão à Baía de Todos os Santos em época de temporal, impondo massagem forçada nos intestinos, quando não derrubando os passageiros.²⁷¹ “Certo de que ‘tristezas não pagavam dívidas’”, Zé Povinho, entre resignado e irônico, traduzia o ranger dos enferrujados e reumáticos “bondecos”, “camelos” e “cágados” como “s’tou fraco, s’tou fraco” e o acrônimo SEGE como Segure Essa Geringonça Epaminondas, referência ao diretor da companhia, Epaminondas Torres.²⁷²

Certos acidentes, por seu caráter e repetição, ilustravam bem a decadência da ex-Light. Era o caso dos incêndios por curtos-circuitos, que eram extremamente perigosos, acontecendo com menor frequência nos carros da Circular e da Trilhos Centrais. Era comum, nesse tipo de acidente, os passageiros entrarem em desespero, abandonando precipitadamente o carro, o que era igualmente arriscado.²⁷³ Durante uma ocorrência de junho de 1926, uma operária acabou quebrando a perna ao pular do trâmuei na Calçada; na Ribeira, em 1928, outra queda nas mesmas circunstâncias mataria por uma fatura no crânio o marítimo Justiano Protásio do Sacramento.²⁷⁴

Em setembro de 1928, repórteres adentraram os portões enferrujados da oficina de Roma, após obterem, nos escritórios carcomidos da estação contígua, autorização da SEGE.²⁷⁵ Os funcionários resistiram a mostrar a situação e os operários olharam de soslaio; uns e outros, entretanto, terminaram por ceder. Explicaram que, logo após a encampação, o município adquiria a grande custo bondes nos Estados Unidos, encostando os danificados; posteriormente, decidiu comprar maquinário que permitia não só o conserto como a montagem dos trâmueis, não obstante o aspecto de ferro-velho do barracão sem espaço nem conforto. O trabalho era baseado na reciclagem de peças e matérias-primas, restringindo-se ao mínimo as importações. Os repórteres declaram-se surpreendidos pela perícia técnica do

²⁶⁹ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 161.

²⁷⁰ *Diário da Bahia*, 3/4/1928; *O Imparcial*, 25/5/1926.

²⁷¹ *Diário de Notícias*, 16/1/1926; *O Imparcial*, 3/6, 25/5, 27/7/1926; *Diário da Bahia*, 7/7/1926; 10/7/1926, 18/11/1928.

²⁷² *Diário da Bahia*, 30/9/1927, 29/3/1929.

²⁷³ *Diário da Bahia*, 17/11/1928.

²⁷⁴ *O Imparcial*, 3/6/1926; *Diário da Bahia*, 30/6/1928.

²⁷⁵ *Diário da Bahia*, 28/9/1928.

“operariado nacional”, isto é, não-imigrante e, portanto, não-branco, cuja capacidade não só de operar e consertar máquinas importadas, mas de criar similares nacionais era crucial para manter a transporte para Itapagipe, ainda que em condições problemáticas. E isso numa repartição que carecia de reformas e ampliações.²⁷⁶

Não só na empresa municipal, como nas particulares, o desgaste dos trilhos era acelerado pelo desrespeito à cláusula do calçamento, que não garantia apenas a circulação de autos, carroças e pedestres. Os paralelepípedos do leito constituíam um prerequisite para um tráfego carril cômodo, seguro e regular, pois os trilhos distorciam-se mais rapidamente quando instalados diretamente sobre o solo. Donald Pierson afirmou que na Estrada Dois de Julho (Mata Escura), a “companhia [...] colocou os trilhos diretamente no chão do vale, desprovido de calçamento”. Quem sabe não fosse por isso que o bonde passava lento e sacolejando, como notou? Os lados iam abertos para aproveitar a brisa.²⁷⁷ Essa zona era uma floresta luxuriante digna do topônimo, sendo possível que a foto abaixo. Retirada num trecho do ramal, a retrate. Durante as tempestades, a região, em certos trechos, parecia uma lagoa, exceto pela área barrenta produzida pela passagem do bonde; os trilhos afundavam no terreno pantanoso, ocasionando descarrilhamentos, seguidos de esperas e baldeações entre o lamaçal.²⁷⁸



9. Foto produzida num trâmuei que se desloca em carris sem calçamento mostra uma vegetação cerrada, que pode ser a Mata Escura. Salvador, década de 20. Fonte: CDCELBA.

Durante a apuração de uma morte no Cabula, em junho de 1930, a consequência dos carris defeituosos apareceu no depoimento de um empregado da Circular. O corpo fora encontrado no leito do ramal, mas o motoneiro excluiu a hipótese de atropelo porque os

²⁷⁶ *Diário da Bahia*, 23/9/1928.

²⁷⁷ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*, p. 70.

²⁷⁸ *Diário da Bahia*, 2/10/1928.

trilhos, por não serem calçados, eram instáveis, ficando suspensos em um palmo no trecho em questão. O trâmuei era obrigado a passar tão lentamente que parecia parado, pois do contrário, descarrilharia. Segundo o depoente, era praticamente impossível ocorrer um atropelo nessas circunstâncias. Portanto, no Cabula, como na Liberdade, também ocorrera o problema do calçamento e preparo do terreno, que acabaria prejudicando o tráfego após a inauguração.²⁷⁹

Segundo denúncias, só as linhas da cidade alta com itinerário principal na avenida Sete não eram péssimas, sendo a mais precária a de Brotas, que atendia não só ao bairro, mas a zonas intermediárias, igualmente populosas.²⁸⁰ Como a Circular não completara o calçamento, o ramal possui inúmeras passagens estragadas, que sofriam consertos amiudados a custo da regularidade do horário, como em maio de 1926, quando os bondes permaneceram parados por uma hora no largo Sete Portas. Os passageiros, abarrotados nos bancos, plataforma e estribos, protestaram acriminosamente.²⁸¹ O ramal seria chamado de “estrada da morte” pelos riscos de descarrilamentos, em especial numa curva entre o Matatu Grande e o Fabrício, que era o terror dos moradores do subúrbio. O assunto seria objeto de reclamações não só na imprensa, como no Conselho Municipal e no Senado da Bahia.²⁸²

Outro trecho muito estragado era a rua J. J. Seabra, que também era cruzada pelo ramal da Lapinha, Santo Antônio, Soledade, Calçada e Rio Vermelho. O setor era, como dito acima, densamente habitado, concentrando o comércio retalhista da capital e abrigando os barracões de Hortas e Santana, onde eram guardados os trâmueis, pranchas e reboques da Circular.²⁸³ Era intenso o trânsito não só de autos e carroças, mas de pedestres, a ponto de as autoridades estabelecerem, embora sem sucesso, o regime de mão e contramão nos passeios, o que gerou conflitos entre guardas municipais e transeuntes.²⁸⁴ Os comerciantes articularam-se em março de 1928 para pressionar a intendência e a empresa a consertarem o calçamento esburacado e as depressões dos trilhos.²⁸⁵ No período pesquisado, ocorreriam ao menos três descarrilamentos na Barroquinha, com os bondes derrubando os frontispícios de prédios e assustando passageiros, residentes e comerciantes.²⁸⁶

Não surpreende, portanto, o registro de dois quebra-bondes na J. J. Seabra em 1927 e 1928. O primeiro ocorreu às 13 horas de 10 de novembro, após passageiros e prepostos da

²⁷⁹ *A Tarde*, 3/6/1930.

²⁸⁰ *O Imparcial*, 8/6/1926.

²⁸¹ *O Imparcial*, 12/5/1926.

²⁸² *O Imparcial*, 12/6/1926.

²⁸³ *Diário da Bahia*, 12/8/1928.

²⁸⁴ *Diário da Bahia*, 12/4/1927.

²⁸⁵ *Diário da Bahia*, 2/3/1928.

²⁸⁶ *A Tarde*, 31/1/1927; *Diário de Notícias*, 3/7/1928; *Diário da Bahia*, 7/1/1929.

Circular, num bonde superlotado para Brotas, desentenderem-se acerca da disposição do estribo direito. O regulamento proibia não só o transporte entre os bancos ou estribos, como o embarque e desembarque pela entrelinha, isto é, a direita do bonde.²⁸⁷ Se a primeira regra era corriqueiramente ignorada, a segunda era reforçada, na lateral direita, pelo recolhimento do estribo e a inserção de uma taboa horizontal chamada “régua”.²⁸⁸ É possível que essa decisão se explicasse pelo risco de atropelos durante as entradas e saídas da plataforma, assim como de choques entre os pingentes e os bondes da contramão. No bonde sobrecarregado de Brotas, porém, o acatamento à regra, imposto pelos empregados da Circular, exatamente por obstar a ocupação do estribo direito, aumentaria o aperto entre os passageiros, que resistiram à medida. Pode ser que, aos olhos do público, como sugeriu uma gazeta, a companhia fosse não só incoerente, como caprichosa, por querer manter de pé uma cláusula, ao passo em que, com os desrespeitos cotidianos ao regulamento e ao contrato, derrubava as demais. Salvador debatia-se então na crise hídrica de 1927-1928, comprometedora da distribuição d’água, iluminação pública e tração de fábricas, ascensores e bondes. Durante o bate-boca, um passageiro gritou “à revolução!”, iniciando-se o apedrejamento do bonde. Os descontentes cercaram os guardas, motorneiros e condutores, cobrindo-os de “cascudo”, após impedirem-nos de sacarem as armas. O quebra-quebra só terminou com a chegada da tropa montada, que disparou para o ar. “Diante da pata do cavalo e da bala que não trazia letreiro”, os atacantes aquietaram-se, depois de terem destruído uns dez bondes, estes sim trazendo letreiros.²⁸⁹

Cinco meses depois, a capa de uma gazeta estampou que “a cidade ficou ontem alarmada com a notícia de um novo quebra-bondes”, sem, entretanto, esclarecer quais seriam os protestos anteriores. O bonde para Brotas, segundo o periódico, partira superlotado do Terreiro de Jesus, parando na rua J. J. Seabra para embarcar mais passageiros, o que gerou protestos, em meio aos quais sugeriu-se abaixar o estribo da entrelinha. “Não pode!”, gritou o condutor; “pode!”, retrucaram os descontes; “é proibido”; “proibido uma joça! Nós é que não estamos para viajar como sardinhas em lata”. Percebendo que não conteria a exaltação, o condutor dirigiu-se a um telefone para receber ordens superiores da Circular. No entanto, mal repousou o telefone no gancho, ao término da ligação, escutou estilhaçamentos causados por paralelepípedos que os passageiros começaram a atirar contra o carro. Depois da interferência da cavalaria, os atacantes acalmaram-se, exceto um mais exaltado, que acabou conduzido à

²⁸⁷ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 14.

²⁸⁸ *Diário da Bahia*, 5/1/1929.

²⁸⁹ *Diário da Bahia*, 10/11/1927.

delegacia por continuar protestando aos gritos.²⁹⁰ Segundo um periódico, os soldados precisaram escoltar os bondes para Brotas para impedir outros ataques.

Os dois protestos indicam que, em certas circunstâncias, a complacência de Tia Zefa e Zé Povinho, tão desdenhada nos jornais, poderia esfumaçar-se como que por mágica, causando inquietação no espírito público. Outro dado importante é a tendência do protesto a se propagar, resistindo ao policiamento não montado. O primeiro quebra-quebra espalhou-se para os bondes que iam estacionando na rua, reproduzindo-se meses depois. É importante lembrar que, dias depois do segundo tumulto, seria marcado para a rua J. J. Seabra o meeting contra o aumento do bife. O quebra-quebra poderia ser a faísca de um protesto maior, a ser alimentado pela insatisfação generalizada contra condições de existência na capital, o que poderia explicar por que o governo estadual, nos dias seguintes ao quebra-quebra no ramal de Brotas, realizou uma exibição de tropas pela cidade. Não é por acaso que as autoridades reagiram rapidamente aos acontecimentos, tomando medidas para, simultaneamente, reprimir e atender aos insatisfeitos, o que confirma o alarma mencionado na manchete acima. No primeiro tumulto, coincidentemente ou não, seriam imediatamente reintroduzidos em circulação ônibus paralisados por sentenças judiciais decorrentes da falência de seus proprietários; no segundo, o prefeito, procurado por um deputado, um conselheiro e um fiscal, obrigou a Circular a introduzir, no dia seguinte, um bonde extraordinário para Brotas. “É sempre assim!”, protestou a imprensa, explicando foi preciso o quebra-quebra para se intrudisse o trâmuei extraordinário, embora se ignorassem apelos anteriores no mesmo sentido.²⁹¹

No mês seguinte, maio de 1928, dois bondes seguiam por Brotas, quando o dianteiro paralisou, em meio a burburinho escutado pelo detrás. Populares tinha repreendido um guarda municipal por abuso de autoridade, terminando por escorraçá-lo do trâmuei. Em seguida, destruírem as janelas do carro e se dirigiram ao traseiro para repetir a ação. Encontraram, entre os passageiros, um médico, um major, um coronel, o padre Manoel Barbosa e o conselheiro municipal Barbosa Filho, que apelaram pela cessação da hostilidade, sendo atendidos. Barbosa Filho opinaria, da tribuna do Conselho Municipal, que o protesto fora culpa da Circular, pois a população de Brotas, após o trabalho, não conseguia bonde extraordinário para retornar para casa, sendo menoscabada cotidianamente pela empresa. O caso sugere que os depredadores, excitados pelo triunfo sobre um preposto da segurança

²⁹⁰ *A Tarde*, 26/4/1928.

²⁹¹ *A Tarde*, 12/11/1927; 27/4/1928.

pública, exploraram uma oportunidade para exprimirem sua insatisfação contra a companhia, pois o condutor e o motoneiro, pelo que tudo indica, não tinham participado da confusão. Barbosa Filho prosseguiu o discurso, criticando um inspetor que aparecera em seguida, declarando a suspensão do tráfego. Os distintos passageiros do segundo trâmuei perceberam o perigo da decisão, mas, quando o alertaram, o inspetor respondeu “não me entendo com esse povinho”, patenteando seu desprezo pelos moradores da localidade. Em seguida, chamou a tropa montada, que apareceu em sequência. O bonde permaneceu paralisado e muitos passageiros precisaram completar o percurso a pé. Posteriormente, chegou um delegado, que, segundo o conselheiro municipal, solucionou o caso a contento geral, isto é, com “prudência”. Esse tipo de manifestação popular era percebido como uma situação perigosa, que exigia ou delicadeza em lidar com os populares ou ligeireza em chamar a cavalaria.²⁹²

Em setembro, os partícipes de um enterro na Quinta dos Lázaros, descritos como “árabes”, destruiriam um trâmuei funerário da Circular, após uma alteração com os empregados da companhia. O pomo da discórdia fora a resistência do motoneiro em operar o bonde, sendo contraditórios os relatos a respeito. Segundo um jornal, o motoneiro teria se recusado a subir a ladeira superlotado;²⁹³ outro informou, porém, que ele se recusou a descer, porque recebera ordens da seção do tráfego de esperar a subida de outro carro funerário para a necrópole.²⁹⁴ O depoimento de um implicado misturou as duas versões, dizendo que o motoneiro, após subir a ladeira superlotado, recusou-se a descê-la nas mesmas condições. Os passageiros, após o apedrejamento, seriam surpreendidos pela polícia na Baixa de Quintas tentando destruir o bonde da Soledade, no qual tentaram subir sem pagar.²⁹⁵

Na primeira hipótese, a da superlotação, a Circular, ao limitar a trinta o número de passageiros temia, certamente, um deslizamento por sobrepeso, acidente já registrado no logradouro.²⁹⁶ Os deslizamentos eram ocasionados por falhas no freio e na tração, sendo particularmente perigosos nas ladeiras da cidade alta. Descontrolado, o bonde, pelo seu peso, combinado ao dos passageiros e à inclinação e extensão da ladeira, atingia uma aceleração excepcional para os padrões existentes, o que se percebe no terror que acometia os passageiros, mesmo em descidas menos íngremes ou longas, como a de São Bento.²⁹⁷ Em maio de 1929, um trâmuei superlotado da Liberdade subia a ladeira da Soledade chiando as

²⁹² *O Democrata*, 2/5/1928.

²⁹³ *A Tarde*, 25/9/1928.

²⁹⁴ *Diário da Bahia*, 25/9/1928.

²⁹⁵ *A Tarde*, 26/9/1928.

²⁹⁶ *A Tarde*, 24/5/1927.

²⁹⁷ *Diário da Bahia*, 7/7/1929.

molos, quando, após uma manobra qualquer do motoneiro, perdeu tração e freio, descendo em marcha descomunal e se chocando com outro bonde sobrecarregado. Os passageiros, em pânico, atiraram-se na rua, mas milagrosamente não ocorreram mortes, apenas ferimentos. Plataformas, controles, bancos e janelas despedaçaram-se, sendo demorado o recolhimento dos destroços para a liberação da linha.²⁹⁸ Esse gênero de acidente era mais comum com as pranchas, como a que descera, em agosto do ano anterior, a ladeira do Cabula com oito trabalhadores empregados na construção do ramal (todos se feriram, tendo um partido o braço).²⁹⁹ O desastre impactou a cidade, tanto que a Circular retardou a inauguração da linha, esperando a construção de bondes com breques especiais, o que gerou impaciência entre os moradores, que protestaram nos jornais.³⁰⁰

Outro problema estrutural da rede carril explicaria por que o motoneiro da Quinta dos Lázarus teria precisado esperar a chegada do segundo bonde: o grande número de trechos singelos (mão-única) na malha carril de Salvador, o qual impunham maior compartilhamento dos carris pelos trâmueis. Numa assembleia de acionista da Circular, o problema seria apontado como um dos principais desafios à regularidade do tráfego, destacando-se o trecho do Caquende (Nazaré), cujo crescente tráfego exigia do poder público o alargamento da rua para se duplicar a linha.³⁰¹ O uso repetido de um mesmo carril contribuía ainda para o desgaste precoce, como ocorria na rua J. J. Seabra.

O quinto quebra-bondes identificado nesta pesquisa ocorreu pela operação do tráfego numa linha singela. No início da noite do dia 19 de maio de 1930, dois bondes da Circular seguiam abarrotados para o ramal da Liberdade, quando um fiscal, num desvio perto da subestação elétrica da Lapinha, obstou a passagem do segundo carro, para que não ocorresse um encontro com o que desceria em sentido contrário.³⁰² Os moradores da Liberdade, na ocasião, nutriam certa irritação contra empresa pelo aumento da superlotação no ramal e pela demora dos trâmueis naquele ponto. Começou então a clássica altercação entre, de um lado, passageiros e, de outro, o fiscal e os empregados da Circular. O motoneiro fugiu, mas o condutor arrancou uma estaca, investindo contra os manifestantes, que gritaram “lincha!”. Surpreendentemente, o fiscal sacou de uma arma e disparou a esmo, sem atingir ninguém; no segundo tiro, a arma “encrencou”. Segundo relatos, o fiscal chegou a ser surrado, sendo em

²⁹⁸ *A Tarde*, 15/5/1929; 16/5/1929.

²⁹⁹ *A Tarde*, 14/8/1928; *Diário da Bahia*, 14/8/1928.

³⁰⁰ *Diário da Bahia*, 3/10/1928, 7/3/1929.

³⁰¹ *Diário da Bahia*, 8/4/1927.

³⁰² ALMEIDA, F. “*As últimas depredações do último dia 4 de outubro*”: o quebra-Bondes e outras questões referentes ao transporte coletivo em Salvador, p. 11.

seguida conduzido à delegacia junto com o condutor. Os passageiros, empregando pau e pedra, escangalharam o bonde; com querosene comprado em armazéns locais, incendiaram-no sob gritos de protestos. Exigindo respeito pela população, esperaram os outros carros para repetir a ação, mas foram dissuadidos pelo delegado. Posteriormente, chegou a soldadesca montada e embalada, que permaneceu guardando a usina da Lapinha, um ponto crítico na transmissão de energia de Bananeiras para Salvador. No dia seguinte, pelo menos, os trâmueis do ramal rodaram cheios de soldados armados, para impedir uma recorrência dos distúrbios. Os empregados seriam demitidos pela Circular, ainda que a polícia negasse razão aos passageiros.³⁰³

É interessante notar o uso da arma pelo fiscal, que mostra a descrença de que a polícia solucionasse aquela situação, ao menos imediatamente. Situação parecida precipitou o Quebra-Bondes de 5 de outubro de 1909 contra a Bahia Tramway Light and Power. Naquela manhã, depois do atropelo de um cego na praça do Ouro (Deodoro), cerca de trinta populares destruíram o trâmuei e seguraram o motorneiro, passando a esperar a chegada da polícia. Pouco depois, apareceu um gerente estrangeiro da empresa, que, em circunstâncias pouco claras, disparou contra os manifestantes, ferindo duas pessoas. O protesto cresceu a ponto de cerca de 2 a 3 mil pessoas passarem a atacar, na praça e no Pilar, os bondes e a fiação elétrica da companhia. Depois de uma rápida pausa na tarde, o quebra-quebra recomeçou, adentrando a noite, quando foram atacados a usina de Roma e o Gasômetro, mais 800 lampiões. Os empregados da empresa, por precaução, decidiram cerrar as portas do depósito de cargas da firma, instalado na sede da Associação Comercial.³⁰⁴

Posteriormente, a empresa acusaria o governo estadual de responsabilidade no caso, alegando que a polícia não reprimira os depredadores. O então governador, Araújo Pinho (1908-1911), não negou a acusação, apenas alegou que a repressão policial seria contraproducente, dada a multidão que então ocupou as ruas e praças. Era uma referência implícita à insatisfação popular gerada pela péssima qualidade do serviço prestado pela Bahia Tramway Light and Power.³⁰⁵ Pode ser que a memória dessa inépcia policial explique por que a reação das autoridades públicas aos quebra-bondes acima mencionados era tão rápida, ou seja, sabia-se que a ausência policial poderia estimular a expansão dos apedrejamentos. Por

³⁰³ *Diário da Bahia*, 19/5/1930, 24/5/1930. *O Jornal*, 20/5/1930

³⁰⁴ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 204-207.

³⁰⁵ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 204-207.

outro lado, o gesto de esperar a polícia para a ela entregar os empregados da Circular, como ocorreu na Liberdade, indica que ao menos parte dos manifestantes entendia possuir o direito de recorrer à depredação, pois, do contrário, escaparia.

O quebra-bondes da Quinta dos Lázaros resultou igualmente de um problema na administração do tráfego. O segundo bonde funerário, ao contrário do que pensou a empresa, seguia para o cemitério do Campo Santo. Portanto, erros humanos sobrepuseram-se a um problema material, isto é, a mão-única, limitação imposta a uma linha cara, por possuir muitas seções entre o começo e término do ramal. No caso do conflito na Liberdade, pode ser que o ramal tenha adquirido um tráfego lento por causa dos problemas da preparação do solo, como no Cabula. Pode ser que essa situação aumentasse o tempo de espera do bonde que permaneceria na subestação.

Posteriormente, a polícia caçaria um “pretinho”, que acusou de ser o iniciador do apedrejamento da Lapinha.³⁰⁶ É possível que se tratasse de um “gazeteiro” ou “queimadeiro”, isto é, criança empregada na distribuição de jornais e doces entre as plataformas, estribos e bancos dos bondes. Era comum encontrá-los “pongando” e “despongado” dos carros no desempenho do labor diário, o que explica sua presença entre os acidentados por quedas e esmagamentos.³⁰⁷ Foi o caso de um “queimadeiro pardo” de doze anos que no final de 1926 foi esmagado entre os bondes, sendo conduzido à assistência sem fala; no mesmo dia, outro menor recebeu uma pancada no rosto e caiu desfalecido.³⁰⁸ Parte dessas crianças constituíam a comunidade de “menores abandonados”, cujo número cresciam em decorrência da crise econômica gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929.

Esse gênero de acidente crescia à proporção que os passageiros eram obrigados a disputarem os estribos, sobretudo numa cidade de ruas estreitas, como Salvador. Não era raro o choque entre pingentes e bondes, autos, carroças e obstáculos estáticos como paredes e postes. Uma situação de extremo descaso pela população e trabalhadores da Circular ocorria numa ponte do Retiro, onde, somente nos dez primeiros meses de 1928, umas quinze pessoas caíram ao após chocarem-se com o alçapão. Uma “senhora” caiu no próprio rio das Tripas, sob risco de se afogar na água poluída pelas emanções do famigerado abatedouro do Retiro.³⁰⁹

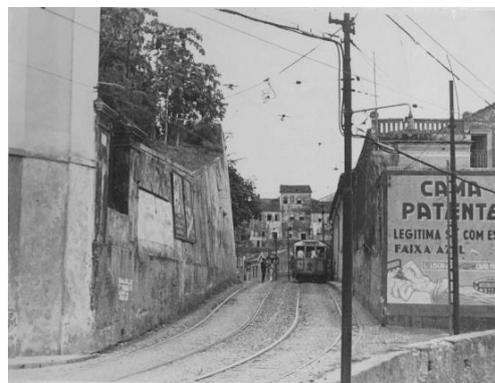
³⁰⁶ ALMEIDA, F. “As últimas depredações do último dia 4 de outubro”: o quebra-Bondes e outras questões referentes ao transporte coletivo em Salvador, p. 11. *A Tarde*, 23/5/1930.

³⁰⁷ *A Tarde*, 10/2/1927; 19/3/1928.

³⁰⁸ *A Tarde*, 17/11/1926.

³⁰⁹ *Diário da Bahia*, 10/10/1928.

Esses sinistros constituíam acidentes de trabalho não só para gazeteiros e queimadores, como para os próprios condutores, que, nos trâmueis abarrotados, tinham de fazer acrobacias no estribo para cobrar as passagens.³¹⁰ Na perigosa subida do Ramos de Queiroz, cujo início aparece na imagem a seguir, existia uma encosta em que um empregado da Circular esmagou o bacio, sendo conduzido às pressas para a assistência. Ocorrências anteriores resultaram ao menos numa morte, tendo a companhia deslocado os trilhos para o centro da rua.³¹¹ Noutro ponto acima, o Quinze Mistérios, o motorneiro era obrigado a gritar “olha a direita!”, para alertar os passageiros dos estribos sobre um muro lateral.³¹²



10. Ladeira do Ramos de Queiroz, um dos estreitos ramais de Salvador. Salvador, data desconhecida. Fonte: AHMS.

O percurso para Itapagipe era estreitamente ladeado pelos trapiches, casarões e igrejas da cidade baixa. O trecho duplicado do Canto da Cruz era tão estreito que um passageiro sentado, “pessoa distinta, funcionário do Correio”, quebrou o braço por apoiá-lo sobre a régua durante a passagem doutro bonde em sentido contrário.³¹³ Na Garganta do Xixi ou Garganta da Morte, a parte mais perigosa, cuja estreiteza atingia 3 metros na igreja do Pilar, registraram-se mortes e traumatismo nos pingentes apertados contra os pardieiros.³¹⁴ A Circular também deslocaria os carris para o centro da rua, o que contribuiria para tornar a área o pior ponto de congestionamento na cidade. O lugar era cruzado por autos, ônibus e, sobretudo, caminhões e carroças, que também permaneciam estacionados nos armazéns de fumo e café, representando um perigo para os passageiros pendurados.³¹⁵ O alargamento

³¹⁰ *A Tarde*, 21/12/1926, *A Tarde*, 5/1/1927.

³¹¹ *Diário da Bahia*, 13/8/1926; *A Tarde*, 5/1/1927, 10/5/1927.

³¹² *O Imparcial*, 27/5/1926.

³¹³ *Diário de Notícias*, 22/3/1926.

³¹⁴ *A Tarde*, 18/1/1927; *Diário da Bahia*, 13/10/1927.

³¹⁵ *Diário da Bahia*, 25/9/1927.

dessa zona era prevista na abertura da avenida Jequitaiá, obra federal a ser executada pela Société de Construction du Port de Bahia, mas paralisada desde a década anterior.



11. Trecho final da Garganta do Xixi, próximo da igreja do Pilar. Autor: Arthur Wischral. Salvador, 1930.

Fonte: Álbum da Circular.

No início de janeiro de 1926, a Circular realizou uma pequena reforma no plano inclinado do Pilar, para acabar com os esmagamentos mortais de braços, cabeças e troncos entre o gabinete e a parede, os quais eram ladeados por um cabo elétrico desencapado.³¹⁶ Os reparos foram feitos no camarim, fechando-se janelas e alterando-se a disposição dos bancos.³¹⁷ No elevador Lacerda, o próprio gabinete poderia despencar, sendo amparado pelas molas do assoalho, que impediam esmagamentos, mas não sustos e lesões.³¹⁸ Esses acidentes, assim como curtos-circuitos, poderiam ocorrer nas horas de tráfego intenso, quando as filas cresciam em frente aos planos inclinados e ascensores, em muitos casos forçando os passageiros a subirem a pé as ladeiras.³¹⁹

Salvador conhecia então um importante crescimento no número de autos, caminhões e ônibus, mas o deslocamento sobre quatro rodas permanecia minoritário. Os próprios “afortunados” e “remediados” preferiam os trâmueis aos autos particulares; os “autos de praça” eram poucos e caros, ficando por horas no largo do Teatro à espera de passageiros.³²⁰ Em 1928, segundo a tabela, a corrida num desses carros, entre a praça Rio Branco e o Campo Santo, custaria 1.400 réis por passageiro (sob a condição de que o carro seguisse cheio); num bonde, 400 réis, ainda assim após o aumento ocorrido no ano seguinte. Da estação da Calçada

³¹⁶ *Diário de Notícias*, 15/1/1926; *Diário da Bahia*, 25/6/1927.

³¹⁷ *Diário de Notícias*, 16/1/1926.

³¹⁸ *A Tarde*, 19/7/1929.

³¹⁹ *O Imparcial*, 16/5/1926 e 29/4/1926; *Diário de Notícias*, 10/2/1926; *A Tarde*, 17/11/1926; 21/5/1927; *A Tarde*, 8/5/1928; 28/6/1929. Piolho-de-cobra era sinônimo de lacraia.

³²⁰ *Diário de Notícias*, 10/3/1926.

para Ribeira, 2.000 réis por passageiros; de ônibus, 700 réis.³²¹ Não existia taxímetro, como noutras capitais, razão pela qual esses autos não eram chamados de táxi. Segundo os choferes, Salvador possuía preços superiores a outras cidades, nomeadamente Recife, por conta do maior consumo de gasolina nas ladeiras, sem contar os custos com manutenção, pois as peças eram mais caras na Bahia.³²²

Introduzidos a partir de 1926, os ônibus tinham prometido desafogar bondes e ascensores, ao programarem ir de Itapagipe à cidade alta, galgando a ladeira da Montanha, que não possuía carris.³²³ O número de empresas e, portanto, de veículos cresceu nos meses seguintes, alcançando Nazaré e os subúrbios praiheiros da cidade alta. Mas eles se concentraram na cidade baixa, onde, a princípio, teriam ocasionado entre 20 e 40 contos de prejuízos mensais à SEGE, que tentou reagir alterando os pontos de embarque, mas sem sucesso. Cerca de 10 ônibus iam em dezembro do elevador Lacerda à Itapagipe, em metade do tempo gasto pelo bonde.³²⁴ Nesses primeiros meses, os bondes deixaram de rodar sobrecarregados, o que representou um alívio aos condutores, mas também preocupação pelo risco de falência, assunto explorado nas marchinhas da festa do Bonfim do ano seguinte,³²⁵ quando as rendas da companhia teriam caído para metade.³²⁶ Os prejuízos estenderam-se à Circular, reduzindo os “piolhos-de-cobra” nos elevadores e planos inclinados. Parecia uma triunfante “lição [da península] contra a indiferença, o menoscabo e a desídia”.³²⁷

Passada a empolgação do primeiro ano, os ônibus começaram a mostrar problemas. Os primeiros, popularmente crismados de “marinetes” em homenagem ao poeta italiano Filippo Marinetti (então no Brasil), possuíam 20 lugares e eram constituídos de carrocerias de madeira acopladas a chassis de caminhões, comprados, em muitos casos, de segunda-mão. Conseqüentemente, as marinetes, montadas no país, eram feias, sacolejando e capotando com frequência.³²⁸ Inácio Cunha, fundador de uma das companhias, importaria no ano seguinte 5 ônibus Renault, logo apelidados de “jaús”, nome do aeroplano em que os pilotos João de Barros e Newton Braga tinham cruzado o Atlântico. Com lotação para 36 passageiros, os carros eram elegantes, cômodos e seguros o bastante para rodarem sem recriminações na

³²¹ SAMPAIO, L. *Indicador e guia prático da Cidade do Salvador-Bahia*. Salvador: Tipografia Agostinho Barbosa, 1928, p. 302; seções das linhas carris da cidade alta. ME. CI.CAEEB.TE.103.24; seções das linhas carris da cidade alta. ME. CI.CAEEB.TE.103.24.

³²² *Diário da Bahia*, 31/8/1927.

³²³ *O Democrata*, 5/2/1926; *Diário de Notícias*, 5/3/1926.

³²⁴ *A Tarde*, 1/12/1926.

³²⁵ *A Tarde*, 31/1/1927.

³²⁶ *Diário da Bahia*, 30/01/1927.

³²⁷ *Diário da Bahia*, 6/1/1927.

³²⁸ *Diário da Bahia*, 15/7/1928; 17/12/1928.

cidade alta, onde residiam os passageiros mais exigentes.³²⁹ Porém, no período pesquisado, não seriam importados outros jaús e os ônibus em geral permaneceram na cidade baixa.

O aumento no número de autos particulares e de praça, caminhões e ônibus complicou o tráfego urbano. Os ônibus contribuíram para os crescentes desastres pela ganância dos proprietários, cujas rendas subiam em proporção ao número de corridas e, portanto, à aceleração.³³⁰ O setor carecia de fiscalização e regulamentação, o que explica essa e outras irregularidades, como superlotar os ônibus e não completar o percurso.³³¹ Menos de um ano após a inauguração do serviço, Inácio Cunha apontou os riscos de bancarrotas desencadeadas pelo péssimo calçamento, o qual já impusera limites à expansão dos carros para certas zonas.³³² Meses depois, o prognóstico seria confirmado e o número de companhias reduzir-se-ia drasticamente.³³³ Os ônibus, como mostrado acima, retornariam para as ruas logo após o primeiro quebra-bondes da rua J. J. Seabra (novembro de 1927), mas os problemas relatados muito diminuiriam a contribuição desses autos para a mobilidade urbana.³³⁴ O bonde era considerado uma instituição “democrática” por excelência, pois impunha o compartilhamento do espaço por diferentes classes sociais.³³⁵ O regulamente reservava bancos para o governador, chefe de polícia e conselheiros municipais; e passes para secretários municipais, diretores de ensino e saúde pública.³³⁶ Posteriormente, a Circular alteraria o regime dos passes porque seus portadores estariam abusando do direito, o que gerou protestos no Conselho Municipal, mostrando que era comum os edis transportarem-se nos carros da empresa.³³⁷

O próprio Góis Calmon, ao assumir o governo, mandara leiloar os autos oficiais e passara a usar bondes; em seguida, recuaria, readquirindo os carros.³³⁸ Coincidentemente ou não, nesse período, seu filho Miguel Calmon Sobrinho perderia a perna ao tentar pogar num bonde para sua casa no Caquende?³³⁹ Na mesma residência, o irmão do governador, Antônio Calmon, perderia o pacote para Itaparica porque o motoneiro interpretou como desistência de embarcar seu sestro de balançar a cabeça horizontalmente, o qual lhe rendera o apelido de

³²⁹ *Diário da Bahia*, 22/1/1927.

³³⁰ *A Tarde*, 21/1/1927; *Diário da Bahia*, 19/1/1929.

³³¹ *A Tarde*, 18/1/1927; *Diário da Bahia*, 9/7/1927; 14/3/1929.

³³² *Diário da Bahia*, 27/4/1927, 25/6/1927.

³³³ *Diário da Bahia*, 30/9/1927.

³³⁴ *Diário da Bahia*, 15/7/1928; 26/7/1928.

³³⁵ *A Tarde*, 20/8/1929.

³³⁶ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 18.

³³⁷ *Diário da Bahia*, 31/3/1927, *O Democrata*, 5/5/1928.

³³⁸ *O Imparcial*, 10/4/1926; *Diário da Bahia*, 5/10/1928.

³³⁹ SILVA, J. *Miguel Calmon sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991, p. 56.

Antônio Pêndula. O passageiro pensou em pongar, mas desistiu; em seguida, dirigiu-se à Circular para exigir a demissão do empregado, o mostra os limites de democracia nos bondes. Quando as rendas estaduais caíram em decorrência da crise internacional de 1929, o governo estadual anunciou que alienaria a frota, embora não cumprisse a promessa senão para um Ford e um Chevrolet.³⁴⁰ Esses e outros casos mostram que o uso de bondes por pessoas da classe superior não era uma situação absolutamente incomum, embora tais pessoas passageiros constituíssem uma ínfima minoria nos trâmueis.

Exatamente por isso, o transporte público era repleto de tensões decorrentes de seu compartilhamento por pessoas de diferentes origens sociais. Os fura-filas nos ascensores e planos inclinados eram, em muitos casos, pessoas pertencentes aos segmentos superiores.³⁴¹ Nos trâmueis, o regulamento proibia o embarque de passageiros não só “maltrapilhos”, como não trajados e calçados “decentemente”. Como também proibia o transporte entre os bancos e nos estribos, a regra concernia aos passageiros sentados. Na prática, aos passageiros que não possuíam trajes adequados eram franqueados não só o estribo, como a plataforma traseira, que era ignorada na regra mencionada.³⁴²

Os estribos, entretanto, eram um espaço masculino, assim como o ato de embarcar e desembarcar com o trâmuei deslocando-se. Esse costume enraizou-se a ponto de os motorneiros, ao notarem que o passageiro na parada era um homem, diminuírem a marcha, ao invés de pararem, o que era proibido pelas normas.³⁴³ Foi o que ocasionou a queda do quinquagenário chefe do funcionário do hotel Sulamericano na praça Rio Branco.³⁴⁴ O procedimento, assim como o retorno antes de alcançar o ponto final, podia ser uma maneira de regular o horário de bondes atrasados.³⁴⁵

Muitos passageiros, mesmo em condições de ocuparem os bancos, percebiam nas pongas e despongas a oportunidade de exibirem mocidade e masculinidade, atrapalhando o embarque e desembarque dos outros passageiros e, em especial, das passageiras.³⁴⁶ Três meses após o tombo do empregado do Sulamericano, um alfaiate caiu na Barra ao tentar se exhibir durante um flerte.³⁴⁷ No ano seguinte, um comerciário de 18 anos, acompanhado de colegas, cometa num bonde da municipal desatinos próprios da idade, indo de um banco

³⁴⁰ *Diário da Bahia*, 1/5/1930.

³⁴¹ *Diário de Notícias*, 10/2/1926; *A Tarde*, 15/5/1929.

³⁴² SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 17.

³⁴³ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 10.

³⁴⁴ *A Tarde*, 2/6/1927.

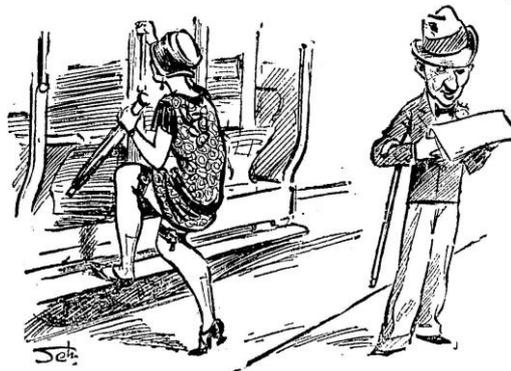
³⁴⁵ *Diário da Bahia*, 30/8/1927.

³⁴⁶ *A Tarde*, 19/9/1928.

³⁴⁷ *A Tarde*, 27/9/1927.

para o outro e, repetidamente, embarcando e desembarcando, até ter o rosto desfigurado ao ir de encontro a um poste.³⁴⁸

O aperto entre os passageiros era um problema para o transporte, embarque e desembarque de mulheres, pela aproximação entre os corpos, em especial quando as mulheres iam na frente dos homens, como destacou um jornal.³⁴⁹ Uma matéria que solicitou mais carros à Circular destacou a presença de “senhorinhas” entre os que, nos horários de pico, permaneciam nos pontos à espera de um carro com menos passageiros.³⁵⁰ Produzida pelo desenhista Seth, a charge abaixo saiu na imprensa carioca em 1926, sendo republicada numa gazeta soteropolitana no ano seguinte.³⁵¹ “De tanta fartura, d. Juan, não liga mais...” diz a legenda, sugerindo que a atenção masculina não era mais atraída pela exibição de meias-calças nos embarques femininos. O chiste, no entanto, reside em negar uma situação corriqueira, lógica idêntica à do interesse despertado pelos passageiros do elevador Lacerda pela mulher branca carregando sacolas.



3. Charge intitulada “Na época da perna polida...”, produzida por Seth, sugere, numa leitura a contrapelo, que a atenção dos homens era atraída pelas meias-calças durante as entradas de mulheres nos bondes. Rio de Janeiro (1926) e Salvador (1927). Fonte: imprensa.

Portanto, o aperto e o assédio no transporte público era um entre muitos outros constrangimentos à plena ocupação do espaço público pelas mulheres. O mesmo texto que notou a permanência das senhorinhas nas paradas acrescentou que muitos patrões demitiam operários e comerciários que não cumpriam horários por causa da Circular. Essa situação era mais preocupante para os que residiam nos arrabaldes distantes, acrescentando o desemprego

³⁴⁸ *Diário da Bahia*, 25/6/1928.

³⁴⁹ *Diário da Bahia*, 23/4/1929; *A Tarde*, 16/7/1929, 20/11/1929.

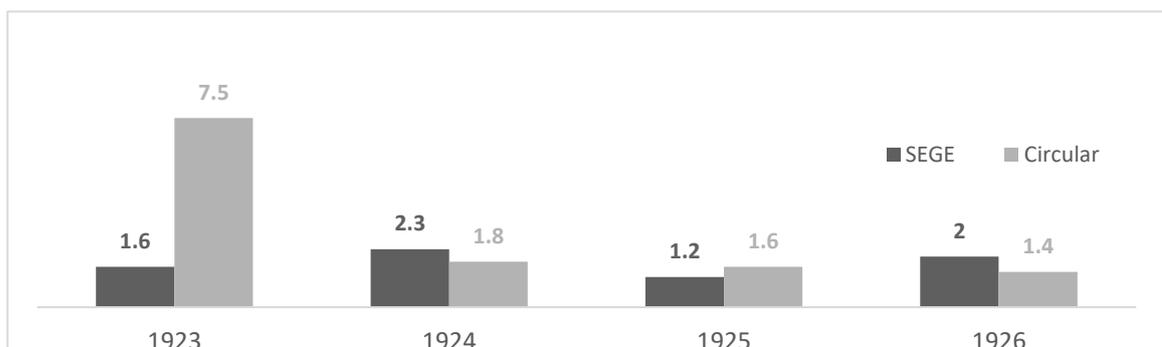
³⁵⁰ *Diário da Bahia*, 11/10/1929.

³⁵¹ *A Noite*, 28/12/1926; *A Tarde*, 15/1/1927.

à lista de carências das populações suburbanas. Seria complicado imaginar uma residente dessas localidades ser empregada na estação telefônica da Circular.

Os problemas eram maiores para as trabalhadoras, como as empregadas nas casas ricas, mercados e comércio de rua, por serem pouco remuneradas e precisarem transportar cargas. Sendo os estribos um espaço masculino e os bancos destinados aos passageiros bem trajados, as trabalhadoras eram, ao menos teoricamente, constrangidas a ocuparem a traseira. Essa parte era popularmente conhecida como “cozinha”, sendo em geral ocupada, na expressão de um cronista, por “nossa plebe em trajes de serviço”.³⁵² Segundo o regulamento, ademais, os passageiros podiam transportar pacotes pequenos sob o banco (gratuitamente) ou ligeiramente maiores na plataforma dianteira (por 200 réis, isto é, o dobro do preço de uma seção). Entretanto, era proibido transportar cargas grandes, assim como “animais ou embrulhos que, por sua falta de asseio, mau cheiro ou qualquer outro motivo [pudessem] incomodar os passageiros”. Os portadores desses objetos eram instados a utilizar os bondes “mistos”, isto é, de passageiros e mercadorias.³⁵³

Pelas regras, as companhias disponibilizariam número suficiente de trâmueis para cargas, os quais começariam a circular às 4h:30min, meia hora antes dos carros simples.³⁵⁴ Como se percebe no gráfico a seguir, entre 1923 e 1926, o número de bondes de carga na Circular, segundo dados da imprensa, passou de 4 para 21, ao passo que, na ex-Light, estagnou em 8, após terem sido introduzidos e, em seguida, recolhidos, 4. Mas a diferença entre as empresas tende a diminuir quando se considera a taxa de passageiros por bonde. É preciso considerar, entretanto, que apenas uma pequena parte dos passageiros contabilizados no período usou bondes mistos ou cargueiros.



4. Passageiros, em milhões, por bonde cargueiro (Salvador, 1923-1926).

Fonte: imprensa.

³⁵² *Diário da Bahia*, 21/1/1929; 21/8/1930

³⁵³ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 14.

³⁵⁴ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 6.

Porém, a demanda por bondes cargueiros era tanta que, segundo denúncias, eles não existiam. É possível que às empresas não interessasse a circulação desses carros, pois neles o público pagava sua passagem, mas não o espaço ocupado pelas cargas.³⁵⁵ O autor de uma denúncia parece ter se sentado ao lado de uma trabalhadora doméstica no transcurso para redação em agosto de 1928, pois produziu um artigo em que criticou a “promiscuidade democrática” reinante nos trâmueis de Salvador, onde “uma cozinheira, de roupas engorduradas e temperos malcozidos, senta-se onde bem lhe aprouver, constrangendo [...] quem lhe ficou junto do mocó”. Percebe-se o sentido racial e de classe na ojeriza pelas roupas sujas no exercício da profissão, assim como o incômodo pela decisão da mulher em se acomodar nos bancos. O autor da pequena nota assegurou que, noutras cidades, os bondes de segunda classe eram “estabelecidos sem o espírito de deprimir as cozinheiras”.³⁵⁶ Outro texto, publicado em junho, protestou contra a mesma situação, considerada prejudicial à economia dos pobres e ao conforto dos outros passageiros, “obrigados a viajar junto de cozinheiras imundas”.³⁵⁷ Existia ainda desconforto com os passageiros que iam nos estribos, que, ao ritmo das trepidações, estabeleciam contato físico com os passageiros sentados na ponta dos bancos, que nem sempre pertenciam à mesma classe, raça e gênero dos sobressalentes.³⁵⁸

Dois anos antes, um repórter acomodado com dezessete passageiros num bonde para a Lapinha registrara a tensão do ambiente. “O mais pernóstico”, notou, “é o condutor”, cuja linguagem grosseira, entretanto, era “adequada ao meio”. “Manda a massa... já sabe qual é a escrita...”, gritou o empregado para um “preto [...] pendurado na plataforma”, que respondeu: “venha manso; com zoada não pago...” Diante da altercação, que quase degenerou em distúrbio, um marinheiro exigiu que o pingente, então alcoolizado, se calasse em respeito ao repórter. “Branco não entra aqui”, gritou o passageiro, percebendo a conotação racial do termo “moço”, usado na designação do jornalista. “Cale a boca, burro, o dinheiro que você ganha no ‘pesado’ quem te paga é o branco”, exclamou outra pessoa. Depois de uma hora parado no Barbalho, à espera da remoção de um animal morto nos carris, o bonde chegou ao destino, com o repórter exalando “suor” e “mau-cheiro” “daquela massa de gente de todas as

³⁵⁵ Sobre o não pagamento pela carga, conferir o ofício dirigido pela Circular ao intendente: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18/8/1928.

³⁵⁶ *A Tarde*, 20/8/1929.

³⁵⁷ *A Tarde*, 25/6/1929.

³⁵⁸ *A Capital*, 2/2/1927.

condições”. Surgiu então um conflito entre dois passageiros em torno do assédio a uma passageira. O texto terminou com uma crítica à inexistência de bondes cargueiros no ramal.³⁵⁹

Numa linguagem carregada, um texto explicou que ser condutor consistia em frequentar uma escola de acrobacia e paciência, dado o sacrifício que era realizar cobrança num bonde com mais de cem passageiros, “já domesticados uns, outros ainda no estado primitivo de selvageria”.³⁶⁰ Não surpreende, portanto, que um empregado tenha abandonado um trâmuei no cais do Ouro para lutar contra um pingente.³⁶¹ Por outro lado, percebia-se nas entrelinhas o incômodo da imprensa quando os conflitos ocorriam com passageiros das classes superiores. Referia-se então a essas pessoas como “estrangeiros”, “cavalheiros” e pessoas de “qualidade” e aos empregados como “malcriados”.³⁶² “Pardavasco velho, feições talhadas a foice”, referiu-se a imprensa a um condutor da linha Barra-Plano Inclinado, que dirigiu grosserias a uma humilde passageira. O documento não deixa claro se a última expressão em destaque se referia a fenótipo ou a escarificações.³⁶³

Os conflitos cotidianos entre passageiros, condutores e motorneiros desmentem o estoicismo atribuído pelos jornais ao “populacho”. É importante lembrar que os quebra-bondes acima descritos surgiram de simples altercações, que podiam começar entre os passageiros ou entre estes e os prepostos da Circular. Lembrando o episódio da subestação da Lapinha em 1930, um jornal notou que foram “a ignorância e a arbitrariedade de um fiscal desabusado [que] fizeram com que o povo quebrasse [o] bonde”.³⁶⁴ “O demônio os leve para as profundezas do inferno”, praguejou uma idosa negra que perdia tempo à espera do bonde para Brotas no centro histórico. “Raios os partam”, gritou um estivador adiante, forçando entrada na cozinha do trâmuei da Soledade. “Mas, afinal de contas, quando isto terá fim?”, perguntou o repórter.³⁶⁵

Existiam, igualmente, pequenas irregularidades, sendo a mais irritante a falta de trocos.³⁶⁶ O regulamento exigia que os condutores possuíssem troco para cédulas de até 5 mil-réis.³⁶⁷ O preço na seção dos carris e nos ascensores e planos inclinados era, inicialmente, 100 réis, que era a menor unidade monetária, sendo de crer-se que, na ausência de troco, o

³⁵⁹ *A Tarde*, 5/1/1927.

³⁶⁰ *A Tarde*, 29/4/1927.

³⁶¹ *A Tarde*, 4/4/1927.

³⁶² *A Tarde*, 10/2/1930.

³⁶³ *O Imparcial*, 14/4/1926; 16 e 25/5/1926.

³⁶⁴ *O Jornal*, 26/5/1930.

³⁶⁵ *A Tarde*, 6/9/1927.

³⁶⁶ *A Tarde*, 29/4/1927 e 9/5/1927.

³⁶⁷ SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*, p. 11.

passageiro era obrigado a pagar, no mínimo, o dobro.³⁶⁸ Esse problema continuou após a duplicação da tarifa no começo de 1929, gerando a suspeita de extorsão praticada pela Circular.³⁶⁹ Em abril do ano seguinte, um passageiro perseguiu com um facão um empregado por não ter recebido seu troco na Calçada. Outra irregularidade descrita como extorsão era a circulação de bondes diretos, que eram mais caros, mas faziam paradas ao longo do percurso.³⁷⁰

Na segunda metade dos anos 1920, o cotidiano da capital era marcado por inúmeras carências. Os soteropolitanos eram obrigados a se acomodarem nas moradias precárias do centro, dos entremontes e dos arrabaldes distantes. O crescimento urbano exercia ainda pressão sobre os ônibus, bondes e ascensores; a coleta do lixo, o sistema de águas e esgotos, o calçamento; a iluminação, a tração pública e particular e a rede telefônica. Os seis serviços descritos eram problemáticos nas áreas centrais, mas adquiriram aspecto muito pior nas periferias, reforçando desigualdades raciais e classe inscritas no espaço geográfico. Subjacente aos diferentes problemas, a carestia emergia como uma preocupação central.

O quadro gerou uma insatisfação crônica que, contrariando as referências ao conformismo popular, manifestou-se em ao menos quatro quebra-bondes entre 1926 e meados de 1930. Os protestos mostraram que um trâmuei parado, cercado por passageiros, fiscais, condutores e motorneiros a baterem boca, era um perigoso ajuntamento que poderia rapidamente degradingolar em destruição de propriedade. Expunham-se nesses conflitos, assim como nas outras manifestações de descontentamento, como as denúncias nos jornais, a exploração exercida por negociantes e empresas particulares e a incapacidade do Estado em garantir as necessidades da população. O desenrolar dos acontecimentos acabou expondo as administrações do governador Vital Soares (1928-1930) e do intendente Francisco Souza (1928-1930), que tentaram realizar reformas urbanas que, em certo sentido, pioraram a situação; e a Circular que, adquirida pela General Electric, tornar-se-ia a monopolizadora dos serviços de transporte carril, energia elétrica e comunicação telefônica nas cidades alta e baixa. O presente texto é um primeiro passo para entender que o Quebra-Bondes de 1930 concernia não só a esses temas, mas, indiretamente, à moradia, ao saneamento e ao abastecimento. Os capítulos seguintes completarão a explicação, mostrando, em acréscimo, como autoridades públicas e empresários tornaram-se o alvo da ira popular.

³⁶⁸ *O Imparcial*, 14/4/1926; 16/5/1926; *A Tarde*, 9/5/1927; 27/9/1927; *A Tarde*, 3/7/1929.

³⁶⁹ *A Tarde*, 3 e 25/7/1929; 27/9/1927.

³⁷⁰ *A Tarde*, 25/5/1927; 6/6/1927.

Capítulo 2

Chico Projeto

O ano de 1926 seria marcado não só pela incorporação da Trilhos Centrais pela Circular, como pela compra da companhia baiana, em dezembro, pela estadunidense General Electric, que na ocasião se expandia nos setores de energia elétrica e transporte carril do país.¹ Três anos antes, a corporação criara a American and Foreign Company, com o propósito de abarcar o mercado “secundário” do Brasil, dado que Rio e São Paulo eram monopolizados pela Light. Seus representantes compraram as ações dos Guinle, incorporando assim a Circular.² Essa operação mobilizou, segundo a imprensa, cerca de 100 mil contos e criou a expectativa de que grandes obras seriam realizadas na Bahia pela “mentalidade progressista do norte-americano”.³ Controlando centenas de empresas de bonde, força e luz nos Estados Unidos, a General Electric pretendia aportar no Brasil 250 mil contos, marcando presença no Rio e São Paulo, não obstante a presença da Light. O plano era combinar capital e mão-de-obra brasileiros e estadunidenses na exploração das empresas do país, o que seria confirmado em abril, durante a recomposição da direção da Circular. Naquele mês, a General Electric já desembarcara em Recife, Petrópolis e Porto Alegre.⁴

Em Salvador, as esperanças de reformas cresceram em dezembro, quando o então candidato oficial ao governo baiano apresentou sua plataforma, no tradicional banquete oferecido pelas “classes conservadoras” da Bahia. Vital Soares, indicado ao cargo por Góis Calmon, declarou que o governador restaurara o crédito estadual, preparando-a para obras públicas que seriam realizadas por seu sucessor. O candidato explicou que essas realizações, não cabendo no orçamento ordinário, exigiam um empréstimo. Enumerou, entre as prioridades, aparelhar Salvador com um serviço de saneamento adequado, executando o plano elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito. Vital Soares enalteceu a política de seu antecessor, de passar ao estado encargos municipais, como o próprio saneamento. Era preciso dotar ainda a capital de luz e transporte, estimulando a construção de hotéis e teatros, sem recorrer, porém, ao urbanismo demolidor da arquitetura tradicional. Outra promessa era

¹ *A Tarde*, 3/1/1927.

² REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*. Salvador: Caramurê, 2022, p. 245.

³ *A Tarde*, 11/4/1927.

⁴ *Diário da Bahia*, 7/1/1927; *A Tarde*, 11/4/1927.

continuar a expansão das estradas de ferro e de rodagem nos sertões, cujos municípios seriam beneficiados por obras estaduais.⁵

Saturada de denúncias contra a incúria de particulares e do Estado diante dos problemas urbanos, a imprensa não escondia apreensões quanto à concretização e ao caráter das reformas prometidas. Quatro meses após a mudança na direção da Circular, uma gazeta publicou o desenho de um ascensor ciclópico, com grandes camarins e um frontispício semelhante aos dos arranha-céus de Nova Iorque. Era o novo elevador Lacerda que, reformado por “estrangeiros de grande competência”, modificaria o panorama da secular Tomé de Souza (Salvador), se a isso não se opusesse a “inépcia do papelório e da burocracia”, um recado para o Conselho Municipal.⁶ No entanto, em outubro, diante das sínopes na eletricidade, decorrentes da crise hídrica de 1927-1928, outro periódico apontou a ingenuidade dos que pensaram que esses e outros contratemplos seriam eliminados pelos “americanos”.⁷

Esse ano seria marcado pela contratação do urbanista francês Alfred Agache para a “remodelação” de Recife e Rio. O mesmo jornal explicou que a capital baiana não podia realizar obras dessa natureza, isto é, suntuárias, nem sequer propiciar comodidades básicas, por estar financeiramente “encalacrada”, o que igualmente ocorria com o estado, que assumira responsabilidades municipais.⁸ Em março de 1928, pouco antes da inauguração do governo Vital Soares, a gazeta alertou que era preciso, antes, atacar os problemas sertanejos, isto é, agricultura, indústria e comércio. Dentro do urbanismo, o mais urgente eram saneamento e iluminação.⁹ Esse apelo reapareceria nos anos seguintes, mas coexistiria com opiniões contrárias nesse e noutros órgãos de imprensa.¹⁰

Preparando o terreno

Não obstante o ceticismo, ganharam contornos concretos as esperanças ensejadas pelas alterações na direção da Circular e na administração estadual. O intendente Elói Jorge sancionou, ainda em dezembro do ano anterior, uma lei autorizando o município a entrar em acordo com a empresa, a fim de revisar os contratos dos ascensores e dos bondes da cidade alta. O prefeito e a Circular eram instados a introduzir ampliações no setor, garantindo, ao par

⁵ SOARES, V. *Plataforma do candidato do Partido Republicano da Bahia ao Governo do Estado*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1927, p. 7 e ss.

⁶ *A Tarde*, 3/8/1927.

⁷ *Diário da Bahia*, 18/10/1927.

⁸ *Diário da Bahia*, 1/6/1927.

⁹ *Diário da Bahia*, 9/3/1928.

¹⁰ *Diário da Bahia*, 9/3/1928.

da remuneração do capital, comodidade, segurança e agilidade nos transportes. O acordo seria submetido ao Conselho Municipal e, caso aceito, constituiria um novo contrato a ser assinado entre município e companhia.¹¹ Entretanto, pouco depois, Elói Jorge, coincidentemente ou não em atrito com a Circular a propósito do ramal da Liberdade, seria substituído no cargo por Mário Peixoto, eleito presidente do Conselho Municipal por interferência de Góis Calmon, que era criticado por manter a administração municipal em interinidade desde 1926.¹²

Quando assumiu o governo da Bahia, em março de 1928, Vital Soares, usando seus poderes, nomeou para a prefeitura um engenheiro radicado no Rio, entregando-o a direção das reformas urbanas.¹³ Francisco Souza, ao desembarcar em Salvador, declararia que ainda não possuía programa, mas que cuidaria especialmente do asseio, dos jardins e da arborização da capital. Suas declarações geraram críticas, por mostrarem uma pessoa despreparada para o cargo, mais preocupado com estética que com problemas concretos, não obstante sua referência à limpeza.¹⁴ Procurando influir nos ramos da administração, os jornais continuariam então a publicar reportagens, editoriais e notícias sobre a situação da habitação, transporte, saneamento, abastecimento, energia, telecomunicação e, em menor grau, estética.¹⁵



12 e 13. Posse de Vital Soares e Francisco Souza no governo da Bahia e na intendência de Salvador. No primeiro registro, o governador é cercado por seus secretários: Mário Dantas (Agricultura, com a mão no braço da cadeira); César Rios (Fazenda, segundo de óculos); Prisco Paraíso (Interior, de bigode), Madureira Pinho (Segurança Pública, sorrindo) e Barros Barreto (Saúde Pública, mecha branca). Na segunda foto, Mário Peixoto (de gravata branca, à esquerda) passa para Francisco Souza (o mais alto de gravata branca) o comando da intendência. Salvador, 29/3/1928. Fonte: Álbum da Posse.

¹¹ *O Democrata*, 29/12/1927.

¹² *Diário da Bahia*, 10 e 11/1/1928.

¹³ *Diário da Bahia*, 25/1/1928 e 8/3/1928.

¹⁴ *Diário da Bahia*, 27/3/1928 e 28/3/1928.

¹⁵ *Diário da Bahia*, 3/4/1928, 5/4/1928.

Na abertura dos trabalhadores da Câmara e Senado do Estado, em abril, a imprensa pressionou Vital Soares a cumprir as promessas, priorizando obras “úteis” sobre as “suntuárias”.¹⁶ Diante dos parlamentares, o mandatário detalhou seus planos: auxílio aos serviços de luz, água e esgoto do interior; prolongamento da estrada férrea de Nazaré; a abertura de estradas de rodagem entre os sertões e o litoral; o incremento do crédito agrícola e do intercâmbio entre os portos de Salvador, Recôncavo e sul cacauzeiro; na capital, a maior obra seria a concretização do projeto saneador de Saturnino Brito. Essas realizações dependeriam de um empréstimo externo ou interno, a ser autorizado pelo corpo legislativo.¹⁷

Semanas depois, Francisco Souza, em sua primeira mensagem ao Conselho Municipal, solicitou autorização para pedir ao governo da Bahia que realizasse um empréstimo para as obras de saneamento. O prefeito mostrou que o serviço permanecia deficitário, não obstante sua transferência ao estado. O plano consistia em contrair um empréstimo de 50 mil contos, para ampliar a rede de água e esgoto, expandindo sua cobertura. O conseqüente aumento das rendas acabaria com o desequilíbrio orçamentário no setor e o pagamento dos credores.¹⁸ O numerário seria ainda empregado no resgate do empréstimo de 1905, contratado na encampação da Companhia do Queimado. Paralelamente à expansão da rede distribuidora e coletora, seria preciso aumentar as taxas cobradas aos contribuintes. Francisco Souza acrescentou que o governo da Bahia dirigiria as obras, que incluiriam a aquisição de bombas cuja operação aumentaria os gastos com eletricidade.¹⁹

Os recursos solicitados pelo intendente correspondiam a cerca de um terço do empréstimo solicitado pelo governador à Assembleia Legislativa. Esse terço seria garantido pelo município e pelo estado, por se destinar ao saneamento de Salvador. O restante, garantido apenas pelo estado, seria usado na rede de transporte férreo, rodoviário e aquático; no crédito agrícola; e na água, esgoto e luz das cidades sertanejas. O montante incluía 20 mil contos alocados na capital para “obras de utilidade e melhoramento urbanos”, ou seja, recursos externos ao terço mencionado, mas destinados a Salvador. Tudo indica que seriam empatados na SEGE e, portanto, nos empreendimentos municipais de trâmueis e eletricidade.²⁰

¹⁶ *Diário da Bahia*, 5/4/1928.

¹⁷ SOARES, V. *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa em 7 de abril de 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

¹⁸ *Diário da Bahia*, 24/4/1928.

¹⁹ *O Democrata*, 24/4/1928.

²⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 26/4/1928.

Na Câmara, a proposta recebeu a adesão dos deputados orientados por Otávio Mangabeira, apesar da tensão existente entre o ministro das Relações Exteriores e outras correntes do PRB, particularmente a dos Calmon.²¹ No Senado, o oposicionista Wenceslau Guimarães reconheceu a simpatia da opinião pública pelo empréstimo.²² Existia certa consonância entre o programa de reformas e as denúncias da imprensa acerca dos problemas urbanos, mesma a de tendência oposicionista.²³ O Conselho Municipal e a Assembleia Legislativa chancelariam a operação em maio, liberando os representantes do governo para as negociações com os banqueiros.²⁴

O aplainamento do caminho para as reformas era intenso, atraindo a curiosidade jornalística. Paralelamente às negociações com a Circular para a melhoria nos transportes, o intendente apresentou ao Conselho Municipal as despesas e receitas para o exercício de 1929. Propôs mudanças fiscais para aumentar as dotações orçamentárias das obras públicas, considerando os recursos assinalados nas administrações anteriores insuficientes para uma população superior a 300 mil habitantes. Francisco Souza estimou, entre a arrecadação fixada para 1928 (8 mil) e a proposta para 1929 (11 mil), um saldo de cerca de 3 mil contos, a serem aplicados sobretudo nos calçamentos. Os tributos imobiliários também seriam majorados para o custeio da reorganização do asseio público e particular.²⁵

Dois outros projetos de primeira grandeza tramitariam, ainda em maio, na Assembleia Legislativa: o primeiro autorizando o governo estadual a negociar com a Circular a reforma do regulamento de 1906 sobre a produção hidroelétrica nos rios e cachoeiras da Bahia; o segundo repetindo o procedimento para o contrato dos telefones, emitido em 1924. Francisco Souza colaborou na escrita do regulamento, que seria submetido ao parecer do parlamento estadual no mês seguinte. O secretário estadual Mário Dantas, ao apresentar o projeto em maio de 1928, assegurou que procurara proteger os interesses do estado e municípios, garantindo descontos na energia fornecida ao setor público.²⁶

A Bahia possuía usinas instaladas no interior, sendo as maiores a do rio Paraguaçu, pertencente à Circular e destinada aos transportes e iluminação de Salvador e municípios do Recôncavo; a do rio Jaguaribe, do coronel Eudoro Tude, iluminando a cidade de Nazaré e região; a do rio Candengo, da Companhia Valença Industrial, na cidade de Valença; e a do rio

²¹ *Diário da Bahia*, 28/4/1928.

²² *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 8/5/1928.

²³ *Diário da Bahia*, 5/4/1928.

²⁴ *O Democrata*, 15/5/1928.

²⁵ *O Democrata*, 30/5/1928.

²⁶ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 10/5/1928.

Itaípe, eletrificando Ilhéus, Itabuna e municípios contíguos. O governador consideraria o novo regulamento, sancionado em julho, seu principal estímulo às indústrias baianas, por abrir o caminho para um aumento exponencial da produção energética.²⁷

O regulamento delineou obrigações e garantias, em especial para a General Electric construir uma grande hidroelétrica em Bananeiras, eliminando as crises energéticas de Salvador.²⁸ Concedeu aos interessados desapropriações por utilidade pública para a construção de barragens, usinas e estruturas transmissoras, bem como meios de transporte do material e pessoal para os canteiros; isenção de impostos estaduais até 31 de dezembro de 1968; e, finalmente, utilização de áreas públicas para o erguimento de postes e torres. O governo da Bahia auxiliaria a empresa na obtenção de isenções federais para a importação de material destinado às obras projetadas. Os empresários eram obrigados, entre outros, a apresentar os projetos das instalações hidroelétricas, sendo proibidos de realizarem, sem autorização, alterações no sistema hidrográfico. O texto prosseguiu, estabelecendo parâmetros técnicos e resguardando os direitos das populações locais.²⁹

O segundo projeto, como explicou Berbert de Castro, preparou a introdução do aparelho automático, que dispensaria a intermediação das telefonistas, costumeiramente responsabilizadas pelas quedas, demoras e erros nas ligações. Lembrando os crescentes protestos contra o serviço, o deputado garantiu a superioridade do sistema automático, que conhecera nas capitais pernambucana e gaúcha.³⁰ Segundo o governo, o acordo prepararia ainda a expansão do telefone suburbano, de grande presteza nas comunicações entre a capital e o Recôncavo. O sistema automático seria inaugurado em Salvador, primeiramente, nas zonas cobertas pelas estações Central e Garcia e, posteriormente, nos arrabaldes servidos pelas de Roma e Rio Vermelho. O contrato seria assinado em julho, mantendo a concessão com a Circular, que se encarregaria dos melhoramentos. Estes, ao serem entregues, implicariam em aumentos tarifários.³¹

²⁷ *Diário da Bahia*, 14/5/1928; SOARES, V. *Mensagem apresentada por Vital Soares à Assembleia Geral Legislativa em 7 de abril de 1929*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1929, p. 66; *Diário de Notícias*, 7/7/1928.

²⁸ *Diário de Notícias*, 7/7/1928.

²⁹ BAHIA. *Lei 2.104 de 25/7/1928. Regula a exploração industrial da energia hidroelétrica*. Bahia: Universal, 1929, p. 3-7 e ss.

³⁰ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 9/5/1928.

³¹ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 21/6/1928.

Francisco Souza, administrador operoso

Nos primeiros meses de seu mandato, o intendente logrou conquistar a simpatia da imprensa, incluindo a que fustigara suas preocupações iniciais com jardinagem e arborização.³² Francisco Souza estabeleceu no incremento das finanças municipais o lastro do seu programa administrativo, no qual mostrou certa abertura para as críticas e sugestões dos jornais.³³ Consultar os periódicos era tão útil quanto excursionar pelas ruas e praças para que o recém-chegado conhecesse os dramas da capital.³⁴ Brotas foi uma das primeiras zonas percorridas pelo prefeito, que dirigiu pessoalmente o asseio na Conceição da Praia, incluindo o famigerado Mercado Modelo.³⁵

O primeiro ano do mandato caracterizou-se por acentuada melhoria nas rendas municipais. Superando o montante estimado na mensagem ao Conselho Municipal, a arrecadação de 1929, a primeira orçada por Francisco Souza, alcançou 13.612 contos, sendo superior em mais de um quarto à de 1928, acréscimo que representou o dobro da média do triênio anterior. O aumento nas rendas decorreu de alterações fiscais e da cobrança da dívida ativa do município. O crédito municipal melhorou com a regularização da situação financeira criada pelo empréstimo de 1914 (encampação da ex-Light e da ex-D'Éclairage). Graças à interferência do governo da Bahia, o débito, fraudulentamente duplicado, reduziu-se, no início de 1929, a 5% do que era em dezembro do ano anterior.³⁶

Na lei orçamentária de 1929, o prefeito aumentou as despesas com obras públicas de 800 para 2.500 contos. Entretanto, como a arrecadação real superou a orçada, a tesouraria dispendeu 4.749 contos com a rubrica até o final de 1929. O calçamento representou o mais importante empreendimento, graças ao papel estratégico que assumiu na percepção do intendente sobre o saneamento e o transporte urbano.³⁷ Francisco Souza explicou que os paralelepípedos permitiam o tráfego automotor, o “sangue arterial” do “organismo urbano”; secundariamente, a rugosidade necessária à tração garantia limpeza completa das ruas; estas, ainda que estreitas e sinuosas, perdiam assim o aspecto de ruelas sertanejas.³⁸ Entre as ruas

³² *Diário da Bahia*, 10/7/1928; 18/7/1928.

³³ *Diário da Bahia*, 14/5/1928; 1/7/1928.

³⁴ *Diário da Bahia*, 11/7/1928, 27/7/1928; 16/9/1928.

³⁵ *Diário da Bahia*, 5/4/1928; 17/4/1928.

³⁶ SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 1-7.

³⁷ *Diário da Bahia*, 14/2/1929; 17/7/1929; 14/2/1929.

³⁸ SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 10-12.

que, após calçamento e iluminação, contribuíram com a estética do centro, destacaram-se as do Fogo e Faísca e a da Gamboa de Cima.³⁹

O calçamento seria, portanto, uma “solução preliminar” para os problemas urbanos, concepção que impactaria a distribuição dos paralelepípedos. Francisco Souza, em 1928 e 1929, realizou 128.306 metros quadrados de “calçamentos” nos “distritos urbanos” e apenas 9.759 metros quadrados de “empedramentos” nos “bairros da pobreza”. O desequilíbrio na extensão e tipo de pavimentação explica-se pela predileção por áreas onde existia ou podia existir circulação automotora, incluindo bairros centrais (Sé, Conceição da Praia, Pilar, São Pedro, Santana etc.) e suburbanos (Mares, Nazaré, Brotas, Barra e Rio Vermelho etc.). O propósito do assoalho a pedras, usado na Baixa de Quintas, Cabula e Paripe, era impedir que, durante os aguaceiros, a lama se acumulasse no sopé das ladeiras. Era exatamente o que ocorria na região da necrópole da Quinta dos Lázaros, cuja ladeira do Jacaré foi selecionada pelo poder público para o empedramento.⁴⁰

Francisco Souza também procurou alargar ruas estratégicas, como as ladeiras da Montanha e da Praça.⁴¹ Nesse campo, sua principal realização deu-se na Garganta do Xixi, a área de congestionamento situada entre o comércio e Itapagipe. Como o município não possuía recursos para as indenizações por demolição, o prefeito contornou a área, abrindo uma rua entre os armazéns das Docas e Águas de Meninos, por onde passariam os autos, caminhões e marinetes com destino a Itapagipe ou Comércio. Batizada de Ligação, a rua unia-se à avenida França, em construção pela Societé de Construction du Port.⁴² O Pilar, onde estava a Garganta do Xixi, continuaria a ser usado pelos bondes, ao lado de carroças e automóveis que estacionariam nos trapiches.⁴³

Segundo os jornais, as rendas da assistência pública, oriundas do imposto de caridade, subiram de 60 para 150 contos. O intendente explicou ao Conselho Municipal que encontrou o Asilo de Mendicidade carente de reformas de ampliação e aparelhamento. Como o número de asilados era constantemente superior a 200, decidiu começar pela segunda reforma. Dotou o estabelecimento de uma lavanderia industrial e construiu um prédio onde instalou uma cozinha mecânica. O abrigo recebeu uma garagem com carro funerário e ambulância (para se ter uma ideia, em maio de 1928, a Saúde Pública possuía apenas duas ambulâncias para

³⁹ *Diário da Bahia*, 16/10/1928; 15/12/1928; 9/2/1929.

⁴⁰ SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 12.

⁴¹ *Diário da Bahia*, 9/10/1928; 14/12/1928.

⁴² *Diário de Notícias*, 17/12/1928.

⁴³ *Diário da Bahia*, 14/5/1928; 17/7/1928.

atender Salvador).⁴⁴ O projeto, que custou 240 contos, incluía uma enfermaria, farmácia e padaria, ainda não entregues no início de 1930.⁴⁵

Entre os desafios encarados por Francisco Souza, merece destaque o asseio público. O prefeito, pouco depois de assumir, transferiu a coleta para o período noturno, exigindo dos concessionários a introdução de caminhões adaptados no perímetro urbano. Suspendeu, em agosto de 1928, os depósitos na Fonte Nova, espalhando os lixos nas imediações, onde seriam realizados futuros melhoramentos, como uma artéria marginando o ramal da Circular. Frederico Costa propôs que os depósitos passassem a ser realizados em terrenos seus, localizados no Cabula e em Brotas, sem que se soubesse o que o senador estadual lucraria com a medida.⁴⁶ O intendente aceitou a proposta, que, entretanto, gerou resistência entre os arrendatários do asseio, indispostos a rodar seus caminhões na esburacada e lamacenta estrada que conduzia ao Cabula.⁴⁷

No mês seguinte, uma reportagem noturna mostrou carroças atoladas no caminho para o forno dos Dendezeiros, alertando que o mesmo ocorria no Caminho de Areia com os caminhões que iam para as fossas de Massaranduba. O carro dos repórteres sequer conseguiu rodar na estrada da Rainha, passagem obrigatória para o Cabula.⁴⁸ Meses depois, o lixo seria usado para aterrar buracos numa zona de Ondina, que se tornaria um lamaçal durante os aguaceiros, ocasionando a retomada dos depósitos na Fonte Nova, de onde ainda subia um péssimo odor em abril de 1929. Segundo relatos, a retomada fora uma decisão de Barros Barreto, o secretário de Saúde Pública.⁴⁹

O intendente propôs, paralelamente às medidas emergenciais, uma solução “industrial” para a limpeza, a qual exigiria mais alterações na lei de meios. No orçamento de 1928, a despesa do asseio não só era exígua, como inferior à renda, oriunda de uma taxa própria.⁵⁰ Os contribuintes, no orçamento de Francisco Souza, passaram a pagar uma taxa maior, proporcional ao aluguel do prédio e que poderia crescer em decorrência das necessidades do setor. Resultado: as rendas aumentaram em 60%, apesar de o prefeito ter estimado um

⁴⁴ *Diário da Bahia*, 30/5/1928.

⁴⁵ SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 21.

⁴⁶ *Diário da Bahia*, 23/8/1928, 28/8/1928.

⁴⁷ *Diário da Bahia*, 19/6/1928; 6/7/1928.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 10/9/1928.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 10/9/1928; *Diário da Bahia*, 26/4/1929.

⁵⁰ *Diário da Bahia*, 13/6/1928; *Diário de Notícias*, 20/7/1928.

resultado ainda melhor.⁵¹ O município preparou-se então para realizar diretamente o serviço, abrindo concorrência para a aquisição de caminhões e fornos.⁵²

Em setembro de 1929, um empresa nova-iorquina entregou os carros, isto é, 2 irrigadores e 30 caçambas, fabricados especialmente para o asseio. Os fornos, cuja entrega seria marcada para abril de 1930, possuíam capacidade para consumir em 24 horas o lixo recolhido em igual período. O sistema que se pretendia instalar na cidade era único no Brasil, embora já conhecido na capital argentina e em Nova Iorque. Para o intendente, a fumaça da incineração não era prejudicial, podendo as instalações ocuparem o centro urbano.⁵³

Chico Projeto

O programa de Francisco Souza não era isento de propostas que geraram dissenso comprometedor de sua popularidade, como a da demolir da catedral da Sé, situada no centro histórico. No relatório sobre as obras que realizara em 1926, a Circular mencionara a construção de uma linha nas ruas do Liceu e Saldanha, que eliminara a lentidão do tráfego carril num trecho singelo imposto pela igreja, que, assim, não precisaria mais ser demolida. Entretanto, a proposta de arrasamento do prédio seria retomada por Francisco Souza, que recebeu apoio entusiástico da imprensa situacionista e oposicionista.⁵⁴

O prefeito e a Circular aceitaram as seguintes exigências eclesiásticas para demolição, apresentadas em agosto de 1928: indenização de 300 contos; transporte gratuito do material demolido para local designado pela Igreja e, por fim, construção de uma herma do primeiro bispo da Bahia.⁵⁵ No entanto, a Circular rejeitou o pedido, apresentada pelo seminário de Santa Tereza, de suprimento perpétuo de eletricidade gratuita; o prefeito, ademais, não aceitou a solicitação arquiépiscopal de que a Igreja herdasse o terreno do parque Dona Isabel, contíguo à Sé.⁵⁶ De outro lado, existiam, nos meios católicos, atritos em torno da atuação de Augusto Álvares da Silva, pernambucano empossado no arcebispado em 1924. Entre os inimigos do prelado, estava a irmandade do Santíssimo Sacramento, que se opunha à

⁵¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/8/1928; *Diário da Bahia*, 28/4/1928, 29/8/1928.

⁵² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 15/9/1929; SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 28.

⁵³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/8/1928; SOUZA, F. Relatório de 1930 da intendência de Salvador, p. 28-31.

⁵⁴ *Diário da Bahia*, 8/4/1927.

⁵⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 27/7/1928.

⁵⁶ *Diário da Bahia*, 27/7/1928; 18/8/1928.

destruição da igreja.⁵⁷ O edil, apoiado pelos jornais, ameaçou desapropriar o templo, depositando os 300 contos em juízo, para serem disputados entre a mitra e a irmandade.⁵⁸

Entretanto, a demolição não ocorreria porque Francisco Souza recuou pouco depois, o que se atribuiu a uma imposição do governador da Bahia.⁵⁹ Nem a irmandade era a única a se opor, nem a indenização era o só impasse. O tema cindia o clero, os leigos, a intelectualidade e o próprio partido situacionista. Em outubro, ao passar por Salvador de retorno da Europa, Wanderlei Pinho foi contatado por Alberto Martins Catarino, que pediu ao deputado federal e historiador que liderasse no Rio a campanha em defesa da Sé. Ele acrescentou que a demolição era aceita pelo governador e pelo intendente, mas oposta por um dos irmãos Calmon, que não só eram parentes de Wanderlei Pinho, como possuíam entre os seus os historiadores Góis Calmon e Pedro Calmon.⁶⁰ Outro que defendia a destruição era Simões Filho, líder da bancada baiana na Câmara dos Deputados. Alberto Catarino encaminhou ainda um manifesto que destacou, entre as razões para a conservação da igreja, sua importância artística, cultural e histórica. Araújo rascunhou sobre o papel caricaturas que pareciam do chanceler Otávio Mangabeira e do deputado Simões Filho, ladeados pelos dizeres: “religião – política. Contendem os problemas urbanos. Separar o abstrato do concreto”.⁶¹ Outro rascunho, escrito em dezembro, dirigia parabéns a Vital Soares pela decisão de suspender a demolição. Uma hipótese é que o governador tenha sido pressionado por Góis Calmon, que patrocinara sua ascensão ao poder.⁶²

Não era claro o papel da demolição nos planos municipais. Seriam mencionados o alargamento da rua do Colégio e a reforma do parque Dona Isabel, o que sugere preocupação com o tráfego automotor e a estética urbana.⁶³ Quem lia os jornais, porém, tinha a impressão de que o desaparecimento da igreja abriria caminho para uma remodelação muito maior. Consultado pela imprensa, um catedrático da Escola Politécnica declarou que a demolição era um “capricho”, pois a remodelação do distrito da Sé exigiria a derrubada de dois quarteirões inteiros, o que consumiria muito dinheiro. Não existia sequer um projeto remodelador, que não necessariamente precisaria eliminar a igreja. Sua opinião expôs implicitamente a

⁵⁷ *Diário da Bahia*, 16/5/1928, 11/7/1928; 22/7/1928.

⁵⁸ *Diário da Bahia*, 24/7/1928; 27/7/1928; 24/7/1928; *A Tarde*, 22/9/1928.

⁵⁹ *Diário da Bahia*, 18/11/1928.

⁶⁰ O documento não citado o prenome do Calmon que se opunha à demolição. Cartas de Aberto M. M. Catarino a Wanderley Pinho, 9/10/1928 e 8/11/1928. IHGB. Fundo Wanderley Pinho. DL 1491.072.

⁶¹ Cópia do manifesto “Voto pela não demolição da Sé”. IHGB. Fundo Wanderley Pinho. DL 1491.072.

⁶² Minuta de carta de Wanderley Pinho a Vital Soares, 29/12/1928. IHGB. Fundo Wanderley Pinho. DL 1491.103.

⁶³ Cópia do manifesto “Voto pela não demolição da Sé”. IHGB. Fundo Wanderley Pinho. DL 1491.072.

contradição e a insensibilidade da imprensa, que sabia da penúria nos cofres públicos e o do desinteresse de empresários e Estado em construções prediais, particularmente para habitação popular. O distrito da Sé possuía inúmeros casarões ocupados pela pobreza.⁶⁴

Francisco Souza seria apontado como um complacente, traidor, por recuar da demolição e, portanto, da remodelação urbana.⁶⁵ O parque Dona Isabel seria apontado como uma área predileta para os mendigos explorarem a caridade pública.⁶⁶ Era nítido, portanto, o conteúdo de higiene e controle social no entusiasmo pela demolição, o que transpareceria noutros projetos de Francisco Souza, como o de extinguir os quiosques existentes na cidade. Era iminente, em meados de 1928, a expiração dos contratos para a exploração daquelas “grotescas armações”, “situadas algumas nos pontos mais centrais da cidade a atrair a chusma dos fregueses que às primeiras horas da manhã e à noite os rodeia à procura do café ralo e da massa bruta”.⁶⁷ Francisco Souza conseguiu eliminar esses pontos de reunião popular ou do que a imprensa chamou de “gente vagabunda e suspeita”.⁶⁸

No Conselho Municipal, no mesmo ano, dois projetos criariam celeuma: um sobre carroças e outro sobre matrículas profissionais. O primeiro autorizou o prefeito a impor a substituição das pequenas carroças, que os carroceiros conduziam a pé ao lado do animal, por carroções de boleia, puxados por dois ou mais animais. Os conselheiros alegaram que o calçamento era prejudicado pelo aro das rodas e a estética urbana pelo aspecto das carroças e a indumentária dos carroceiros.⁶⁹ Percebia-se nos debates uma preocupação moral, de cunho racista, com a exibição do torso daqueles trabalhadores, que, em sua maioria, eram homens negros.⁷⁰ Esse projeto constitui outro indício da centralidade atribuída por Francisco Souza ao transporte automotor no progresso urbano.

O projeto retornaria às comissões para obter mudanças que protegessem os mais pobres. Quase trezentos carroceiros endereçaram ao Conselho Municipal em setembro um pedido de prorrogação da lei, alegando prejuízos econômicos a sua classe.⁷¹ O prejuízo estender-se-ia à população em geral, dada a importância das carroças numa cidade com transporte público e abastecimento hídrico precários. Os signatários alertaram que a capital possuía ruas acidentadas e estreitas, onde carroções e caminhões não conseguiam entrar; contestaram, em

⁶⁴ *Diário da Bahia*, 24/7/1928.

⁶⁵ *Diário da Bahia*, 18/8/1928; 18/11/1928; 22/11/1928; 30/12/1928.

⁶⁶ *Diário da Bahia*, 21/11/1928; 25/11/1928; 19/12/1928.

⁶⁷ *Diário da Bahia*, 29/7/1928.

⁶⁸ *Diário da Bahia*, 29/7/1928; 18/10/1928; 30/8/1928.

⁶⁹ *Diário da Bahia*, 6/9/1928; *Diário de Notícias*, 12/9/1928.

⁷⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 27/9/1928.

⁷¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19/9/1929.

acréscimo, que os calçamentos fossem destruídos pelas suas rodas.⁷² Outra incoerência, não exposta na petição, é que a imprensa, apesar de condenar a lentidão das carroças, expunha diariamente os acidentes causados pelas correrias dos bondes e, sobretudo, autos, caminhões e marinetes. Entretanto, a maioria dos conselheiros municipais rejeitou o pedido dos carroceiros com um parecer repleto de ironias.⁷³

Promulgada em dezembro, a lei estabeleceu que as carroças não poderiam circular no centro urbano a partir de janeiro de 1930. Permaneciam entre certos conselheiros municipais, porém, apreensões quanto ao impacto da proibição, sobretudo entre os edis que tinham tentado, sem sucesso, transferir o prazo final para janeiro de 1931.⁷⁴ Seria chancelado, ainda em dezembro de 1929, outro projeto, que impôs esta última data, exceto nas ruas centrais e calçadas, onde as carroças não mais circulariam a partir de janeiro de 1930. Segundo a lei, a partir de janeiro de 1931, nem carroças nem carroções poderiam rodar no perímetro urbano em geral.⁷⁵

O projeto das matrículas, apresentado em junho de 1929, atingia, entre outros, empregadas e empregados em casas particulares, hospedagens, restaurantes, pastelarias, padarias etc.; quituteiros, queimadeiros, fruteiros, hortaliceiros, açougueiros; marítimos; choferes e engraxates. Todos eram obrigados a tirar carteira de identidade para se matricular na fiscalização, pagando anualmente 5 mil réis. Carregadores, estivadores, gazeteiros, mercadores ambulantes e demais empregados nas ruas seriam ainda obrigados a usar calçado, farda, boné e a placa da matrícula. Estabelecer-se-ia então um controle em que multas e exclusões eram impostas a portadores de doenças contagiosas ou incapacitantes e a infratores do regulamento, a ser elaborado por Francisco Souza.⁷⁶

Depois das críticas surgidas numa gazeta, o autor do projeto garantiu que o fardamento não seria imposto aos “caixeiros”. “Ninguém confundiu o caixeiro com o carregador de embrulhos!”, declarou, logo acrescentando, porém, que a obrigação não era um menosprezo à “classe operária” (carregadores), mas uma maneira de garantir que seus integrantes fossem identificados como homens de “trabalho honesto”. O conselheiro, com sua explicação, pretendeu obstar a exploração da “crendice popular” e prestar uma homenagem ao “eleitorado”, sem que ficasse claro se, com esta ou aquela expressão, referia-se aos caixeiros

⁷² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19/9/1929.

⁷³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/12/1929.

⁷⁴ *A Tarde*, 7/12/1928.

⁷⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/12/1929.

⁷⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 20/6/1929.

ou aos carregadores.⁷⁷ No mês seguinte, a União dos Operários Estivadores protestou que seus associados, embora se orgulhassem de serem “operários”, submetiam-se apenas à Capitania dos Portos, que não exigia farda, embora já impusesse placa, assim como a alfândega federal.⁷⁸ O estigma em torno da farda e da placa parecia incomodar mais que as demais disposições do projeto, mas um periódico aplaudiu a lei por considerá-la importante na coibição de supostos abusos praticados por carregadores e carroceiros, como preços exorbitantes e sumiços de mercadorias.⁷⁹

Por seu próprio caráter, ambos os projetos eram uma ameaça à renda e aos hábitos laborais de carroceiros e demais categorias, o que certamente gerou inquietação entre as classes populares. Cristalizada, inicialmente, no episódio da Sé, a frustração, ademais, reapareceria em relação às outras promessas de Francisco Souza, pois o governo da Bahia não conseguiu o empréstimo de 168 mil contos, dos quais uma parte seria entregue à intendência. Segundo relatos, o ex-governador Góis Calmon intermediou as negociações na Europa, ao passo em que, nos Estados Unidos, a missão foi entregue a Paul Mackee, diretor da Circular, o que reafirma a centralidade da empresa no programa de reformas.⁸⁰ Vital Soares informou, no começo de 1929, que o insucesso, supostamente momentâneo, ocorrera pela baixa nos títulos de empréstimos anteriores contraídos pela Bahia. Os juros no mercado financeiro teriam subido após a contratação desses empréstimos, derrubando o interesse na remuneração daqueles títulos. O estado teria recebido então propostas, ainda em estudo, de um empréstimo maior, com o qual poderia resgatar os títulos anteriores e realizar as obras projetadas. Era uma explicação que eximia de responsabilidades a administração do PRB, sem eliminar as esperanças de concretização da operação.⁸¹ No entanto, a imprensa mangabeirista atribuiu o insucesso ao governo esbanjador de Góis Calmon; enquanto a calmonista responsabilizou Otávio Mangabeira, que teria interferido para obstruir a transação. O ministro das Relações Exteriores teria agido em associação com Geraldo Rocha, que também era oponente dos Calmon, possuindo acesso aos banqueiros europeus.⁸²

Na capital baiana, as gazetas lembrariam uma série de projetos estaduais e municipais que, mesmo aprovados por parlamentares e conselheiros, pendiam de concretização porque o

⁷⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 23/6/1929.

⁷⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 7/8/1929.

⁷⁹ *Diário da Bahia*, 28/9/1928.

⁸⁰ *Diário da Bahia*, 21/8/1928.

⁸¹ SOARES, V. *Mensagem apresentada por Vital Soares à Assembleia Geral Legislativa em 7 de abril de 1929*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1929.

⁸² *Diário da Bahia*, 17/5/1928; 2/8/1928; 16/9/1928.

empréstimo fracassara.⁸³ É importante notar que as parcelas a serem entregues ao intendente, isto é, os 50 e os 20 mil contos, seriam aplicadas, respectivamente, no saneamento e na SEGE. No entanto, a não realização de melhorias noutros setores também seria atribuída ao insucesso da operação financeira. Essa leitura era estimulada pelas próprias autoridades que, segundo os jornais, ao receberem reclamações sobre os múltiplos problemas urbanos, diziam que estes seriam atendidos quando chegasse o empréstimo.⁸⁴ O sentimento de insatisfação era alimentado pela urgência desses problemas, notadamente a habitação, abastecimento, saneamento, transporte, energia e comunicação.⁸⁵

O fracasso nas negociações nos Estados Unidos e na Europa acabou prejudicando a imagem pública do intendente.⁸⁶ “Quando assumiu [...] o município, o sr. Francisco Souza andou anunciando que iria transformar a Bahia num [...] paraíso de flores”, lembrou um jornal. “Começou a administrar e [...] pouco ou quase nada apresenta em cerca de oito meses de governo”, a não ser “planos, projetos de coisas e mais coisas [...] que jamais se realizam”. “Daí a ironia das ruas”, mal impressionada com as “promessas” e “planos extraordinários”, “tê-lo alcunhado de ‘Chico Projeto’”. O Campo Grande, principal jardim da cidade, permanecia uma “babilônia boscareja”, com seus tanques desabitado de animais, enquanto a solução para as questões mais urgentes parecia ainda mais remota.⁸⁷ Intitulada “1º de Abril”, a charge a seguir, desenhada por Manoel Paraguaçu no aniversário do mandato de Francisco Souza, mostra um prefeito de semblante calmo, mas incapaz de segurar os próprios projetos.⁸⁸ Naturalmente, “1º de Abril” era uma referência à mentira, ou melhor, à promessa descumprida, pois os prefeitos de Salvador, assim como os governadores da Bahia, assumiam no dia 29 de março, data considerada a da fundação da capital em 1549. “O Chico Projeto fez mil promessas e projetos mil que por fim o levaram ao ridículo”, ratificou a gazeta.⁸⁹

⁸³ *Diário da Bahia*, 23/10/1928.

⁸⁴ *Diário da Bahia*, 27/7/1928.

⁸⁵ *Diário da Bahia*, 25/11/1928.

⁸⁶ *Diário da Bahia*, 30/12/1928.

⁸⁷ *Diário da Bahia*, 18/10/1928.

⁸⁸ *Diário da Bahia*, 29/3/1929.

⁸⁹ Não se sabia ao certo se Francisco Souza era ou não baiano. *Diário da Bahia*, 18/11/1928; 7/12/1928.



4. Charge intitulada "1º de Abril" mostra Francisco Souza, intendente de Salvador, como Chico Projeto. Os rolos representam os projetos municipais não concretizados. Salvador. Fonte: imprensa.

Carestia

No Conselho Municipal, ainda em 1928, surgiu um projeto reorganizando as feiras livres, onde a população se abastecia de alimentos e utensílios de cozinha. Elas funcionariam pela manhã em áreas designadas pelo intendente; os mercadores pagariam de 5 a 10 mil réis por semestre e de 100 a 200 réis por dia e metro quadrado, ficando seus pesos e medidas sujeitos à aferição. Os produtos seriam expostos em barracas de rápido desmonte, sendo contratado um técnico no sul do Brasil para implementar a lei. O propósito era combater a carestia e as fraudes, garantindo higiene. Bons entrepostos, segundo os idealizadores do projeto, estimulariam a pequena agricultura, contribuindo para debelar a carestia.⁹⁰ Os preços seguiriam uma tabela que, segundo as expectativas, instituiria um desconto de 30% sobre o preço corrente nos mercados e armazéns.⁹¹ A lei passaria no Conselho Municipal em agosto do ano seguinte, mas surgiram denúncias de que carecia de aplicação.⁹²

O combate aos altos aluguéis também seria frustrado, apesar do aparecimento de leis abatendo impostos para casas construídas ou alugadas para a pobreza. Francisco Souza negou pedidos de isenções tributárias baseadas nessas leis, anulando outras já concedidas.⁹³ Em junho de 1929, um conselheiro apresentaria um projeto autorizando o município a aforar terrenos seus para a construção de casarios populares, dotados de canalização de água e esgoto. Gozando de isenções fiscais, os empreiteiros entregariam as casas aos inquilinos a partir de certo limite alcançado pelo produto anual dos aluguéis, que não podiam superar 100

⁹⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1/8/1928; *Diário da Bahia*, 1/8/1928, 14/11/1928.

⁹¹ *Diário da Bahia*, 24/7/1928; *Diário de Notícias*, 22/8/1929.

⁹² *Diário de Notícias*, 22/8/1929.

⁹³ *Diário de Notícias*, 14/9/1928; 14/9/1928; *Diário da Bahia*, 24/10/1929.

mil réis nas casas operárias.⁹⁴ Entretanto, o prefeito recusou-se a sancionar a lei, justificando-se, entre outros, pelo fato de a isenção tributária continuar a ser aplicada após a entrega da casa aos moradores.⁹⁵

Estado e município não só não minoraram, como pioraram a carestia, um problema crônico na cidade. Francisco Souza, como mostrado, alterou os impostos municipais, o que atingiu industriais e comerciantes, que repassaram os custos aos consumidores. O governador estadual, simultaneamente, passou a cobrar uma sobretaxa de 10% sobre os impostos estaduais, para o pagamento do empréstimo, sem que este se concretizasse.⁹⁶ Como os transportes seriam melhorados, criou-se um tributo sobre as mercadorias em circulação no estado, inclusive as que iam dos sertões à capital.⁹⁷ Certamente, no cálculo das autoridades, o aumento da arrecadação melhoraria o crédito baiano e, portanto, as condições para a negociação do empréstimo. O aumento dos impostos, porém, geraria protestos dos contribuintes e da Associação Comercial junto às autoridades municipais e estaduais.⁹⁸

O impacto do programa reformador nas feiras, mercados e armazéns era claro em meados de 1928, quando a subsistência tornara-se razão de inquietação entre as classes “média” e “pobre”. Os preços de alimentos como carne, pão e café tinham subido “assustadoramente”. Embora acusasse a exploração dos especuladores, a imprensa explicou que a situação era piorada porque as sobretaxas tinham encarecido ainda produtos manufaturados, como roupa, calçado e chapéu.⁹⁹ Muitos negociantes, segundo denúncia, subiam os preços desproporcionalmente, justificando-se pelas mudanças fiscais.¹⁰⁰ “Percorram a rua J. J. Seabra e observem o que se passa nas lojas, confeitarias, armazéns, mercadinho”, sugeriu o periódico. “Em toda a parte há um clamor geral contra os preços”.¹⁰¹

Em agosto, um grupo de hortaliçeiros do mercado Modelo procuraria a imprensa para protestar contra o aumento na licença municipal e do aluguel da banca.¹⁰² Outra matéria denunciaria a situação nas feiras, citando o caso dos negociantes de canas, que tinham que pagar de 3 a 4 mil réis por domingo. Os que traziam cocos, quiabos, jilós, tomates etc. do

⁹⁴ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 15/6/1929.

⁹⁵ *Diário da Bahia*, 21/11/1929; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 22/11/1929.

⁹⁶ *Diário da Bahia*, 23/10/1928.

⁹⁷ *Diário da Bahia*, 13/6/1928; 17/11/1928.

⁹⁸ *Diário da Bahia*, 27/7/1929; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1/9/1929, 7/9/1929; 19/9/1929; 29/9/1929.

⁹⁹ *Diário da Bahia*, 13/11/1928.

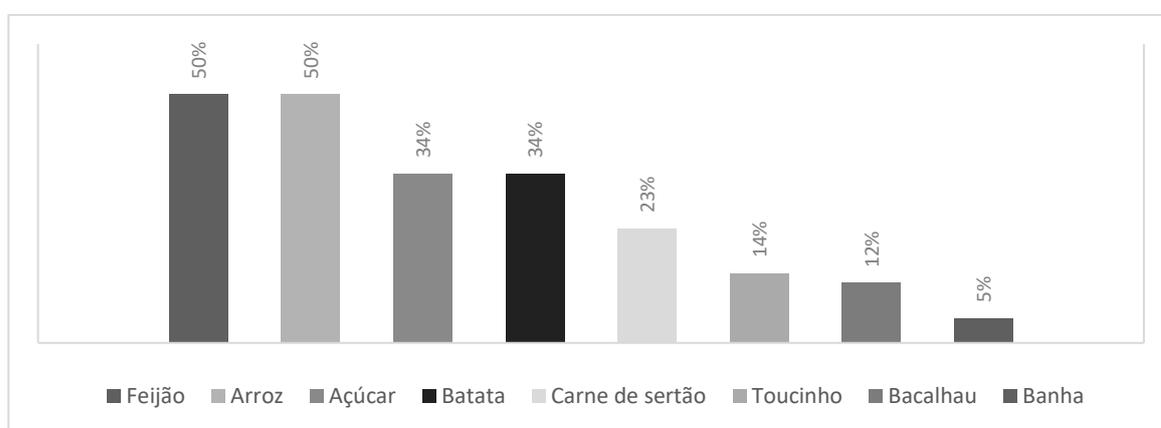
¹⁰⁰ *Diário da Bahia*, 18/6/1928; 15/7/1928.

¹⁰¹ *Diário da Bahia*, 13/11/1928.

¹⁰² *A Tarde*, 30/8/1928.

Recôncavo, se expusessem em duas feiras, eram obrigados a pagar duplamente, em muitos casos recorrendo a empréstimos junto aos colegas por não disporem de numerário.¹⁰³

O próprio anúncio dos programas municipal e estadual, que a princípio entusiasmara, ocasionou a carestia, gerando apreensão. Os dados abaixo, publicados numa gazeta, mostram um aumento impressionante, ocorrido entre maio e junho, nas mercadorias de primeira necessidade. Entre os produtos mais encarecidos, destacaram-se feijão, arroz, açúcar, batata e bacalhau. Esse bimestre concentrou a passagem no Conselho Municipal e na Assembleia Legislativa das alterações tributárias e legais que prepararam o caminho para as reformas.¹⁰⁴



5. Encarecimento alimentar (mai/jun de 1928). Fonte: imprensa.

Para aumentar o orçamento da limpeza pública, o imposto criado por Francisco Souza atingiu prédios com aluguéis de, no mínimo, 50 mil réis mensais. Quando, em janeiro daquele ano, um senhorio anunciara um aluguel por 75 mil réis, arrependera-se imediatamente, pela romaria de interesses que acabara prejudicando a rotina em seu estabelecimento comercial.¹⁰⁵ Quatro meses depois, a imprensa explicou que os pobres não conseguiam pagar aluguéis superiores a 100 mil réis, podendo os remediados pagarem até 200 mil réis.¹⁰⁶ Portanto, a tributação do asseio não excluía as classes trabalhadoras e médias, muito pelo contrário: recaía desproporcionalmente sobre elas. Entre 50 e 200 mil réis, a proporção média do tributo por aluguel era de 13%; entre 400 mil réis a 1 mil contos, de 7%.¹⁰⁷ Essas cobranças eram repassadas aos inquilinos e, segundo um periódico, contribuía para reduzir o impacto de leis

¹⁰³ *Diário da Bahia*, 17/9/1929.

¹⁰⁴ *Diário da Bahia*, 18/6/1928.

¹⁰⁵ *Diário da Bahia*, 13/1/1928.

¹⁰⁶ *Diário da Bahia*, 9/5/1928.

¹⁰⁷ Dados extraídos do orçamento de 1929, publicado em: *O Democrata*, 18/6/1928.

municipais de combate à carestia habitacional.¹⁰⁸ Coincidentemente ou não, em outubro de 1928, a Garantida Baiana emitiu mais 50 notificações após uma majoração em seus aluguéis. Uma das citações, assinada por um primo do ex-governador Góis Calmon, ameaçou de despejo um inquilino cujo aluguel passara de 50 para 112 mil réis.¹⁰⁹

O caso do Asilo de Mendicância é interessante, não só pelo custeio das obras, como pelo aumento no imposto de caridade, cobrado nas casas de entretenimento. O intendente seria criticado, inicialmente, por não ter realizado obras de ampliação e, num segundo momento, por ter cerrado as portas da instituição para novos internos.¹¹⁰ Francisco Souza, após a reforma, apenas oficializou a política, já seguida no estabelecimento, de não aceitar mais asilados por conta da superlotação. Entretanto, sua decisão seria denunciada pelo rábula Cosme de Farias, que alertou para o crescimento no número de mendigos e menores abandonados na cidade. Esse aumento seria igualmente atribuído ao secretário Barros Barreto, que liberou para as ruas cerca de 164 doentes mentais do hospital São João de Deus.¹¹¹

Contrato dos transportes

Quando Francisco Souza assumiu a intendência, obrigou a Circular a aumentar os horários dos bondes para acabar com a superlotação, o que a companhia respondeu redistribuindo os carros entre as linhas. Naturalmente, a solução para o problema exigia um aumento na frota, pois a redistribuição melhorou alguns ramais, mas piorou outros, como Brotas e Lapinha.¹¹² Depois das negociações com a empresa, o intendente, em agosto de 1928, submeteu ao Conselho Municipal as bases para a reforma do contrato dos ascensores e dos bondes da cidade alta.¹¹³ O elevador Lacerda, no projeto, ganharia outra torre com duas cabines, sendo a antiga remodelada, o que tornaria o ascensor cômodo, rápido e elegante. Os planos inclinados seriam restaurados, ganhando o do Pilar um prédio para abrigo dos passageiros. Os arrendatários introduziriam 10 bondes e 7 reboques, o que aumentaria os horários diários na seguinte proporção: Nazaré (159-175), Graça (71-88), Lapinha (92-146), Brotas (71-91), Rio

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 14/9/1928.

¹⁰⁹ *Diário da Bahia*, 5/10/1928.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 1/12/1928; *Diário da Bahia*, 13/10/1929.

¹¹¹ *Diário da Bahia*, 6/11/1929.

¹¹² *Diário da Bahia*, 27/9/1928.

¹¹³ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 30 de agosto de 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

Vermelho (79-92) e Calçada (84-126). Seriam criados abrigos nas paradas dos trâmueis e aumentados os bondes mistos.¹¹⁴

Os diretores da Circular exigiram, em contrapartida, a duplicação dos preços dos ascensores, que passariam de 100 para 200 réis, exceto o do Taboão. Nos carris, seriam eliminadas as seções remanescentes de 100 réis, permanecendo apenas as de 200 réis. Onde existissem dois trechos contíguos de 100 réis, surgiria uma seção de 200 réis, mas as seções isoladas de 100 réis passariam a custar 200 réis. Os arrendatários solicitaram também a supressão de quatro cláusulas do contrato de 1906: 1) a do calçamento dos leitos dos trilhos, em troca de dez parcelas anuais de 80 contos; 2) a da construção do matadouro do Retiro, em troca de 1.000 contos; 3) a do prolongamento dos ramais para os arrabaldes, que seria substituída pela autorização para introduzir ônibus, a serem explorados pela Circular em regime de concorrência; 4) a da reversão gratuita dos bondes, trilhos, prédios etc. ao município em 1965, em troca de 3.440 contos pagos de 1939 a 1965. O ano de 1965, originalmente o término da concessão, tornar-se-ia o término do monopólio e das isenções tributárias. O intendente esclareceu que o acordo e, portanto, os aumentos tarifários, só ocorreriam após a inauguração das obras, regra que o governador igualmente aplicara no contrato do telefone.¹¹⁵ O contrato dos transportes seria assinado em 30 de agosto de 1928.

Durante as conferências com os concessionários, Francisco Souza procurou aumentar a liquidez das contrapartidas ajustadas com a General Electric. É o que indica a comparação entre o projeto apresentado no Conselho Municipal e uma minuta preparada em maio por Creswell Micou, diretor estadunidense da Circular, reputado autor do contrato.¹¹⁶ Pela eliminação da seção de 100 réis, o rascunho propunha 400 contos para a demolição da Sé; duplicar as linhas do Rio Vermelho (de cima e de baixo), Barra e Calçada; adquirir 10 bondes, 10 reboques e 10 pranchas; contribuir com 600 contos para, entre outros, a abertura de dois ramais que descongestionariam os da J. J. Seabra e Lapinha e o alargamento das ruas do Caquende e Quinze Mistérios, o que melhoraria o tráfego nos ramais de Nazaré, Lapinha e Liberdade. Pela eliminação da reversão gratuita, a Circular ofereceria cota de energia sem custos para o município e o estado até 1965 ou uma taxa a ser paga por poste elétrico depois

¹¹⁴ Cópia da mensagem de Francisco Souza ao Conselho Municipal em 3 de agosto de 1928, p. 1-2. CI.CAEEB.TE.103.22

¹¹⁵ Cópia da mensagem de Francisco Souza ao Conselho Municipal em 3 de agosto de 1928, p. 3-4. ME. CI.CAEEB.TE.103.22

¹¹⁶ *Diário da Bahia*, 5/10/1928.

daquele ano. Pela eliminação da obrigação de construir o matadouro do Retiro, seriam pagos 360 contos, o quádruplo do orçamento elaborado para o prédio em 1908.¹¹⁷

Comparando o projeto e o rascunho, percebe-se o aumento das compensações em mil-réis de 1 mil e 360 contos para 5 mil e 240 contos. Francisco Souza, portanto, empregou a reforma contratual para aumentar as rendas municipais, em detrimento de melhorias no sistema carril julgadas necessárias pelos próprios arrendatários. Como explicado, os problemas no setor decorriam, em grande parte, da pequenez da frota e do excesso de linhas singelas, mas o intendente acabou reduzindo aportes destinados à aquisição de bondes e à abertura e duplicação de ramais, entre estes o da problemática rua J. J. Seabra. Os 5 mil e 240 contos seriam parcelados até 1965, entretanto, os primeiros desembolsos superariam o numerário registrado por Creswell Micou, representando, no curto prazo, um acréscimo nas rendas da edilidade.¹¹⁸

Em contraste com a minuta, que era um documento interno, o projeto submetido ao Conselho Municipal não discriminou a destinação dos recursos, a não ser os 800 contos, que seriam alocados no calçamento. Este seria, como explicado, a principal realização de Francisco Souza, o que traduzia sua predileção pelo transporte automotor. Não existia, entretanto, uma política de estímulo à expansão do uso do ônibus, não obstante a emissão de um regulamento municipal fixando o modelo das marinetes. Portanto, na prática, nas negociações com a Circular, Francisco Souza drenou recursos do transporte coletivo para o particular, isto é, para os autos de praça e passeio, os principais beneficiados pela expansão do calçamento. Os arrabaldes mais distantes saíam prejudicados porque, ao passo em que permitia a substituição de bondes por ônibus nas zonas distanciadas, o intendente concentrou os calçamentos nas áreas centralizadas.

O projeto lograria chancela nas comissões de Fazenda, Justiça, Obras e Patrimônio.¹¹⁹ Mas o conselheiro Cantídio Teixeira prometeu apresentar um parecer em separado, contrário, entre outros, à entrega do material fixo e rodante à Circular. Francisco Souza, para contornar o edil, explicou na imprensa que as reformas contratuais anteriores, reconhecendo os problemas da reversão, tinham estendido o prazo da concessão, sem contrapartida financeira ao município. Ele acrescentou que procurara obter essas contrapartidas, confirmando o interesse em aumentar as rendas municipais com os recursos da General Electric. O que

¹¹⁷ Documento sem título, assinado por Creswell Micou. ME. CI.CAEEB.TE.103.21.

¹¹⁸ Cópia da mensagem de Francisco Souza ao Conselho Municipal em 3 de agosto de 1928, p. 2-4. ME. CI.CAEEB.TE.103.22

¹¹⁹ *A Tarde*, 10/8/1928.

consequira renderia, entre 1929 e 1965, a juros correntes, 10 mil contos, taxa semelhante à paga pela Este Brasileiro pela exploração da rede férrea da Bahia. Para o intendente, o princípio da reversão era retrógrado e antieconômico, pois encarecia os capitais exigidos pelas melhorias na infraestrutura, que, em geral, era entregue em péssimas condições ao término da exploração.¹²⁰

No dia 17 de agosto, as galerias do Conselho Municipal encheram-se para assistir à leitura dos pareceres sobre o contrato.¹²¹ O das comissões assegurou que Francisco Souza guardara os interesses do município e do público, não esquecendo as garantias necessárias ao capital da Circular. Segundo os autores do documento, o aumento no elevador Lacerda e planos inclinados seria, na prática, de apenas 160 réis, pois a empresa ofereceria descontos de 20% em carteiras de 10 cupons. Eles acrescentaram que somente 3 seções dos trâmueis teriam, realmente, preços duplicados porque, noutros casos, ocorreria a dissolução de 2 seções de 100 réis em 1 de 200 réis.¹²² No entanto, Cantídio Teixeira apresentou uma séria contestação a esse diagnóstico, ao listar cláusulas contratuais anteriormente desrespeitadas pela Circular. Era o caso, entre outras, da obrigação de construir abrigos nos pontos de embarque e desembarque, jamais cumprida; de melhorar o largo de Santo Antônio, substituída pelo calçamento do largo do Barbalho; de embelezar o Dique, substituída pelo calçamento da ladeira da Montanha. O conselheiro apontou os prejuízos à arrecadação municipal, decorrente da não construção do abatedouro do Retiro dentro dos dois anos fixados pelo contrato de 1906. Sobre as dez parcelas anuais de 80 contos para o calçamento, sugeriu que os pagamentos se estendessem pelo período inteiro da concessão.¹²³

Cantídio Teixeira também lembrou que a construção do ascensor era uma obrigação do contrato de 1899, acrescentando que a passagem a 100 réis já garantia 2 contos e 300 mil réis diariamente no elevador Lacerda e no plano inclinado Gonçalves (o rascunho de Creswell Micou estimou que a supressão das seções de 100 réis representaria 3 contos a mais na renda diária da Circular).¹²⁴ Duplicar as passagens, como mostrou o parecer minoritário, era realizar uma concessão à Circular em troca do cumprimento de obrigações contratuais pelas quais a empresa, no passado, recebera compensações. O mesmo ocorreria com o compromisso, aceito por Francisco Souza, de preparar o terreno entre o Mirante e o Tanque da Conceição para a

¹²⁰ *A Tarde*, 11/8/1929.

¹²¹ *Diário de Notícias*, 22/8/1929.

¹²² *A Tarde*, 10/8/1928.

¹²³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18/8/1928.

¹²⁴ Documento sem título, assinado por Creswell Micou. ME. CI.CAEEB.TE.103.21.

extensão do ramal da Lapinha, já consagrada no contrato de 1925, que suprimira as primeiras seções após o plano inclinado Gonçalves. Essa obrigação preliminar do município seria generalizada no contrato para todo e qualquer prolongamento de ramal, o que representou um pesado compromisso para o poder público.¹²⁵

Cantídio Teixeira mostrou ainda que era muito pequena a indenização que a firma pagaria pela eliminação da cláusula da reversão. De acordo com os próprios relatórios da Circular, seu material fixo e rodante valia, em 1925, 34.585 contos, mas a indenização seria de apenas 3.440 contos, os quais, ainda assim, seriam pagos em 26 anos e somente a partir de 1939. Mesmo que se considerasse o rendimento de juros compostos, a indenização subiria a meros 8 mil contos, que correspondiam ao lucro anual da companhia. O conselheiro apontaria ainda o risco de a Circular, futuramente, desrespeitar as cláusulas propostas ou solicitar sua substituição por outras menos onerosas. Se a construção do abatedouro do Retiro, marcada para começar dois meses após a assinatura do contrato de 1906, tornara-se letra morta, o mesmo poderia ocorrer com obrigações que se estendiam por décadas.¹²⁶ O edil não observou, mas não existia qualquer mecanismo compensador da corrosão do mil-réis que podia ocorrer até 1965.

Na terceira discussão do projeto, que o chancelou, Alfredo Tuvo assomou à tribuna para responder as críticas. Trêmulo, o líder da edilidade acusou o colega de questionar a honra do Conselho Municipal, ao insinuar que a casa encampara uma negociata, o que não possuía respaldo no parecer de Cantídio Teixeira, que reportou a situação do contrato em termos respeitosa aos integrantes da casa.¹²⁷ Os conselheiros, segundo o orador, não possuíam culpa nos desrespeitos anteriores às cláusulas contratuais. Com relação ao abatedouro do Retiro, a Circular não o construíra porque a planta desaparecera dos escaninhos da intendência. Para ironizar, o edil referia-se ao colega como “singular conselheiro”, comparando-o a Judas. Cantídio Teixeira, igualmente tenso, expôs a injustiça das acusações de Alfredo Tuvo e restabeleceu os argumentos centrais do parecer minoritário.¹²⁸ Mostrou que era absurda a desculpa para a não construção do abatedouro. Para o conselheiro, uma das primeiras precauções de quem fazia uma concessão era estudar o histórico do concessionário, muito

¹²⁵ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 30 de agosto de 1928*, p. 5.

¹²⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18/8/1928.

¹²⁷ *Diário de Notícias*, 25/8/1928.

¹²⁸ *Diário da Bahia*, 25/8/1928.

pouco abonador no caso da Circular.¹²⁹ Alfredo Tuvo tentou mobilizar a hostilidade da maioria, mas Cantídio Teixeira expôs muito bem as fragilidades do projeto.

No acordo, como dito, a Circular aceitou prolongar o ramal da Lapinha até o Tanque da Conceição, depois de o município comprometer-se com a preparação do terreno para o assentamento dos carris. Ademais, a linha seria composta de três seções, cada uma custando 200 réis: 1. elevador Lacerda-Barbalho; 2. Barbalho-Abrigo dos Filhos do Povo; 3. Abrigo dos Filhos do Povo-Tanque da Conceição. Portanto, os moradores da terceira seção desembolsariam 600 réis para ir e retornar de qualquer ponto situado entre o elevador Lacerda e o Barbalho, um custo alto para a pobreza residente na Liberdade. Dias antes do Conselho Municipal reunir-se para a decisão sobre a reforma, ocorreu uma reunião na Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza. O artífice Domingos Ferreira Cruz protestou, desmentindo a notícia de que os moradores da zona estariam de acordo com a ida do ramal até o Mirante, aceitando pagar 200 réis a partir do Barbalho. Entretanto, não era claro se os presentes considerariam justo pagar 200 réis entre o Barbalho e a escola.¹³⁰

Os jornais em geral aplaudiram, inicialmente, o projeto apresentado por Francisco Souza, mas o *Diário da Bahia* passaria a publicar uma série de artigos críticos.¹³¹ Segundo o periódico, o intendente consultara apenas o conselheiro Rogério de Faria na elaboração do projeto. Percebe-se também a marginalização do Conselho Municipal na celeridade com que as comissões autorizaram o acordo, isto é, 48 horas após submissão. Os periódicos e, conseqüentemente, a população em geral, seriam igualmente alienados do processo de elaboração do acordo, não obstante a suposta compra de “opinião pública” pela Circular.

Ciente da “monstruosidade” do contrato, a General Electric, segundo a gazeta, teria arranjado para que tudo se desse como em “família”, na imprensa, na prefeitura e no Conselho Municipal. Rogério de Faria identificou na denúncia a insinuação de que a empresa pagara propina aos edis, o que o periódico negou.¹³² Não era surpresa, segundo o periódico, que a instituição se “abastardasse”, subordinando-se ao executivo, pois fora eleita graças às fraudes praticadas por Antônio Calmon no governo de seu irmão Góis Calmon. Para completar o

¹²⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 30/8/1928.

¹³⁰ *Diário de Notícias*, 13/8/1929.

¹³¹ *Diário da Bahia*, 17/7/1928; 21/7/1928; 26/7/1928; 27/7/1928; 4/8/1928; *Diário de Notícias*, 19/7/1928; 4/8/1928; 9/8/1928; 16/8/1928; *A Tarde*, 4/8/1928.

¹³² *Diário da Bahia*, 19/9/1928; 20/9/1928; 27/9/1928.

quadro, um dos conselheiros era fiscal da Circular no interior da Bahia, certamente em Bananeiras.¹³³

De acordo com a gazeta, o contrato fora uma imposição de Vital Soares, o que se percebia nas isenções fiscais, que, em geral, eram negadas por Francisco Souza, como ocorreu no projeto das moradias populares. Os sacrifícios impostos ao município e ao público seriam uma compensação à General Electric, pela intermediação que Paul Mackee exerceria nos Estados Unidos para obter os 168 mil contos. O contrato, assim, era uma espécie de “bandeira de misericórdia” que o dirigente da General Electric agitaria em seu país em prol do governo baiano. Diante dos primeiros sinais de fracasso no desempenho da missão, porém, o jornal expôs a inabilidade de Vital Soares, que, ao impor a assinatura do contrato, perdera o único trunfo com que poderia pressionar os “americanos”.¹³⁴

O *Diário da Bahia* considerou que a indenização paga pela eliminação da cláusula do calçamento correspondia a 1/5 do que a intendência gastaria com as obras, embora não esclarecesse as bases do cálculo.¹³⁵ Existia o risco de o contrato oficializar a irregularidade de não se calçarem os carris, o que impediria a segurança, comodidade e rapidez dos bondes. Os 800 contos, por serem entregues em dez anos, seriam administrados por diferentes prefeitos, não existindo, assim, garantias sobre qual o critério para seu emprego. O primeiro pagamento ocorreria no primeiro semestre de 1929, mas Francisco Souza, como mostrei, usara o calçamento para melhorar não o tráfego carril, mas o automotor. Não é por acaso que os ramais da Liberdade e Cabula, inaugurados naquele ano, não possuíam calçamento.

Outra crítica era a de que os passageiros, sobretudo os mais pobres, não possuíam numerário para adquirir as carteiras descontadas, nas quais as passagens saíam por 160 réis. Os ramais possuíam de uma a duas seções, exceto o da Liberdade, que possuía três. Situação particular ocorria em Amaralina, que possuía três seções, sendo a última de 100 réis para os portadores de carteira e de 200 réis para os demais.¹³⁶ Segundo o jornal, não existira um sério debate sobre o impacto real do aumento tarifário para uma população escorchada não só por serviços públicos ou privados caros e runs, como por impostos, sobretudo os proletários residentes na Liberdade e Amaralina.¹³⁷

¹³³ *Diário da Bahia*, 28/9/1928; 3/10/1928.

¹³⁴ *Diário da Bahia*, 19/9/1928; 21/9/1928; 4/10/1928; 5/10/1928.

¹³⁵ *Diário da Bahia*, 2/10/1928; 14/10/1928.

¹³⁶ Documento sem títulos listando as seções dos trâmueis de Salvador. ME. CI.CAEEB.TE.103.24

¹³⁷ *Diário da Bahia*, 9/10/1928; 27/3/1929.

Por intermédio de Francisco Souza, o Conselho Municipal chegou a solicitar que os concessionários cobrassem 100 réis nos carros mistos, o que seria negado. Portanto, ao menos parte dos edis entendia que 200 réis por seção era demais para as(os) trabalhadoras(es) obrigadas a usar os bondes de segunda classe. Podia ser uma maneira de impedir que o aumento impactasse nos preços praticados por empregadas domésticas, quituteiras, feirantes, camelôs etc. Os concessionários alegaram que o desconto eliminaria o aumento, prejudicando a remuneração do capital, o que era um exagero, pois a quantidade de trâmueis mistos era muito pequena.¹³⁸ Nas bases do acordo, a Circular comprometia-se a aumentar o número desses carros, mas, diferente do que ocorria nos ascensores e bondes de primeira classe, não existia estipulação de prazos, preços ou proporções do aumento. No contrato, autorizou-se o registro dos preços numa tabela em separado, que seria atualizada quando a renda não mais remunerasse o capital. Essa cláusula deixaria os passageiros dos carros de segunda classe sem proteção contratual contra o arbítrio da intendência e da Circular.¹³⁹

Durante a publicação dessas críticas, quando já se percebia o atraso do empréstimo, Francisco Souza encaminhou ao Conselho Municipal um pedido de licença de dois meses para ir a São Paulo. Circulou então o boato de que o intendente renunciaria, desiludido porque o município não possuía recursos para a concretização do seu programa reformador.¹⁴⁰ No dia seguinte, noticiou-se que um tribunal francês condenou a Bahia num processo movido pelos portadores do empréstimo de 1905, o que realimentou os rumores de término de mandato.¹⁴¹ Francisco Souza acabaria explicando na imprensa que permaneceria no cargo porque assumira o compromisso com Vital Soares.¹⁴²

No dia 24 de março de 1929, a Circular entregou os bondes prometidos, enchendo-os de crianças para um passeio pelo centro e arrabaldes praieiros. Os passageiros-mirins iam cantando hinos alegres na plataforma dos carros, que traziam a faixa “Construído [...] na Bahia”, uma referência à estrutura externa, produzida nas oficinas da Graça, pois o equipamento eletromecânico era importado dos Estados Unidos.¹⁴³ Inaugurou-se, a partir do dia 28, o aumento tarifário em meio à promessa de que a sobrecarga no transporte carril seria

¹³⁸ *Diário da Bahia*, 18/8/1928.

¹³⁹ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 30 de agosto de 1928*, p. 14.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, 26/10/1928.

¹⁴¹ *Diário da Bahia*, 27/10/1928.

¹⁴² *Diário da Bahia*, 28/10/1928.

¹⁴³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25/4/1929.

eliminada.¹⁴⁴ Os bondes introduzidos, no entanto, mostraram-se aquém do necessário para solucionar o problema.¹⁴⁵ O situacionista *A Tarde*, defensor contumaz da Circular, reconheceu que, após o aumento tarifário, os horários melhoraram, mas voltaram a se desorganizar, originando reclamações.¹⁴⁶ “O que representa 10 bondes a mais se a cidade está exigindo um número duplo dos existentes?” questionou o *Diário da Bahia*, conhecido crítico da empresa.¹⁴⁷ Note que os protestos contra a inexistência de bondes mistos, citadas no capítulo anterior, surgiram após a reforma contratual.¹⁴⁸ Matérias sobre a superlotação e outros problemas no transporte público não desapareceriam após o pequeno aumento da frota.¹⁴⁹

Uma das cláusulas contratuais sugere que a Circular e o intendente sabiam da insuficiência dos carros introduzidos. A cláusula autorizou a empresa a diminuir o número de paradas de embarque e desembarque, de modo que, a cada quilômetro, não existissem, no perímetro urbano, mais de dez e, nos subúrbios, mais de sete delas.¹⁵⁰ O público não demorou para perceber que tal supressão permitia acelerar os bondes para cumprir o horário, disfarçando a exiguidade da frota.¹⁵¹ No entanto, a par da irritação ocasionada pela incerteza sobre a localização dos pontos, a medida gerou aumento na ocorrência de sinistros, particularmente atropelos e descarrilhamentos, por conta das condições dos freios e dos carris. Ela estimulou os motoneiros a diminuírem ainda menos a marcha ao aceno dos passageiros, aumentando as quedas nas saídas e entradas no bonde.¹⁵² No dia 14 de outubro de 1929, um carregador morreria esmagado sob a rodas de um carro na praça do Ouro (Deodoro); horas depois, seria atropelado um empregado na Chácara Suíça em Brotas.¹⁵³

Segundo a imprensa, era comum que uma grande companhia registrasse acidentes, mas não naquela proporção.¹⁵⁴ Era impressionante que, apesar das ocorrências e protestos, a Circular não retrocedia da desastrosa medida. Os descarrilhamentos tornar-se-iam tão frequentes que os diários abriam seções especiais para registrá-los. No dia 24 de abril, por exemplo, um bonde descarrilhou na ponte da Mesquita, por pouco não caindo no rio, o que se

¹⁴⁴ *A Tarde*, 23/3/1929; 25/3/1929.

¹⁴⁵ O acordo impôs 7 reboques, mas seriam construídos, primeiro, 2, e, posteriormente, 5. *Diário da Bahia*, 10/10/1928.

¹⁴⁶ *A Tarde*, 5 e 12/4/1929.

¹⁴⁷ *Diário da Bahia*, 23/4/1929.

¹⁴⁸ *A Tarde*, 26/6/1929; 20/8/1929.

¹⁴⁹ *A Tarde*, 13/7/1929; *Diário da Bahia*, 11/9/1929.

¹⁵⁰ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 30 de agosto de 1928*, p. 12.

¹⁵¹ *A Tarde*, 18/4/1929; 14/8/1929.

¹⁵² *Diário da Bahia*, 17/4/1929; *A Tarde*, 11/10/1929.

¹⁵³ *A Tarde*, 14/10/1929.

¹⁵⁴ *Diário da Bahia*, 16/7/1929.

repetiria no dia seguinte.¹⁵⁵ Conduzindo alunas da Escola Normal, outro carro, meses depois, precipitou-se na ribanceira do Dique, parando na margem.¹⁵⁶ Esses dois casos ocorreram no ramal do Rio Vermelho, onde a situação tornou-se crítica, atrapalhando as comunicações entre a cidade e Amaralina.¹⁵⁷ Francisco Souza dirigiu-se ao bairro e confirmou as denúncias sobre a péssima situação dos carris. Sobre os dormentes apodrecidos, os motorneiros eram obrigados a passar lentamente para não descarrilhar, problema em parte causado pelas condições do terreno. O intendente exigiu da Circular que aumentasse o pessoal empregado no conserto daqueles trilhos.¹⁵⁸

Contrato de eletricidade

Francisco Souza, nos primeiros dias do mandato, ordenou à Circular intensificar a iluminação das áreas centrais da cidade, particularmente o Campo Grande.¹⁵⁹ Na avenida Sete, largo do Teatro, rua Chile, as três lâmpadas de cada poste (e não mais duas, como impusera Góis Calmon) passaram a ser acesas nas noites ordinárias.¹⁶⁰ Mas sua ação era pouco sentida no Terreiro de Jesus, ainda menos no Campo da Pólvora, Soledade, Santo Antônio, Brotas, Itapagipe etc.¹⁶¹ O intendente acabaria recuando, ao ordenar que, nos postes daquele eixo central, o número de lâmpadas acesas cotidianamente caísse de três para dois. Portanto, como o transporte público, a iluminação carecia de reformas estruturais, cuja realização tornara-se uma probabilidade desde a passagem da Circular e, conseqüentemente, da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, ao controle da General Electric. O segundo passo nessa direção seria a compra, em maio de 1929, da ex-Light e da ex-D'Éclairage pela empresa estrangeira, que, assim, consolidaria o monopólio na exploração não só do telefone, como da eletricidade e do transporte carril de Salvador. Eram transações que alimentaram a expectativa de melhorias no cotidiano urbano.

Vital Soares chegou ao poder imbuído da missão de solucionar o imbróglio causado pelo empréstimo de 1914, condição preliminar para que a Circular adquirisse as empresas exploradas pela SEGE. Naquele ano, o intendente Júlio Brandão (1912-1914), nomeado pelo então governador J. J. Seabra (1912-1916), contraiu um empréstimo de 63.614 contos para

¹⁵⁵ *Diário da Bahia*, 25/4/1929; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25/4/1929.

¹⁵⁶ *A Tarde*, 26/10/1929.

¹⁵⁷ *A Tarde*, 12/7/1929; 21/8/1929; *A Tarde*, 12/7/1929; 13/7/1929.

¹⁵⁸ *A Tarde*, 10/7/1929; 12/7/1929; 18/7/1929; 21/8/1929; 29/8/1929.

¹⁵⁹ *Diário da Bahia*, 13/4/1928.

¹⁶⁰ *Diário da Bahia*, 5/5/1928.

¹⁶¹ *Diário da Bahia*, 22/2/1929.

encampar as duas empresas. Os títulos do empréstimo seriam trocados pelas debêntures das companhias, que, grosso modo, correspondiam ao montante contratado. Entretanto, numa ação fraudulenta, a troca não se realizou, o que, no rigor da lei, tornou o município devedor dos portadores dos títulos e das debêntures. O débito passou então, legalmente, a 125.518 contos, crescendo intensamente nos anos seguintes pela suspensão dos pagamentos, a ponto de atingir, no final de 1928, cerca de 234 mil contos.¹⁶²

Em março do ano seguinte, o intendente solicitou a intermediação do governo da Bahia na liquidação do débito, oficializando negociações em curso entre o governador e os credores. Os portadores do título do empréstimo eram, em grande parte, os das debêntures, o que permitiu a solução do caso.¹⁶³ Concluídas em abril, as negociações resultaram, em primeiro lugar, no reconhecimento, por parte dos credores, de que o débito “real” era metade do “legal”, por causa da fraude cometida; e, em segundo lugar, em descontos, que reduziram o montante para 20 mil contos.¹⁶⁴

Essas negociações incluíam a General Electric, que se comprometera a comprar as empresas municipais por 8 mil contos, a serem entregues aos credores. O governo estadual, auxiliando o município, entraria com os 12 mil contos restantes.¹⁶⁵ Desde fevereiro, o Conselho Municipal autorizara o intendente a abrir edital para alienar não só o material fixo e rodante da ex-Light e da ex-D'Éclairage, como o direito de explorar o transporte e a eletricidade na cidade baixa. Sabia-se que a Circular seria a única concorrente.¹⁶⁶ Vital Soares receberia homenagens da imprensa, dos poderes públicos e da Associação Comercial pela solução do caso.¹⁶⁷

Durante as negociações, em fevereiro, Howard Sands, representante da General Electric, desembarcou em Salvador, onde participou de um banquete organizado na sede do Clube Francês pela Circular. Entre os presentes, destacaram-se, ao lado de industriais, comerciantes e conselheiros municipais, Góis Calmon, Vital Soares, Francisco Souza e Simões Filho, o que atesta a importância conferida pela elite política e econômica aos empreendimentos estadunidenses na Bahia. Howard Sands explicou em seu discurso que o retorno de capitais empatados em transporte, energia e telecomunicação, como os da Circular, ocorria num prazo

¹⁶² *A Tarde*, 19/3/1929; SOUZA, F. *Relatório de 1930 da intendência de Salvador* (as páginas com a referência completa foram extraviadas), p. 4.

¹⁶³ *Diário da Bahia*, 6/2/1929; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 19/4/1929.

¹⁶⁴ *A Tarde*, 19/3/1929.

¹⁶⁵ *A Tarde*, 19/3/1929.

¹⁶⁶ *Diário da Bahia*, 6/2/1929.

¹⁶⁷ *A Tarde*, 18/2/1929; *Diário da Bahia*, 20/2/1929; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/3/1928.

muito superior aos do comércio e indústria. Estes, ademais, podiam ser encerrados ou realocados em decorrência de crises, o que era proibido aos signatários de contratos com o Estado. Explicando os riscos peculiares ao setor, o estrangeiro exortou a Bahia a eliminar, das leis e contratos, restrições supostamente descabidas, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, cuja legislação liberal resultara numa produção energética superior ao somatório do globo terrestre.¹⁶⁸

Howard Sands reconheceu o que as autoridades baianas realizaram nessa direção, isto é, os contratos da exploração industrial da hidroeletricidade, dos telefones e dos transportes, assinados no ano anterior.¹⁶⁹ Sua expectativa, porém, era de que o mesmo espírito presidisse o acordo municipal de energia elétrica, a ser assinado quando a Circular comprasse a ex-D'Éclairage e a ex-Light. Para reforçar o apelo, o orador listou as obras da General Electric na Bahia, destacando, entre as concluídas, a reforma da usina da Preguiça, a instalação dos dois motores na do Dique e da crista sobre a barragem de Bananeiras. Entre os trabalhos iniciados, destacou a automatização dos telefones e a reforma do elevador Lacerda, cuja inauguração ocorria entre sete meses e um ano. Engenheiros auxiliados por seiscentos homens tinham começado as obras para a nova usina da empresa em Bananeiras. Howard Sands calculou em cerca de 40 mil contos de réis os investimentos para os dezoito meses seguintes.¹⁷⁰

Entre abril e maio de 1929, a intendência publicou o edital de alienação da ex-Light e da ex-D'Éclairage, ao passo em que a Circular reorganizou a Companhia Brasileira de Energia Elétrica em Companhia Energia Elétrica da Bahia.¹⁷¹ Os concorrentes eram instados no edital a apresentarem o preço da energia e, no caso dos bondes, das duas seções da cidade baixa, isto é, elevador Lacerda-Roma e Roma-Ribeira; bem como um plano de restauração e ampliação da rede elétrica e carril. O edital transferiu para o transporte da cidade baixa concessões entregues à empresa na cidade alta, como a construção de abrigos, eliminação de paradas, substituição de trâmueis por ônibus, tabela em separado para os bondes mistos etc. No caso da energia, seria entregue aos concessionários a exploração do serviço de eletricidade particular e pública.¹⁷² No dia 8 de maio, confirmou-se a compra das duas companhias pela Circular,

¹⁶⁸ *A Tarde*, 18/2/1929.

¹⁶⁹ *Diário da Bahia*, 18/2/1928.

¹⁷⁰ *A Tarde*, 18/2/1929.

¹⁷¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 22/5/1929; 25/5/1929.

¹⁷² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 5/4/1929.

numa reunião que contou com o representante dos portadores dos títulos do empréstimo de 1914.¹⁷³

O contrato de transporte da cidade alta seria substituído por outro cobrindo o conjunto da capital. O segundo incorporou o primeiro e acrescentou disposições sobre as reformas destinadas à cidade baixa. Os arrendatários comprometeram-se a introduzir nessa zona 8 bondes passageiros, 2 mistos e 3 reboques, o que faria a frota subir, respectivamente, para 26, 5 e 7. Seriam restaurados os bondes existentes e comprados carros bagageiros, cujo número, porém, não foi determinado. Esse acordo estabeleceu ainda os prazos para as melhorias, que seriam de dez dias para o início e sete meses para a conclusão, a contarem da data da assinatura do contrato, isto é, 28 de maio. Esses sete meses seriam também o prazo para a Circular iniciar os reparos, substituições e reconstrução dos carris e da rede elétrica alimentadora dos bondes. O preço das duas seções da cidade baixa seria de 200 réis cada, o que na prática aumentou em 100 réis a ida do elevador Lacerda à Ribeira.¹⁷⁴

O contrato de energia, assinado no mesmo dia 28, exigia que a Circular, a quem entregou a exploração por 40 anos, restaurasse e ampliasse a rede elétrica de Salvador e seus arrabaldes. Sessenta dias após a assinatura, a empresa apresentaria as plantas dos trabalhos, iniciando-os um mês após o intendente autorizá-los. Os concessionários eram instados a trocar imediatamente, na iluminação pública, as lâmpadas queimadas e as de menor potência. O acordo consagrou direitos a desapropriações e a isenções tributárias e o princípio, presente nos contratos de 1928, de que a infraestrutura pertencia aos concessionários, não ao Estado, que, assim, não mais a receberia gratuitamente ao término da concessão.¹⁷⁵

Diferente dos contratos do ano anterior, porém, os de maio não condicionaram as alterações tarifárias à entrega das obras acertadas, o que permitiu à Circular aumentar os preços dos bondes da cidade baixa a partir de 1º de junho.¹⁷⁶ Os moradores de Itapagipe, dias depois reclamaram que a empresa não realizara qualquer melhoria na região, não obstante o aumento nos preços.¹⁷⁷ “A majoração de 100 réis numa zona operária como é a que vai de Roma à Ribeira foi recebida de muito má cara”, afirmou um periódico. “O custo de vida não cessa de crescer, [resultando] num desequilíbrio que é evidente no mal-estar que se nota nas

¹⁷³ Primeiro traslado de escritura de compra e venda. ME. CI.CAEEB.TE.104.06.

¹⁷⁴ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 28 de maio de 1929*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, sem data, p. 7, 11.

¹⁷⁵ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Companhia Energia Elétrica da Bahia para o serviço de iluminação pública e particular de 28 de maio de 1929*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, s/d, p. 4-6, 16-17.

¹⁷⁶ *Diário da Bahia*, 1/6/1929.

¹⁷⁷ *A Tarde*, 5/6/1929.

classes que lutam pelo pão diário” (era, decerto, o caso dos moradores dos casebres e barracos de Massaranduba). “Qualquer aumento, por menor que seja, constitui um agravante”. Os passageiros solicitaram no periódico que o ponto da Ribeira retornasse para a Penha, para que não se “extorquisse” mais 200 réis para descer no Bogary.¹⁷⁸ Dirigida igualmente ao Conselho Municipal, a reclamação mostra que a Circular, usando a permissão para modificar as paradas, instituíra uma seção no último trecho da linha. Portanto, o preço para ir do elevador Lacerda à Penha, a partir de junho, passara de 300 para 600 réis, não 400, como sugerira o contrato.¹⁷⁹

Segundo a imprensa, a rapidez dos bondes e a regularidade nos horários melhoraram naquele mês, o que reduzira a procura pelas marinetes, cujo preço caíra para 200 réis por seção, sendo 500 réis o percurso direto.¹⁸⁰ No mês seguinte, seriam entregues 2 reboques, prometendo-se mais 3 para as semanas entrantes.¹⁸¹ Entretanto, ao noticiar o quebra-bondes de maio de 1930 no ramal da Lapinha, um periódico, o mais contundente nas críticas à Circular, afirmou que a empresa transferira dez carros da cidade baixa para a cidade alta, alegando ter aumentado a frota. Posteriormente, doze trâmueis da zona superior acabaram recolhidos para conserto no barracão das Hortas, o que resultou na redução dos horários, prejudicando particularmente a da Liberdade, cujos bondes passaram a trafegar superlotados.¹⁸²

Em acréscimo, o precário material fixo e rodante da cidade baixa suportou ainda menos o regime de correrias que a Circular expandiu da cidade alta para a baixa, ocorrendo acidentes como o de 15 de julho numa passagem sinuosa do porto dos Tainheiros, onde uma passageira quase foi ejetada.¹⁸³ O ramal elevador Lacerda-Ribeira tornar-se-ia quase tão problemático quando o Rio Vermelho para os descarrilhamentos. No Canto da Cruz, numa noite daquele mês, um bonde bagageiro saltou dos trilhos e entrou numa casa onde dormiam mais de dez crianças, felizmente sem causar mortes nem ferimentos. Durante o dia, descarrilhamentos ocorreram na Madragoa e na Mangueira.¹⁸⁴

O contrato de energia causou maior insatisfação, o que ficara claro a partir de julho, após um desastre no Rio Vermelho. No dia 11, ocorreram no ramal quatro descarrilhamentos,

¹⁷⁸ *A Tarde*, 20/6/1929.

¹⁷⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/9/1929.

¹⁸⁰ *A Tarde*, 6/7/1929.

¹⁸¹ *Diário da Bahia*, 24/9/1929.

¹⁸² *O Jornal*, 20/5/1930.

¹⁸³ *A Tarde*, 10/7/1929; *A Tarde*, 16/7/1929.

¹⁸⁴ *A Tarde*, 21/9/1929.

um dos quais deu lugar uma tensa discussão, em que os passageiros quebraram a resistência dos empregados da Circular, obrigando-os a rebocarem o carro em marcha ré para não baldearem na lama. Outro partiu o arco existente entre o carro e a rede transmissora. Uma segunda ruptura, ocorrida à noite, jogou cabos faiscantes na rua molhada, o que interrompeu o tráfego. Os moradores, por “caridade”, decidiram permanecer nas janelas alertando os transeuntes sobre a localização dos cabos derrubados. Na manhã seguinte, outro arco rompido atingiu a rede de iluminação, o que matou um calceteiro e machucou dois empregados da Circular e um carregador de carne. O curto-circuito transmitiu-se para as instalações domiciliares, expulsando os moradores em trajes domésticos para a rua. Numa dos prédios, iniciou-se um incêndio, posteriormente contido pelos bombeiros. Foi um espetáculo assustador: o morto, os feridos, a gritaria, os estrondos, a fumaça, a faísca etc. Pouco a pouco, restabeleceu-se a normalidade, apesar de incidentes semelhantes, embora menos desastrosos, repetirem-se dias depois.¹⁸⁵

O jornal situacionista denunciou, no dia 13, os repetidos descarrilhamentos e colapsos de fios, alertando os concessionários de que os incidentes acabariam criando contra Circular um ambiente de “repúdio” e “antipatia”. “Quem atravessa a rua, mal sabe que a morte espreita debruçada dos postes”; “casas de negócio ou particulares têm instalações defeituosas”, isto é, “porta aberta ao incêndio”. Pouco antes, companhias de seguro, após analisarem as instalações nos prédios segurados, apelaram para uma interferência das autoridades e dos concessionários. O desastre no subúrbio praieiro teria sido apenas uma repetição, em maiores proporções, de ocorrências cotidianas, causadas por material estragado e imprudência na exploração da eletricidade e do transporte. O periódico pediu que a prefeitura mandasse inspecionar toda a instalação elétrica pública e particular da cidade.¹⁸⁶ Francisco Souza, em reação, lembrou à Circular que, no contrato de maio, a empresa comprometera-se a restaurar a rede, apresentando as plantas até o dia 28 de julho, quando iniciar-se-ia o segundo prazo, isto é, o do início das obras.¹⁸⁷

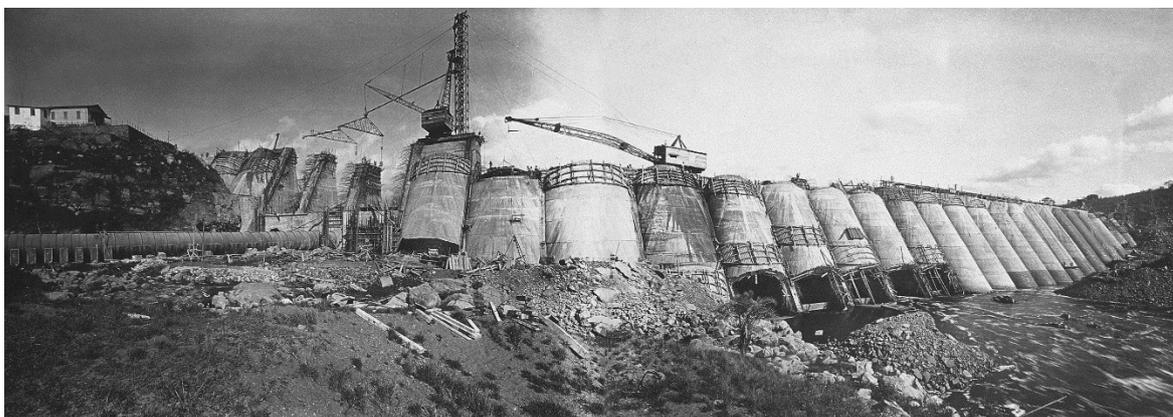
Os concessionários, passado o desastre, realizaram uma excursão a Bananeiras para inaugurar os trabalhos da nova barragem, batizada de Jerry O’Connell em homenagem ao engenheiro estadunidense que a projetara, falecido em julho. Duas lanchas seguiram para a Baía de Todos os Santos com o governador, jornalistas, parlamentares e secretários. Era um

¹⁸⁵ *A Tarde*, 12/7/1929; *Diário da Bahia*, 13/7/1929; *A Tarde*, 18/7/1929.

¹⁸⁶ *A Tarde*, 13/7/1929 e 15/7/1929.

¹⁸⁷ *A Tarde*, 16/7/1929.

passeio regado a guaraná, água mineral e laranja do Cabula, acompanhados de pastéis, doces etc. “Olhem um tubarão!”, gritou um jornalista, apontando a água da baía. Próximo a Cachoeira, quando uma lancha cruzou a outra, perguntaram a Durval Fraga, originário daquela região açucareira: “quer uma cachacinha, senador?”. “Obrigado”, respondeu o parlamentar, acrescentando: “fale baixo que o Mário Dantas [está] aqui”. O chiste causou risos até no sisudo governador Vital Soares. Depois de desembarcarem, os excursionistas, acompanhados pelos prefeitos do Recôncavo, dirigiram-se em carro e no trem da Circular para os canteiros de Bananeiras, sendo recebidos sob girândolas e flores por crianças e um destacamento policial. Terminado o banquete, o governador inaugurou os trabalhos com uma pá de prata, seguindo-se um discurso de Joel Presídio, do núcleo baiano da Aliança Liberal. Todos mostraram-se impressionados com as proporções do que era um dos maiores empreendimentos de engenharia em execução no país, onde eram empregados cerca de 2.000 homens. Depois do jantar, Vital Soares, secretários e demais autoridades seguiram para São Félix, precedidos por um trem repleto de operários, que os coronéis da cidade receberam ao espoucar de mais foguetes, pensando tratar-se do governador, que, por isso, acabou chegando sob silêncio constrangedor. Outros visitantes permaneceram em Bananeiras, bebendo champagne até altas horas. No dia seguinte, a excursão retornou para a capital.



14. Guindastes operando no paredão da barragem de Bananeiras que a Circular construía em São Félix. Fonte: CDCEOLBA.

O propósito dos concessionários era mostrar, mesmo aos opositoristas, que a Circular cumpria suas obrigações, o que, dias depois, seria questionado no Conselho Municipal por um edil que lembrou as reclamações recebidas pela instituição.¹⁸⁸ Era o caso de um ofício em que a Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza apresentou questionamentos sobre o contrato

¹⁸⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25/8/1929.

de energia, que permanecia desconhecido do público, por ter sido assinado entre o intendente e a Circular sem passar pelo Conselho Municipal. Os consumidores, entretanto, sentiram o aumento na conta de luz, que a associação sediada na Liberdade atribuiu ao câmbio, multas, taxas etc.¹⁸⁹ O contrato, realmente, não aumentara o preço do kw/h, que permanecera 800 réis, mas fixara certa proporção entre o dólar e o mil-réis, autorizando que metade da tarifa (400 réis), oscilasse segundo o câmbio.¹⁹⁰ Dada a fragilidade da moeda brasileira, a tarifa, na prática, aumentaria sempre, em especial no cenário de crise financeira que começaria em setembro com a baixa no mercado cafeeiro e recrudesceria em outubro com a quebra da bolsa de Nova Iorque. Essa crise, nos meses seguintes, destruiria a política de estabilização cambial, que era o principal item do programa administrativo de Washington Luís. O contrato consagrou multa de 10% por atrasos; aluguel dos contadores (de 2 mil e 500 réis a 4 mil réis); taxa de consumo mínimo, ligação (15 mil réis), inspeção (5 mil réis no mínimo) e de aferição dos contadores. O ofício da Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza, que lembrou a péssima qualidade da energia nos subúrbios para contestar os aumentos, recebeu apoio do *Diário da Bahia* e do *Diário de Notícias*.¹⁹¹

Alfredo Tuvo e Cantídio Teixeira, em nome da casa, consideraram justas a aplicação do câmbio e outras práticas denunciadas pela entidade, mas reconheceram as crescentes reclamações contra os métodos de cobrança da Circular. Eles explicaram que a autorização para a alienação da ex-Light e da ex-D'Éclairage permitira a Francisco Souza elaborar e assinar o contrato sem a homologação do Conselho Municipal, razão pela qual decidiram encaminhar o ofício ao intendente.¹⁹² Depois de ler o contrato, porém, a Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza, considerando-o um crime cometido pelo prefeito e a empresa, solicitou sua anulação aos conselheiros municipais. Cobrar o aluguel dos contadores, sobretudo os da antiga empresa municipal, não fazia sentido, pois eles serviam à Circular.

O prefeito Elói Jorge, em seu mandato, tentara executar uma antiga disposição orçamentária autorizando o município a cobrar um imposto por contador à Circular, que resistiu à proposta.¹⁹³ Os concessionários, durante as negociações com Francisco Souza, podem ter encontrado no aluguel uma estratégia de repasse do imposto aos consumidores, não

¹⁸⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10/8/1929.

¹⁹⁰ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Companhia Energia Elétrica da Bahia para o serviço de iluminação pública e particular de 28 de maio de 1929*, p. 12.

¹⁹¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10/8/1929; *Diário da Bahia*, 11/9/1929; 13/9/1929.

¹⁹² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10/9/1929.

¹⁹³ *Diário da Bahia*, 5/2/1927.

obstante a Circular gozar de isenções tributárias. Não por acaso, a Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza questionou quais impostos ainda eram pagos pela empresa, tendo os conselheiros respondido que apenas era cobrado um imposto federal. Para a associação, em acréscimo, era uma incoerência cobrar em dólar e pagar salários em mil-réis; um absurdo permitir que a empresa cobrasse multas ao município, ao passo em que as multas cobradas pelo município à empresa eram diminutas. Não se podia, ainda segundo a entidade, usurpar o direito de o Conselho Municipal analisar o acordo assinado unilateralmente em maio entre o intendente e a Circular, sobretudo diante das irregularidades notadas.¹⁹⁴

Os soteropolitanos, sobretudo os mais pobres, estabeleciam um controle estrito do consumo energético, para pagarem a taxa mínima mensal, que, no acordo de maio, passou de 7 mil para 14 mil e 600 réis.¹⁹⁵ O contrato, em acréscimo, restringiu o próprio poder de controlar os gastos mensais porque a população não podia impedir a depreciação do mil-réis. Alfredo Tuvo e Cantídio Teixeira, baseados em relatos endereçados ao Conselho Municipal, acabariam reconhecendo irregularidades nas cobranças, pedindo mais explicações a Francisco Souza. Era o caso do repasse ao consumidor de um imposto estadual inexistente e do uso de um mês comercial de apenas 24 dias; para uns, o consumo mínimo era de 15 kw/h e para outros 8 kw/h; o aluguel, igualmente, ia de 2 mil e 500 réis a 3 mil réis; tudo isso resultando em alterações pouco claras no recibo.¹⁹⁶ Os soteropolitanos passaram a suspeitar que os contadores estariam registrando o consumo para mais. Eles podiam solicitar uma aferição à Circular, desde que pagassem a taxa, ficando sujeitos a indenizar a empresa caso ela constataste consumo para menos.¹⁹⁷

Desde o início do segundo semestre, percebia-se que a crise cíclica na distribuição de energia e água seria particularmente intensa em 1929-1930: sínopes em julho; a descoberta, em agosto, de que a corrente de 220 v só ascendia lâmpadas de 110 v e que a de 110 v só ascendia lâmpadas de 8 v etc.¹⁹⁸ O ápice da crise ocorreria em novembro, prejudicando até a impressão dos jornais. No domingo 10, os cinemas fecharam, sofrendo enormes prejuízos; “senhoras” e “senhorinhas” não conseguiam retornar para casa, pois as marinetes não satisfaziam a demanda; os trâmueis, reduzidos a 43, apareciam arrastando-se e pejados até o teto; um percurso de 40 minutos era feito em 1 hora e meia. Desde 15 dias que Vitória, Dois

¹⁹⁴ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/11/1929.

¹⁹⁵ *Diário da Bahia*, 18/9/1929.

¹⁹⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/9/1929.

¹⁹⁷ BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Companhia Energia Elétrica da Bahia para o serviço de iluminação pública e particular de 28 de maio de 1929*, p. 7.

¹⁹⁸ *Diário da Bahia*, 26/7/1929; *A Tarde*, 2/8/1929.

de Julho, Areal de Cima e Areal de Baixo, Barris, ruas do Fogo e outras regiões sofriam a escassez d'água, determinada pela drástica redução de energia na estação da Bolandeira.¹⁹⁹

Francisco Souza começara então a organizar a fiscalização municipal do serviço, com o auxílio de um técnico da iluminação pública do Distrito Federal, cedido em setembro pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.²⁰⁰ No mês seguinte, numa reunião extraordinária realizada no Conselho Municipal para responder às críticas ao acordo, o intendente lembrou que as bases contratuais tinham sido publicadas no edital de alienação da ex-Light e da ex-D'Éclairage. Entretanto, o contrato possuía uma série de especificações, incluindo as cruciais, ou seja, as concernentes aos custos da energia, que seriam acertadas posteriormente entre a autoridade e a Circular, não constando, portanto, do edital publicado. O mandatário, em seguida, listou as cláusulas regulamentadoras da fiscalização municipal, particularmente dos contadores e da rede distribuidora, o que respondia à questão dos custos e dos acidentes elétricos. Francisco Souza acrescentou que o regulamento para a energia elétrica era então elaborado em parceria com Adalberto Gomes, o engenheiro cedido pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.²⁰¹ O técnico explicara na imprensa, pouco antes, que os contadores podiam atrasar ou adiantar e, conseqüentemente, gerar prejuízos aos consumidores ou aos concessionários. O propósito do intendente, acrescentou, era montar um laboratório para inspecionar, entre outros elementos contratuais, a confiabilidade de tais aparelhos e a incandescência das lâmpadas.²⁰²

Os problemas no contrato e a crise hídrica e energética abalaram a aliança entre a General Electric e as autoridades locais. O jornal de Simões Filho, notando a irritação pública contra a Circular, acusou-a, em tom irritado, de “roer a corda”, ao não se preparar para a seca do rio Paraguaçu. “O momento não comporta brincadeiras”, declarou, cobrando uma solução que não dependesse, como sugeria uma nota da companhia, da chuva ou da inauguração da nova usina de Bananeiras. Segundo a nota, a redução no leito do Paraguaçu fora tão dramática que Salvador era eletrificada apenas pelas termoelétricas, isto é, a crise expusera a ineficácia das reformas realizadas nas usinas da Preguiça e Dique, cujo maquinário, sob pressão, registraria panes.²⁰³

¹⁹⁹ *A Tarde*, 11/11/1929.

²⁰⁰ *A Tarde*, 16/9/1929.

²⁰¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 2/11/1929.

²⁰² *A Tarde*, 5/10/1929.

²⁰³ *A Tarde*, 9/11/1929; *A Tarde*, 16/11/1929.

O jornal protegia o intendente, que passou a pressionar os arrendatários.²⁰⁴ Francisco Souza declarou que recebia inúmeras reclamações sobre a instabilidade da iluminação pública e particular, bem como um parecer de Adalberto Gomes de que a empresa não estaria em condições de honrar o contrato. O intendente ordenou à Circular adquirir a eletricidade excedente produzida pela Societé de Construction du Port e da Empório Industrial do Norte.²⁰⁵ Posteriormente, declarou que a população não pagaria a taxa mínima, dados os gastos extras com querosene e lampião; igualmente, ameaçou a empresa de multas.²⁰⁶ O prefeito, realmente, acabaria multando a empresa em, mas pela suspensão do tráfego, não da eletricidade, o que confirma que as multas do contrato eram realmente muito diminutas, como denunciou a Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza.

Os concessionários responderam às ordens de Francisco Souza declarando que já tinham decidido negociar com ambas as empresas e suspender a cobrança da taxa mínima. Mas lembraram que tinham adquirido em péssimo estado o material da SEGE, não podendo, igualmente, ser responsabilizados pelas pequenas proporções da usina de Bananeiras, construída pelos antigos proprietários da Circular. Eles também culpavam a secretaria estadual de Saúde Pública, por não fornecer água para as caldeiras da usina da Preguiça.²⁰⁷ Entretanto, o secretário Barros Barreto, procurado em sua residência no Canela, explicara que seu departamento não conseguia cumprir suas atribuições porque a Circular praticamente suspendera a eletricidade para a estação da Bolandeira.²⁰⁸

Essa troca de acusações mostrou, além da tensão entre empresários e autoridades públicas, o erro em que consistira entregar responsabilidades a uma empresa desaparelhada, compensando-a de antemão. Para a Circular, as concessões contratuais eram justificadas pelo início das obras de Bananeiras, celebrado em excursões como a de agosto. Mas não só não se apresentou plano para a restauração da rede distribuidora da capital, como os consumidores eram cobrados muito antes da entrega das obras do Paraguaçu e, portanto, de qualquer melhoria na produção energética. Seja na eletricidade seja nos transportes, ademais, os aumentos tarifários eram em si uma questão, independente da inauguração e do impacto do capital aportado. Salvador carecia de infraestrutura, mas as condições sociais impunham

²⁰⁴ *A Tarde*, 15/11/1929.

²⁰⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 9/11/1929; *A Tarde*, 9/11/1929.

²⁰⁶ *A Tarde*, 13/11/1929; 20/11/1929; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 19/11/1929.

²⁰⁷ *A Tarde*, 14/11/1929; 16/11/1929.

²⁰⁸ *A Tarde*, 11/11/1929; *Diário da Bahia*, 16/11/1929.

limites sobre quanto a população suportaria pagar por elas. Essa era uma problemática geral, que incluía os aumentos tributários e as obras realizadas pelo estado e o município.

Durante a crise, emergiu outra cizânia, em torno da construção do matadouro do Retiro, cuja necessidade ainda era agitada na imprensa e no Conselho Municipal, não obstante a resistência da Circular e dos proprietários de matanças localizadas no interior.²⁰⁹ Os reparos realizados pela intendência eram criticados como proteladores de uma solução definitiva, isto é, o erguimento de outro prédio.²¹⁰ Por ocasião dos debates sobre o contrato do transporte, em meados de 1928, muitos julgaram que a indenização de 1 mil contos, paga pela Circular pela eliminação da cláusula sobre a repartição, seria empregado na construção de um abatedouro modelo, o que, ao contrário do que se propalou, não era uma imposição do contrato.²¹¹ Soube-se, posteriormente, que Francisco Souza empregara os recursos no calçamento, surgindo uma querela em torno não só do direito, mas do acerto da decisão.²¹² O prefeito, no entanto, esclareceu em novembro do ano seguinte que recebera apenas a primeira parcela do pagamento, isto é, 650 contos, que incorporou à receita geral da intendência, não ao calçamento.²¹³ Essa nota, que desmentiu a própria imprensa situacionista, reacendeu a controvérsia, que, como a insatisfação com os contratos em geral, reemergiria em 1930.²¹⁴

Para concluir, é interessante perceber indícios de que o descontentamento contra a Circular traduzia-se num sentimento antiestrangeiro. Dias antes da assinatura dos acordos de maio, correria o boato de que a empresa exoneraria os brasileiros da direção de importantes departamentos, ideia que, se executada, pioraria a antipatia existente na população, segundo a imprensa.²¹⁵ Essa antipatia, em seu caráter antiestrangeiro, exprimiu-se cristalinamente na retórica da Sociedade Beneficente Defensora da Pobreza, que associou o contrato elétrico a uma humilhação estrangeira, contra a qual era preciso “mostrarmos que não somos um povo desfibrado, constituído apenas de escravos libertados, de homens imbecilizados e incapazes”. “Somos patriotas [...], não suportamos o relho estrangeiro”.²¹⁶ “Que imaginação [têm] de nós os próprios estrangeiros que assinaram esse documento aleijão? Que pensarão, como

²⁰⁹ *Diário da Bahia*, 25/5/1928; 15/12/1928.

²¹⁰ *Diário da Bahia*, 7/1/1928; *Diário da Bahia*, 15/12/1928.

²¹¹ *Diário da Bahia*, 10/7/1928; 11/7/1928; 17/7/1928; 18/7/1928; *Diário de Notícias*, 19/7/1928; *Diário da Bahia*, 21/7/1928.

²¹² *Diário da Bahia*, 2/11/1929; 9/10/1929; 2/11/1929

²¹³ *Diário da Bahia*, 6/11/1929; 16/11/1929.

²¹⁴ *A Tarde*, 4/10/1929.

²¹⁵ *Diário da Bahia*, 26/5/1929.

²¹⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 20/8/1929.

ajuizarão da nossa mentalidade?”, questionou a representação que pediu a anulação do acordo.²¹⁷

O sentimento antiestrangeiro transpareceu nas ruas em dezembro de 1929, quando, ao ser instalado num poste da praça do Ouro (Deodoro) pela Circular, um transformador de 600 quilos caiu sobre dois operários, matando um. Essa operação era dirigida por um estadunidense, que, em consequência do acidente, acabou perseguido por populares aos gritos de “lincha o alemão!”. O engenheiro, que não sabia se exprimir em português, conseguiu refugiar-se nos fundos de um trapiche, reaparecendo após a chegada do delegado. Na delegacia, ele explicaria, em espanhol, que não sabia a razão do colapso, pois o transformador fora testado na empresa. Outro empregado estrangeiro apareceria ferido na repartição, recusando-se, porém, a receber tratamento na assistência pública.²¹⁸

No segundo semestre de 1929, Salvador passaria a sofrer os impactos da Grande Depressão. Diminuíam as rendas municipais e estaduais, o que comprometia a capacidade de o Estado honrar compromissos, obrigando-o a recorrer a expedientes extraordinários, como pequenos empréstimos e créditos especiais.²¹⁹ Obras públicas, como os calçamentos de Francisco Souza, eram paralisadas;²²⁰ funcionários públicos eram demitidos, particularmente na secretaria estadual de Agricultura; os defasados salários dos que permaneciam no emprego, como professores e policiais, eram atrasados, quando não pagos em apólices.²²¹ Fábricas e casas comerciais fechavam suas portas, aumentando o desemprego.²²² Essa situação arrastar-se-ia e seria explorada pela imprensa oposicionista, que a atribuía à incapacidade administrativa das autoridades baianas, particularmente à sobrecarga tributária. A Associação Comercial, nesse período, pressionaria o governo por mudanças na política fiscal, mas sem muito sucesso.²²³

²¹⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/11/1929.

²¹⁸ *A Tarde*, 18/12/1929.

²¹⁹ *Diário da Bahia*, 15/10/1929; 23/11/1929; 2/4/1930; 6/4/1930.

²²⁰ *Diário da Bahia*, 20/11/1929.

²²¹ *Diário da Bahia*, 26/10/1929; 17/11/1929; 23/11/1929; 30/11/1929.

²²² *Diário da Bahia*, 24/4/1930.

²²³ *Diário da Bahia*, 18/10/1929; 12/11/1929; 22/11/1929; 5/4/1930; 24/4/1930.

Capítulo 3

Liberalismo e Democracia

Nos momentos iniciais da sucessão presidencial de 1929-30, a Bahia foi percebida, especialmente pelos dissidentes mineiros e gaúchos, como uma força a ser atraída para a causa oposicionista. O histórico facciosismo que caracterizara a trajetória estadual no regime republicano alimentou a esperança de que o próprio PRB ou agrupamentos seus abandonassem o Catete. O situacionismo baiano não descartou, no começo das negociações, encontros com representantes da nascente Aliança Liberal, como ficou claro nos contatos entre Simões Filho e Francisco Campos. Os processos sucessórios nacional e, sobretudo, estadual, em seu concomitante desenrolar, aumentariam as tensões entre correntes do PRB, abrindo o risco de uma cisão. Mas o cisma não ocorreu, muito menos uma ruptura dos dirigentes estaduais com o presidente da República. O partido baiano coordenou um importante esforço para mobilizar diretórios municipais, comitês eleitorais e entidades sociais em prol da chapa Júlio Prestes-Vital Soares.

Limiares do aliancismo baiano

O aliancismo seria oficialmente representado na Bahia pelo Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelos ex-governadores J. J. Seabra e Antônio Moniz e o ex-senador Moniz Sodré. Paralelamente ao desenrolar do calendário eleitoral, o primeiro e o terceiro dirigentes partiram do Rio para Salvador com o propósito de arregimentar correligionários numa reunião partidária marcada, simbolicamente, para o dia 13 de maio.¹ Antônio Moniz, doente, ficou na capital federal, onde, ademais, exercia o mandato de senador, mas a ausência, na reunião, de outros integrantes da comissão executiva mostrou certo isolamento dos recém-chegados. J. J. Seabra propôs um congresso para reorganizar o PRD, o qual seria marcado para 7 de Setembro (outra data simbólica), por sugestão do rábula Cosme de Farias. Moniz Sodré propôs a formação de uma comissão especial para preparar o congresso e, em especial, chamar os correligionários sertanejos. O alfaiate e coronel Ismael Ribeiro, conhecida

¹ *Diário da Bahia*, 10/5/1929.

liderança operária, defendeu a constituição de um diretório partidário com representantes das comarcas sertanejas e dos distritos soteropolitanos.²

J. J. Seabra retornou então ao Rio, onde criticou na imprensa a “regeneração moral, política e financeira” realizada pelo situacionismo baiano. Denunciou o nepotismo; a abolição de eleições estaduais e municipais, por compressão e irregularidades; os gastos excessivos com salário, palácio e gabinete do governador. Explicitou ainda os aumentos tributários, particularmente a cobrança da sobretaxa de 10%, não obstante a não consecução do empréstimo de 168 mil contos de réis no exterior. Os recursos arrecadados eram depositados no Banco Econômico (pertencente aos Calmon), que os emprestava com lucros aos clientes. Essas denúncias eram corriqueiramente publicadas na imprensa oposicionista de Salvador.³

No conselho municipal do Rio, onde exercia mandato, J. J. Seabra pronunciou discurso em favor da polêmica proposta apresentada por Maurício de Lacerda de homenagear os mortos das revoluções de 5 de julho de 1922 e 1924.⁴ Ele lembraria noutra ocasião seu papel na resistência à ditadura de Floriano Peixoto e na campanha da Reação Republicana, para justificar que, pessoalmente, era pelos princípios “liberais”, mas que sua posição em relação à campanha presidencial seria definida em setembro na reunião do PRD.⁵ Ele exprimiu solidariedade aos que defendiam a anistia aos rebeldes, declarando-se contrários às leis “celeradas”, recentemente passadas pelo Parlamento.⁶

Moniz Sodré permaneceu em Salvador, onde arrendou e passou a dirigir o *Diário da Bahia*.⁷ Dois anos antes, ambicionando tornar-se uma das principais gazetas da região Norte, o periódico passou por uma reforma que aprimorou sua diagramação e fotografia.⁸ Nos anos seguintes, desenvolveria, ao lado do noticiário nacional e internacional, um interessante serviço de informações locais, proporcionando um olhar panorâmico sobre o centro e os subúrbios soteropolitanos, a partir de notícias, editoriais, crônicas e reportagens sobre moradia, mobilidade, saneamento, energia e comunicação, entre outros tópicos. Consequentemente, o jornal tornar-se-ia um dos principais denunciadores dos problemas urbanos, incluindo a situação da Circular.

² *Diário da Bahia*, 14/5/1929.

³ *Diário Carioca*, 25/5/1929; *Diário da Bahia*, 4/6/1929.

⁴ *Diário da Bahia*, 10/7/1929.

⁵ *O Jornal* (Rio), 27/7/1929; *Diário da Bahia*, 28/7/1929.

⁶ *A Esquerda*, 29/7/1929; *Diário da Bahia*, 30/7/1929.

⁷ *Correio da Manhã*, 8/5/1929; *Diário da Bahia*, 10/5/1929.

⁸ *Diário da Bahia*, 10/4/1927.

O ex-senador, ao assumir a direção da empresa em maio de 1929, introduziu editoriais que consolidaram tal alinhamento político. Os primeiros textos, criticando a política fiscal e financeira de Francisco Souza e Vital Soares, denunciaram os pesados impostos e o desequilíbrio orçamentário, assuntos cuja exploração seria intensificada no segundo semestre, a partir dos impactos locais da Grande Depressão.⁹ Outros editoriais, em menor número, tratariam das denúncias sobre os problemas urbanos, constantemente explorado noutras seções da gazeta.¹⁰ Uma terceira categoria criticou a condução da Bahia nas negociações em torno da sucessão presidencial, que concluiriam com a indicação de Vital Soares para companheiro de chapa de Júlio Prestes.¹¹ Finalmente, o diário, a partir de uma pequena série de artigos escritos pelos primos Moniz, exprimiu simpatia pela agitação desencadeada pela sucessão presidencial.¹²

Moniz Sodré e Antônio Moniz, nesses artigos, explicaram que o “liberalismo” progredia no país por meio da propaganda na imprensa e em comícios do princípio da representação das oposições. Os governadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Ceará e Pará tinham, supostamente, introduzido, sufrágio secreto, liberdade de imprensa, coibição à fraude e compressão eleitorais, ou seja, leis e práticas que estariam garantido a eleição das oposições nos municípios e assembleias estaduais. O governo da Bahia seria uma exceção a esse quadro.¹³

Os Moniz percebiam, assim, a agitação política como oportunidade de pugnar por preceitos legais que permitiriam o retorno do PRD ao poder na Bahia, ainda que em condição minoritária. É interessante destacar que o senador, ao tratar do desprezo pela democracia, não mencionou os presidentes Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), certamente para não alienar o apoio dos suboficiais do Exército, que desempenhariam papel saliente na crise sucessória em curso, após terem se alinhado à Reação Republicana e criado a Coluna Prestes.¹⁴ Não seria denunciado o governo de Hermes da Fonseca, que autorizava a posse de J. J. Seabra no governo da Bahia mediante o bombardeio de Salvador (1912).¹⁵ Na

⁹ *Diário da Bahia*, 23/5/1929; 26/5/1929; 21/7/1929; 27/7/1929; 13/8/1929.

¹⁰ *Diário da Bahia*, 12/7/1929; 17/7/1929.

¹¹ *Diário da Bahia*, 10/7/1929.

¹² *Diário da Bahia*, 10/5/1929; 18/5/1929; 23/5/1929; 26/5/1929; 29/5/1929; 11/7/1929; 26/7/1929.

¹³ *Diário da Bahia*, 10/5/1929; 23/5/1929; 11/7/1929.

¹⁴ Sobre a participação militar na campanha da Reação Republicana: PRESTES, A. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis Vozes, 1994.

¹⁵ O bombardeio de Salvador, ocorrido em 10 de janeiro de 1912, foi executado pelos fortes da cidade, no âmbito da intervenção federal contra o governo de João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1912). Sobre o papel de Hermes da Fonseca na ascensão de Seabra: SARMENTO, S. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Salvador, mestrado em História (UFBa), 2009.

prática, a defesa da liberdade das urnas e da imprensa não excluía a ideia de se recorrer às armas como solução para a disputa eleitoral, o que igualmente transparecera no discurso proferido por Seabra no conselho municipal do Rio.

Noutro texto em que pugnou pela disseminação das “ideias liberais” no Brasil, o senador explicou que a Grande Guerra (1914-1918) propagara-as por “toda parte”, incluindo os países dominados pelo “feudalismo e o “absolutismo”, isto é, Áustria e Alemanha. Na Rússia, a revolução adquirira aspecto radical, mas passaria por um processo de “ajustamento”, isto é, moderação, como na Revolução Francesa. Nos Estados Unidos, os presidentes da República estariam apontando nos comícios e na imprensa, isto é, na opinião pública, grandes auxiliares de seus governos.¹⁶ Moniz Sodré, como seu primo, percebia a crise sucessória como a oportunidade de inserir o país nessa torrente internacional de “conquistas democráticas”.¹⁷

De certa maneira, a interpretação de ambos os oposicionistas sobre as mudanças políticas desencadeadas pela Grande Guerra reproduzia os parâmetros do “contrato racial”, isto é, a noção, nem sempre explicitada, de que “liberalismo” e “democracia” eram sobretudo uma experiência de populações brancas estabelecidas na Europa, suas colônias e ex-colônias, a exemplo de países como Brasil e Estados Unidos.¹⁸ Egas Moniz (1870-1924) e Gonçalo Moniz (1870-1939), seus parentes e contemporâneos, eram docentes da escola de Medicina da Bahia, um dos principais centros de elaboração e propagação do racismo científico, que possuía entre seus expoentes um membro da casa, o médico criminologista Nina Rodrigues (1862-1906).¹⁹ Pedro Calmon lembraria em suas memórias “do entusiasmo frenológico com que [Egas Moniz] nos contou que [...] numa rua de Berlim, ao tirar o chapéu, da janela estendeu um braço, mão curiosa posou-lhe no crânio, e ouviu a sentença: ‘Moniz, e dos da Bahia...’”.²⁰ Moniz Sodré, docente da faculdade de Direito, contribuiu para a difusão das ideias de Césare Lombroso em obra de sucesso editorial.²¹ Segundo as teorias médicas e criminológicas esposadas pelo clã baiano, podia-se concluir que os trabalhadores negros da Bahia eram aprisionados em taras antissociais hereditárias, que certamente prejudicariam sua compreensão do que era “liberalismo” e “democracia”. Existia, portanto, certa ambiguidade

¹⁶ *Diário da Bahia*, 18/5/1929.

¹⁷ *Diário da Bahia*, 26/7/1929.

¹⁸ MILLS, C. *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1997, p. 23, 57, 63-64, 66, 73.

¹⁹ SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

²⁰ CALMON, P. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 60.

²¹ SODRÉ, M. *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica: estudo comparativo*. Salvador: Ribeiro Gouveia, 1907.

nos apelos liberais e democráticos de ambas de Antônio Moniz e Moniz Sodré, o que é crucial para entender os significados do aliancismo em Salvador.



15. Moniz Sodré, ex-deputado federal, ex-senador e professor da faculdade de Direito, era um entusiasta da antropologia criminal, propugnando, entretanto, pela expansão das ideias “liberais” e “democráticas” no Brasil. Fonte: AHMS.

O racismo também permeou as primeiras articulações do núcleo baiano da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), entidade que lutou pela inclusão das mulheres na política brasileira, como eleitores e elegíveis. Moniz Sodré, conhecido por defender o sufrágio feminino quando senador, tornou-se um aliado das sufragistas, em particular as da Bahia. Ele dispensou apoio a Amanda Costa Pinto, musicista inicialmente escolhida por Bertha Lutz, criada da FBPF, para iniciar a organização da seção baiana da organização sufragista.²² Durante uma reunião do diretório nacional, no início de 1930, leu-se, com regozijo, uma carta de Amanda Costa Pinto, em que a igualdade política era associada ao “progresso”, pensando, implicitamente, em termos de classe e raça.²³ A signatária explicou que teria de lutar com o “grande atraso desta terra [Salvador]”, onde “a mulher” é “quase uma escrava, vivendo amordaçada e jogada a uma inferioridade que [...] se lhe quer atribuir”. Castigadas pelo “atraso intelectual”, suas conterrâneas “sujeitam-se a viver entre quatro paredes a amamentar os filhos; [...] cegamente se submetem a misteres de categoria inferior os quais deveriam ser desempenhadas por uma criada, quando muito, sob sua inspeção”.²⁴

No mês seguinte, ao informar que iniciara os trabalhos para arregimentar as futuras sócias e pedir instruções sobre a organização do núcleo estadual, a correspondente baiana exprimiu cristalina suas concepções. “Desejava saber se são aceitas sócias de cor preta”,

²² Conferir o apoio do *Diário da Bahia* às sufragistas baianas. *Diário da Bahia*, 9/5/1930.

²³ Cópia de Carta de Berta Lutz a Amanda Costa Pinto, 7/6/1930. AN. FFBPF. A930.12

²⁴ Carta de Amanda Costa Pinto a Bertha Lutz, 19/5/1930. AN. FFBPF. A930.12.

perguntou a Bertha Lutz. “É muito difícil ou quase impossível fazer [aqui] seleção de cor, visto haver grande número de pretas que se dedicam à intelectualidade”. Professora do Instituto de Música da Bahia, a remetente conhecia os meios acadêmicos soteropolitanos, explicando que, “infelizmente vê-se nas nossas faculdades maior número de mulheres escuras do que brancas”.²⁵ O questionamento exprimia o incômodo com a impossibilidade de o critério intelectual, tão importante para a FBPF, não excluir estudantes de cor, as quais, diga-se de passagem, não necessariamente possuíam sobre si o mesmo letramento racial da docente. Perceba que a remetente usa uma expressão que, em tese, designa mais cor que propriamente raça. “Para ela [a FBPF], não há mulher de cor, e sim mulher que deseja o Progresso e que o quer conquistar por meio do trabalho honesto”, respondeu em agosto, não Bertha Lutz, mas a própria organização sufragista. “Será bom, entretanto, estabelecer um equilíbrio nesse sentido devido aos preconceitos daqueles que ainda fazem seleção de cor”, completou a FBPF.²⁶

Bertha Lutz mostrou, posteriormente, interesse em recrutar a médica de ascendência israelita Francisca Prager Fróes, nascida em Cachoeira. Ela receberia, em julho de 1930, uma correspondência urgente de Bertha Lutz, pedindo o encaminhamento de uma carta a Hermelinda Paes, primeira mulher a entrar para a magistratura no Brasil.²⁷ Ocupada com a preparação do veraneio da família na Barra, Prager Fróes entregou a missão ao marido, que fora professor da destinatária na escola de Direito.²⁸ O documento procurou dissuadir a pioneira baiana de recorrer da sentença do juiz soteropolitano Júlio Brito, que lhe negara pedido de alistamento eleitoral. Bertha Lutz argumentou que esses recursos eram contraproducentes, o que o portador da carta, entendido do assunto, reforçou.²⁹ Hermelinda Paes, ao contrário do que prognosticaram a médica e o docente, acatou o pedido, explicando a Bertha Lutz tratar-se Júlio Brito de “um preto de inteligência acanhada e ideias retrógradas, que, para nossa infelicidade, ocupa tão elevado cargo. [...] Mero copiador do [ex-ministro] Carlos Maximiliano. Com meu proceder”, solicitando o alistamento, “quis apenas troçá-lo”.³⁰ Percebe-se que, para Hermelinda Paes, uma magistratura dominada por homens era um problema, mas não por brancos. A existência de um juiz negro na Bahia, ainda que

²⁵ Carta de Amanda Costa Pinto a Berta Lutz, 2/6/1930. AN. FFBPF. A930.12

²⁶ Minuta de carta da FBPF a Amanda Costa Pinto, 22/8/1930. AN. FFBPF. A930.12.

²⁷ Minuta de carta de Bertha Lutz a Prager Fróes, 19/9/1930. AN. FFBPF. 19. A930.66.

²⁸ Carta de Prager Froes a Bertha Lutz, 23/7/1930. AN. FFBPF. A930.66.

²⁹ Minuta de carta de Bertha Lutz a Hermelinda Paz, 19/9/1930. AN. FFBPF. A930.19. Sobre o pedido de alistamento de Hermelinda Paes e a resposta de Júlio Brito: *A Tarde*, 16/9/1930.

³⁰ Carta de Hermelinda Paes a Bertha Lutz, 23/9/1930. FFBPF. A930.59.

minoritária, era, mais que lamentada, entendida como um obstáculo ao alistamento feminino. O desejo de humilhar Júlio Brito, mostrando sua suposta ignorância, estimulou a alistanda a insistir em seu pedido, não obstante estar certa do indeferimento.

Os núcleos da campanha aliancista em Salvador

Entrecortada por ambiguidades, a campanha aliancista intensificou-se a partir de meados de 1929. Durante a preparação da convenção do PRD, marcada para setembro, Antônio Moniz chegou na capital baiana em julho, sendo homenageado por correligionários na residência de Moniz Sodré.³¹ Salvador recebia, na ocasião, uma embaixada de estudantes mineiros, que realizou no Terreiro de Jesus um comício pela candidatura de Getúlio Vargas, organizado em parceria com estudantes baianos, entre os quais se destacou Gustavo Santos, presidente do desconhecido Partido Universitário Democrático (PUD).³² Por ocasião do encontro fundador da Aliança Liberal, realizado na noite de 13 de agosto no Rio, J. J. Seabra seria nomeado presidente de honra da agremiação, integrando-se a sua comissão executiva e diretório nacional. Antônio Moniz, que permanecia doente na capital baiana, também ganharia assento no diretório, ao lado de outras figuras de expressão nacional.³³



16. Senador Antônio Moniz, dirigente do Partido Republicano Democrata da Bahia, estado que governou entre 1916 e 1920. Mesmo doente, foi nomeado para o diretório nacional da Aliança Liberal em agosto de 1929. Fonte: AN.

³¹ *Diário da Bahia*, 21/7/1929.

³² *Diário da Bahia*, 27 e 30/7/1929.

³³ *Correio da Manhã*, 14/8/1929; *Diário da Bahia*, 20/8/1929.

Prometendo um terço dos sufrágios baianos aos correligionários da Aliança Liberal, J. J. Seabra deixou o Rio dias depois para participar da convenção do PRD.³⁴ Seu desembarque contou com a presença da membros e simpatizantes da organização oposicionista e do PUD. Os correligionários dos distritos soteropolitanos e dos municípios sertanejos apresentaram credenciais numa reunião preparatória no dia 2 de setembro, na qual os artífices João Sanches, Liberato de Jesus e João Batista dos Santos prometeram cabalar entre os operários em prol da Aliança Liberal.³⁵ O PRD, após dificuldades para encontrar um lugar para a reunião, conseguiu a sala de concertos da Associação dos Empregados do Comércio, que regurgitou de “famílias”, membros do partido, acadêmicos e representantes da imprensa, muitos espalhando-se pelas escadarias e outras dependências.³⁶ J. J. Seabra, em seu discurso, explicou que Aliança Liberal surgira das revoluções de 1922 e 1924, defendendo, entre outros, “anistia” e “reforma constitucional”. “O Exército é grande e todos lutam em defesa de uma Bandeira”, declarou, lembrando a campanha da Reação Republicana. Ele lembrou, em seguida, os “contratos leoninos, a maioria asfixiando o povo”. Era uma rápida referência a, entre outros, os contratos do Banco Econômico e da Circular, porta que permitia adentrar a insatisfação das ruas contra a carga tributária e os acordos impostos por Francisco Souza e Vital Soares. Durante o discurso, Antônio Moniz, sentado ao lado de J. J. Seabra, abaixou o semblante pesado, aparentando cansaço, decorrente, quem sabe, da saúde precária.³⁷

Ocupou depois a tribuna o trintenário engenheiro Leopoldo Amaral, que opinou que os brasileiros, naquela “encruzilhada” que era a sucessão presidencial, prefeririam a “liberdade” dos “comícios”, da “imprensa” e da “greve”. “Onde estão os operários que ainda não acorreram aos comícios em massa?”, questionou, atribuindo a carestia e o desemprego à política cambial do Catete, concebida para sacrificar os brasileiros ao luxo dos industriais e cafeicultores. O orador era ex-diretor da Estrada de Ferro de Nazaré, o que pode ter influenciado a confecção do discurso. “Onde estão esses moços universitários que não se alistam em massa para irem às urnas fazer seu protesto de [...] idealistas”, mostrando seu “renascimento cívico?”.³⁸

³⁴ Carta de Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, 15/8/1929. CPDOC/FGV. GV c 1929.08.15. Disponível: www.fgv.br. Acesso em: 26/8/2022.

³⁵ *Diário da Bahia*, 3/9/1929.

³⁶ *A Tarde*, 7/9/1929.

³⁷ *A Tarde*, 9/9/1929; *Diário da Bahia*, 10/9/1929.

³⁸ *Diário da Bahia*, 10/9/1929. SEM AUTOR. Verbete de Leopoldo Amaral. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) do CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 26/8/2022; *Diário da Bahia*, 23/6/1928.

Pressupondo que a campanha eleitoral seria protagonizada por líderes “leais”, “liberais”, “democráticos” e “idealistas”, mais os estudantes, as orações tangenciaram os problemas cotidianamente encarados pelos trabalhadores e a população comum, em sua esmagadora maioria constituída de pessoas de cor. Outros esclarecimentos sobre a campanha aliancista em Salvador depreendem-se da organização da comissão executiva do PRD, outro objetivo da reunião partidária. Reforçou-se o aceno ao Exército, insinuado nos artigos discursos dos Moniz e de Seabra, ao entregar duas cadeiras aos generais reformados Alberto Teixeira Ribeiro e João de Oliveira Freitas.³⁹ J. J. Seabra, quando governador, aliciara o segundo oficial para uma revolução, posteriormente malograda, contra o presidente Artur Bernardes. Oliveira Freitas, integrado ao PRD, manteria posição discreta na campanha presidencial.⁴⁰

Gustavo Santos, que apresentou a adesão do PUD, também entrou para a comissão executiva. Esse partido surgira em janeiro com o nome de Grêmio Universitário, estabelecendo imediatamente contato com o “grêmio universitário” do Partido Democrático de São Paulo (PD), que explicou na imprensa que os estudantes baianos, somando-se aos recifenses, cariocas, paulistas e gaúchos, incluíam-se num processo de organização acadêmica de caráter nacional.⁴¹ Era a nacionalização do PD, que passara pela criação, em setembro de 1927, do Partido Democrático Nacional (PDN), pelas oposições gaúchas e paulistas e deputados cariocas, sob a liderança de Assis Brasil.⁴² Defendendo, entre outros, os princípios liberais e democráticos da Constituição Federal; moralização política e administrativa; independência entre os poderes; o partido procurou então se enraizar na Bahia, a partir de J. J. Seabra e dos Moniz.⁴³ O PUD não possuía uma estrutura comparável ao dos partidos republicanos tradicionais, sendo muito próximo ao PRD (Bahia).

A Bahia possuía três instituições de ensino superior, isto é, as escolas de Medicina, Direito e Politécnica, o que atraía estudantes de outros estados, particularmente do Norte, perfazendo uma comunidade acadêmica de mais de mil integrantes.⁴⁴ É importante destacar ainda a presença de professores dessa instituição na direção do PRD, a começar pelo próprio Leopoldo Amaral, passando pelo jurista Almáquio Diniz e, naturalmente, Moniz Sodré, que

³⁹ *Diário da Bahia*, 10/9/1929.

⁴⁰ Informações prestadas por Oliveira Freitas em entrevista. *A Noite*, 26/1/1931.

⁴¹ *Diário Nacional*, 27/1/1929.

⁴² *Diário Nacional*, 22/9/1927. RAMOS, P. Verbete do Partido Democrático de São Paulo. Disponível em: ww.fgv.br. Acesso em: 27/8/2022.

⁴³ *Diário da Bahia*, 22/7/1928. PANTOJA, S. Verbete de Carlos de Lima Cavalcanti. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) do CPDOC/FGV*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 27/8/2022.

⁴⁴ Dados apresentados num discurso do senador Miguel Calmon. Sobre o título de Atenas Brasileira: LEITE, R. *A rainha destronada*. Feira de Santana: Editora da Uefs, 2012.

não só era primo de Egas Moniz e irmão de Gonçalo Moniz, como filho de outro ex-docente da escola de Medicina. Gonçalo Moniz, que ladeara Antônio Moniz em seu recente desembarque em Salvador, era “uma das sumidades médicas da Bahia”, com estudos e contribuições para a profilaxia e socorros médicos. Exercera nos governos do PRD os cargos de diretor de Saúde Pública e secretaria de Interior.⁴⁵

Num país em que cargos políticos e administrativos propiciavam recursos indispensável à mobilização eleitoral, é possível que o prestígio intelectual de professores como Moniz Sodré e Almáquio Diniz, senão seus cargos propriamente ditos, tenha contribuído para a penetração do aliancismo entre o corpo discente das instituições acadêmicas.⁴⁶ Nas repartições públicas em geral, assim como em empresas pertencentes ou contratantes do Estado, os trabalhadores eram alistados e conduzidos a sufragar candidatos dos superiores hierárquicos. O Brasil possuía no período número superior de portadores de títulos acadêmicos entre os dirigentes políticos, em comparação com outros países. Os dados concentraram-se em São Paulo, Minas Gerais e Pernambucano, mas a Bahia possuía dirigente que traduziram prestígio intelectual em político, a começar por Rui Barbosa, passando por seu “discípulo” Miguel Calmon.⁴⁷ Conseqüentemente, as instituições acadêmicas não eram apenas nichos de eleitores, mas espaços cruciais na formação da liderança republicana. Portanto, era o rebento da elite política que o Partido Democrático Universitário prometia mobilizar em prol da chapa aliancista.

O PRD entregou uma cadeira a Cosme de Farias, ex-deputado estadual seabrista, conhecido pela assistência aos mais pobres, a exemplo do acesso à justiça, à saúde pública e ao Asilo de Mendicidade. O jornalista produziu artigos denunciando a situação dos menores abandonados e moradores de rua, sempre apontando o descaso do situacionismo e, particularmente, de Francisco Souza. Igualmente, contribuiu com a campanha pelo ramal da Liberdade, publicando reclamações dos moradores contra a Circular. Ele possuía uma longa trajetória na luta contra a carestia, gozando de certa proximidade com os meios operários,

⁴⁵ Biografia de Gonçalo Moniz: . Acesso em: 26/8/2022.

⁴⁶ Sobre o uso de instituições públicas, em especial a polícia, no recrutamento política depois de 1930: PRIMO, J. *Nas fileiras do Sigma: os integralistas e política brasileira na década de 30*. Ufba: (História, tese de doutorado), 2013.

⁴⁷ LOVE, J.; BARICKMAN, B. Rulers and Owners: A Brazilian Case Study in Comparative Perspective. *Hispanic American Historical Review*. 66, 4, 1986, p. 746. Sobre a Bahia: BRITO, J.; NEGRO, A. Mãe parálitica no teatro das oligarquias?: o papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia História*. 29 (51). Dez 2013. Sobre Miguel Calmon: ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: memória, história, e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

com os quais organizou paralisações, não sendo por acaso que participará da campanha ao lado de proletários.

O grande ausente da reunião de setembro foi Moniz Sodré, que embora permanecesse na direção do PRD, publicou dias depois uma carta endereçada a Antônio Moniz, em que justificou sua recusa em apoiar a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Declarando-se, como anteriormente, “liberal” e “democrata”, o remente explicou que em sua passagem pelo Rio manifestara a J. J. Seabra sua oposição àquele nome. Ele justificou-se apontando certas incoerências da Aliança Liberal,⁴⁸ o que contradizia elogioso seus, anteriormente dirigidos à agremiação. Sua defecção era parte de uma estratégia própria de retorno à Câmara dos Deputados nas eleições de março de 1930, o qual exigiria condescendência do governo federal no reconhecimento de poderes.⁴⁹

O *Diário da Bahia*, ainda assim, propiciaria cobertura simpática ao aliancismo baiano, que seria oficialmente representado por *O Jornal*, criado como desdobramento da reunião partidária. Existia uma simbiose entre ambas as gazetas, pois nomes como Cosme de Farias, Joel Presídio e Arnaldo da Silveira pertenciam ou contribuíam com ambas as redações, sem falar na publicação das mesmas charges. Não é por acaso, portanto, que os discursos nos comícios aliancistas reproduziam as mesmas críticas contra o situacionismo baiano, publicadas no periódico dirigido por Moniz Sodré, incluindo a denúncia dos abusos cometidos pela Circular. O diário aliancista, cuja redação era localidade na rua Carlos Gomes, próximo ao *Diário da Bahia*, era dirigido pelo engenheiro Leopoldo Amaral.⁵⁰

Os comícios aliancistas e os contratos da Circular

J. J. Seabra retornaria imediatamente para o Rio, ao passo em que Moniz Sodré ficaria na cidade. Antônio Moniz teria papel discreto na campanha eleitoral, certamente por seu estado de saúde. Portanto, a campanha aliancista na capital baiana seria, em grande parte, desenrolada pelos alguns acadêmicos e operários, auxiliados pelo segundo escalão do PRD (Cosme de Farias, Lustosa Aragão, Lauro Villas-Boas etc.), isto é, políticos excluídos do poder desde a posse de Góis Calmon no governo estadual anos antes.⁵¹ J. J. Seabra, em

⁴⁸ *Diário da Bahia*, 19/9/1929.

⁴⁹ *Diário da Bahia*, 4 e 22/4/1930.

⁵⁰ *Diário da Bahia*, 6/11/1929.

⁵¹ Sobre a campanha aliancista na Bahia em geral, particularmente no interior: BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2018, p. 40-46; sobre a campanha no sul da Bahia: CARVALHO, P. *Trabalhadores*,

declaração aos jornais cariocas, afirmou que os principais aderentes da Aliança Liberal na Bahia eram as classes populares, reconhecendo, a extensão do apoio político reunido pelo situacionismo local em torno da chapa Júlio Prestes-Vital Soares.⁵²

O primeiro ato dos aliancistas consistiu em apartes dirigidos ao comício situacionista organizado em setembro no Terreiro de Jesus. Depois de o público se espalhar ao redor do coreto da praça e imediações, um grupo começou os apartes, mostrando o propósito de perturbar os oradores, que responderam. Estabelece-se confusão, com assuadas e correrias no público, restaurando-se a ordem pouco depois. Prosseguiram as orações, restabeleceu-se certa desordem, mas o comício pôde ser encerrado após a conclusão dos discursos programados. Mário Paraguaçu, jornalista seabrista que aderira à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, revelou o nome dos aparteadores, contestando que se tratassem de estudantes: Arnaldo Silveira (vulgo “Pirulito”) e Cândido Santos (vulgo “Candinho Faroleiro”). Existiam, entretanto, dois estudantes, um não identificado e Honório Ottoni, mineiro, funcionário do Ginásio da Bahia.⁵³ O episódio causou preocupação entre os situacionistas, a ponto de um grupo de bacharelados que tinham anunciado outro meeting em prol de Júlio Prestes e Vital Soares na praça transferirem-no para o recinto seguro do Teatro Politeama.⁵⁴

Os aliancistas passariam então a organizar os próprios comícios, em pontos estratégicos da cidade. Na cidade baixa, os acadêmicos legitimaram suas opções pela chapa situacionista, diante dos inúmeros operários empregados na fábrica Boa Viagem, não obstante o risco de que Madureira Pinho não permitisse o meeting, organizado no largo homônimo.⁵⁵ Cosme de Farias, o artífice Liberato de Jesus e o operário João Batista dos Santos, ao lado de um negociante e um auxiliar de imprensa, planejaram reunir trabalhadores e acadêmicos para os mesmos propósitos no Campo da Pólvora. Para a atrair o público, lembrou-se, entre outros, o aumento nos aluguéis causado por Góis Calmon, bem como os cortes no Asilo de Mendicidade.⁵⁶

Entrementes, o secretário de Segurança Pública começara a cercear as reuniões públicas após outros incidentes ocorridos no Terreiro de Jesus. No primeiro comício organizado na praça, falaram Manoel Novais, quintanista de Medicina (sobre os ideais da mocidade) e o

associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934). Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2015, p. 156-158 e 164-166.

⁵² *O Jornal* (Rio), 18/9/1929; *Diário Nacional*, 17/9/1929

⁵³ *A Tarde*, 17/9/1929.

⁵⁴ *A Tarde*, 16, 18, 19 e 20/9/1929.

⁵⁵ *Diário da Bahia*, 26/9/1929.

⁵⁶ *Diário da Bahia*, 28/9/1929; 1/10/1929.

bacharelado Souza Carneiro (sobre o liberalismo de Minas Gerais), sob apartes de um “capanga” não identificado, mas apontado como seguidor de Antônio Calmon. Escutaram-nos delegados, oficiais, soldados e “secretas” da polícia, que pretendiam, segundo a oposição, amedrontar os acadêmicos e a assistência.⁵⁷ Num segundo meeting, porém, os discursos de Gustavo Santos e Arnaldo Silveira foram perturbados por uma balbúrdia causada na assistência por um grupo de dez aparteantes. Falaram ainda, entre outros, o jornalista Joel Presídio, que era filho de José Presídio, um dos grandes fornecedores de carne à cidade, pertencente ao PRD. Os discursos giraram em torno dos ideais liberais e das personalidades de Getúlio Vargas e João Pessoa.⁵⁸ O anúncio de um terceiro meeting pediu à polícia que, diante da possibilidade de grande público comparecer ao largo, impedisse os “desocupados” de perturbarem a “boa ordem”.⁵⁹

Francisco Souza e a imprensa situacionista denunciaram então a danificação do jardim do Terreiro de Jesus em decorrência do comício aliancista, pedindo à força pública que os proibisse no largo. Madureira Pinho acatou o pedido, designando em cada distrito um logradouro público onde os comícios situacionistas ou oposicionistas poderiam ocorrer.⁶⁰ Sua decisão, conforme admitiria, mostrou preocupação com a realização de pregação política em áreas de tráfego intenso, não tanto das ajardinadas. Existiam naquela zona duas outras praças sem jardins (Rio Branco e Ramos de Queiroz), mas os comícios foram restringidos ao Cruzeiro de São Francisco.⁶¹ Os comícios de ambas as chapas tinham sido realizados numa região (Terreiro de Jesus) e horário (entardecer) de circulação urbana, particularmente dos passageiros da Circular, que se distribuía entre bondes, elevador Lacerda e plano inclinado Gonçalves. Essa escolha mostrara o interesse em pregar para a população de retorno do trabalho, mas, exatamente por isso, o meeting em geral e, particularmente, os distúrbios gerados pelos aparteadores, podem ter sido entendidos como um perigo à ordem pública.

O problema não era só o conteúdo oposicionista dos discursos, mas a maneira como os comícios, em seu caráter de ocupação popular do espaço público, podia enredar-se com os problemas urbanos, particularmente o tráfego. Controlada por Madureira Pinho, a inspetoria de veículos lutava, sem sucesso, para conter o aumento no número de acidentes, decorrentes do crescimento da circulação automotora. Miguel Calmon justificaria no Senado Federal a

⁵⁷ *Diário da Bahia*, 20/9/1929.

⁵⁸ *Diário da Bahia*, 21/9/1929.

⁵⁹ *Diário da Bahia*, 24/9/1929 e 25/9/1929.

⁶⁰ *A Tarde*, 7/10/1929; *Gazeta de Notícias*, 8/10/1929.

⁶¹ *Correio da Manhã*, 4/10/1929.

decisão da polícia de dissolver um comício aliancista no largo do Teatro, explicando ser o ponto um inclinado cruzamento de cinco ruas que conduziam às diferentes zonas das cidades alta e baixa. O senador acrescentou que o plano dos oposicionistas era ocupar áreas de grande circulação para obterem quórum, o que seria, em sentido contrário, ratificado por uma fonte oposicionista. Esta denunciou da ação policial o propósito de diminuir a eficácia dos comícios ao proibi-los nas zonas centrais.⁶²

O início da campanha ocorreu nos primeiros meses após os aumentos nos bondes e na eletricidade, coincidindo com a Grande Depressão e a seca no Paraguaçu de 1929-30. Não é por acaso que os situacionistas não conseguiram identificar todos os apartes na penumbra do Terreiro de Jesus. O aliancismo, ao menos em Salvador, percebia-se em grande medida como uma jornada de acadêmicos idealistas em prol de direitos políticos (em particular o de reunião e eleição do presidente), mas agenciou, marginalmente, temas como carestia, desemprego e aluguel, que eram cruciais para os eleitores, em particular, os trabalhadores. Esse, como será tomado adiante, era outro atalho por onde a campanha eleitoral tangenciou os problemas urbanos.⁶³

Madureira Pinho emitiria um edital restringindo os comícios situacionistas ou oposicionistas numa praça de cada bairro da capital. No Distrito da Sé eles só poderiam ser realizados no Cruzeiro de São Francisco, mas os acadêmicos conseguiram, em outubro, permissão para uma carreta, que passaria pela praça Rio Branco, que se encheu de delegados, oficiais, soldados e “secretas” da polícia. Segundo relatos, o carro, passando no beco de Maria Paz e no largo do Teatro, parou diante do elevador Lacerda, o que originou ataque policial aos situacionistas, que podem ter feito do estacionamento um meeting irregular. Manoel Novais sangrou a mão quando o “capadório” “Mirandolino” quebrou um dos retratos dos candidatos aliancistas. O cortejo deixou a praça, reunindo-se em protesto no largo do Teatro, próximo ao *Diário da Bahia*. Quando os manifestantes assomaram às janelas do prédio para protestar, formando outro comício desautorizado, um piquete montado dispersou a assistência, pisoteando acidentalmente um secreta da própria polícia. Essa repressão foi empreendida pelo temido piquete montado, o memo que sempre era mobilizado para reprimir os quebra-bondes ocorridos no período. Outra concentração policial, com carro de bombeiro e ambulância,

⁶² *A Tarde*, 5/10/1929; *Jornal de Recife*, 4/10/1929.

⁶³ *Diário da Bahia*, 3/10/1929.

ocorreria dias depois no Campo da Pólvora, o que forçaria os idealizadores do comício em homenagem ao Padre Roma recuarem.⁶⁴

O aliancismo baiano entre o Rio e Salvador

Os acontecimentos repercutiriam na cidade e no Distrito Federal. Moniz Sodré dirigiu telegramas alarmantes a J. J. Seabra, relatando a situação; o incidente passaria a ser intensamente explorada pela propaganda aliancista, particularmente os jornais cariocas e os parlamentares oposicionistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o que obrigou as bancadas baianas a se manifestarem, defendendo o governador Vital Soares contra a acusação de abuso policial.⁶⁵ Moniz Sodré passou a publicar uma série de artigos em que mostrou como o então oposicionista Rui Barbosa, ao se candidatar a presidente em 1919, conseguira derrubar, no Supremo Tribunal Federal, uma ordem do então governador baiano Antônio Moniz (1916-1920), proibindo comícios na praça Rio Branco.⁶⁶ O fato seria igualmente lembrado por J. J. Seabra, naquele momento em que ocorria uma intensa troca de acusações entre as chapas Júlio Prestes-Vital Soares e Getúlio Vargas-João Pessoa a respeito da falta de garantias políticas nos estados. Portanto, os relatos partidos de Salvador atingiriam em cheio a pretensão dos dirigentes do PRB, que se diziam liberais por serem herdeiros de Rui Barbosa.⁶⁷ O episódio mostra o quanto era relativa a neutralidade de Moniz Sodré na disputa presidencial, que seria alegada para reforçar a confiabilidade de seu relato.

Gustavo Santos e Arnaldo Silveira dirigiram-se no mesmo mês ao Rio para se encontrarem com J. J. Seabra, ao passo em que Cosme de Farias e outros militantes retomaram os comícios.⁶⁸ Passaram por Belo Horizonte, onde se encontraram com Agripino Nazaré, um socialista baiano, simpatizante da causa aliancista que, ao retornar com os conterrâneos ao Rio, abriu-lhes as colunas do periódico que ali dirigia.⁶⁹ Nas capitais mineira e republicana, os excursionistas realizariam comícios e entrevistas em que reproduziram

⁶⁴ *Diário da Bahia*, 28/9/1929; 1 e 4/10/1929.

⁶⁵ *A Tarde*, 5/10/1929; *Diário da Bahia*, 5/10/1929; *Correio da Manhã*, 4/10/1929.

⁶⁶ *Diário da Bahia*, 3/10/1929; 4/10/1929.

⁶⁷ *Jornal de Recife*, 4/10/1929; *Diário Nacional*, 5/10/1929; *A Manhã*, 5 e 6/10/1929; *A Razão*, 5/10/1929; *A Manhã*, 10/10/1929.

⁶⁸ *Diário da Bahia*, 22/10/1929; *Diário Carioca*, 24/10/1929; *A Manhã*, 1/11/1929.

⁶⁹ Sobre Agripino Nazaré: CASTELLUCCI, A. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. 32 (64), dez 2012.

contra o situacionismo baiano as denúncias publicadas nos anos anteriores pelo *Diário da Bahia*.⁷⁰

Gustavo Santos denunciou a drenagem de recursos públicos para o Banco Econômico; o beneficiamento entre políticos e empresários nos “contratos [...] indecorosos” da Circular, dilapidadores do “povo” e da “fazenda”. Seguiu-se então uma longa crítica às perseguições situacionistas nos municípios; às irregularidades praticadas por Barros Barreto; à incompetência e abuso cometidos por Madureira Pinho; à desorganização da instrução; entre outros aspectos particulares das administrações e mesmo carreira profissional de Góis Calmon e Vital Soares.⁷¹ Arnaldo Silveira publicou um artigo em que expôs as entranhas da política baiana. Ele explicou, entre outras coisas, que Madureira Pinho, após ascender ao secretariado estadual por obra e graça de Góis Calmon, adquirira o hábito de fornecer o autor com informações administrativas prejudiciais ao padrinho, incluindo as relativas a Barros Barreto. O material era publicado no *Diário da Bahia*, cuja redação era integrada por Arnaldo Silveira. Simões Filho foi acusado de ter recebido da Circular mais de mil contos em troca do apoio às reformas contratuais, o que lhe permitira construir um prédio para seu jornal no largo do Teatro.⁷² Gustavo dos Santos e Arnaldo Silveira acabaria detidos pela polícia carioca por ordem dos parlamentares baianos, sendo em seguida liberadas graças à interferência do conhecido tribuno Evaristo de Moraes.⁷³

Nota-se o reaparecimento dos contratos da Circular como tema da propaganda aliancista, dissoluto, como nas declarações de J. J. Seabra, num contexto amplo, isto é, a exposição da “desonestidade” e da “deslealdade” na administração baiana. No aliancismo baiano, paralelamente ao discurso “nacional”, que articulou a luta por direitos políticos em torno da resistência à monopolização do processo sucessório pelo presidente da República; existia um discurso “regional”, que denunciou a incompetência e imoralidade do governo do PRB. Esses eram os eixos fundamentais da campanha aliancista em Salvador. O primeiro desdobrou-se da tradição do Civilismo (1909-1910) e da Reação Republicano (1921-1922), isto é, do “apostolado” de Rui Barbosa (1849-1923) e Nilo Peçanha (1867-1924), que era retomado pelo Partido Democrático Nacional (1927), criado por Assis Brasil. O segundo eixo reproduzia a exposição da imprensa oposicionista, sobre os problemas urbanos, numa crítica ao governo estadual, particularmente à facção Calmon. Esse era, portanto, um repertório à

⁷⁰ *A Manhã*, 30/10/1929, 7, 5/11/1929.

⁷¹ *A Manhã*, 30/10/1929

⁷² *A Manhã*, 31/10/1929.

⁷³ *A Manhã*, 7/11/1929.

disposição dos aliancistas, partes dos quais era jornalista de oposição. Ele possuía abertura para temas sensíveis, de caráter “social” e “local”, incluindo os contratos da Circular. Se o assunto dos discursos proferidos pelos acadêmicos e jornalistas no Terreiro de Jesus seguia, em geral, o primeiro eixo, permanece desconhecido o tema abordado por outros oradores (como os operários), sobretudo em áreas menos centralizadas ou mesmo suburbanas, como o Dois de Julho, Cidade de Palha, Alto do Peru etc., onde situacionistas e oposicionistas disputaram o apoio dos moradores.⁷⁴

Depois de um comício organizado por Cosme de Farias, Joel Presídio e Manoel Novais, no largo do Pelourinho, para, segundo cálculos de um periódico oposicionista, três mil operários e comerciários de retorno para casa, populares transformaram os jornais situacionistas em archotes para iluminar a penumbra causada pela seca no rio Paraguaçu.⁷⁵ Seguiram então empurrando pelo centro histórico o carro dos oradores, entre os quais notaram acadêmicos pernambucanos, cariocas e gaúchos de passagem pela cidade.⁷⁶ O destino era o hotel Sul-Americano, situado no largo do Teatro, endereço da hospedagem dos estudantes. Não se publicou o discurso do rábula, mas, segundo uma fonte situacionista, os trabalhadores teriam escutado “curiosos” os discursos “liricamente pronunciados” pelos estudantes sobre os candidatos da Aliança Liberal, dirigindo-se em seguida para a Circular em protesto contra a escuridão. Tudo indica que a assistência tenha transformado por si uma passeata num protesto, ao passar nos escritórios centrais da companhia, situados na praça Ramos de Queiroz, a meio caminho entre os largos do Pelourinho e do Teatro.⁷⁷ Esse episódio mostra a predisposição popular em conferir maior centralidade aos problemas urbanos e, particularmente, aos contratos da Circular, não obstante os moços terem se limitado a elogiar Getúlio Vargas e João Pessoa.

O aliancismo baiano entre a eleição e a revolução

Durante a permanência de Gustavo Santos e Arnaldo Silveira no Distrito Federal, em novembro de 1929, J. J. Seabra, acompanhado do pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, embarcou para o Rio Grande do Sul, onde foi exaltado pela mocidade, que o tratou como um tribuno democrático, certamente por sua participação na Reação Republicana, que incluía o

⁷⁴ *A Tarde*, 7/10/1929; *Diário da Bahia*, 13/10/1929; *A Manhã*, 1/11/1929.

⁷⁵ *Diário da Bahia*, 12/11/1929.

⁷⁶ *Gazeta da Notícias*, 22/11/1929.

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 28/11/1929.

estado sulista em seu arco de alianças. O excursionista também construíra laços com os pampas durante a campanha presidencial de 1910-11, quando apoiou o gaúcho Hermes da Fonseca (1910-1914), de quem tornar-se-ia ministro. No concorrido desembarque, conclamou o público a assumir papel saliente no processo sucessório, que, segundo o prócer baiano, era preciso ganhar “seja como for”: “quando os governos saem fora da lei”, isto é, desrespeitam o pronunciamento das urnas, “o povo obriga os governos a entrar na lei pela revolução e pela força!”. O político baiano declarou apoio à anistia e afirmou que a localização de comícios pela polícia da Bahia era anticonstitucional, segundo doutrina do próprio Rui Barbosa. Expressou igualmente sua descrença de que o reconhecimento de poderes pelo Parlamento, após a campanha presidencial, seria ilibado.⁷⁸

Na convenção do PRD em Salvador, no conselho municipal do Rio e no porto da capital gaúcha, J. J. Seabra exortou a revolução, acenou aos rebeldes e contestou a lisura do processo eleitoral, o que mostra o interesse do líder baiano em que a crise sucessória terminasse com um golpe militar. De retornar da reunião partidária de setembro, ele dissera aos jornais cariocas que a Bahia não podia alcançar 140 mil eleitores, uma crítica às pretensões do alistamento eleitoral realizado no estado pelo PRB. Somente 90 mil, segundo o prócer baiano, compareceriam, constituindo-se o terço de eleitores aliancistas.⁷⁹ Essa declaração sugere que J. J. Seabra pretendia mais questionar que concorrer com esse empreendimento situacionista, o que não era surpresa, dado que seus correligionários, sem acesso a cargos no Estado, não possuíam recursos para o registro eleitoral.⁸⁰ Esse desinteresse mantinha-o mais no Rio que na capital baiana, o que incomodou o próprio Getúlio Vargas, preocupado em aumentar o próprio eleitorado. O governador gaúcho, registrando em carta a preocupação pelos percalços à expansão da Aliança Liberal, citou a Bahia, onde adesões prometidas, como a de Moniz Sodré, não tinham se concretizado. “O Seabra”, completou, “além de já alquebrado pela idade, reside no Rio de Janeiro. Tenho má impressão disso”.⁸¹

J. J. Seabra conquistara o governo da Bahia em 1912 graças à intervenção federal decretada pelo presidente Hermes da Fonseca, procurando reaproximar-se dos gaúchos dezessete anos depois. O político baiano sabia que revolução alguma ocorreria sem o apoio militar do Rio Grande do Sul, onde incitou Getúlio Vargas a não capitular diante do Catete caso

⁷⁸ *A Federação*, 11, 12, 13 e 14/11/1929.

⁷⁹ *O Jornal* (Rio), 18/9/1929.

⁸⁰ *O Jornal* (Rio), 18/9/1929; *Diário Nacional*, 17/9/1929.

⁸¹ Minutas de cartas de Getúlio Vargas a Neves da Fontoura, 06/09/1929 e 16/09/1929. CPDOC/FGV. GV c 1929.09.06 e GV c 1929.09.16.

não ganhasse nas urnas. “Não podemos perder esta campanha, porque se perdermos, será o aniquilamento de Minas e do Rio Grande, a menos que se prostrem aos pés do vencedor”, opinou na intimidade do palácio de Piratini, sede do governo gaúcho. Narrando o encontro ao deputado gaúcho Neves da Fontoura, o interlocutor explicou que sua reação foi oposta à pretendida por J. J. Seabra, pois considerou retirar a própria candidatura: “calei-me”, afirmou, “porém, pensei [...] que o melhor seria sempre evitar, em tempo, essa última perspectiva”, isto é, uma adesão humilhante a Washington Luís ou Júlio Prestes.⁸² Seabra dirigiu-se então a Cachoeira do Sul (RS), onde encontrou o ex-governador Borges de Medeiros ainda menos inclinado a realizar uma revolução.⁸³ Os dirigentes gaúchos temiam que os correligionários instrumentalizassem o poderio militar riograndense para as próprias ambições.⁸⁴

J. J. Seabra acabaria disputando uma cadeira de senador pelo Rio, em nome do diretório nacional da Aliança Liberal, o qual, a princípio, lançara apenas as candidaturas presidenciais de Getúlio Vargas e João Pessoa, não obstante comitês estaduais e municipais apresentarem candidatos próprios ao Congresso Nacional. O político baiano tornou-se, conseqüentemente, o único candidato patrocinado pela direção nacional da agremiação oposicionista ao Parlamento. J. J. Seabra, conselheiro municipal, ex-deputado, ex-senador, ex-ministro da Justiça e da Viação e Obras Pública e ex-governador da Bahia, era ainda, como citado, presidente de honra e membro não só do diretório nacional como da comissão executiva da Aliança Liberal.⁸⁵ Esta organização estruturou então um aparato propagandista que trabalharia pela candidatura senatorial no Rio, enquanto J. J. Seabra daria maior atenção à campanha aliancista na Bahia.⁸⁶ O prócer baiano, para além de sua participação na resistência a Floriano Peixoto e na Reação Republicana, usufruía de certa popularidade na capital federal, decorrente de seu papel como ministro do Interior do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que patrocinara as reformas urbanas realizadas pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906). Conseqüentemente, a candidatura baiana, apoiada pela maioria do conselho municipal, podia ser interessante aos planos aliancistas não só para a Bahia como para o Rio, onde os senadores incumbentes Irineu Machado (1927-1930) e Paulo de Frontin (1921-1930) tinham aderido à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, recebendo grandes recursos financeiros de São

⁸² Minuta de carta de Getúlio Vargas a Neves da Fontoura, 18/11/1929. CPDOC/FGV. GV c 1929.11.18. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso: 23/5/2020.

⁸³ Informações fornecidas pela Rádio Cruzeiro durante o mês de novembro de 1929. CPDOC/FGV. GV c 1929.11.00. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso: 23/5/2020.

⁸⁴ *A Manhã*, 16/11/1929.

⁸⁵ *A Batalha*, 19/1/1930; 21/1/1930.

⁸⁶ *A Batalha*, 14/1/1930; 21/1/1930; 26/1/1930; 7/2/1930.

Paulo. Não por acaso, os governadores baiano e paulista seriam os únicos candidatos presidenciais do Catete a ganharem no Rio durante a I República.⁸⁷ Percebe-se, conseqüentemente, que J. J. Seabra, assim como os Moniz, tinham um caminho próprio para retornar ao Parlamento, embora não abandonasse completamente a exortação à luta armada.

Política de rua

Diante da repercussão nacional alcançada pelo incidente na praça Rio Branco e no largo do Teatro, os parlamentares baianos lembraram a permanência de J. J. Seabra no Rio e a doença e neutralidade dos Moniz para mostrar como o aliancismo carecia de prestígio eleitoral em sua terra natal. O propósito dos acadêmicos, segundo os congressistas, era criar distúrbios e atrair a repressão policial para acusar o governo da Bahia de despotismo.⁸⁸ O deputado Simões Filho e o senador Miguel Calmon liderariam a contraofensiva no Parlamento, exibindo ofícios assinados pelas faculdades baianas, negando a existência de matrículas em nome Gustavo Santos e Arnaldo Silveira, que assim seriam chamados de “falsários”.⁸⁹ O primeiro seria descrito como um “cascabulhozinho de meia cara precisando de umas palmadas de seu papai para tomar juízo”;⁹⁰ o segundo como um “tipo de rua”, conhecido em rodas policiais como “Pirulito”.⁹¹ Para reforçar seu discurso, os congressistas apresentaram moções de solidariedade recebidas de estuantes e docentes, em especial de Direito.⁹² Gustavo dos Santos, porém, também receberia um manifesto em nome do Partido Universitário Democrático, assinado por cerca de quarenta estudantes e profissionais, a maioria doutorandos, médicos, farmacêuticos e dentistas, o que mostra que o aliancismo lograra certa popularidade na classe acadêmica e ginasial, sobretudo a matriculada na faculdade de Medicina.⁹³

Simões Filhos e Miguel Calmon também lembrariam a campanha presidencial de Rui Barbosa em 1919, para remeter não à autorização conseguida pelo candidato no Supremo Tribunal Federal para os comícios na praça Rio Branco, mas sim à dissolução, a balas, de um

⁸⁷ Paulo de Frontin era o candidato à reeleição, enfrentando J. J. Seabra. PINTO, S. Verbetes de Paulo de Frontin e Irineu Machado. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) do CPDOC/FGV*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso: 29/8/2020.

⁸⁸ *Gazeta de Notícias*, 6/10/1929; 8/10/1929.

⁸⁹ *Gazeta de Notícias*, 6/10/1929; *Diário Nacional*, 7/11/1929.

⁹⁰ Cascabulho era estudante de curso preparatório. *A Tarde*, 5/10/1929.

⁹¹ *A Tarde*, 5/10/1929.

⁹² *Gazeta de Notícias*, 8/10/1929; 15/10/1929; 24/10/1929; *A Tarde*, 18/10/1929;

⁹³ *A Manhã*, 23/10/1929.

meeting do PRB, por aliados do então governador Antônio Moniz.⁹⁴ Rui Barbosa apresentara um programa que procurara responder aos problemas do imediato pós-guerra, em particular a “questão social”, isto é, a relação entre capital e trabalho. Sua imagem de história abolicionista seria associada à de protetor da classe operária, a partir do caráter inconcluso do Treze de Maio. O senador dizia que a “raça emancipada”, não obstante “os opróbrios, torturas e agonias” do cativo, fora abandonada pelo regime republicano, entregando-se à “cachaça” e ao “ócio”. “Fez-se do liberto o guarda-costas político, capanga eleitoral”, explicou Rui Barbosa, associando essas modalidades de participação eleitoral à ascendência africana e ao passado escravista dos trabalhadores brasileiros, que dizia querer amparar. Tal linguagem racializante seria empregada por seus aliados contra os populares negros acusados de autoria no atentado contra Simões Filho e Miguel Calmon, cerca de “300 sicários”, “África de valentões”, entre os quais destacou-se o “secreta da polícia” Carestia de Vida. Portanto, para o senador e seus correligionários, os negros eram racialmente destinados àquele tipo de participação eleitoral.⁹⁵

“Capangas”, “aparteadores” e “secretas” da polícia seriam mobilizados não só por situacionistas, mas pelos próprios aliancistas nos comícios ocorridos no Terreiro de Jesus e na praça Rio Branco, durante a campanha presidencial de 1929-30. O aliancismo destinou o palanque aos jornalistas e moços acadêmicos, franqueando o trabalho de rua a pelo menos um capanga, isto é, Candinho Faroleiro, que aparteara o comício situacionista no Terreiro de Jesus. Este fora descrito como um “facínora”, “bandido”, “capanga de fama e perigoso” em 1922, quando, segundo a imprensa oposicionista, o então governador J. J. Seabra pagara-lhe uma passagem de primeira classe para o Rio.⁹⁶ “O terror dos sertanejos” recebera o apelido pela profissão que exercera ou exercia no interior e em Salvador, onde mantinha contatos com os marítimos, que também eram agenciados em disputas eleitorais, provavelmente pela facilidade com que recorriam ao quebra-quebra para solucionar conflitos, incluindo os de classe.⁹⁷

⁹⁴ *Gazeta de Notícias*, 6/10/1929; *A Manhã*, 8/10/1929.

⁹⁵ ALBUQUERQUE, W. O que pode haver em comum entre navalhistas, capangas e secretas? Rui Barbosa e outros sujeitos no tabuleiro da política do pós-abolição (1889-1919). In: CASTILHO, C.; MACHADO, M. (Org.). *Tornando-se livre. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: EDUSP, 2015, v. p. 385-404.

⁹⁶ *O Combate*, 10/5/1922.

⁹⁷ *Diário de S. Luiz*, 7/3/1925; *Correio do Povo*, 19/11/1925.

Num romance de Jorge Amado, Candinho Faroleiro e Mirandolino aparecem como secreta da polícia.⁹⁸ *Tenda dos Milagres* saiu em 1969, mas seu autor atuara como repórter policial no *Diário da Bahia*, sob a direção de Moniz Sodré.⁹⁹ Essa experiência com certeza ajudou-o a imaginar a cena em que a casa de um bicheiro é desbaratada por Pedro Gordo, personagem inspirado no delegado Pedro Gordilho (1855-1955), popularmente conhecido nos anos 1920 como Pedrito.¹⁰⁰ Não só Candinho Faroleiro e Mirandolino, como Cobra Coral acompanharam a operação; na delegacia, outros personagens seriam nomeados: Beato Ferreira, Leite de Mãe, Inocência Sete Mortes, Ricardo do Cotó, Zé Alma Grande, Izaltino, Justo de Seabra, Crispim da Boia e Fulgêncio Bom de Faca. Candinho Faroleiro sugeriu na repartição atacar os candomblés para agradar a Pedro Gordo, que desprezara o temor que eles exprimiram na batida contra a casa de tavolagem. Pelo menos parte desses nomes pode ter sido copiado dos secretas que amedrontaram e reprimiram os acadêmicos no Terreiro de Jesus e na Rio Branco, cujos apelidos, porém, não foram dignos de menção no *Diário da Bahia*. Pedro Gordo, inspirado numa autoridade conhecida pela truculência com que reprimia não só cumbucas, isto é, casas de jogos, mas candomblés e sindicatos, era bacharel em Direito, possuindo em sua estante mestres da antropologia criminal, como o próprio Moniz Sodré. Esse arsenal teórico permitia ao “loiro” “sará” Pedro Gordo sentir-se racialmente superior à “negralhada” de Salvador, incluindo os acima mencionados, que o auxiliavam em operações policiais e políticas, como escoltar o governador e empastelar jornais.¹⁰¹ Portanto, o racismo era, como notou Jorge Amado, um instrumento necessário para demarcar diferenças na relação entre o delegado e seus capangas. Durante seu trabalho como repórter, o repórter teria seu talento literário reconhecido por Moniz Sodré, que, por isso, colocou-o na redação.¹⁰²

“Desordeiros”, “desqualificados”, “desclassificados”, “desconhecidos”, esses seriam os termos empregados pelos deputados baianos ao se referirem a Gustavo Santos e a Arnaldo Silveira após o choque na Rio Branco e no largo do Teatro.¹⁰³ O propósito era associar a

⁹⁸ AMADO, J. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

⁹⁹ RAILLARD, A. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 32 apud ROSSI, G. *O Intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2015, p. 103.

¹⁰⁰ Sobre Pedro Gordilho, em especial sua perseguição aos candomblés: PEREIRA, F. *Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritas e candomblecistas na Bahia republicana (1920-1940)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2015. LUHNING, A. “Acabe com esse santo, Pedro vem aí...”. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé abaiano entre 1920 e 1942. *Povo Negro*, n. 28 (1996).

¹⁰¹ AMADO, J. *Tenda dos milagres*, p. 208-209.

¹⁰² RAILLARD, A. *Conversando com Jorge Amado*, p. 32 apud ROSSI, G. *O Intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*, p. 103.

¹⁰³ *A Tarde*, 7/10/1929; *Gazeta de Notícias*, 8/10/1929.

liderança acadêmica aos asseclas das ruas. O jornal de Simões Filho publicou uma matéria em que mostrou por que “Pirulito” era um “tipo de rua”. Quando ainda era estudante de odontologia, o aliancista fora conduzido à delegacia após serem encontrados em sua casa utensílios de jogos e o “pacaueiro” Bixiguiha em sua casa no Pelourinho. O texto acrescentou que Arnaldo Silveira estaria procurando perturbar a ordem pública de parceria com “elementos populares”.¹⁰⁴

Arnaldo Silveira, porém, era uma figura híbrida, pois se, de um lado, possuía apelido e passagem pela polícia, de outro, era dentista com consultório na rua da Misericórdia, o que ressaltou no texto que publicou no Rio. Ele se ombreou com Candinho Faroleiro no comício aliancista do Terreiro de Jesus, mas, no artigo, alegou possuir um retrato com a dedicatória de seu ex-amigo Madureira Pinho; em seu consultório, acrescentou, recebia autoridades policiais, incluindo o comandante. Em sua estratégia de defesa, o aliancista não só mostrou intimidade com os meios policiais, como entornou o espelho para Madureira Pinho e Simões Filho, mostrando a intriga e a roubo no seio da administração estadual. Ele acrescentou que o secretário seria incapaz de acabar com a jogatina por essa ser protegida por Antônio Calmon.¹⁰⁵ Segundo uma fonte diplomática, fora graças a essa proteção que o antecessor de Madureira Pinho na secretaria, interessado em combater o jogo do bicho, perdera o cargo. Arnaldo Silveira e Antônio Calmon mantinham certa intimidade com as classes populares, embora a elas não pertencessem. O irmão de Góis Calmon também tinha apelidos: “Antônio Pêndula”, para os inimigos; “Antoninho Calmon”, para os eleitores, que eram desdenhados pelos inimigos como “a negrada de Antoninho Calmon”.¹⁰⁶

Portanto, percebia-se uma conotação racial na exposição da truculência policial contra os moços opositoristas, condenada na imprensa de Salvador e Rio como uma negação aos direitos de expressão e reunião consagrados pelo próprio Rui Barbosa. Sua indignação residiu em ser reprimido em praça pública pela polícia e seus “secretas”; e ter sua liderança associada a “falsários”, “desconhecidos” e “desclassificados”. No Terreiro de Jesus e na praça Rio Branco, os rapazes foram assediados pelos “tipos de rua”; na imprensa e nos discursos situacionistas, associados a eles. Tanto as gazetas situacionistas quanto as opositoristas pediram para reprimir esses “populares”, quando eles iam perturbar os comícios apoiados por

¹⁰⁴ *A Tarde*, 19/10/1929.

¹⁰⁵ *A Manhã*, 31/10/1929.

¹⁰⁶ SILVA, J. *Miguel Calmon sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991, p. 39.

elas; nem uma nem outra campanha reconhecia que mobilizava esses sujeitos.¹⁰⁷ Consequentemente, a ênfase da crítica residia no modo como os estudantes eram iguais a esses sujeitos das ruas, não no abuso policial em si. Não surpreende que, quando começou a condenar a repressão policial, o jornal dirigido por Moniz Sodré tenha aplaudido o cerco realizado por um subdelegado para silenciar os tambores que batiam para Ibeji num candomblé da Mata Escura. Tendo prometido à polícia que a festa, dedicada a Cosme e Damião, não realizaria batuques, o babalorixá, identificado como Casimiro, acabaria conduzido à delegacia com os objetos sagrados do terreiro. Para a campanha oposicionista, os direitos constitucionais da população negra não possuíam a mesma importância dos direitos políticos da mocidade aliancista.¹⁰⁸

O retorno de Gustavo Santos e Arnaldo Silveira a Salvador coincidiria com a passagem de uma embaixada acadêmica que ia da Paraíba ao Rio, o que reacendeu a tensão entre a polícia e os estudantes.¹⁰⁹ Os rapazes tentaram realizar um meeting na rua Miguel Calmon e na praça da Alemanha, no bairro comercial, mas, após serem impedidos, reuniram-se no centro histórico, onde criticaram a polícia;¹¹⁰ em seguida, realizaram outro meeting no Cruzeiro de São Francisco, mas foram proibidos de repeti-lo no largo do Teatro, em frente à hospedagem dos excursionistas; os aliancistas também teriam sido agredidos durante outra carreata com tochas feitas de jornal. Tudo isso foi relato em telegrama aos jornais e lideranças aliancistas no Rio, obrigando os parlamentares baianos a defenderem a força pública. Os estudantes repetiam que a localização dos comícios era anticonstitucional, ferindo preceito constitucional defendido pelo senador Rui Barbosa.¹¹¹

A Aliança Liberal era, essencialmente, uma reação contra a imposição de um candidato pelo presidente da República, situando-se no campo do direito político, em particular o de se reunir e se expressar. Sem condições de ampliar o restrito eleitorado, seu núcleo em Salvador seria conduzido por jornalistas e estudantes, e, em menor grau, trabalhadores e personagens de rua, como Candinho Faroleiro. Paralelamente, existia uma denúncia da situação social na capital baiana, no âmbito de uma crítica geral ao situacionismo baiano, a qual basicamente reproduzia matérias publicadas na imprensa oposicionista. Porém, a campanha desenrolou-se

¹⁰⁷ *Diário da Bahia*, 24/9/1929.

¹⁰⁸ *Diário da Bahia*, 2/10/1929. Sobre a perseguição aos candomblés: PEREIRA, F. *Modernizar as cidades, civilizar os costumes: repressão a espíritas e candomblecistas na Bahia republicana (1920-1940)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2015.

¹⁰⁹ *A Manhã*, 15/11/1929.

¹¹⁰ *Diário da Bahia*, 14/11/1929; *A Manhã*, 16/11/1929.

¹¹¹ *A Federação*, 18/11/1929; *A Manhã*, 20/11/1929.

em meio à crise energética e a um quadro de carestia, desemprego e atraso salarial desencadeado pela Grande Depressão e as reformas realizadas pela Circular e os governos municipal e estadual. Portanto, não se pode subestimar a sensibilidade da população para o tema marginalmente agitado nos comícios.

Em seu aspecto de ocupação popular do espaço público, agenciamento dos “tipos de rua”, a campanha eleitoral, ademais, trouxe tensões que perdurariam após as eleições presidenciais, em particular entre os estudantes e a força pública. Por ocasião do retorno de Gustavo Santos e Arnaldo Silveira à cidade, concomitante à passagem dos acadêmicos vindos da Paraíba, a mobilização policial, segundo uma nota irônica do *Diário da Bahia*, teria ensejado o boato de que os praças estariam preparando um motim em protesto pelos os atrasos salariais. Outro rumor era o de que a população teria atacado os barracões da Circular, pretendendo dinamitá-los. Portanto, a campanha eleitoral tangenciou as questões locais, que a antecederam e a sucederam.¹¹²

O ponto alto da campanha oposicionista ocorreu no começo de 1930, quando Salvador recebeu uma importante caravana da Aliança Liberal enviada ao Norte e que incluía João Pessoa, J. J. Seabra, deputados gaúchos e jornalistas, igualmente hospedados no largo do Teatro, de onde se tentou animar calorosas audiências.¹¹³ Agripino Nazaré, ao comparecer a um comício, ao lado de Cosme de Farias, foi aclamado por um grupo de trabalhadores, quem sabe saudosos da greve geral da cidade em 1919, em que o socialista assumira papel saliente.¹¹⁴ Durante um comício no Cruzeiro, Neves da Fontoura empregou uma linguagem sediciosa, conclamando a população a reagir caso o governo não respeitasse o pronunciamento das urnas. Um correspondente de imprensa sugeriu que a impopularidade da Circular foi explorada, pois atribuiu a precariedade da iluminação pública à mesquinhez do intendente municipal, que teria ordenado a suspensão da energia elétrica.¹¹⁵

¹¹² *Diário da Bahia*, 16/11/1929.

¹¹³ *A Batalha*, 19 e 26 e 28/1/1930; *A Tarde*, 27/1/1930.

¹¹⁴ *Diário Carioca*, 5/2/1930. Sobre as paralisações operárias de 1919: CASTELLUCCI, A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.

¹¹⁵ *O Jornal (Rio)*, 6/2/1930; *Diário Carioca*, 6/2/1930.

Capítulo 4

Prelúdio

Passadas as eleições de março de 1930, o “angu baiano” começou a borbulhar, contrariando acertos consagrados no palácio do Catete. Começou então uma intensa disputa pela cadeira de governador da Bahia, pois Vital Soares precisaria, futuramente, deixar o cargo para assumir a vice-presidência da República em 15 de novembro. O mandatário, em março de 1928, ascendera ao posto patrocinado por Góis Calmon (1924-1928), que reunira apoios dos diferentes grupos situacionistas num acordo realizado em janeiro do ano anterior. Esse acordo permitira a passagem tranquila do cetro entre dois políticos pertencentes à mesma corrente partidária, isto é, a calmonista. Vital Soares sequer mudara o secretariado do antecessor, restringindo-se a nomear Francisco Souza para a intendência soteropolitana, que Góis Calmon preferira entregar interinamente aos presidentes do Conselho Municipal. Essa continuidade, que mantinha a proeminência dos Calmon na política estadual, gerou duradoura insatisfação entre as demais correntes, mas não impediu uma sucessão pacífica. Esta era uma conquista para as lideranças baianas, que desde 1924, quando Góis Calmon sucedera a J. J. Seabra no governo baiano, engajavam-se num esforço de superar o facciosismo que caracterizara a trajetória da Bahia na I República e fragilizara a capacidade de o estado barganhar na esfera nacional. Entre 1889 e 1928, a maioria dos governadores da Bahia tinha rompido com seus antecessores (em geral por ocasião das sucessões), sendo duas exceções J. J. Seabra (1912-1916 e 1920-1924) e Antônio Moniz (1912-1916), que não romperam um com o outro.¹

Portanto, a sucessão estadual que se abria em 1930, diferente da anterior, continha incertezas e projetou o risco de um cisma, meses antes da entrega da vice-presidência à Bahia e anos após os dirigentes baianos terem mantido a unidade do PRB, sobretudo durante a sucessão presidencial, ainda em curso.² Vital Soares, no início de 1930, externou apoio à candidatura de Simões Filho, que pressionara o presidente da República a escolher o governador baiano para colega de chapa de Júlio Prestes. Os Calmon, decepcionados com a escolha de Vital Soares, lançaram a candidatura do senador federal Miguel Calmon, irmão do ex-governador Góis Calmon. Por conseguinte, o espectro de uma cisão entre antecessor e

¹ Sobre a conturbada política baiana da I República: SAMPAIO, C. N. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*, p. 21-22, 47-51, 66-67, 77.

² *Diário da Bahia*, 25/4/1930.

sucessor reapareceu.³ Os mangabeiristas permaneceram discretos, à espera certamente da emergência de Otávio Mangabeira como nome de conciliação, probabilidade prejudicada pelo histórico de tensões entre o ministro e o calmonismo.

Para diminuir os riscos de cisão, os agrupamentos partidários pediram a intermediação do presidente Washington Luís, tornando as salas e corredores do palácio do Catete um centro de articulações que concorria com a autoridade de Vital Soares. Washington Luís, que passou a ser assediado pelos interessados, pediu que o assunto não fosse decidido antes de setembro, quando o presidente eleito Júlio Prestes retornaria de sua excursão oficial aos Estados Unidos e à Europa.⁴ Corria o boato de que o presidente possuía candidato próprio, Manoel Villaboim, baiano que exercia mandato senatorial por São Paulo, onde se radicara em 1891. Intermediário nato entre Bahia e São Paulo, o político representara o Partido Republicano Paulista nas negociações da sucessão presidencial, exercendo paralelamente o papel de líder da maioria na Câmara dos Deputados. O presidente da República, outro paulista “naturalizado”, entregaria ao aliado nortista uma cadeira senatorial em recompensa pelo desempenho na sucessão presidencial.⁵ O próprio intermediário entre Vital Soares e Washington Luís, o chefe de polícia Madureira Pinho, também possuía candidato próprio (o parlamentar João Santos), o que mostra a complexidade da disputa baiana.⁶

O conselho do presidente da República, no sentido do adiamento da solução, seria abandonado por causa do recrudescimento da crise estadual, cujas partes procuraram apoios em São Paulo e Minas Gerais.⁷ Durante as negociações, paralelas à crise econômica global e à sucessória nacional, o governador da Bahia sofria as sequelas de um derrame cerebral que o acometera em janeiro e acabaria minando sua autoridade e apressando sua renúncia. Dizia a cruel e indiscreta imprensa carioca, em tom sarcástico, que a doença resultara de uma vida regrada a coca e uísque. O secretário de Segurança Pública, segundo a mesma fonte, exibiu o mandatário num carro aberto que circulou pelo centro soteropolitano para simular saúde e, portanto, porto seguro para a candidatura Simões Filho. Porém, a doença transpareceu na expressão facial paralisada do governador. Vital Soares aparece, na foto a seguir, bem envelhecido, sobretudo em comparação com os retratos que circularam durante a campanha presidencial. Durante o auge da crise baiana, ele ameaçou renunciar à própria vice-

³ *Diário da Bahia*, 8/4/1930; 12/6/1930.

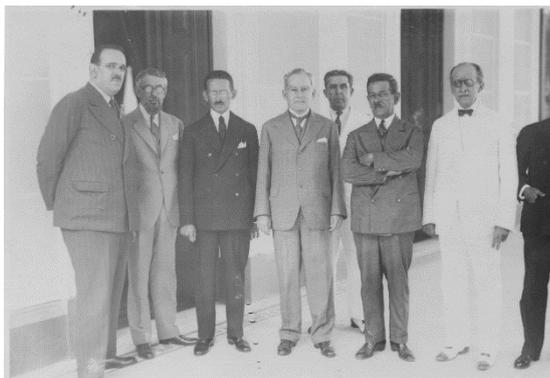
⁴ *Diário da Bahia*, 8/6/1930; *Diário da Bahia*, 10/6/1930.

⁵ Washington Luís era natural de Macaé (RJ). *O Jornal*, 4/6/1930; *O Jornal*, 13/6/1930.

⁶ *O Jornal*, 21/6/1930.

⁷ *Diário da Bahia*, 5/4/1930; 11/4/1930; 23/4/1930.

presidências caso o palácio do Catete não aceitasse a candidatura Simões Filho.⁸ Depois de deixar o governo baiano, em agosto, partiu para tratamento na Europa, sendo recebido na estação Saint-Lazare (Paris) por Marcel Bouilloux-Lafont, proprietário da Aéropostale e da Este Brasileiro. O governador, no retorno, acabaria desembarcando em Lisboa, onde permaneceria em exílio, em decorrência da queda de Washington Luís.⁹



17. Um envelhecido Vital Soares (centro) posa ao lado de políticos, destacando-se o jornalista Pânilo de Carvalho (mãos nas costas, sem barba), o deputado federal Simões Filho (barba) e o senador federal Pedro Lago (óculos e terno branco). Salvador, 1928-1930. Fonte: AHMS.

O caso baiano seria solucionado em junho, com a escolha do senador federal Pedro Lago, que recebeu a adesão de Simões Filho, dos Calmon, dos Mangabeira e das demais correntes partidárias, sem mencionar a própria oposição (PRD e PUD), que rejeitara as duas candidaturas anteriores.¹⁰ Os Moniz e a mocidade aliancista do PUD tinham acenado, inicialmente, para a candidatura Otávio Mangabeira, mas acabaram aceitando o nome escolhido, como o próprio ministro.¹¹ Depois de J. J. Seabra declarar apoio a Pedro Lago, Cosme de Farias exortou o operariado soteropolitano a consagrar, em manifestação pública, o nome escolhido.¹² Simões Filho acabaria indicado para ocupar a cadeira de Pedro Lago no Senado Federal, onde João Mangabeira substituiria Antônio Moniz, cuja candidatura a deputado federal fora depurada no reconhecimento de poderes.

O risco de uma cisão, porém, não desapareceu por completo, pois as adesões a Pedro Lago deram lugar a uma intensa disputa, não mais para a escolha do candidato, mas pela ascendência sobre o futuro quadriênio. Com a derrota simultânea das candidaturas de Simões

⁸ *O Jornal*, 10/6/1930.

⁹ *Diário da Bahia*, 2/8/1930.

¹⁰ *Diário da Bahia*, 7/9/1930.

¹¹ *Diário da Bahia*, 22/6/1930, 27/6/1930; *O Jornal*, 11/6/1930, 13/6/1930, 19/6/1930.

¹² *Diário da Bahia*, 7/9/1930.

Filho e Miguel Calmon, abriu-se a possibilidade de uma transição política mais ampla que a de 1928, dada a fragilização simultânea de Vital Soares e da facção dominante (o calmonismo). Não eram claras as circunstâncias em que surgira a candidatura Pedro Lago, mas os outros agrupamentos do PRB e a oposição contestaram que o senador tivesse sido uma escolha dos Calmon ou dos governos estadual ou federal.¹³

Essa circunstância, somada à inexistência de uma corrente “laguista” no PRB, nutriu a esperança de um deslocamento intrapartidário, que resultasse na demissão de autoridades públicas, a começar por Francisco Souza e o secretariado estadual nomeado por Góis Calmon.¹⁴ O PRB, como notou uma gazeta, era um “saco de gatos” formado, entre outros, por “severinistas” (seguidores do ex-governador Severino Vieira (1900-1904)), como o próprio Pedro Lago), “marcelinistas” (discípulos do ex-governador José Marcelino (1904-1908)), ex-seabristas, mangabeiristas e calmonistas. Portanto, o momento era estratégico para explorar a intriga partidária, o que transpareceu na publicação de artigos instigando a demissão ou marginalização de autoridades e lideranças na projetada transição de poder, sobretudo os nomes próximos ao governador retirante e aos Calmon. Segundo um diário oposicionista, a Bahia, desde 1924, era castigada por “sete pragas”, destacando-se entre elas o intendente Francisco Souza, o secretário Barros Barreto e os governadores Góis Calmon e Vital Soares. Os soteropolitanos teriam rogado tanto a Deus que era iminente, em agosto, a derrubada dos três políticos, sintoma do crepúsculo do calmonismo.¹⁵ Pedro Lago militara décadas antes na redação do periódico dirigido por Moniz Sodré, que do candidato esperou a garantia da representação das minorias no parlamento estadual.¹⁶ O senador seria lançado pelo PRB naquele mês e eleito no seguinte, mas não seria reconhecido nem empossado por causa da revolução de outubro. Sua frustrada ascensão ao poder desenrolar-se-ia em meio a tensões e ataques entre seus aliados, enredando-se com a crise sucessória nacional e a Grande Depressão.

Urubu

Diante do cenário de incertezas políticas e econômicas, o governo da Bahia não titubeou em decretar, dias depois das eleições, que a tarifa d’água passaria de 12 mil para 18 mil réis a

¹³ Carta de Miguel Calmon a Góis Calmon. 29/5/1930. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Coleção Góis Calmon. GC cr 11/1; *O Jornal*, 16/6/1930; *Diário da Bahia*, 22/6/1930, 24/6/1930.

¹⁴ *Diário da Bahia*, 9/9/1930.

¹⁵ *Diário da Bahia*, 14/8/1930; 19/8/1930.

¹⁶ *Diário da Bahia*, 10/7/1930.

partir de maio de 1930.¹⁷ Segundo a lei de 1928, que autorizara o empréstimo de 168 mil contos, o aumento, destinado à quitação do empréstimo, poderia ocorrer seis meses após o início das obras do saneamento, condição que o governo dizia preencher, não obstante a não concretização da operação financeira. Diante das críticas ao decreto, Vital Soares declarou estar apenas cumprindo a lei, pois havia mais de seis meses que, com recursos próprias, realizava trabalhos públicos no saneamento. Tubulações foram importadas, estando próxima a inauguração dos tanques da Conceição e do Bonfim.¹⁸

Percebe-se a mesma situação criada pelo contrato de energia elétrica, isto é, os soteropolitanos eram chamados a pagarem por obras não inauguradas e, portanto, sem impacto concreto, dado que permanecia a irregularidade na distribuição d'água.¹⁹ Não só a inauguração demoraria, como seu resultado era desconhecido, pois o governo, para reduzir custos, simplificara o projeto de Saturnino Brito, medida que se mostrara desastrosa ao ser aplicada no início do século ao plano saneador de Teodoro Sampaio.²⁰ Segundo a imprensa oposicionista, ainda que as autoridades cumprissem sua obrigação de entregar água abundante e bem tratada (o que não parecia provável), a nova taxa era muito superior à cobrada noutros estados.²¹

Diferente dos aumentos no transporte e na energia, ademais, o do saneamento ocorreu num momento em que se conheciam os impactos da crise internacional, o que ressalta a insensibilidade do governo baiano. Note que a lei autorizara, mas não obrigara a majoração, que poderia ser de menos de 50%. Portanto, contrariamente ao que sugeriu, Vital Soares, dentro da lei, poderia ou não realizar o aumento, determinando sua proporção, mas optara por aumentar a arrecadação, sobrecarregando os contribuintes num momento de crise. O próprio governo reconheceu seu poder de arbítrio, ao declarar que as obras tinham começado muito antes do semestre anterior. Pela lei, ele tinha direito a aumentar em mais 50% a taxa d'água nas casas ligadas às tubulações a serem inauguradas, o que não seria notado pelos jornais.²²

O “ucasse” não repercutiu bem entre os trabalhadores, que a oposição, recém-egressa da campanha aliancista, procurou mobilizar.²³ O *Diário da Bahia* e *O Jornal* apoiariam comícios organizados em abril nos largos do Pelourinho e São Francisco, com a participação de

¹⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/3/1930.

¹⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 12/4/1930.

¹⁹ *Diário da Bahia*, 5/4/1930.

²⁰ *Diário da Bahia*, 9/4/1930; 15/4/1930; 27/4/1930.

²¹ *Diário da Bahia*, 15/4/1930.

²² *A Tarde*, 11/4/1930; *Diário da Bahia*, 25/4/1930.

²³ *Diário da Bahia*, 5/4/1930.

associações operárias.²⁴ Dizia-se que o secretário Barros Barreto aumentara a tarifa para pagar as desapropriações de terrenos seus no rio do Cobre, insistindo para que o governador empregasse a repressão policial contra os clamores populares.²⁵ Num dos comícios, que contou com a participação do operário Isidoro Bispo dos Santos e do tenente Cristóvão dos Reis, o rábula Cosme de Farias anunciou um boicote, em que os 12 mil réis seriam depositados em juízo, até que se anulasse a majoração. Proclamado na imprensa oposicionista, esse era o plano da mobilização em geral, que incluiu a criação de uma sociedade de resistência que contaria com 500 associados em maio.²⁶ Outro meeting, planejado na redação do jornal aliancista para ocorrer no Terreiro de Jesus, seria seguido de uma passeata para a residência oficial do governador. Entretanto, embora causasse certa agitação entre as autoridades, os protestos diminuíram de intensidade, sem alcançar a anulação do aumento.²⁷

A majoração na taxa da água representou um acréscimo na impopularidade de Barros Barreto, o secretário de Saúde Pública. Dizia-se que o Urubu Princez (como era conhecido) aumentara a tarifa para pagar as desapropriações, pelo governo da Bahia de terrenos seus no rio do Cobre, que integraria o abastecimento hídrico. Ele teria insistido para que o governador empregasse a repressão policial contra os clamores populares.²⁸ A Circular, outra personagem constantemente exposta na imprensa e, portanto, ao descontentamento público, seria igualmente enredada no caso, pois o *Diário da Bahia*, no início de junho, reportou que a General Electric estaria interessada em administrar o saneamento urbano. Segundo o “furo”, o governo estadual já teria até encaminhado os papéis aos empresários estrangeiros.²⁹

Barbado

Passadas as eleições presidenciais de março, os oposicionistas da Bahia continuaram a atuar em *O Jornal*. O diário aliancista, criado pelo PRD e dirigido por Leopoldo Amaral, possuía uma seção universitária entregue a Arnaldo Silveira e Nelson de Souza Carneiro, na qual era abrigada a mocidade acadêmica do PUD. Edison de Souza Carneiro, irmão de Nelson,

²⁴ *Diário da Bahia*, 11/4/1930; 12/4/1930; 22/4/1930; *O Jornal*, 27/5/1930.

²⁵ *Diário da Bahia*, 24/4/1930; *O Jornal*, 8/5/1930

²⁶ *O Jornal*, 8/5/1930.

²⁷ *Diário da Bahia*, 25/4/1930; 30/4/1930; *O Jornal*, 2/5/1930.

²⁸ *Diário da Bahia*, 24/4/1930; *O Jornal*, 8/5/1930

²⁹ *O Jornal*, 26/6/1930.

também produzia para a redação, depois de ter contribuído com a campanha presidencial com ao menos um discurso num comício organizado no Campo Grande.³⁰

O Jornal, no decorrer de 1930, acompanhou de perto a sucessão no governo da Bahia, apresentando editoriais e registrando rumores e fatos sobre a disputa no interior do PRB, particularmente entre as candidaturas de Simões Filho e Miguel Calmon. O diário contribuía para aumentar as tensões intrapartidárias, ao publicar informes secretos, produzidos pela intriga entre os dirigentes da agremiação situacionista. Entretanto, mais do que acalentar a possibilidade de uma cisão no situacionismo baiano, a gazeta engajou-se no combate à candidatura de Simões Filho, apelidado de Barbado. Não obstante sua simpatia por Otávio Mangabeira, esse engajamento levou-a a aplaudir seus grandes inimigos, os Calmon, que constituíam a principal resistência à repudiada candidatura.³¹

Entretanto, o combate aliancista ao líder baiano concentrou-se na publicação de uma série de artigos, intitulada *Semana do Simões*, que destacou como a “deslealdade” e a “desonestidade” caracterizavam a trajetória daquele político de “espírito ianque”. Para garantir a popularidade da série, o jornal pediu que os leitores nela colaborassem, mandando sugestões para a composição dos artigos.³² Os textos começaram por 1905, quando Simões Filho, “moço” e “pobre”, começou por adular J. J. Seabra, frequentando a casa dos parentes do então ministro da Justiça em Mar Grande (ilha de Itaparica). “Ninguém sabia elogiar tanto um vatapá alheio, nem estalar tão bem a língua diante de um suculento xinxim de galinha”. O artigo misturou realidade e ficção, ao afirmar que uma cigana, na ocasião, teria alertado a Simões Filho que, futuramente, ele conseguiria realizar grandes “negócios” com os “americanos”.³³ Nos anos seguintes, J. J. Seabra nomeou-o para cargos importante, frustrando, porém, sua pretensão de ser secretário geral da Bahia, quando o então ex-ministro tornou-se governador.³⁴ Depois que um engenheiro, em 1912, presenteou-o com o *A Tarde*, Simões Filho encetou uma escalada rápida na “fortuna” e na “glória”.³⁵

Os artigos indicaram que esse diário tornar-se-ia instrumental na ascensão financeira de Simões Filho. Nascida para defender os interesses do mencionado engenheiro, nas reformas urbanas realizadas em Salvador por J. J. Seabra, a gazeta passou a atacar autoridades públicas, obrigando-as a recorrerem à Justiça para se defender das calúnias. Posteriormente, abria

³⁰ *Diário da Bahia*, 6/11/1929.

³¹ *O Jornal*, 6/6/1930; 13/6/1930.

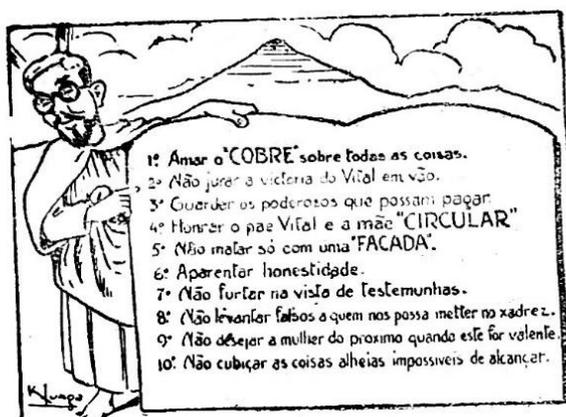
³² *O Jornal*, 24/5/1930.

³³ *O Jornal*, 26/5/1930.

³⁴ *O Jornal*, 27/5/1930.

³⁵ *O Jornal*, 28/5/1930.

subscrições em auxílio a um bebê abandonado no Campo Grande e para tornar museu a casa onde teria nascido Rui Barbosa, sendo os recursos embolsados por Simões Filho.³⁶ Seguiram-se campanhas de caráter chantagista contra, entre outros, o marchante Amada Bahia (a propósito da carestia em Salvador) e a Este Brasileiro (denunciando desastres e açulando paralisações entre os ferroviários).³⁷ Simões Filho, ambicionando conquistar o mundo, teria matado o próprio Satanás, roubando-lhe as barbas (daí seu apelido). Seriam lembrados, entre outros, os casos do leite Salus, produto com que, mobilizando contatos políticos, procurara monopolizar o mercado em Salvador; e da empresa de energia elétrica que criara em Feira de Santana, onde entregou péssima iluminação e caloteou os acionistas. O artigo trouxe uma charge de Simões Filho como um profeta com uma tábua entre cujos mandamentos está “honrar o pai Vital [Soares] e a mãe [Linha] ‘Circular’”.³⁸



5. Simões Filho é retratado numa charge como um profeta segurando uma tábua com referências à Circular. Fonte: *O Jornal*, 6/6/1930.

Pouco a pouco, a Semana do Simões descortinou o mais recente, senão o mais rendoso, dos negócios do líder baiano: os contratos da Circular. O político foi representado numa cena teatral, sobre o terraço de sua gazeta a contemplar a Bahia, por ele alineada aos “americanos”. “O rumor dos seus passos lhe soa [...] como o tinir das moedas cunhadas pela Circular”, uma referência às fichas entregues nos embarques nos bondes e ascensores. “E quem te deu, Simões, o edifício do *A Tarde!*?”, perguntou-lhe a indignada Bahia.³⁹ Segundo outro artigo, entre as contribuições que o candidato a governador proporcionara ao progresso da Bahia, estaria a cobrança de 200 réis para entrar nos elevadores e trâmueis. Portanto, Simões Filho

³⁶ *O Jornal*, 29/5/1930.

³⁷ *O Jornal*, 5/6/1930; 30/5/1930; 31/5/1930.

³⁸ *O Jornal*, 6/6/1930.

³⁹ *O Jornal*, 2/6/1930; *O Jornal*, 6/6/1930.

era responsabilizado por um dos problemas palpitantes de Salvador naquela quadra de penúrias, isto é, a carestia do transporte público e, de modo geral, a situação dos contratos entre o Estado e a companhia pertencente à General Electric.⁴⁰

O assunto seria abordado explicitamente num artigo ilustrado com as sedes do *A Tarde* antes e depois da “comida”, isto é, do “contrato da Circular”. No primeiro caso, o prédio era um casebre; no segundo, o palacete do largo do Teatro (o mesmo jogo de imagens era empregado pelo *Diário da Bahia* para denunciar o crescimento ilícito do Banco Econômico durante o domínio político dos Calmon). Por conseguinte, o texto sugeria que o prédio de Simões Filho fora construído com propina dos estadunidenses. Segundo o artigo, a plataforma de reformas urbanas com que Vital Soares apresentara-se candidato ao governo da Bahia, anos antes, fora um disfarce para as ambições do deputado federal, que, em seguida, tornara-se representante informal da empresa junto ao poder público. O artigo lembrou os abusos dos contratos de transporte e luz então celebrados: entrega do material fixo e rodante à Circular; preço exorbitantes nas tarifas; monopólio no fornecimento dos medidores elétricos; multas, câmbios, juros etc. Outra cláusula erigia a força pública em polícia da Circular, pois punia o estado e o município se estes não lograssem mobilizar o aparato repressor para proteger a propriedade da companhia em caso de convulsão social.⁴¹ *O Jornal*, considerando os ganhos gerados pela circulação do *A Tarde*, concluiu que Simões Filho não conseguiria, por esse expediente legal, acumular os 3 mil contos que dispendeu na construção do prédio.⁴²

O noticiário aliancista sobre a situação política e os problemas urbanos ecoou essas denúncias e insinuações. “O líder da Circular, que traduziu os desejos dos americanos de possuírem [...] a Bahia” é a expressão que aparece num artigo sobre a recondução do deputado federal à liderança da bancada estadual na Câmara dos Deputados.⁴³ O correspondente do diário oposicionista no Rio descreveu, em maio, uma conversa no palácio do Catete entre Washington Luís, Simões Filho e Miguel Calmon, a propósito da sucessão estadual. Depois que Simões Filho alegou ao presidente que os Calmon eram odiados na Bahia por causa dos negócios escusos entre o tesouro baiano e o Banco Econômico, Miguel Calmon teria perguntado, enfurecido: “e onde você arranhou dinheiro para edificar aquele

⁴⁰ *O Jornal*, 7/6/1930.

⁴¹ *O Jornal*, 11/6/1930.

⁴² *O Jornal*, 12/6/1930.

⁴³ *O Jornal*, 7/5/1930.

escandaloso arranha-céu!? Diga, se é capaz!”. Washington Luís, constrangido, teria se retirado para uma sala, encerrando o encontro.⁴⁴

O jornal difundia uma imagem extremada sobre o domínio da empresa na Bahia, a par de uma crítica cujo tom não encontrei noutra gazeta no período pesquisado. “Dizem que os verdadeiros governadores da Bahia são os americanos”, a não ser na Fonte das Pedras, onde imperariam os mosquitos, aterrorizando os moradores...⁴⁵ “Miseráveis e desumanos...! Os americanos que dominam a Bahia, por intermédio da Circular [...]” é o cabeçalho de um texto que denunciou riscos de acidentes elétricos na reforma e ampliação que a empresa empreendia na rede transmissora de Salvador. O texto não acreditava em solução para o caso, porque a Circular era protegida pelo governo “bandalho” e “venal” de Vital Soares.⁴⁶ “Americanos canalhas! Governo indigno!” apareceu em letras garrafais, numa capa sobre a persistência do problema.⁴⁷ Depois de “comprar” os “homens do governo”, os “boçais” e “indignos” estrangeiros constituíram em “senhores nossos”, manobrando com a propriedade do Estado, os bens e as vidas dos habitantes da Bahia, “como se fôssemos escravos”. Eles estariam punindo os diretores brasileiros da Circular, por mostrarem solidariedade aos compatriotas insatisfeitos com a empresa. Repassadas à companhia pela própria fiscalização, as reclamações sobre os riscos de acidentes elétricos eram ignoradas pelos representantes da General Electric.⁴⁸

Dada a desobediência dos diretores estrangeiros à fiscalização, as críticas à Circular pareciam insuficientes para solucionar o caso. “Devemos resolver tais casos, sumariamente...”, apareceu num artigo sobre o assunto. O apelo incendiário surgiu próximo a duas fotos, uma da sede da companhia (“onde descansa o cinismo dos americanos”) e outra de Simões Filho (“o líder patrono da Circular”), como se sugerisse ao leitor o objeto dessa re(ação) direta. “Esperem e não de ver o resultado dessa chicana...”.⁴⁹ O palacete do largo do Teatro, noutro artigo, seria apresentado como uma “Bastilha [...] à espera de um novo 14 de Julho”;⁵⁰ “agora, aconselhamos, em vez de ‘quebra-bondes’, vamos quebrar o edifício da Circular. Não há a tardar...”.⁵¹ “O povo baiano deverá tomar suas providências contra essa laia de americanos” repetiu outro artigo, que acusou o diretor geral da empresa, um “quadrúpede”,

⁴⁴ *O Jornal*, 21/5/1930.

⁴⁵ *O Jornal*, 14/5/1930.

⁴⁶ *O Jornal*, 6/5/1930.

⁴⁷ *O Jornal*, 7/5/1930.

⁴⁸ *O Jornal*, 7/5/1930.

⁴⁹ *O Jornal*, 7/5/1930.

⁵⁰ *O Jornal*, 12/6/1930.

⁵¹ *O Jornal*, 4/6/1930.

de, “arrotando ares de grande personagem”, ignorar os protestos populares. “A Bahia não é uma estrebaria onde sua senhoria alimenta-se de gorda forragem”. O desprezo pelo cidadão alienígena transpareceu no pequeno desenho a seguir, em que ele é representado como um micróbio contemplado num microscópio. O pai que assistisse à morte de um filho pelos cabos elétricos, continuou o artigo, “não poderá [...] resistir ao golpe [...] e reagirá [...] cravando no coração destes estrangeiros que nos zombam moralmente meia dúzia de balas”.⁵²



6. Charge representa o diretor da Circular como um micróbio. Fonte: O Jornal, 9/5/1930.

O discurso aliancista, partindo de um diagnóstico contundente acerca do controle da Circular sobre a política e os negócios na Bahia, traduziu-se, em primeiro lugar, na identificação da nacionalidade dos dirigentes da empresa, embora nunca de seus nomes. Esse procedimento, pouco comum noutros documentos pesquisados, explicitou uma postura não só radical, como nacionalista, ao traduzir a insatisfação contra a companhia em denúncia contra o estrangeiro. O preço e a qualidade dos bondes, ascensores, luz e telefone não mais exprimiam apenas as ambições de um grupo empresarial, como antes da chegada da General Electric em Salvador, mas o desprezo estadunidense pelos baianos em particular e, de maneira geral, pelo Brasil. Em segundo lugar, os aliancistas, combatendo desprezo com desprezo, dirigiram aos estadunidenses insultos e acusações raramente encontradas noutras gazetas, particularmente nos anos anteriores. Finalmente, outro marcante elemento da retórica oposicionista eram as ameaças contra a Circular, um estímulo a que os leitores atacassem bens e empregados da empresa.

Publicados, em sua maioria, na seção universitária, os artigos acima exprimiam, sobretudo, o radicalismo dos membros do PUD, mas eles não eram estranhos à linha editorial

⁵² *O Jornal*, 9/5/1930.

da gazeta aliancista, que também difundia críticas pesadas à Circular, embora nem sempre com os ultrajes e intimidações da seção universitária. *O Jornal* classificou o quebra-bondes da Liberdade, ocorrido em maio, como um “justo e merecido castigo, consequência do descaso e da falta de importância que [a Circular] liga ao povo desta capital”.⁵³ Dias depois, o diário alertou ao governo da Bahia, o “fantoche” da General Electric, que crescia a indignação popular, como mostrara a quebraadeira na Liberdade. O periódico apontou o risco de um ataque contra a Circular, agigantado por acintes e humilhações praticados sob a condescendência do Estado, adquirir caráter político, isto é, atingir em sua explosão as próprias autoridades públicas, protetoras da empresa.⁵⁴

O nacionalismo era outro elemento comum entre a seção universitária e a linha editorial do periódico aliancista. Leopoldo Amaral, num artigo de fundo, lamentou a penetração estrangeira no país, atribuindo à política cambial de Washington Luís o controle da economia nacional por ingleses e estadunidenses. O capital estrangeiro na Bahia incluía o bonde, luz, porto e estrada férrea, pretendendo apoderar-se da água e lixo. “Onde está o patriotismo dos brasileiros?”, perguntou o diretor da gazeta.⁵⁵

Outro editorial, quicá escrito pelo diretor do órgão do PRD, lamentou a resignação brasileira, que explicaria por que a Coluna Prestes não conseguira apoio popular. O texto exortou a reação contra a opressão que, na França, gerou o liberalismo; na Rússia, o comunismo e na Itália, o fascismo. Graças à apatia popular, o Brasil, no artigo, aparece sem rumo num período de intensas mudanças políticas e crescente polarização entre regimes de esquerda e de direita, simbolizados por Moscou e Roma.⁵⁶ O desprezo pela capacidade política da população brasileira, implícito no texto, transpareceu cristalinamente na charge a seguir, que encerrou a Semana do Simões. O desenho mostra Simões Filho em duas situações: como governador e como condenado, sendo a primeira almejada por Vital Soares e a segunda imposta pela opinião pública. “E eu aqui como Cristo entre o ‘bom’ e o ‘mal’ ladrão!”, declarou o Zé Povinho, explicitando sua incapacidade de participar do enredo político.⁵⁷ Existia, portanto, uma clara ambiguidade no discurso aliancista sobre a população soteropolitana, cujo comportamento diante dos problemas urbanos e da política, em certas ocasiões, era aplaudido, noutras, desprezado. O Zé Povinho permanecia um personagem

⁵³ *O Jornal*, 20/5/1930.

⁵⁴ *O Jornal*, 21/5/1930.

⁵⁵ *O Jornal*, 5/5/1930.

⁵⁶ *O Jornal*, 2/5/1930.

⁵⁷ *O Jornal*, 14/6/1930.

arraigado no imaginário jornalístico, não obstante a capacidade demonstrada pela população de descarregar sua insatisfação na propriedade da Circular, acendendo o alarme entre as autoridades públicas.



7. Desenho representa Simões Filho como governador da Bahia indicado por Vital Soares e como condenado pela opinião pública. "E eu aqui como Cristo entre o 'bom' e o 'mal' ladrão!", lamenta Zé Povinho. Fonte: imprensa.

Mussolini

A animosidade entre mocidade acadêmica e polícia, oriunda da campanha presidencial, sobretudo do conflito na praça Rio Branco em outubro de 1929, transformou-se, no ano seguinte, numa campanha realizada no *O Jornal* contra a corporação comandada por Madureira Pinho, como mostram as únicas edições que encontrei dessa gazeta, ou seja, as de maio, junho e julho. O principal assunto mobilizado pelo periódico era a incapacidade da polícia estadual de eliminar o grupo de Lampião, que percorria os sertões da Bahia, espalhando morte e destruição.⁵⁸ Os estudantes passaram a emular um hábito dos cangaceiros, o de chamar os policiais de “macacos”. Um deles acabou baleado ao dirigir essa ofensa a um soldado que passou num bonde diante do Ginásio da Bahia.

A campanha contra a força pública também mostrou o limiar racial e de classe dos moços aliancistas, ao exigir que a polícia reprimisse costumes arraigados nas classes populares de Salvador. Era o caso do candomblé, chamado de “praga”, “fuzarca” e “bagunça”, numa denúncia contra o terreiro dos sacerdotes Manezinho e Maria Neném, localizado na Fazenda Grande.⁵⁹ “O candomblé, o futebol e o jogo do bicho são as maiores instituições populares da Bahia”, escreveu Joel Presídio em 1929, numa coluna do *Diário da Bahia*. “Ninguém se atreve a perseguir o candomblé”, continuou, num flagrante exagero, cujo

⁵⁸ *O Jornal*, 12/5/1930; 14/5/1930; 5/6/1930.

⁵⁹ *O Jornal*, 26/5/1930.

propósito era argumentar que pessoas importantes eram frequentadoras de terreiros. Embora admitisse participar desses cultos, Joel Presídio usou o tema para ridicularizar, simultaneamente, o candomblé e a política, ao imaginar uma cerimônia conduzida pelo conhecido pai-de-santo Jubiabá, em que eram distribuídos o leite Salus e cheques do Banco Econômico.⁶⁰ Percebe-se a mesma ambiguidade em relação ao futebol, do qual Joel Presídio era um importante promotor na cidade. Dias depois de publicar a coluna, ele flagrou, num passeio a pé no Comércio, “rapazes desocupados” discutindo por causa de futebol, “antigamente esporte, hoje [...] meio de vida que iguala vagabundos a comerciantes e desclassificados a acadêmicos e doutores”.⁶¹

A terceira “instituição popular” citada por Joel Presídio (o “bicho”) expunha não só a incompetência da polícia e de Madureira Pinho, como a atuação de Antônio Calmon, que, de acordo com relatos, protegia os bicheiros por razões eleitorais. Pode ser que os textos fossem produzidos por Arnaldo Silveira, que conhecia o meio, abordando o assunto em sua passagem pelo Rio durante a campanha presidencial. Nota-se aí outra ambiguidade na relação da liderança aliancista com os meios populares. O diário publicou que, na rua da Assembleia, próximo ao palácio Rio Branco, existia uma concorrida casa de jogo, cujo dono era pessoa de prestígio político, por ter proporcionado numerosos sufrágios para a chapa Júlio Prestes-Vital Soares. Desde as eleições presidenciais, o jogo ilegal teria recrudescido sua atuação na capital.⁶² Outra matéria dizia que um subdelegado matinha uma cumbuca na Baixa de Quintas; em São Caetano, as casas ilegais eram protegidas por outro subdelegado; no Pilar, centro histórico, existiam mais de 10 estabelecimentos do gênero. Tudo isso era do conhecimento de Madureira Pinho, que igualmente era criticado por não internar os “menores desocupados” (que estariam “infestando” as ruas de Salvador) numa colônia correccional, ideia apoiada por Cosme de Farias.⁶³

O secretário de Segurança Pública era acusado de manter um esquema fraudulento, ligado à operação dos “macacos”, como igualmente eram conhecidas as casas de penhores procuradas pelos pobres nas situações de abertura.⁶⁴ Não está claro se Madureira Pinho embolsaria os recursos destinados à repressão aos estabelecimentos ou se receberia

⁶⁰ *Diário da Bahia*, 30/7/1929.

⁶¹ *Diário da Bahia*, 6/8/1929. Sobre o futebol nas primeiras décadas do século XX na Bahia: CAFÉ, L. *Dos simpaticísimos aos incivilizados. A formação do cenário futebolístico na cidade de Salvador (1895-1918)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2013.

⁶² *Diário da Bahia*, 7/5/1930.

⁶³ *O Jornal*, 12/5/1930; 7/5/1930; 12/6/1930.

⁶⁴ Sobre os macacos: *Diário da Bahia*, 7/12/1929.

pagamentos ilegais de seus proprietários.⁶⁵ Foi provavelmente numa dessas casas que um eleitor penhorou um guarda-chuvas que pegou emprestado de seu chefe Antônio Calmon, num episódio rememorado pelo historiador Pedro Calmon.⁶⁶ A agiotagem corria solta na cidade, segundo a gazeta oposicionista, que não ponderou, em suas críticas, a inacessibilidade do crédito legal aos mais pobres, que padeciam das agruras financeiras impostas pela Grande Depressão.

O elemento que mais contribuiu para ericar as tensões entre acadêmicos e policiais foi a sucessão presidencial, pois *O Jornal* pregou a revolução contra Washington Luís. É o que se percebe na maneira como acompanhou atentamente o desenrolar da crise nacional, sempre exortando ou mesmo anunciando tal possibilidade, assim como as lideranças de J. J. Seabra, João Pessoa, Getúlio Vargas, Antônio Carlos, Lindolfo Collor, Siqueira Campos, Luís Carlos Prestes etc.⁶⁷ Essa seria uma revolução conduzida pelo Exército contra as polícias estaduais, com participação do “povo” ou das “multidões”.⁶⁸ Joel Presídio, por exemplo, imaginou um “movimento popular”, auxiliado pelas classes armadas e com aderência dos operários desempregados pela crise econômica e dos funcionários demitidos pela perseguição de Washington Luís.⁶⁹ Os estudantes organizaram comícios em solidariedade à Paraíba e missas pelas mortes de Siqueira Campos e João Pessoa, enaltecendo ainda as debacles de regimes noutros países da América do Sul, sobretudo da Bolívia, em cujos acontecimentos os estudantes assumiram papel central, inspirando a mocidade brasileira.⁷⁰

Existia uma ligação orgânica entre a liderança acadêmica de Salvador e a conspiração dos tenentes e da Aliança Liberal. É o que mostra a memória do general Oliveira Freitas, que J. J. Seabra, acenando para o Exército, nomeara para a comissão executiva do PRD na convenção partidária realizada em setembro de 1929, quando se lançou na capital baiana a Aliança Liberal. Oliveira Freitas, em janeiro de 1931, apontou o escritório do periódico aliancista como um dos pontos de reunião de um grupo civil de conspiradores, que contou com a adesão, entre outros, de Antônio Maciel Bonfim, Leopoldo Amaral, Nelson de Souza Carneiro e Arnaldo Silveira.⁷¹ O general citou Candinho Faroleiro, que aparteara ao menos

⁶⁵ *O Jornal*, 8/5/1930; 12/5/1930.

⁶⁶ CALMON, P. *Miguel Calmon: uma grande vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1983, p. 4.

⁶⁷ *O Jornal*, 2/5/1930; 5/5/1930; 8/5/1930; 9/5/1930; 10/5/1930; 14/5/1930; 15/5/1930; 16/5/1930.

⁶⁸ *O Jornal*, 16/5/1930.

⁶⁹ *Diário da Bahia*, 18/9/1930.

⁷⁰ *O Jornal*, 6/5/1930, 24/5/1930, 30/6/1930; *Diário da Bahia*, 20/9/1930.

⁷¹ BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*, p. 48 e ss.

um comício situacionista no Terreiro de Jesus, durante a campanha presidencial. Ele se tornou, em maio, diretor da União dos Operários das Docas da Bahia.⁷²

O comunismo, como percebia a mocidade acadêmica, era parte do cenário político, aparecendo no manifesto de abril, com que Luís Carlos Prestes, então exilado, rompeu com a conspiração em curso no país. “O *simoun* [rajada] do comunismo, se não desencadeia com a feição das grandes tempestades, já se concentra com o caráter das grandes calmarias”, disse um texto que mostrou o perigo de a intolerância de Washington Luís, no processo sucessório, desencadear uma “explosão rubra”.⁷³ Os aliancistas da Bahia, em geral, rejeitaram o manifesto do Cavaleiro da Esperança e, portanto, o bolchevismo, acompanhando a direção nacional do tenentismo e do aliancismo, sobretudo o capitão Juarez Távora, que se tornaria o líder da conspiração no Norte, incluindo a Bahia.⁷⁴ “A revolução brasileira, para evitar o surto ameaçador do comunismo e Salvar a Nação...”, dizia o início de uma coluna de Joel Presídio, cortada pela censura. Na concepção do autor, não só a revolução não assumiria caráter marxista, como combateria o comunismo.⁷⁵

Porém, na seção universitária de 13 de junho, apareceu, sob o pseudônimo Alma de Beb, um poema que elogiou o manifesto de Luís Prestes, negando-lhe caráter comunista e atribuindo-lhe caráter “liberal”, termo empregado pelos aliancistas para designarem a si próprios. Mas o autor incorporou o argumento, presente no manifesto, de que “comícios”, “eleições” e “leis”, elementos cruciais para a Aliança Liberal, eram “burlas” e “ficções”.⁷⁶ Percebe-se aí uma ambiguidade que lança sombra sobre a relação do autor com o credo rubro. Sabe-se que a redação oposicionista contou com a colaboração de intelectuais e militantes que se aproximariam do marxismo, como Edson de Souza Carneiro, Jorge Amado e Antônio Maciel Bonfim.⁷⁷ Entretanto, exceto pelo último, que, abandonando a conspiração aliancista, acompanhou o giro ideológico de Luís Carlos Prestes, não é clara a posição ideológica na ocasião em que se publicou o poema. Edson de Souza Carneiro e Jorge Amado eram integrantes da Academia dos Rebeldes, uma agremiação literária que possuía perfil político,

⁷² *Correio da Manhã*, 4/9/1925; *O Jornal*, 5/5/1930; SEM AUTOR. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ), 1919, p. 2186; *Diário Carioca*, 30/10/1929; depoimento Oliveira Freitas em entrevista. *A Noite*, 26/1/1931.

⁷³ *O Jornal*, 26/6/1930.

⁷⁴ *O Jornal*, 14/6/1930, 7/6/1930, 13/6/1930; *Diário da Bahia*, 27/6/1930.

⁷⁵ *Diário da Bahia*, 13/9/1930.

⁷⁶ *O Jornal*, 13/6/1930.

⁷⁷ Antônio Maciel Bonfim, que ficaria conhecido como Miranda, tornar-se-ia uma importante personagem na história do comunismo brasileiro, dirigindo o PCB nos anos 1930. MOREIRA, R. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*. Vol. 36, 2016. Sobre colaboração para *O Jornal: A Tarde*, 16/9/1930.

mas apenas no sentido de marcar distância de instituições culturais consagradas de Salvador, como os estabelecimentos de ensino, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e a Academia de Letras da Bahia. Os integrantes desse grupo, assim como os membros da redação aliancista, pertenciam a grupos sociais intermediários, “remediados”, apadrinhados por lideranças oposicionistas, como J. J. Seabra, os primos Moniz, os irmãos Souza Carneiro e o marchante José Presídio.⁷⁸

O *Diário da Bahia*, com o qual *O Jornal* mantinha proximidade, realizou uma marcante alteração em sua linha editorial em 1930. Desde o início da campanha presidencial, no ano anterior, a gazeta dirigida por Moniz Sodré denunciava o descalabro financeiro da Bahia, intensificado em grande parte pela Grande Depressão. Produzidos certamente pelo ex-senador, eleito deputado federal em março de 1930, os artigos passaram a explorar, em setembro, as estratégias comunistas para conquistar o mundo, extraindo o conteúdo, aparentemente, de publicações sobre o assunto. Mas existem sinais de uma inspiração local, afora o possível desinteresse em continuar a linha anterior após a renúncia de Vital Soares em agosto. O jornal, no início do mês, alertou sobre a propagação do comunismo no país, notadamente na Bahia, onde a polícia estaria monitorando articulações para a criação de um comitê de propaganda. Pouco depois, a notícia seria confirmada quando as autoridades prenderam três pessoas que, portando documentos comprometedores, confessaram ser partidário da ideologia russa.⁷⁹ O líder, preso em Alagoinhas, era Antônio Maciel Bonfim, representante da Liga de Ação Revolucionária, criada em julho por Luís Carlos Prestes, com o qual matinha correspondência.⁸⁰ Identificado como ex-colaborador de *O Jornal*, ele teria realizado reuniões em Salvador, incluindo o subúrbio de Massaranduba. Num dos encontros, nomeara dirigente da organização na Bahia o trabalhador João Pacífico, preso em sua residência nas Portas do Carmo. Manoel Ribeiro, preso no trabalho no Centro Operário (Pelourinho), fora indicado propagandista.⁸¹

Os aliancistas de *O Jornal*, em ao menos duas ocasiões, viram o perigo comunista nas próprias relações de trabalho em Salvador. Primeiro, ao relatarem mais um “desaforo dos americanos”, isto é, a proibição, imposta aos empregados da Circular, de pararem os bondes para beberem água, para não atrasarem o tráfego. “Todo mundo sabe que são as compressões

⁷⁸ ROSSI, G. *O Intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*, p. 91-104.

⁷⁹ *Diário da Bahia*, 2/9/1930; *Diário da Bahia*, 17/9/1930.

⁸⁰ MOREIRA, R. Antônio Maciel Bonfim (Miranda): um esboço biográfico. *Revista Brasileira de História*. 36 (72). Mai-Ago 2016, p. 176-177.

⁸¹ *A Tarde*, 16/9/1930.

que produzem esse mal-estar mundial a explodir em manifestações de caráter mais ou menos comunista”, explicou o diário, acrescentando que a “extorsão” e o “desrespeito” às “classes pobres” eram de “consequências imprevisíveis”. “O dólar pode comprar consciências, mas nem sempre compra o sossego”, concluíram, referindo-se, de um lado, aos brasileiros que oprimiam os compatriotas para agradarem os estadunidenses e, de outro, aos perigos a que eram expostos os diretores da Circular pelos abusos cometidos pela empresa.⁸²

O segundo alerta apareceu dias depois, no contexto de um conflito laboral que no mês seguinte, julho, resultaria na agressão, pelos portuários, do superintendente francês da Société de Construction du Port, Albert Warnot. Os chefes das empresas estrangeiras no Brasil, segundo a gazeta, eram os maiores propagandistas das ideias de Moscou, ao tratarem os operários injustamente, ignorando o conselho da imprensa. “Ninguém quer tomar a sério o conselho. Prefere recebê-lo na ponta da baioneta ou no bojo de uma bomba de dinamite.” “Injustiças [...] geram descontentamento, [que] é a [...] lenha para a fogueira do comunismo”, como mostrara a “Rússia dos czares”. Patrocinador, segundo o artigo, do constante roubo de mercadorias no porto (“latrocínio organizado” contra o comércio da Bahia), o superintendente francês das Docas estaria permitindo que, sob sua sombra, o apontador da empresa cometesse injustiças contra os marítimos. “Está aí por que o comunismo marcha”.⁸³ É importante destacar que, como presidente da União dos Operários das Docas da Bahia, Candinho Faroleiro atuou nas negociações entre os operários e a empresa francesa.⁸⁴

Durante a agitada passagem de Simões Filho e Pedro Lago por Salvador, em 15 de julho, cerca de 200 carregadores, em comissão, procuraram o governador eleito, que se comprometeu a se reunir com Albert Warnot, o que cumpriria no dia seguinte ao lado do deputado federal Pacheco de Oliveira, ex-oposicionista muito próximo aos trabalhadores do porto. Os operários recebiam apoio da imprensa e, por isso, no mesmo dia 15, após conferenciarem com Madureira Pinho, dirigiram-se às redações jornalísticas, sendo recebidos por Simões Filho. O deputado federal declarou que sua gazeta continuaria a apoiar os que clama por justiça, desde que estes respeitassem as “autoridades” e a “propriedade”.⁸⁵

Dias antes, a imprensa alertara que pretender calcar a classe operária aos pés era perigoso, pois seus membros não estariam dispostos a aceitar o “açote” de “tiranetes assalariados” que, de “chicote em punho”, submetem-se às injunções dos “mandões”. O

⁸² *O Jornal*, 23/6/1930.

⁸³ *O Jornal*, 28/6/1930.

⁸⁴ *O Jornal*, 5/5/1930.

⁸⁵ *A Tarde*, 16/7/1930.

tiranete assalariado era o apontador da companhia que, para agradar o mandão Albert Warnot, realizara um corte de 250 trabalhadores numa chapa de 450. Representados por Candinho Faroleiro, os trabalhadores tinham procurado Madureira Pinho, que solicitara a suspensão dos cortes. Entretanto, os problemas continuaram porque existiam irregularidades na Caixa de Aposentadorias e Pensões, instituto criado recentemente com o Conselho Nacional do Trabalho, ambos representando progresso importante em matéria de legislação e conciliação trabalhista.⁸⁶ Três anos antes, irregularidades semelhantes contribuíram para a ocorrência de uma paralisação de 15 dias na Este Brasileiro, estrada férrea pertencente ao grupo proprietário da Societé de Construction du Port. Os trabalhos exigiam, entre outros, controle sobre o recrutamento, aumentos salariais, limite de 60 quilos de carga por cabeça e readmissão de companheiros demitidos. Os jornais dirigiam críticas pesadas a Albert Warnot, acusando-o de ser um estrangeiro insolente que, abusando da hospitalidade baiana, não reconhecia os marítimos e a União dos Operários das Docas como interlocutores, desrespeitando as próprias autoridades públicas. Aos trabalhadores dirigia insultos raciais, declarando “nenhuma satisfação” ter com Madureira Pinho. Eram infrutíferos os apelos dos políticos ao superintendente, assim como as cobranças dos marítimos, que exprimiam sua impaciência em reuniões das associações de classe, ensejando pedidos de calma dos jornalistas presentes. Correria o boato de que existia um grande rombo na Societé de Construction du Port, suposta razão da intensificação da exploração laboral.⁸⁷

O incidente ocorreu na manhã de 19 de julho, quando cinco ou seis trabalhadores, diante de um armazém do porto, aproximou-se de Albert Warnot para saber o resultado de uma reunião entre este e Pacheco Oliveira. “Não quero entendimentos com negros”, respondeu o superintendente, entre irônico e enérgico. “Foi o estopim. Fechou-se o tempo, que foi bofetada a três por dois. Em poucos minutos o francês estava em trajes de Adão, tendo apenas no pescoço uma gravata”. Esquecendo-se de estar na terra do Senhor do Bonfim, o superintendente gritou por “Mon Dieu de la France!”, mas sem resultados. Socorrido por guardas civis, subiu num auto e disparou para a casa de Madureira Pinho, que se recusou a permitir sua entrada por estar apenas enrolado numa capa. Ele seria medicado na delegacia, onde ameaçou processar os jornais soteropolitanos pela contribuição deles para a agressão. O

⁸⁶ *Diário da Bahia*, 10/7/1823. FRACCARO, G. Verbete da Caixa de Aposentadorias e Pensões de Estradas de Ferro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 19/12/2021; GOMES, A. M. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

⁸⁷ *Diário da Bahia*, 10/7/1930 e 19/7/1930.

Diário da Bahia condenou a ação dos operários, mas aconselhou o superintendente a respeitar os brasileiros, que podiam ser negros, mas sabiam repelir afrontas recebidas.⁸⁸

É interessante perceber como o protesto popular podia ser entendido em relação com o comunismo ou o nacionalismo, seja no caso da Circular, seja no da Société de Construction du Port, que entrelaçou exploração de classe e discriminação racial. Quando era percebida como uma ameaça comunista, essa manifestação tendia a ser rejeitada; quando era interpretada como uma resposta à humilhação nacional, era apoiada. O nacionalismo era uma retórica atraente aos jornalistas, o que permitia aos trabalhadores ampliarem apoios em sua luta contra os abusos dos patrões estrangeiros, responsabilizados pela introdução de uma ideologia alienígena na Bahia, isto é, o credo de Moscou. Tal situação ecoaria no estudo etnográfico décadas depois realizado por Donald Pierson em Salvador. Os informantes locais conduziram o sociólogo estadunidense a crer que “as raras divergências que surgiam entre o ‘trabalho’ e o ‘capital’ tomavam frequentemente a forma de luta entre o trabalho nacional e o capital, tendendo, assim, mais a unir que a dividir o grupo local”.⁸⁹

Entretanto, o que Donald Pierson e seus informantes diziam ser ausência de conflito, consistia numa estratégia de forjar aliança entre diferentes grupos sociais contra parcela importante do patronato, isto é, os estrangeiros, controladores de grandes empreendimentos e, portanto, importante parcela do mercado de trabalho. Como esclarecido acima, o próprio estudioso reconhecia o peso dos estrangeiros na competição comercial e financeira na Bahia.⁹⁰ O procedimento da imprensa, de simpatizar com o protesto popular a partir de uma retórica nacionalista, era facilitado pelo fato de diferentes classes serem afetadas pela atuação das empresas estrangeiras. Daí a referências aos roubos supostamente acobertados pelo superintendente, prejudiciais aos grandes comerciantes do estado. Os diários eram os principais meios de reclamação do público em geral, “fortunados” ou “remediados”, fregueses insatisfeitos que eram de companhias como a Circular, a Este Brasileiro e a Société de Construction du Port.

Outra nota que surgiu no diário aliancista dirigiu a atenção ao quebra-bondes na Liberdade. “Não param os ecos dos quebra-bondes, onde se nota a disposição e intolerância pública”, apareceu numa nota anterior sobre um “complô bolchevista”, supostamente descoberto pela polícia entre os estudantes da Escola Normal. O texto indica que o quebra-

⁸⁸ *Diário da Bahia*, 20/7/1930.

⁸⁹ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: um estudo de contato racial*, p. 98.

⁹⁰ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: um estudo de contato racial*, p. 98.

quebra, ocorrido em maio, continuou a gerar inquietações em junho. O fato seria lembrado, à guisa de introdução, para mostrar que “nossa Bahia [estava] assumindo atitudes decisivas. E até revolucionárias”. Dado o aplauso do diário ao protesto da Liberdade e seu repúdio ao manifesto de Luís Carlos Prestes, tudo indica que a revolução imaginada no texto era a que os integrantes da redação enalteciam, isto é, a articulação pela liderança da Aliança Liberal.⁹¹ Seja como for, o importante é perceber como uma manifestação popular era não só apoiada, como percebida como revolucionária, quando o jornal apoiava a conspiração contra Washington Luís.

O mal-estar entre acadêmicos e policiais ocasionou um sério conflito em agosto no Terreiro de Jesus, diante da escola de Medicina, lugar onde ocorreria o Quebra-Bondes do dia 4 de outubro. Tudo começou no sábado dia 18, no teatro Politeama, onde Raul Roulien, diretor de uma companhia teatral de passagem pela cidade, teria ofendido o público, constituído de estudantes normalistas. Os relatos sobre o ocorrido são contraditórios, mas, desde o início da temporada, os estudantes exprimiam das plateias sua insatisfação com o artista carioca, incomodando o público. Eles consideraram o incidente de sábado um ultraje às normalistas e, em reação, prepararam, para a noite de segunda-feira 20, uma assoada contra Raoul Roulien. Para obstar o plano, o delegado João Mendes dirigiu-se às galerias, postando soldados no pátio e um piquete montado na área externa. Professores presentes ao recinto, secundando João Mendes, procuraram acalmar os ânimos, apartando seus alunos de um grupo menor, mais exaltado. Os delegados decidiram então retirar os acadêmicos do Politeama, o que ocasionou um conflito, inicialmente, com os soldados postados no pátio e, em seguida, com a cavalaria na área externa. Sairiam feridos nove estudantes, mais Anísio Teixeira, que, como diretor de instrução, fora chamado às pressas para o teatro; o deputado estadual Nestor Duarte, que acompanhou o cunhado, precisou refugiar-se num auto com outros populares para não ser agredido pela força montada.⁹²

O caso generalizou a contrariedade na classe estudantil, que na manhã seguinte, em peso, ausentou-se das aulas e reuniu-se no Terreiro de Jesus. Eles acabaram entrando em choque com um soldado e um tenente que passou no largo. O oficial, depois de disparar, sem sucesso, contra Arnaldo Silveira, refugiou-se no largo Ramos de Queiroz, precisamente na sede da Circular, que, com o desenrolar dos acontecimentos daquele manhã, baixaria as portas

⁹¹ *O Jornal*, 21/6/1930.

⁹² *A Tarde*, 20/8/1930; *Diário da Bahia*, 21/8/1930.

e suspenderia o tráfego na área (os bondes passariam a retornar da praça Rio Branco).⁹³ Dois outros aliancistas, Manoel Novais e Nelson de Souza Carneiro, exerceram papel proeminente no protesto, como representantes estudantis nas negociações encetadas com professores e políticos.⁹⁴ Os acadêmicos ocuparam, em seguida, a escola de Medicina, apoderando-se dos fuzis do tiro de guerra da instituição. Surgiu então no Terreiro de Jesus um piquete montado, que recebeu assuadas, “não só dos estudantes, mas de elementos perniciosos, que sempre se aproveitam de tais ocasiões”. Consta que, no desenrolar dos acontecimentos, os estudantes pretenderam realizar comícios na praça, sendo obstados pela força pública. Era o pomo da discórdia da campanha presidencial, isto é, a polêmica entre acadêmicos e policiais acerca da ocupação do espaço público.⁹⁵

Para acalmar os estudantes, chegaram, entre outros, os docentes Couto Maia, Edgard Santos, Alfredo Brito e Adolfo Diniz. O comandante da Região Militar, Ataliba Osório, igualmente apareceu, alegando que a escola, assim como as armas empregadas pelos estudantes, pertencia à União. No entanto, a razão para seu aparecimento, que fora acertado com Madureira Pinho, era a simpatia gozada entre os estudantes pelo Exército, que assim estaria apto a auxiliar a restauração da ordem. Esse fato confirmou-se quando os ocupantes do prédio receberam sob aplausos uma tropa do 19º Batalhão de Caçadores (BC) despachada para o Terreiro de Jesus com metralhadora e fuzis. O secretário de polícia, que ausente da praça, acompanhou tudo a distância, ordenou, em seguida, que a força pública se afastasse, estacionando no largo do Cruzeiro de São Francisco. Ataliba Osório, de sua parte, conseguiu desarmar os estudantes.⁹⁶

Entretanto, enquanto pupilos e docentes reuniam-se em assembleia no prédio para discutir uma solução para a crise, permanecia a tensão na praça pública, dada a “circunstância de elementos estranhos à classe acadêmica, conhecidos perturbadores da ordem, tomarem parte nos acontecimentos”. A polícia estacionada nas imediações, assim como outros soldados de passagem pelo largo, foram objeto de apupos e pedradas, “partidas de um grupo numeroso [estacionado] na esquina próxima”. Os policiais, desobedecendo ao delegado presente, disparando contra o grupo, ocasionando ferimentos. Esse tiroteio foi o mais intenso, durando cerca de dez minutos.⁹⁷

⁹³ *A Tarde*, 20/8/1930 e *Diário da Bahia*, 21/8/1930.

⁹⁴ *A Tarde*, 20/8/1930 e *Diário da Bahia*, 21/8/1930.

⁹⁵ *A Tarde*, 20/8/1930.

⁹⁶ *Diário da Bahia*, 21/8/1930; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24/8/1930.

⁹⁷ *A Tarde*, 20 e 21/8/1930.

O conflito entre estudantes e policiais concluiu-se após negociações com os docentes e parlamentares situacionistas que se dirigiram à escola de Medicina, como representantes de Frederico Costa, que chegara a pedir ao ministro da Justiça o fechamento da instituição para o restabelecimento da ordem.⁹⁸ Os estudantes exigiram a retirada da força policial, abertura de inquérito sobre a refrega no teatro e a suspensão da temporada de Roulien, o que pôs fim ao protesto.⁹⁹

O episódio mostrou que a animosidade entre acadêmicos e soldados poderia gerar desordens, como ocorrera dias antes na Faculdade de Direito de São Paulo, onde os estudantes tinham sido impedidos de realizar uma passeata em homenagem a João Pessoa. Na ocasião, a polícia arrebatou-lhes uma bandeira brasileira, o que engatilhou o conflito. Seguiram-se, então, cenas semelhantes às que ocorreriam em Salvador: ocupação da faculdade, descargas com armas do tiro de guerra, interferência de docentes e do Exército. O lufa-lufa terminou com a restauração da bandeira aos estudantes. Essa semelhança sugere que os estudantes baianos podem ter sido estimulados pelo exemplo paulista, sendo o pano de fundo o assassinato de João Pessoa. Os acadêmicos de São Paulo foram inspirados pela participação estudantil na revolução então recentemente ocorrida na Bolívia, que também era inspiração para os universitários da Bahia.¹⁰⁰

Os acontecimentos em Salvador articularam-se com as disputas políticas, como sugere a própria presença dos aliancistas na organização do protesto. Quando noticiou o incidente da noite anterior no teatro, a imprensa referiu-se à presença de certo “elemento desordeiro”, acrescentando que muitos manifestantes não pertenciam à classe acadêmica. Era a mesma linguagem que se empregara, na campanha presidencial, contra Arnaldo Silveira, Gustavo Santos e Candinho Faroleiro. É importante destacar, no entanto, que o protesto não se resumiu a uma trama minoritária, pois logrou mobilizar boa parte da mocidade estudantil.¹⁰¹ Outro elemento crucial, sinalizando o entrelaçamento com o quadro político, é a simpatia que os estudantes demonstraram pelo 19º BC. Nos dias seguintes, eles continuaram a exortar os praças ao encontrá-los nas ruas, postura que exprimia alinhamento com a revolução dos tenentes e da Aliança Liberal, cuja preparação intensificara-se após a morte de João Pessoa,

⁹⁸ *Correio da Manhã*, 21/8/1930; *A Batalha*, 21/8/1930.

⁹⁹ *A Batalha*, 22/8/1930; *Jornal de Recife*, 23/8/1930.

¹⁰⁰ Carta de Cameron ao Department of State, 18/9/1930. NARA. RG 84.

¹⁰¹ *A Tarde*, 20/8/1930; *Diário da Bahia*, 21/8/1930.

no mês anterior. Os oficiais do Exército, ordenaram aos soldados manterem-se distantes, cingindo-se às ordens dos comandantes.¹⁰²

Os acontecimentos no Politeama e no Terreiro de Jesus expuseram outro membro proeminente do governo findo, isto é, o secretário de Segurança Pública. *O Jornal*, em telegrama encaminhado a J. J. Seabra, então no Rio, explicou que os acadêmicos exigiam a demissão de Madureira Pinho e do comandante da polícia, informação que não identifiquei nem no *A Tarde* nem no *Diário da Bahia*.¹⁰³ Ela seria confirmada, no entanto, pelo cônsul estadunidense, ao relatar o episódio ao Department of State.¹⁰⁴ Corria o rumor, anunciado na imprensa oposicionista, de que o futuro governador Pedro Lago mudaria o comando da Secretaria de Segurança Pública, entregando-a a Medeiros Neto.¹⁰⁵ Salvador, na ocasião da refrega, recebia políticos chegados do Rio e dos sertões baianos, que tomariam parte, à noite, na convenção que lançaria a candidatura de Pedro Lago.¹⁰⁶ Portanto, o momento era estratégico para os estudantes exprimirem sua oposição a Madureira Pinho. Nos dias seguintes, os parlamentares situacionistas realizaram uma operação de blindagem do secretário de Segurança Pública, cuja demissão foi exigida por Wenceslau Guimarães, que lembrou seu apelido: Mussolini. Madureira Pinho que já era exposto pela atuação da polícia no interior da Bahia, seria criticado pelo episódio do Terreiro de Jesus.¹⁰⁷

O embate atraiu não só o Exército, mas pessoas não pertencentes à corporação acadêmica ou policial. Entre os mais de vinte feridos, contabilizaram-se, entre outros, comerciantes, empregados no comércio, no Telégrafo e nas obras do elevador Lacerda.¹⁰⁸ Segundo um correspondente da imprensa carioca, a principal preocupação das autoridades, em certo momento, era o envolvimento, no protesto, dos “desocupados”. O discurso que a imprensa mobilizou para identificá-los (“elementos”, “perniciosos”, “desordeiros”) era muito semelhante ao empregado na campanha presidencial contra Candinho Faroleiro, Mirandolino. Era igualmente uma maneira de estigmatizar pessoas oriundas da classe trabalhadora da capital, majoritariamente negra. Foi durante a reunião interna entre estudantes e docentes, quando os policiais foram hostilizados pelos “populares”, que o tiroteio assumiu aspecto mais

¹⁰² *Correio da Manhã*, 22/8/1930.

¹⁰³ *Correio da Manhã*, 21/8/1930.

¹⁰⁴ Carta de J. Neu ao Department of State, 15/9/1930. NARA. Consulado da Bahia. Livro 212. Essa exigência de remoção foi referida por: *Diário Carioca*, 21/8/1930.

¹⁰⁵ *Jornal de Recife*, 30/8/1930; *Correio da Manhã*, 21/8/1930.

¹⁰⁶ *A Tarde*, 8/8/1930.

¹⁰⁷ *Diário da Bahia*, 22/8/1930; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24/8/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 26/8/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 26/8/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 29/8/1930; *Diário da Bahia*, 29/8/1929.

¹⁰⁸ *Diário da Bahia*, 21/8/1930.

cruento, em comparação com a reação aos acadêmicos. Estes gozaram de certa condescendência da imprensa e mesmo das autoridades, situacionistas ou oposicionistas.¹⁰⁹ Em contraste, o estivador João das Virgens, foi um dos poucos baleados. O tratamento distinto, dispensado às classes populares e às oposições pertencentes às classes superiores, é um traço característico do autoritarismo brasileiro, ele mesmo elemento central na formação da Nação.¹¹⁰

Essa participação popular, assim como o entrelaçamento com a sucessão estadual e nacional, aproxima o episódio do Quebra-Bondes, outro protesto ocorrido no Terreiro de Jesus. Esses e outros elementos (como o (des)alinhamento entre estudantes, policiais e Exército e o tratamento distinto a populares e acadêmicos) seriam comuns a ambas as manifestações, ainda que se configurassem, em cada caso, de maneiras distintas. Digno de nota também é a presença, marginal no protesto de agosto e central no de outubro, da Circular, cujas propriedades, móvel e imóvel, podia ser tragada para o epicentro do conflito. Essa presença, no entanto, não era só material, mas política, pois a subsidiária da General Electric era enredada na crítica que se fazia aos situacionistas baianos, o que era claro no caso do deputado federal Simões Filho e de prefeito Francisco Souza, mas não inteiramente ausente do de Madureira Pinho, o secretário de Segurança Pública.

Chico Confusão

Nos últimos meses de 1929, a polêmica em torno da destinação dos 1 mil contos entregues à prefeitura pela Circular (em troca da eliminação da cláusula contratual obrigando a empresa a construir um matadouro modelo) ensejou nos jornais e no Conselho Municipal questionamentos sobre as contas municipais. O intendente Francisco Souza explicou na ocasião que recebera apenas as primeiras parcelas dos recursos, incorporando-os à “receita geral” e gastando-os em “pagamentos”. Ele acrescentou que as obras de calçamento, aonde, a princípio, pensou-se que o dinheiro fora alocado, tinham consumido cerca de 5 mil e 800 contos de réis, montante que fez um jornalista se perguntar de que mineral eram feitos os paralelepípedos da Bahia.¹¹¹ O conselheiro municipal Rogério de Faria, em seguida, ocupou a tribuna para esclarecer que sua oposição a um projeto de Francisco Souza regulando o horário comercial não traduzia oposição ao intendente, cuja administração elogiou, citando os

¹⁰⁹ *Diário da Bahia*, 22/8/1930.

¹¹⁰ CHAUI, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p. 92.

¹¹¹ *Diário da Bahia*, 16/11/1929.

calçamentos realizados.¹¹² O Conselho Municipal, em seguida, passaria uma moção de solidariedade a Francisco Souza, em meio aos boatos de que o intendente pretendia renunciar.¹¹³

Durante a apresentação das contas públicas de 1929, ocorrida em março e abril de 1930, o prefeito anunciou uma pequena queda na receita realizada em comparação à orçada. Ele esclareceu que obras públicas, limpeza e iluminação pública tinham representado pouco menos da metade das despesas.¹¹⁴ Sinal mais sério das consequências da crise financeira transpareceu no apelo da Associação Comercial para que o município diminuísse os encargos tributários do orçamento seguinte, o que seria desatendido por Francisco Souza.¹¹⁵ O município não conseguia honrar seus próprios compromissos, incluindo os referentes a obras de embelezamento realizadas no Bonfim. Outra obra paralisada foi a da rua Rui Barbosa, concebida, segundo denúncias, para beneficiar o prédio que Simões Filho construía para sua gazeta no largo do Teatro. O ex-secretário Bráulio Xavier, segundo relatos, ao perceber que a área diante do Hotel Meridional permaneceria esburacada por causa da paralisação, ameaçou processar o município, o que inspirou outros comerciantes da área a seguir o mesmo caminho.¹¹⁶ O prédio de Simões Filho, inaugurado em março de 1930, aparece no registro abaixo cercado por tapumes e autos, diante de um calçamento que apresenta pequenas irregularidades. O canto esquerdo da imagem é ocupado pelos escombros do teatro São João, incendiado em 1923. Endereço predileta para os passeios da elite elegante, a rua Chile aparece ao fundo, ladeada pelos hotéis Meridional e Palace. Simões Filho também instalaria um hotel nos andares superiores de seu edifício. Entre este e o Meridional, abria-se a rua Rui Barbosa.

¹¹² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/12/1929.

¹¹³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 24/12/1929.

¹¹⁴ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/3/1930.

¹¹⁵ *Diário da Bahia*, 1/5/1930.

¹¹⁶ *Diário da Bahia*, 30/4/1930; 8/5/1930.



18. Tampumes repletos de anúncios escondem a construção da sede do *A Tarde* no largo do Teatro. Nota-se claramente o arco ligando o bonde e a rede de tração elétrica. Salvador, 1929-30. Fonte: IGHB.

Os problemas concernentes às contas e aos empreendimentos municipais, associados à atuação da subsidiária da General Electric, continuaram a comprometer a sustentação política de Francisco Souza no decorrer de 1930, paralelamente ao recrudescimento da crise financeira. Diante das suspeitas de crescimento desordenado de despesas orçamentárias autorizadas, mas não pagas, parte dos edis, baseando-se numa lei de reorganização municipal chancelada em 1929, condicionou o aceite das contas públicas à apresentação pelo intendente dos débitos municipais e da lista dos credores.¹¹⁷ Francisco Souza recusou-se a prestar as informações, perguntando ao Tribunal de Contas se a mencionada lei incidia sobre o exercício financeiro de 1929, obtendo um parecer que lhe protegera. O prefeito também alegou que a repartição municipal encarregada das contas públicas não possuía estrutura para, simultaneamente, prestar os esclarecimentos pedidos e atender aos prazos impostos pelo Tribunal de Contas. Francisco Souza procurou a guarida de Vital Soares, com quem conferenciou sobre o assunto a portas cerradas. No entanto, independente do parecer do Tribunal de Contas, sua moralidade seria questionada na imprensa, segundo a qual o “rombo”, causado, entre outros, por calçamentos dispersos, atingia cerca de 10 mil contos de réis, o que constituía metade de um orçamento anual.¹¹⁸ O órgão oficial do PRD e do PUD, dirigido por um engenheiro (Leopoldo Amaral), citou a legislação municipal sobre o assunto, para argumentar que “Chico Confusão” pretendia esconder a calamidade contábil.¹¹⁹ O periódico, em junho, instigou os conselheiros municipais a recolher os dados de maneira forçada, sem a autorização do prefeito.¹²⁰

¹¹⁷ *O Jornal*, 17/5/1930.

¹¹⁸ *O Jornal*, 23/5/1930.

¹¹⁹ *O Jornal*, 29/5/1930; 9/6/1930.

¹²⁰ *O Jornal*, 4/6/1930; 7/6/1930.

Alfredo Tuvo acabara renunciando à liderança do Conselho Municipal em maio, diante da recusa dos colegas em insistir com a exigência da apresentação do balancete financeiro. O edil, em 1928 e 1929, destacara-se na defesa da casa, do prefeito e da Circular, contra os questionamentos de Cantídio Teixeira e da Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza sobre os contratos do transporte e da eletricidade. Sua renúncia teria ocorrido em meio a grande tumulto, com o líder acusando a instituição de ser “indigna”.¹²¹ No auge da crise, reapareceram boatos de que Francisco Souza abandonaria a prefeitura, possibilidade festejada pelo órgão aliancista.¹²² O renunciante, em carta aberta a Leopoldo Amaral, negaria que qualificara de indignidade o Conselho Municipal, mas reafirmaria que era obrigação da casa exigir a prestação de contas, para não as cancelar sem as conhecer.¹²³ No desenrolar da disputa entre o intendente e a câmara municipal, correu o boato de que o próprio Francisco Souza renunciaria.¹²⁴

O caso concluiria em meados de junho, quando o Conselho Municipal aprovou as contas de Francisco Souza, reconhecendo que a legislação passada em 1929 não incidia sobre o exercício financeiro daquele ano. O parecer, assinado por Alfredo Tuvo e Cantídio Teixeira, declarou, de um lado, que, por uma questão de moralidade administrativa, não cabia ao intendente negar os dados solicitados; de outro, reconheceu que a burocracia municipal não possuía condições de entregar os dados solicitados no prazo legal.¹²⁵ Percebe-se o alinhamento entre o texto do parecer e os publicados nas gazetas oposicionistas. Alfredo Tuvo reocuparia a liderança, em circunstâncias pouco esclarecidas, sendo a hipótese mais plausível a de interferência do governador da Bahia, que chegou a conferenciar com o edil, procurando dissuadi-lo da renúncia.¹²⁶

Permanecia no ar a polêmica em relação ao destino dos mil contos pagos pela representante da General Electric no caso do matadouro, a ponto de obrigar o intendente, em março, a iniciar reformas emergenciais no Retiro.¹²⁷ Os trabalhos eliminaram os buracos do assoalho onde era acumulado sangue podre, causador de quedas nas reses e nos trabalhadores, sem mencionar o odor pestilento. Francisco Souza adquiriu cordas, mobília e material de limpeza, prometendo instalar luz e telefone, o que ainda não cumprira em setembro. Parte

¹²¹ *O Jornal*, 20/5/1930.

¹²² *O Jornal*, 27/5/1930.

¹²³ *O Jornal*, 22/5/1930.

¹²⁴ *O Jornal*, 28/5/1930.

¹²⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 15/6/1930.

¹²⁶ *O Jornal*, 20/5/1930.

¹²⁷ *Diário da Bahia*, 21/5/1930; *O Jornal*, 22/5/1930.

importante das melhorias consistiu na “moralização” do ambiente laboral, eliminando hábitos praticados pela administração e os magarefes. Essa decisão acabou gerando um conflito entre o médico Otto Pimenta e o administrador empossado em julho, Alencar Araripe. Entre as práticas “ímorais”, mencionou-se o “roubo” de pedaços de carne durante a matança, descrito em ocasião anterior como pagamento extra aos magarefes. Trabalhadores, em condições pouco esclarecidas, ensaiaram então duas paralisações na passagem de agosto para setembro, exigindo o retorno de Otto Pimenta, que pedira licença após o atrito. Diante do repórter que partiu apressado para a repartição, alguns trabalhadores explicaram que o problema entre o administrador e o médico era um “barulho de branco” em que se pretendia enredá-los. Negaram a intenção de paralisar os abates: “só se a greve for com os bois”, disseram ironicamente ao alarmado jornalista. Tudo indica que os hábitos erradicados consistiam em arranjos entre os magarefes e o médico, o que explicaria a popularidade gozada entre os trabalhadores por Otto Pimentel. Sem mencionar os pedaços de carne, o andar superior do prédio tornara-se um cômodo habitacional, o que seria proibido por Alencar Araripe. Diante da imprensa, era claro o propósito de proteger Francisco Souza da polêmica sobre o matadouro, não só entre funcionários e magarefes, como entre marchantes interpelados, que claramente superestimaram as mudanças introduzidas.¹²⁸ Essa postura transpareceu numa reportagem do jornal de Simões Filho, que reproduziu acriticamente a falsa alegação do administrador de que o intendente desconhecia até então as péssimas condições do estabelecimento.¹²⁹

Não obstante a penúria nos cofres municipais, Francisco Souza começou a executar, em setembro, em parceria com o estado e a Circular, um projeto de remodelação na área entre os distritos de Sé e São Pedro, passando pelo largo do Teatro.¹³⁰ O intendente prometera melhorar a zona no início do seu mandato, quando recebera aplausos de uma gazeta que apontou o crescente congestionamento ocasionado pelos arranha-céus da rua Chile, em particular o Palace Hotel.¹³¹ Outro jornal solicitara a reforma da iluminação e do calçamento da estratégica praça Rio Branco, concluindo por pedir o asfaltamento das ruas principais da área.¹³² Francisco Souza acabaria realizando demolições no largo do Teatro, incluindo a do jardim-labirinto, em cuja construção Góis Calmon dispendera enorme soma de recursos

¹²⁸ *Diário da Bahia*, 27/8/1930; 2/9/1930.

¹²⁹ *A Tarde*, 12/9/1930.

¹³⁰ *A Tarde*, 1/9/1930; *Diário da Bahia*, 2/9/1930.

¹³¹ *Diário de Notícias*, 1/9/1928.

¹³² *Diário da Bahia*, 6/4/1929.

públicos.¹³³ O plano do prefeito era dotar largo e praça de possantes refletores e as ruas Misericórdia, Chile e Sete de Setembro de postes ornamentais com lâmpadas modernas. O largo do Teatro, em acréscimo, ganharia elegantes abrigos para bondes e teria a disposição dos carris alterada, de modo a tornar o tráfego seguro.¹³⁴ O estado seria autorizado a alienar os terrenos onde anteriormente se erguia o Teatro São João, obrigando o comprador a construir arranha-céus cujas plantas seriam submetidas aos governos estadual e municipal.¹³⁵

Durante a realização das obras, o *Diário da Bahia*, que denunciara o favorecimento do prédio de Simões Filho nos trabalhos da rua Rui Barbosa, silenciou-se diante do projeto que remodelaria o largo do Teatro.¹³⁶ Essa contradição não surpreende, pois o jornal dirigido por Moniz Sodré também possuía sua sede nas imediações da praça. No entanto, as obras, como mostrarei a seguir, gerariam atritos entre Francisco Souza e deputados estaduais, contribuindo para aumentar as críticas que não só o intendente, mas a própria Circular recebia nas câmaras estaduais e municipal.

A situação política de Francisco Souza começou a se deteriorar rapidamente a partir de agosto, quando Vital Soares renunciou ao governo baiano, passando-o ao próximo da linha sucessória, o senador estadual Frederico Costa. Francisco Souza sofreu importante derrota no Senado da Bahia, pois os parlamentares, numa sessão agitada, decidiram derrubar seu veto a um projeto do Conselho Municipal que concedia isenções tributárias a fábricas domiciliares que não empregassem operários. O prefeito reafirmou aos senadores sua conhecida oposição a esse gênero de medidas, ao explicar que o projeto reduziria as rendas municipais em dezenas de contos de réis, num momento em que o município possuía pesados encargos financeiros, a começar pelos decorrentes da encampação da SEGE pela companhia estadunidense. Diante da crise internacional, os conselheiros pretendiam defender as pequenas indústrias e o intendente as contas públicas. O caso ensejou uma acirrada alteração entre, de um lado, o situacionista Castro Rabelo e, de outro, os opositoristas Durval Fraga e Wenceslau Guimarães, que criticaram a decisão do executivo municipal. Durval Fraga exprimiu opinião contrária à nomeação dos intendentes, ao passo em que Wenceslau Guimarães declarou que Francisco Souza não se colocara à altura do cargo.¹³⁷ Inspirada ou não pela vitória dos pequenos

¹³³ *Diário da Bahia*, 27/5/1930.

¹³⁴ *A Tarde*, 3/9/1930.

¹³⁵ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 31/8/1930.

¹³⁶ *Diário da Bahia*, 2/9/1930.

¹³⁷ *Diário da Bahia*, 25/7/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 5/8/1930.

industriais, a Associação Comercial procurou a câmara estadual para contornar a recusa do intendente em acatar o pedido de redução tributária no orçamento de 1930.¹³⁸

Essa derrota de Francisco Souza ecoou a cisão na câmara municipal, que recorreu aos senadores contra a decisão do intendente. Alfredo Tuvo, em agosto, deixou a liderança da casa, lembrando que em sua ascensão ao cargo contara com o apoio de Vital Soares. O edil explicou que cumpria promessa própria de não permanecer no cargo após o término do mandato do governador, acrescentando, porém, não nutrir antipatia por Frederico Costa, sucessor de Vital Soares. Ele não citou Francisco Souza, tampouco escondeu suas críticas à administração municipal, onde assegurou existirem “erros, erros profundos”. “Os cálculos fantásticos e fantasias constituem a base da atrapalhada situação financeira do município, apesar de suas rendas não terem diminuído, ao contrário, aumentado”, explicou, mostrando que a Grande Depressão impactou pouco a arrecadação global de 1929.¹³⁹

Não identifiquei no discurso menção explícita ou tácita à subsidiária da General Electric, no entanto, o conselheiro municipal seria substituído no posto por Antônio França, que, segundo denúncias publicadas anos antes, era médico da empresa, cujos interesses defendia no Conselho Municipal.¹⁴⁰ O ex-líder, desde ao menos dois meses, dera uma guinada em sua posição a respeito da companhia, passando a criticá-la. “Não comi, não como e não comerei [da Circular]”, teria proclamado em junho na sede da empresa no largo do Ramos de Queiroz, ao reclamar da suspensão dos passes destinados ao Conselho Municipal. Uma nota cômica na imprensa instigou-o a revelar quem então estaria recebendo propina da Circular na câmara municipal.¹⁴¹ A suspensão dos passes ocasionou profunda irritação na casa, obrigando seu presidente, Mário Peixoto, a encaminhar aos diretores da companhia um ofício classificando a decisão de ilegal. O propósito da empresa, segundo relatos, era substituir os passes por uma indenização anual de 36 contos, pois a passagem gratuita para repartições públicas estaria gerando prejuízos à administradora dos bondes. Segundo críticos, a Circular reincidia assim no irritante hábito de eliminar obrigações contratuais que aceitara em troca de concessões realizadas pelo poder público.

¹³⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/9/1930.

¹³⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 20/8/1930, *A Tarde*, 27/8/1930.

¹⁴⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/8/1930. Sobre as denúncias: *Diário da Bahia*, 20/10/1927.

¹⁴¹ *Diário da Bahia*, 22/6/1930.

Circular

Os problemas no transporte público não desapareceram em 1930, como se percebe no quebra-bondes de maio na Estrada da Liberdade, causado por tráfego desorganizado e frota escassa. O desassossego dos dias seguintes obrigou a polícia a escoltar trâmueis, condutores e motorneiros da ira popular. Prosseguia o registro de incidentes cotidianos, a exemplo do atropelo de uma criança em Roma e a queda de um condutor na Sete Portas no início do ano, sem mencionar denúncias e desentendimentos entre passageiros e prepostos da companhia, a propósito de pequenas questões, como transporte de mercadoria, ocupação do estribo, troco etc.¹⁴² Por exemplo, em junho, a Circular eliminara o costume de permitir aos passageiros pagarem apenas uma seção, caso embarcasse na última ou antepenúltima parada da seção anterior. Essa decisão gerou discussões nos bondes que desciam para a Federação, cujos passageiros, até então, podiam pegar o carro num ponto situado entre o forte de São Pedro e o Corredor da Vitória, apesar de a seção começar adiante, na rua do Canela.¹⁴³ Os soteropolitanos, ademais, continuavam a formar “linguiças”, “piolhos-de-cobra” ou “rabos-de-arraia” diante dos ascensores, apesar do começo das obras do elevador Lacerda.¹⁴⁴

Simpática à Circular, uma gazeta que pediu carro direto para Roma reconheceu melhorias, mas alertou que permaneciam “falhas sensíveis”.¹⁴⁵ Outro periódico, em geral crítico à empresa, informou que o serviço não era ruim na cidade alta, mas sim em Itapagipe, não tanto pela falta de bondes, mas pela permanência da Garganta do Xixi. Eliminar esse gargalo não era responsabilidade da Circular, mas a situação contribuía para o tráfego moroso que punha os moradores da cidade baixa em constante tensão, por causa dos perigos e dos atrasos. Os auto-ônibus, acrescentou, eram pequenos, circulando frequentemente superlotados (sinal de que persistia a escassez de bondes, ao menos em Itapagipe).¹⁴⁶

Mesmo com a abertura dos ramais da Federação, Cabula e Liberdade, existiam subúrbios populosos que permaneciam esquecidos da cidade e autoridades públicas por não possuírem carris. Era o caso da Cidade de Palha e Pau Miúdo, cujos inúmeros moradores eram obrigados a longas marchas para atingir os trilhos de Quintas e Soledade. Sugeriu-se em março que na linha da Federação se abrisse um pequeno ramal para São Lázaro, que possuía belíssimo panorama, sendo agitado em agosto pelos que iam prestar homenagens ao santo

¹⁴² *A Tarde*, 15/1/1930; 18/1/1930; 6/2/1930; 21/2/1930; 7/4/1930; 8/4/1930; 10/4/1930; 7/5/1930; 21/7/1930; 15/8/1930; 15/8/1930; 12/9/1930.

¹⁴³ *O Jornal*, 3/6/1930.

¹⁴⁴ *A Tarde*, 15/5/1929.

¹⁴⁵ *A Tarde*, 15/1/1930.

¹⁴⁶ *Diário da Bahia*, 16/1/1930.

católico e ao orixá Omolu.¹⁴⁷ Segundo denúncias, a população da Federação padecia com os constantes atrasos, por dispor de apenas dois trâmueis.¹⁴⁸ Para quem saía do centro histórico, existia, ademais, uma passagem estreita e defeituosa, logo após o Campo Santo, onde ocorreu de os bondes descarrilharem, ficando dependurados numa ribanceira sob a qual se erguia a casa de um sargento da polícia.¹⁴⁹

O jornal que mostrou a necessidade de bondes diretos para Itapagipe noticiou, em julho, que “nenhum outro assunto domina tanto a atenção do público como este da luz que a Circular nos fornece cara e turva”. “É um rol de reclamações e, embora muitas [...] pequem pelo [...] exagero [...], pode-se concluir que é grande o número de descontentes.” Os contadores, pelos quais era cobrado aluguel, eram a principal razão para as queixas, pois, segundo denúncias, o consumo enérgico era imprecisamente registrado, encarecendo a conta de luz. Procurada pelos consumidores, a empresa sugeria-os contratarem um eletricitista para estudar a instalação, cobrando 20 mil réis se mandasse um técnico ao domicílio e não se constatasse problema no aparelho. Pode ser que a alteração decorresse das oscilações cambiais causadas pela crise internacional. O contrato de energia, como explicado, permitia que parte da tarifa fosse calculada em dólar. Entretanto, a população, aparentemente, não lembrou do presidente da República, Washington Luís, que estabelecera na estabilidade cambial o pilar de seu programa administrativo. O descontentamento popular certamente não poupou Francisco Souza, pois a Fiscalização de Iluminação e Carris, que o intendente estabelecera após a série crise energética de 1929-30, permanecia desaparelhada para cumprir suas atribuições. Adalberto Gomes, o técnico cedido no ano anterior pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, era o diretor da repartição e explicou que o prefeito não instalara o laboratório que prometera para estudar os medidores elétricos.¹⁵⁰ No dia seguinte, a gazeta noticiou que sua redação recebera inúmeras cartas de leitores e consumidores, parabenizando a matéria publicada no dia anterior.¹⁵¹

Desde 1929, os concessionários, executando o acordo da energia, procediam a reformas e ampliações na rede distribuidora de Salvador e, sobretudo, na usina hidroelétrica de Bananeiras. Os trabalhos na capital começaram, aparentemente, entre abril e maio, pois, no primeiro mês, noticiou-se que, ao contrário do se pensara, a Circular não importara os

¹⁴⁷ *Diário da Bahia*, 12/3/1930.

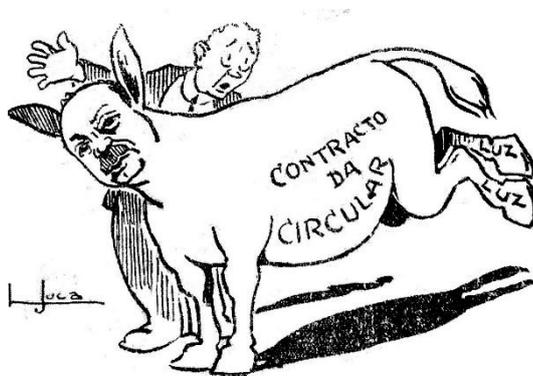
¹⁴⁸ *O Jornal*, 15/5/1930.

¹⁴⁹ *O Jornal*, 17/5/1930.

¹⁵⁰ *A Tarde*, 23/7/1930.

¹⁵¹ *A Tarde*, 24/7/1930.

materiais necessários às obras na rede elétrica; e, no segundo, surgiram protestos sobre a maneira como a companhia conduzia tais empreendimentos.¹⁵² Segundo denúncias, a empresa estaria empregando cabos elétricos sem proteção, instalando-os de maneira incorreta, problema já apontado na rede antiga. Logo os cabos em construção passaram a ser chamados de “Linha da Morte”. Foi descrito o caso da rua do Lacerda (Tororó), onde os fios estariam passando a apenas vinte centímetros das fachadas dos sobrados; numa parada de bonde na ladeira da Independência (Tororó), o cabo era segurado por uma simples corda. O isolamento podia ainda ser feito com precários pedaços de tábuas.¹⁵³ Segundo as denúncias, a Circular teria ignorado a reclamação de Adalberto Gomes, que foi procurado pelos moradores da zona.¹⁵⁴ Saiu na gazeta aliancista, em maio, um editorial denunciando os riscos de os transeuntes electrocutarem-se nos postes e as crianças nos cabos aéreos. O artigo apresentou a charge de um animal simbolizando a estupidez e representando Francisco Souza, condenado por não apoiar o fiscal da Iluminação e Carris. Elogiado por se interessar pela solução do problema, Adalberto Gomes aparece no desenho surpreendido com o coice que o prefeito desfere, certamente contra os consumidores. Se a “luz” aparece nas patas traseiras, evocando o golpe; o “contrato da Circular” aparece no estômago, lembrando as “comidas”.¹⁵⁵



8. Charge produzida por Juca apresenta o intendente Francisco Souza como um animal desferindo um coice e assustando o fiscal Adalberto Gomes. Nas patas, está escrito “luz”; no estômago, “contrato da Circular”. Fonte: *O Jornal*, 9/5/1930.

Praticamente, o assunto desapareceu das gazetas que consultei, exceto por um protesto apresentado na Câmara dos Deputados por Nestor Duarte, sobre a rede área que a empresa

¹⁵² *A Tarde*, 17/4/1930.

¹⁵³ *O Jornal*, 6/5/1930; 9/5/1930.

¹⁵⁴ *O Jornal*, 7/5/1930.

¹⁵⁵ *O Jornal*, 9/5/1930.

instalaria em setembro no largo do Teatro, a qual estaria sem isoladoras ou qualquer proteção contra quedas.¹⁵⁶ Entretanto, em 4 de outubro, a imprensa noticiou que as denúncias eram constantes, obrigando Adalberto Gomes a dirigir um ofício à representante da General Electric, em que alertou que o assentamento das linhas estaria infringindo o contrato, que impunha uma distância de mais de dois metros entre os cabos e os prédios. Ele citou, entre outros, a rua Tomé de Souza, onde a distância aplicada fora de menos de um metro. Hora depois do ofício ser impresso num diário, estourou o Quebra-Bondes.¹⁵⁷

Existia uma terceira questão concernente aos trabalhos realizados pela Circular: a gestão da mão-de-obra. Durante o recorte cronológico do presente estudo, a empresa logrou desbaratar uma ameaçadora paralisação nas oficinas da Graça em janeiro de 1926, graças à rápida reação de Madureira Pinho.¹⁵⁸ Meses depois, a companhia pressionou a polícia para obstar o recrutamento de seus empregados por agências do sul do Brasil, o qual chegou a prejudicar a regularidade do tráfego naquele ano.¹⁵⁹ Durante a greve na Este Brasileiro, ocorrida em maio do ano seguinte (após a incorporação da Circular pela General Electric), motorneiros e condutores procuraram os ferroviários para generalizar a parede para a os carris urbanos. Os operários da Este Brasileiro declinaram da proposta, decerto para não prejudicar o apoio que tinha conquistado junto a importantes segmentos da sociedade baiana, em especial a grande imprensa.¹⁶⁰ Os empreendimentos impostos pelas formas contratuais, no entanto, obrigaram a Circular, que era uma das maiores empregadoras de Salvador, a mobilizar outras categorias operárias (construtores, eletricitistas, mecânicos...), em muitos casos por intermédio de outras companhias, como a empreiteira Christiani & Nielsen. Entre junho de 1929 e de 1930, ao menos um operário baiano e outro alemão morreram ao despencarem dos andaimes do elevador Lacerda, enlutando os colegas, que suspenderam momentaneamente os trabalhos.¹⁶¹

O principal desafio para a administração laboral residia nos imensos canteiros da usina de Bananeiras, aonde a Circular continuou a mandar excursões de políticos, periodistas, docentes e estudantes. Publicados na imprensa, os relatos então produzidos, sobretudo pelos jornalistas, eram uma prestação de contas ao descontente público da Bahia, propiciando, de modo colateral, retratos das condições de trabalho nas margens do Paraguaçu. Dirigidas por

¹⁵⁶ *Diário da Bahia*, 7/9/1930; 9/9/1930.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, 4/10/1930.

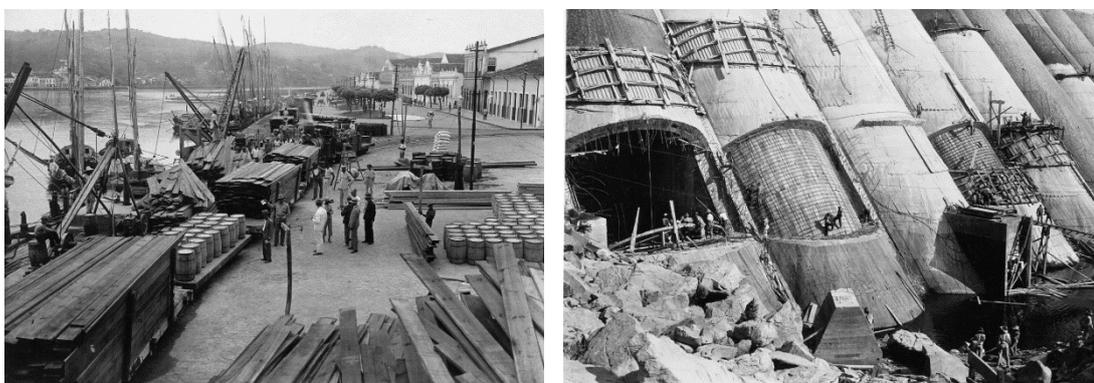
¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 28/1/1926; 10/2/1926; 19/2/1926.

¹⁵⁹ *Diário da Bahia*, 10/8/1926; *Diário da Bahia*, 8/4/1927.

¹⁶⁰ *O Imparcial*, 12 e 14/5/1927.

¹⁶¹ *A Tarde*, 12/6/1929; 17/6/1930

dois engenheiros estadunidenses, as obras empregavam mais de 2 mil operários, dos quais os estrangeiros constituíam uma pequena parcela. Mesmo assim, o inglês era comumente utilizado, o que um excursionista percebeu nas placas bilíngues do consultório odontológico, organizado por um dentista brasileiro. Do contingente operário, a maioria, “gente séria”, isto é, casada, residia com suas famílias nos municípios do Recôncavo, principalmente em São Félix e Cachoeira; os outros, cerca de 800, permaneciam na localidade de Bananeiras. Era uma jornada de trabalho que se estendia das 6 às 19 horas, dada a pressa para a inauguração da obra em março de 1931.¹⁶²

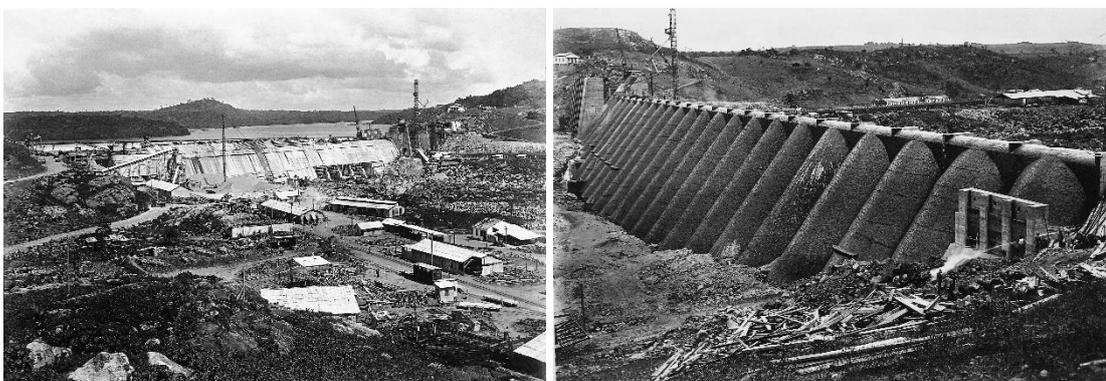


19 e 20. Na primeira imagem, madeira e barricas de cimento são carregados no trem da Circular, onde também eram transportados os operários para os canteiros de Bananeiras; na segunda, operários trabalham na muralha arqueada da barragem de Jerry O’Connell. Cachoeira-São Félix, c. 1930. Autor: Arthur Wirschall. Fonte: Álbum da Circular.

Os residentes nas cidades interioranas, diariamente, iam e viam de casa para o trabalho em trens especiais da Circular, um dos quais aparece na imagem 19 (embarcando madeira e barricas de cimento) e 23 (transportando operários e materiais elétricos). Os que permaneciam em Bananeiras ocupavam terrenos ou casas de zinco e madeira, distintas dos casebres cobertos de palha, muito comuns nas estações férreas dos sertões, mas ausentes de Bananeiras. Para atenuar a incidência dos raios solares, a Circular, construtora e proprietária das casas, cobria o zinco com uma tinta especial, o que certamente não seria o caso se o teto fosse de folhas, como mostraria Donald Pierson ao conhecer os casebres dos arrabaldes soteropolitanos. Nas fotos a seguir, aparecem os tetos de zinco em diferentes tipos de construções, situados no canteiro propriamente dito e nas imediações. Existia um serviço especial, conduzido por Francisco Freire, para o saneamento das matas e residências, sem mencionar, escola, farmácia e hospital. Como se disponibilizou toalete, eram punidos os

¹⁶² *A Tarde*, 12/8/1930; *Diário da Bahia*, 17/8/1930.

trabalhadores flagrados no “mato”. Estabelecera-se num prédio da empresa um pequeno destacamento policial, cujos salários, pagos pelo governo da Bahia, eram complementados em 2 mil réis por dia pela Circular. Os excursionistas asseguraram que as condições de salários e trabalho eram superiores às brasileiras, sendo módicos os preços praticados nos armazéns e açougues mantidos pela empresa.¹⁶³ Num dos passeios, ocorrido em meados de agosto, Pacheco de Oliveira, deputado federal, enalteceu o tratamento dispensado aos trabalhadores baianos pelos engenheiros estadunidenses. Percebia-se o suposto equilíbrio entre nacionais e estrangeiros na incorporação pelos primeiros de modelos de calças e camisas usadas pelos segundos. Essas roupas atraíram a atenção dos excursionistas, que as conheciam das telas cinematográficas.¹⁶⁴



21 e 22. Casas com teto de zinco aparecem em diferentes nos canteiros de Bananeiras e suas imediações. Fonte: CDCOELBA.

Entretanto, no início do mês seguinte (portanto, semanas antes do Quebra-Bondes), ocorreu em Bananeiras um desastre que gerou rumores alarmantes na capital. São Felix e Cachoeira recebiam na ocasião estudantes trazidos para a usina por Adolfo Diniz, professor da faculdade de Medicina. Na manhã do dia 2, um dos dois trens da Circular, conduzido por um belga e com uns 1.600 passageiros a bordo, desarticulou-se num desvio a meio caminho dos canteiros. Os quatro primeiros carros permaneceram nos trilhos, mas os demais caíram numa ribanceira. Estabeleceu-se, imediatamente, imenso pânico; em seguida, gritos de dor e socorro subiram do penhasco. Morreram esmagados quatro operários, cujos corpos foram posteriormente depositados na intendência de São Félix, para recolhimento pelos familiares; ficaram seriamente feridos mais cinco, que foram logo transportados, nos quatro primeiros carros, para o hospital da Circular. Não obstante a pequena proporção de mortos e feridos, em

¹⁶³ *Diário da Bahia*, 20/8/1929; 13/5/1930.

¹⁶⁴ *A Tarde*, 15/8/1930; 16/8/1930.

comparação com o tamanho da tripulação, o acidente consternou os municípios do Recôncavo. Quando os trabalhadores do canteiro souberam do ocorrido, declararam uma paralisação e, em atitude hostil aos superiores estrangeiros, armaram-se de paus, exigindo aumentos salariais. O higienista Francisco Freire, diretor do saneamento e respeitado entre os operários, logrou, com muita calma, restabelecer a ordem, conduzindo 1.400 deles para São Félix, certamente no outro trem. Os trabalhadores permaneceram paralisados no dia seguinte e a Circular conseguiu mostrar Bananeiras aos estudantes de Adolfo Diniz.¹⁶⁵



23. Trem da Circular transporta estruturas elétricas e operários no Recôncavo. Cachoeira-São Félix, data desconhecida. Fonte: CPDOC.

Encontrei poucos registros sobre o desastre na imprensa soteropolitana e interiorana, o que não foi um acaso. “Mais um desastre na linha de Bananeiras”, apareceu no dia 3 na capa de um jornal de Cachoeira, indicando, assim, que o descarrilhamento não era a primeira ocorrência no transporte dos operários.¹⁶⁶ A pequena nota acrescentou que eram muitas as mortes ocasionadas pelas obras de Jerry O’Connell. “É dolorosa essa notícia, e não obstante, já se torna quase um hábito que só chama a atenção pública quando assume proporções invulgares”. O texto sugere que ocorriam acidentes não só nos trilhos, como na barragem, os quais não recebiam os cuidados das autoridades nem eram registrados na imprensa. Pode-se concluir, portanto, que a real situação de Bananeiras era desconhecida da imprensa e do público em geral, particularmente em Salvador, sendo pior do que sugeriam os relatos produzidos nos passeios.¹⁶⁷ Somente um desses relatos, mesmo enaltecendo a segurança da obra, lembrou a ocorrência de um incêndio num barracão, sem informar detalhes.¹⁶⁸ O correspondente de um diário soteropolitano explicou que o citado descarrilhamento “produziu

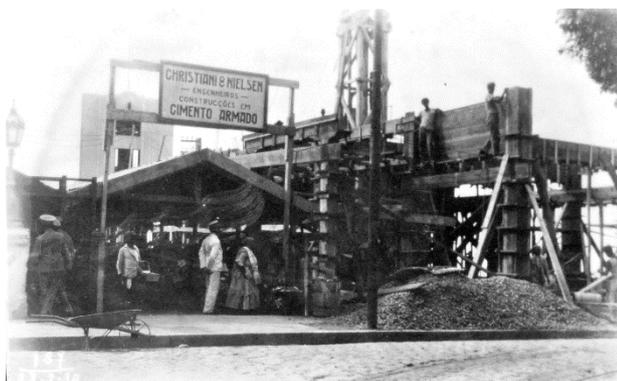
¹⁶⁵ *Diário da Bahia*, 3/9/1930; 7/9/1930.

¹⁶⁶ *A Ordem*, 3/9/1930.

¹⁶⁷ *A Ordem*, 3/9/1930.

¹⁶⁸ *Diário da Bahia*, 17/8/1930.

certo pânico entre os operários porque, ultimamente, se têm registrado outros acidentes, sendo que no dia 1º um bloco de fôrma de cimento armado caiu, matando um homem e ferindo outros”.¹⁶⁹ Pode ser que, por “pânico”, o informante referisse-se à agitação ocorrida na barragem, quando os operários paralisaram os trabalhos, amotinando-se contra os superiores; ou mesmo ao susto que se registrou nas cidades do Recôncavo.



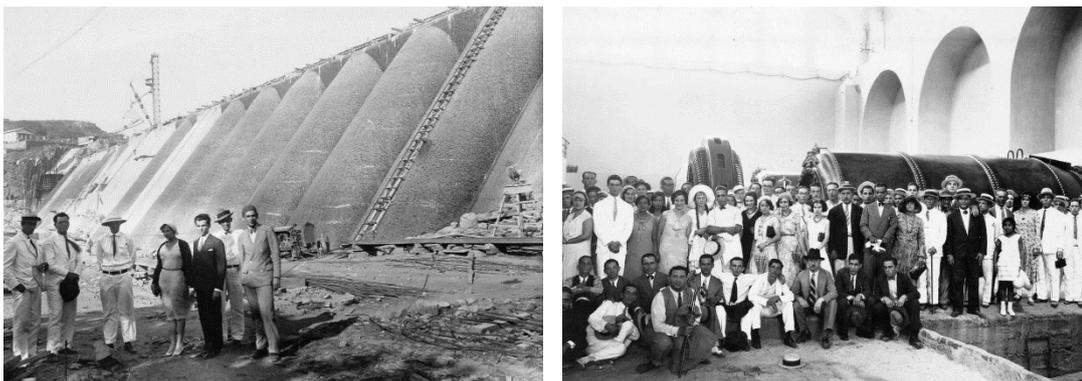
24. Operários da empreiteira Christiani & Nielsen, sem equipamentos de segurança, posam no arcaçou do elevador Lacerda, ao lado de empregados da Circular, um menino e uma mulher que mercancejam alimentos. Fonte: Coelba.

Os blocos mencionados podem ser os que aparecem nas imagens 19 e 20, em formato arqueado, tecnologia inaugurada pela Jerry O’Connell. Nota-se que os trabalhadores não usam equipamentos de segurança, o que podia ser um padrão do período, não da Circular. Dois meses antes da morte do primeiro operário no elevador Lacerda, no ano anterior, a imprensa notou que, “negros e mulatos legítimos”, como os operários estadunidenses nos arranha-céus de Nova Iorque, dependuravam-se no alto arcaçouço do ascensor, “a dois passos da morte, em posição de equilibristas exímios sobre o abismo”.¹⁷⁰ Na imagem 25, um técnico, aparentemente americano, usa o *salacot*, chapéu que podia ou não proteger contra colapsos de cimento armado, mas certamente os distinguia dos operários baianos, sendo um símbolo do colonialismo.¹⁷¹ Na foto 26, percebe-se como os padrões de segurança eram pouco exigentes para os próprios excursionistas, que posam na beira do que parece um poço, destacando-se entre eles uma menina que é segurada por um adulto. No registro XX, do trem, os trabalhadores também não aparecem com material especial de segurança.

¹⁶⁹ *A Tarde*, 4/9/1930.

¹⁷⁰ *A Tarde*, 18/4/1929.

¹⁷¹ Chapéu ou capacidade de fibras cobertos por tecidos, muito usado pelos europeus nas regiões quentes da África e Ásia.



25 e 26. Na primeira imagem, um empregado da Circular, usando *salacot*, recebe excursionistas em Bananeiras. Na segunda, visitantes posam próximo a um poço no interior de um prédio da usina. Uma menina é segurada por um adulto para não cair. São Félix, c. 1930. Autor: Arthur Wirschall. Fonte: Álbum da Circular.

Outro sinal de que as relações de trabalho não eram tranquilas em Bananeiras apareceu em maio na gazeta aliancista, que cobrou a interferência de Madureira Pinho na localidade, onde, como explicado, residiam familiares operários. Segundo o jornal, os “americanos da Circular” eram os “senhores absolutos” da zona, graças ao “agrado” que distribuía ao contingente policial, situação que exprimiria a “degradação” a que chegara a Bahia. Sempre lembrando do pagamento extra, a polícia obedecia “cegamente” às ordens dos representantes da empresa, distribuindo constantes “espancamentos” e “prisões ilegais”. É preciso lembrar que os soldados percebiam salários atrasados, em decorrência da crise financeira. O governo teria liberado apenas 40 mil réis aos policiais que, em condições extremas, perseguiram o grupo de Lampião nos sertões da Bahia. Para ganhar essa quantia da Circular, bastaria trabalhar 20 dias no posto policial de Bananeiras.¹⁷²

Bananeiras, segundo *O Jornal*, era uma “zona neutra”, onde, nos prédios da subsidiária da General Electric, tremularia apenas a bandeira estadunidense, razão por que os habitantes da região desconheciam as cores da fâmula brasileira. Essa situação, que fazia lembrar a acima identificada no Maranhão, teria sido denunciada, sem resultados, ao governador Vital Soares.¹⁷³ Ela indica que a Circular, para concretizar as obras, precisou subtrair o operariado da soberania das leis brasileiras. Mesmo que o país não possuísse legislação social de proteção à categoria operária em questão, o caso sugere que os direitos civis dos trabalhadores

¹⁷² *O Jornal*, 14/5/1930; 11/6/1930.

¹⁷³ *O Jornal*, 10/5/1930.

podiam ser percebidos como um obstáculo à exploração laboral imposta pelos prazos contratuais.¹⁷⁴

Telefone

Os diretores da Circular enfrentaram em agosto e setembro, na capital, uma manifestação que, por seus autores, propósitos e alcances, era inteiramente distinta da ocorrida em Bananeiras. Diante da iminente inauguração dos telefones automáticos, marcada para outubro, a Associação dos Varejistas iniciou campanha contra o aumento das taxas telefônicas, que, conforme o contrato celebrado entre a Circular e o governo da Bahia em julho de 1928, sucederia à inauguração. Eles chamaram a população, associações, irmandades, professores, estudantes, conselheiros e parlamentares, empregados públicos e outros para uma reunião no dia 24 de agosto para pleitear redução nos preços. Por sugestão do senador estadual Wenceslau Guimarães, constituiu-se na assembleia (que contou com a adesão da poderosa Associação Comercial da Bahia) uma comissão para se entender com a Circular e os poderes municipais e estaduais.¹⁷⁵ Por telegrama, os retalhistas solicitaram o apoio de três importantes dirigentes do PRB, o futuro governador Pedro Lago, o líder da bancada baiana Simões Filho e o chanceler Otávio Mangabeira.¹⁷⁶

Em meados do mês seguinte, a comissão apresentou seus argumentos em ofícios dirigidos à imprensa, à Circular e aos poderes públicos.¹⁷⁷ No documento que pediu a intercessão do governador Frederico Costa, os retalhistas explicaram que o telefone era um aparelho necessário aos comerciantes e profissionais, não podendo ser sobretaxada para não se tornar um objeto de luxo. O presidente do Senado foi informado de que o contrato de 1924 impusera um aumento de 100%, não se aplicando uma cláusula que prometera descontos futuros de 50%; o de 1928 estabelecera não só multas, como outra majoração de 200%, chegando-se a 720 (domicílio) e 960 mil (comércio) réis anuais.¹⁷⁸ O acréscimo, como se argumentou à Circular, não se justificaria em época normal, muito menos em cenário de crise econômica. Em Maceió, a subsidiária local da General Electric, após a automatização, aplicara taxas de 360 (domicílio) e 480 mil réis (comércio) anuais; em Lisboa, a

¹⁷⁴ Podia ser uma situação semelhante à que ocorreria, décadas depois, com a legislação trabalhista durante a construção de Brasília. Sobre o caso de Brasília: RIBEIRO, G. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Unb, 2008.

¹⁷⁵ *A Tarde*, 22/8/1930; 25/8/1930.

¹⁷⁶ *A Tarde*, 27/8/1930.

¹⁷⁷ *Diário da Bahia*, 23/9/1930.

¹⁷⁸ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 24/9/1930.

automatização não gerara aumentos. Os dois casos mostram que manter o preço ou aumentá-lo moderadamente garantiria a expansão no número de assinantes, permitindo a remuneração do capital aplicados. Eles concluíram pedindo a aplicação dos preços de Maceió¹⁷⁹

O ofício também pediu a destinação a casas pias dos juros de 6% sobre as fianças cobradas para a instalação telefônica. Percebe-se aí insatisfação idêntica à do contrato de luz; outro problema comum, lembrado pelos comerciantes, era a aplicação do câmbio na composição da tarifa.¹⁸⁰ Seria explicado na imprensa outro abuso: o contrato telefônico permitira o aumento geral dos aparelhos, ainda que a automatização, a princípio, restringisse a parte da cidade.¹⁸¹ O sistema automático seria inaugurado, primeiramente, nas zonas cobertas pelas estações Central e Garcia e, depois, nos arrabaldes servidos pelas de Roma e Rio Vermelho. Mas o aumento seria geral e imediato, mesmo que os moradores suburbanos, com seus aparelhos manuais, recebessem, sobre o aumento projetado, um “desconto” de 25%.¹⁸²

É possível que a campanha pela amenização do aumento telefônico, graças ao prestígio de seus idealizadores, tenha reanimado a resistência contra a carestia e a miséria reinantes em Salvador. É o que sugere o artigo publicado pelo rábula Cosme de Farias, que pediu ao presidente da Associação dos Varejistas para debater nas assembleias a majoração na água, item de primeira necessidade, mais essencial que o telefone.¹⁸³ Quando os retalhistas dirigiram seu apelo ao governador, a Sociedade Protetora e Defensora da Pobreza entendeu que a ocasião era propícia para apresentar ao Senado um sombrio alerta sobre a situação dos arrabaldes, particularmente da Estrada da Liberdade, onde o “conforto” é “nulidade” e a “higiene” um “acinte”. O documento prosseguiu, alertando para a fome causada pelos preços exorbitantes do aluguel, água, pão, café e carne fresca e seca, itens costumeiramente falsificados pelos retalhistas. De um lado, eram os comerciantes a exigirem mais comodidades (telefones), de outro era pobreza a pedir pão e água, sem mencionar a crise na saúde pública, a carestia dos remédios e a impossibilidade de se entrar no hospital. Semanas antes do Quebra-Bondes, a Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza apontou no documento o risco de “as lágrimas” dos “desamparados” transformarem-se numa “coisa horrorosa, reacionária, negra,

¹⁷⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21/9/1930.

¹⁸⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 21/9/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 24/9/1930.

¹⁸¹ *O Jornal*, 30/6/1930.

¹⁸² *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 21/6/1928.

¹⁸³ *Diário da Bahia*, 24/8/1930.

ameaçadora [...], que siga as pegadas daqueles causadores de tantas e inenarráveis misérias”.¹⁸⁴

Política

O ambiente hostil à Circular, que se percebia nas ruas, na imprensa, nas assembleias e mesmo nos confins do Recôncavo, começou a pressionar a própria política, já tensionada pelas sucessões presidencial e estadual. Semana depois da rejeição ao veto de Francisco Souza, ocorrida em agosto, a situação dos contratos públicos emergiu numa sessão do Senado. Durante um discurso de Wenceslau Guimarães, criticando erros na publicação dos debates ocorridos na casa, Durval Fraga afirmou das cadeiras, por razões pouco claras, que altas autoridades da Bahia eram publicamente acusadas de cumplicidade no contrato de eletricidade, a começar pelo Conselho Municipal. O orador respondeu que, segundo a imprensa e os conselheiros municipais, nomeadamente Alfredo Tuvo, o contrato não passara na câmara municipal, embora contasse com as baionetas da polícia para sua garantia. Podia ser uma referência às cláusulas contratuais que impunham ao estado a mobilização da força pública em defesa da companhia em caso de perturbação da ordem pública. Seja como for, Leôncio Galvão, irritado, protestou contra a declaração, exprimindo o propósito de defender os amigos políticos contra insinuações supostamente injustas. Wenceslau Guimarães, em resposta, lembrou a contundência com que o aparteador, que protegia aliados no caso da Circular, denunciara o contrato do Banco Hipotecário, durante o primeiro mandato de J. J. Seabra (1912-1916). Pedreira Maia, outro aparteante, reconheceu que fora ludibriado, como demais autoridades, ao aceitar os contratos de luz, energia e telefone em troca não só de melhorias nesses setores, como de um empréstimo, prometido, mas não entregue pela Circular. “Essas promessas foram a isca?”, perguntou o ocupante da tribuna ao deputado situacionista, cuja fala acabara confirmando os boatos, circulados em 1928, sobre a malograda intermediação da General Electric na operação financeira ensaiada pelo governo da Bahia nos Estados Unidos. O debate encerrou-se em seguida, mas mostrou que o problema dos contratos, objeto do comentário popular, expunham lideranças políticas em momento delicado. O assunto fora agitado por senadores dotados de histórico oposicionista, obrigando um parlamentar situacionista a defender seus aliados.¹⁸⁵

¹⁸⁴ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 7/9/1930.

¹⁸⁵ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 31/8/1930.

O debate repercutiu no *Diário de Notícias*, que acusou Wenceslau Guimarães, Pedreira Maia e Durval Fraga de serem incoerentes, por terem anteriormente apoiado os contratos. Entretanto, não só a gazeta, como a imprensa em geral assumira tal postura nos anos anteriores, ao elogiarem principalmente o contrato de transporte público elaborado pelo intendente e a Circular. Diante do crescente descontentamento a respeito da situação, portanto, a imprensa procurou dissociar-se do caso, silenciando sua própria contribuição para o problema. Durval Fraga respondeu da tribuna, em 3 de setembro de 1930, que não existia mal em reconhecer o próprio erro, acrescentando que o Senado, ao aceitar o acordo telefônico, cingira-se a pareceres técnicos, então produzidos por abalizados profissionais. Os senadores, segundo o orador, pensaram que o acordo eliminaria as persistentes reclamações contra o serviço telefônico, o que, reconheceu, não ocorrera. Não se podia igualmente acusar o ex-governador Vital Soares, nem sequer o Conselho Municipal, em relação aos contratos do transporte e da eletricidade. Os gastos realizados pela companhia nos anos anteriores, segundo o orador, não justificariam a triplicação dos telefones, a duplicação dos ascensores e os aumentos nos bondes, tornados “os mais caros do mundo”. Durval Fraga acrescentou que a remuneração dos empregados da Circular não só era superior para os estrangeiros em comparação com os brasileiros, como realizada em mil réis, ao passo em que a empresa impunha ao público tarifas energéticas e telefônicas ajustadas ao câmbio. Outro abuso eram as cobranças de juros por contas atrasadas, embora os usuários não recebessem juros pelos calções exigidos pela companhia para ligar as casas à rede aérea.¹⁸⁶



27. Durval Fraga discursa em pé numa das últimas sessões do Senado da Bahia, notando-se, entre os sentados, da esquerda para a direita: Leôncio Galvão (quarto), Pedreira Maia (sexto) e Wenceslau Guimarães (décimo-primeiro). Salvador: 1930. Fonte desconhecida

¹⁸⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 4/9/1930.

Wenceslau Guimarães, durante o pronunciamento de Durval Fraga, teceu críticas à inação dos poderes públicos em relação à energia, em particular a “atuação criminosa” de Francisco Souza. O senador acrescentou que pessoa conhecida, cujo nome não pronunciaria, dissera-lhe em segredo que se, na condição de intendente, entregasse tantas concessões à empresa da General Electric, não se incomodaria se o acusassem de estar “comendo”. Pedreira Maia repetiu as mesmas críticas de Durval Fraga e acrescentou que a companhia estaria suprimindo horários, introduzindo, como diretos (e, portanto, mais caros), trâmueis que iam parando no caminho. Ele repudiou o que identificou como manobras para o intrigar contra o ex-governador Vital Soares, que patrocinara os acordos com a Circular. Wenceslau Guimarães, no dia seguinte, ocuparia a tribuna para protestar a não publicação dos apartes, exigindo correção da secretaria. Era importante, segundo o orador, que a imprensa oficial proporcionasse ao público relato preciso sobre os debates senatoriais, que eram objeto de cobertura imprecisa pela imprensa comercial. Essa declaração mostra a preocupação dos parlamentares com a percepção popular acerca das responsabilidades e reações políticas à situação criada pelos contratos. Mostra que o assunto atraía a atenção dos soteropolitanos para as autoridades públicas, que se sentiam expostas, por terem aceitado o acordo entre a empresa, o município e o estado. Durval Fraga, Pedreira Maia e Wenceslau Guimarães procuraram proteger o Senado e o ex-governador Vital Soares, expondo, no entanto, no entanto, o prefeito e a Circular.¹⁸⁷

No começo das obras do largo do Teatro, na primeira semana de setembro, Nestor Duarte, na Câmara dos Deputados, submeteu um requerimento pedindo esclarecimentos a Francisco Souza e opinou que o prefeito não estaria demonstrando possuir a intransigência exigida pelo cargo, o que seria publicado na imprensa oposicionista em letras garrafais. Essa expressão sugeria que o engenheiro não era digno de continuar a administrar Salvador por causa de sua condescendência em relação à Circular, o que abria a porta da renúncia ou demissão. Outro atrito surgiria quando Clemente Mariani propôs emendas ao projeto autorizando o governo estadual a alienar os terrenos do antigo teatro São João, no âmbito do projeto de aformoseamento da rua Chile e largo do Teatro. O parlamentar consultara o intendente, sugerindo o emprego dos recursos obtidos com a transação no alargamento da rua da Ajuda. Francisco Souza aceitara a proposta, entretanto, recuou em seguida, declarando na imprensa que as emendas de Clemente Mariani poderiam criar uma Garganta do Xixi no início da rua Chile. O deputado, irritado, acusou o prefeito de “deslealdade”, durante uma

¹⁸⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 5/9/1930.

sessão em que os colegas debateram a aplicação do dinheiro produzido pela alienação do lote estadual.¹⁸⁸ Durante uma tensa alteração sobre o assunto, dias depois, o líder Berbert de Castro procurou argumentar que a prefeitura merecia a confiança da Câmara dos Deputados para dar aplicação aos recursos. Elmano Macedo e Edgard Barros, entre outros, apartearam, perguntando sobre o destino dado por Francisco Souza aos 1 mil e 300 contos pagos pela Circular nos casos do matadouro e da catedral da Sé. Cogitou-se ainda no emprego dos “cobres” no pagamento dos salários atrasados dos professores soteropolitanos, no entanto, decidiu-se pela proposta do líder, isto é, deixar ao governo estadual a decisão sobre o assunto.¹⁸⁹

Os apartes de Elmano Macedo e Edgar Barros repercutiram noutra conturbada sessão, no dia 12, que registrou o convite da Circular para a inauguração do elevador Lacerda, a ocorrer no dia 14. Wenceslau Galo, que era não só parlamentar situacionista como redator do *A Tarde*, pronunciou em defesa do intendente um discurso pausado, para ser registrado com precisão pelo estenógrafo. Ele esclareceu, sob apartes, que a cláusula contratual sobre o matadouro do Retiro não impunha a Francisco Souza o emprego dos recursos na construção de outro abatedouro, o qual, numa cidade como Salvador, custaria o quádruplo ou quántuplo da indenização entregue. O município teria empregado os recursos em calçamento, explicação igualmente publicada pela gazeta de Simões Filho, mas contestada pelo próprio intendente no ano anterior.¹⁹⁰ Wenceslau Galo negou ser o encarregado de defender a companhia na Câmara. “Mas no certo não serei eu por ser médico da [Circular]!”, aparteu Eutíquio Bahia. José Rabelo declarou das cadeiras que o contrato era um escândalo por eximir a empresa da construção do abatedouro por apenas 1 mil contos, o que o aparteado respondeu alegando que os conselheiros municipais, em contrapartida, impuseram outras exigências aos concessionários. Depois de Eutíquio Bahia, José Rabelo, igualmente contestado, ocupou a tribuna para declarar que o intendente poderia ter empregado os recursos, senão na construção de outro matadouro, ao menos na restauração do existente, acrescentando que, se fosse conselheiro municipal, não aceitaria o contrato.¹⁹¹ O discurso, com os apartes, seria publicado em duas ocasiões pelo *Diário Oficial*, sendo a segunda mais detalhada, o que mostra que os

¹⁸⁸ *Diário da Bahia*, 7/9/1930; 9/9/1930.

¹⁸⁹ *Diário da Bahia*, 10/9/1930.

¹⁹⁰ *A Tarde*, 12/9/1930.

¹⁹¹ *Diário da Bahia*, 13/9/1930; *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 13/9/1930.

deputados, como os senadores, queriam uma publicação fidedigna do debate, que terminou com uma gozada alteração sobre a origem e o percurso do rio das Tripas.¹⁹²

O descontentamento popular transpareceu, indiretamente na inauguração de duas cabines do elevador Lacerda em 14 de setembro (duas outras tinham sido abertas em janeiro). Diante do público e autoridades presentes, o representante da Circular listou as realizações da empresa, isto é, aumento no número de bondes, ampliação das linhas, construção e reconstrução do material fixo e rodante, as usinas do Dique e Preguiça, indenização pelo matadouro do Retiro etc. Depois de anunciar o início das reformas do plano inclinado, justificou longamente os aumentos tarifários, anunciando que o ascensor possuía uma repartição para se relacionar com os usuários de energia elétrica e telefone. Outro cuidado foi o de explicar que o propósito das salas com aparelhos elétricos era a expô-los ao público, não pretendendo a Circular participar do comércio retalhista. Portanto, as salas eram mostruários, não lojas. Essa explicação apareceria noutras publicações, pois os pequenos comerciantes temiam que a empresa monopolizasse o fornecimento dessas mercadorias. Embora a companhia negasse esse plano, o termo sugeria a insatisfação popular com o tema do monopólio em geral, já exercido no transporte, energia e comunicação pela General Electric.¹⁹³

O problema dos contratos de transporte, energia e telecomunicação, implicando diretamente autoridades públicas e a Circular, continuou a agitar o cenário político no decorrer de setembro. Wenceslau Guimarães, no dia 10, apresentou no Senado um requerimento solicitando à intendência o contrato de luz e ao Conselho Municipal esclarecimentos sobre a sua tramitação. Outrossim, pediu que os documentos referentes ao contrato telefônico fossem publicados na imprensa oficial. O parlamentar explicou que o interesse na matéria podia não ser “direto” e “imediato” no caso dos telefones, de uso restrito; mas certamente o era no caso da eletricidade, usada por abastados e humildes. Seja como for, a publicidade de ambos os contratos, segundo o opositor, eliminaria suspeitas, como as de que as bases do acordo telefônico, isto é, suas cláusulas, tinham passado na Câmara e no Senado, mas não o contrato propriamente dito, ou seja, o documento final assinado pelo governo estadual e a Circular. O senador dirigiu críticas pesadas a Francisco Souza, ao explicar que os edis diziam que sequer as cláusulas da iluminação pública e particular tinham passado pelo Conselho Municipal. O caráter essencial da eletricidade, em comparação com o

¹⁹² *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 18/9/1930.

¹⁹³ *A Tarde*, 15/9/1930.

telefone, contribuía igualmente para a maior preocupação com o contrato elétrico, acoimado pelo orador de “embuste”, que concedia “ilegal”, “arbitrária” e “despoticamente” enormes direitos à Circular, às custas da exploração dos soteropolitanos de todas as classes.¹⁹⁴

Wenceslau Guimarães mostrou-se preocupado com a inquietação popular, quando recordou as crescentes denúncias na imprensa, no Senado e na Câmara contra os preços e a qualidade da luz, telefone, bondes e ascensores, o que estaria desafiando a “paciência” e o “brio” dos soteropolitanos. O parlamentar detectou o clima pesado, que seria confirmado no início do mês seguinte pelo Quebra-Bondes. Ele acrescentou que seu requerimento não era inspirado por sentimentos ou interesses político-partidários. Outros senadores ocuparam a tribuna apoiando a proposta, que foi aceita pelo Senado.¹⁹⁵

Dias depois, saiu na imprensa oficial a documentação sobre o contrato telefônico, constituída de mensagem, leis e cláusulas contratuais. Os documentos mostraram que em maio de 1928, a Assembleia Legislativa autorizara o governo estadual a entabular negociações com a Circular para a mudança do contrato. No mês seguinte, o governador encaminhara a deputados e senadores uma mensagem justificando o acordo realizado e apresentando-lhes as novas cláusulas, que seriam aceitas pelo parlamento estadual em julho. Portanto, os parlamentares, que repercutiam às críticas dos comerciantes retalhistas à Circular, tinham chancelado a reforma contratual e, portanto, as taxas telefônicas que a empresa pretendia cobrar, mesmo que a edição acabada do contrato não tivesse sido submetida à Assembleia Legislativa.¹⁹⁶

Entretanto, o requerimento resultou numa situação diferente em relação ao contrato de luz, pois aumentou o fosso entre o intendente e o Conselho Municipal. Francisco Souza, no mesmo dia, publicou na imprensa uma nota declarando que o acordo estabelecido com a Circular obedecera à resolução 803 do Conselho Municipal, assim como às bases estipuladas em edital divulgado nos diários oficiais de Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa resolução, de fevereiro de 1928, autorizara o intendente a negociar com a Circular a encampação das empresas exploradas pela SEGE, assim como o contrato de iluminação pública e particular. Francisco Souza argumentou que o contrato não precisara ser chancelado pelo Conselho Municipal porque a resolução determinara que ele entraria em execução após receber assinaturas dos representantes do município e da Circular, o que ocorreu em maio. O prefeito

¹⁹⁴ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 11/9/1930.

¹⁹⁵ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 11/9/1930.

¹⁹⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 13/9/1930.

acrescentou que, em fevereiro de 1930, encaminhara à câmara o acordo assinado, em anexo ao relatório oficial sobre os atos administrativos de 1929.¹⁹⁷

Os conselheiros municipais responderam em seguida à solicitação de Wenceslau Guimarães e à nota de Francisco Souza. Alfredo Tuvo, ex-líder, observou da tribuna que o Conselho Municipal passara uma sessão anual (1929-30) sem conhecer o contrato, como mostrara a própria nota do intendente, que criticou. Leu em seguida um parecer que assinou com Cantídio Teixeira, em julho de 1929, em resposta a uma reclamação contra as contas de luz, encaminhada por populares à comissão de Justiça. O parecer, aceitado por demais colegas, pedira esclarecimentos ao intendente a respeito dessa e doutras denúncias, pois o contrato não era conhecido pelos conselheiros municipais. “O que nos chegou?”, perguntou retoricamente o conselheiro municipal sobre as informações pedidas. Alfredo Tuvo mencionou preceitos constitucionais para argumentar que a autorização concedida pela resolução 803 não dispensara nem podia dispensar posterior análise, pelo Conselho Municipal, do acordo celebrado entre o município e a Circular. “Tenho a consciência limpa [...] e comigo a unanimidade do Conselho”, concluiu sob aplausos. Seu longo pronunciamento, que eximia de responsabilidades a si e a demais conselheiros, seria inserto na ata, pós pedido de um colega.¹⁹⁸ Mário Peixoto, presidente, encaminhou a resolução 803 ao Senado e declarou que o Conselho Municipal não recebera e, por isso, não chancelara o contrato de energia.¹⁹⁹ Francisco Souza também se dirigiu aos senadores, mandando o contrato de iluminação pública e particular e reproduzindo os informes que publicara na imprensa.²⁰⁰

Essas notas, discursos e esclarecimentos, que projetaram um jogo de empurra entre os executivos e legislativos estaduais e municipais, não arrefeceram a tensão, como mostrou a pressão surgida na imprensa para que o Senado se pronunciasse sobre os ofícios recebidos. Durval Fraga justificou o silêncio dos senadores, atribuindo-o à submissão a estudo da resolução e do contrato.²⁰¹ Posteriormente, os senadores receberiam os ofícios da Associação dos Varejistas, pressionando pela intercessão junto à Circular para reduzir o aumento telefônico.²⁰²

¹⁹⁷ *A Tarde*, 12/9/1930.

¹⁹⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18/9/1930.

¹⁹⁹ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 18/9/1930.

²⁰⁰ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 19/9/1930; *A Tarde*, 20/9/1930.

²⁰¹ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 20/9/1930.

²⁰² *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 24/9/1930.

Diante da notícia de que o prefeito seria defendido no dia 24 no Conselho Municipal pelo líder da casa, o salão encheu-se de curiosos. Antônio França, ocupando a tribuna, recordou dos problemas da iluminação pública e do transporte para Itapagipe, supostamente solucionados pela encampação da SEGE, que passara pela intermediação do governo baiano e a autorização do Conselho Municipal. Declarou que a resolução 803 conferira liberdade a Francisco Souza e que Alfredo Tuvo, como integrante da comissão de Fazenda, aprovara o relatório administrativo de 1929 e, portanto, os contratos em anexo de luz e transporte.²⁰³ Desenrolou-se o discurso sob fortes apartes de Alfredo Tuvo, que questionou a autoridade do colega, por este “[receber] pela folha de motoneiros e condutores da Circular”. O líder explicou que era médico da companhia (sendo dentista o próprio presidente da casa, Mário Peixoto), o que não comprometia sua isenção. “Diga então o que [eu] lhe poderia dizer que corasse suas faces...”, retrucou o aparteante, levando o orador a abandonar a tribuna para agredi-lo. Os demais colegas seguraram Antônio França, exceto Barbosa Filho, que após criticar a administração estadual, passou a gritar: “fomos engabelados!”.²⁰⁴ No dia seguinte, Barbosa Filho desafiou um colega para briga, após a agitação do plenário pela notícia de que Francisco Souza mandara suspender a sessão para obstar um pronunciamento de Alfredo Tuvo, que prometeu realizar na próxima reunião uma análise psicológica do Conselho Municipal.²⁰⁵ O público, desejoso de que o pronunciamento derramasse a “panelinha” do intendente ou derrubasse a “máscara” que encobria “manobras” benéficas à subsidiária da General Electric, lotou as galerias, mas o discurso, apesar de alardeado na imprensa oposicionista, decepcionou.²⁰⁶ Os discursos pronunciados não só na Assembleia Legislativa, mas no próprio Conselho Municipal continuaram a ser publicados e republicados, mesmo após a revolução de 30, o que mostra a preocupação dos conselheiros municipais com a cobertura dos debates em que tomaram parte e, portanto, a definição de responsabilidades no caso. O bate-boca entre os representantes municipais, lotando as galerias, ocorreram uma semana antes da explosão do Quebra-Bondes.²⁰⁷

Os debates e alterações ensejados pelos contratos da Circular mostraram, na esfera estadual e municipal, situações que, na superfície, pareciam distintas, mas, no fundo, eram idênticas. Os documentos publicados pelo governo da Bahia indicaram que a Assembleia

²⁰³ *A Tarde*, 24/9/1930; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 27/9/1930.

²⁰⁴ *A Tarde*, 24/9/1930; *Diário da Bahia*, 25/9/1930.

²⁰⁵ *Diário da Bahia*, 26/9/1930.

²⁰⁶ *Diário da Bahia*, 27/9/1930; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 27/10/1930.

²⁰⁷ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 29/10/1930; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 30/10/1930.

Legislativa recebeu as cláusulas contratuais para ratificação, o que não ocorreu com os conselheiros municipais. Portanto, o contrato da iluminação pública e particular tramitou de maneira menos transparente que o do telefone. Francisco Souza, em agosto de 1928, também submeteu à ratificação do Conselho Municipal a reforma do contrato dos ascensores e trâmueis, autorizada pela casa em dezembro do ano anterior. Destarte, os contratos do telefone, luz e dos transportes exprimiram concepções distintas sobre o papel do executivo e do legislativo na confecção e chancela dos contratos, as quais foram consagradas nas autorizações que a Assembleia Legislativa e o Conselho Municipal concederam para as reformas. No caso dos transportes, o intendente era Elói Jorge, que no ano anterior entrara em atrito com a Circular a propósito do ramal da Liberdade, abandonando a intendência pouco depois. No caso da luz, Francisco Souza, escudando-se na resolução 803, emitida em sua gestão, celebrou o contrato com a Circular sem apresentá-lo ao Conselho Municipal (durante as negociações do próprio contrato do transporte, no entanto, Francisco Souza foi acusado na imprensa de consultar apenas o edil Rogério de Faria, que também era deputado estadual). Essa decisão, de celebrar o acordo sem posterior submissão, permitiu que, diante da crise gerada pelos contratos em 1930, parte dos edis, notadamente Alfredo Tuvo, eximisse a si e ao Conselho Municipal de responsabilidades no caso, atribuindo-as inteiramente a Francisco Souza. Os parlamentares não puderam alegar o mesmo em relação ao governo da Bahia.

Entretanto, o aparte com que Barbosa Filho, durante a alteração entre Alfredo Tuvo e Antônio França, disse-se engabelado mostrou que a responsabilidade poderia recair, em última instância, na administração estadual. Vital Soares, no início do mandato, não só nomeara Francisco Souza como comparecera ao Conselho Municipal para pressionar os membros da casa a aceitarem os projetos que o intendente apresentaria no desenrolar da administração. Situação semelhante ocorreu na Assembleia Legislativa, onde o senador Pedreira Maia disse-se enganado pelas promessas de melhorias urbanas e de obtenção de empréstimo estrangeiro. O nome do governador não seria citado no comentário, mas existia nos debates um esforço para impedir que as críticas incluíssem o então ex-governador, o que não surpreende, pois os parlamentares não participaram das negociações com a Circular, recorrendo a pareceres técnicos para aceitarem o contrato telefônico. Portanto, não obstante as distinções na tramitação dos contratos de transporte, luz e telefone, o debate projetou a mesma questão, isto é, a marginalização de deputados, senadores e conselheiros municipais na consagração dos acordos, em particular o de luz e telefone. Naturalmente, a imprensa e o público em geral eram ainda mais marginalizados que parlamentares e os legisladores

estaduais e municipais. O problema da transparência colou-se, assim, nos dois casos, isto é, o municipal e o estadual. Numa camada abaixo, jazia o tema da relação entre o Estado e a companhia estadunidense, em particular na elaboração dos contratos. Para completar o quadro, de quando em quando surgiam insinuações, nas gazetas, nas ruas e nos debates, de pagamento de propina pela Circular a jornalistas e os membros da Assembleia Legislativa e Conselho Municipal (sem contar Simões Filho).

Durante os debates na câmara municipal, Alfredo Tuvo recordou que, em setembro de 1929, emitira, em parceria com Cantídio Teixeira, um parecer respondendo às reclamações da Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza contra o contrato de eletricidade. Segundo o conselheiro, esse parecer, como o de julho de 1929, também solicitou esclarecimentos a Francisco Souza, explicando que o contrato era desconhecido dos edis. Segundo o orador, Antônio França participara da sessão, mas não realizara manifestação contrária ao desconhecimento registrado no parecer.²⁰⁸ O ex-líder não recordou, mas o parecer igualmente reconhecera que a resolução 803 permitira a Francisco Souza assinar o contrato sem submetê-lo ao Conselho Municipal. A Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza, em sua mensagem, estranhara que o parecer de julho de 1929 declarara desconhecer o contrato, pois competia ao Conselho Municipal estabelecer as bases dos contratos públicos. Alfredo Tuvo e Cantídio Teixeira ignoraram essa observação, considerando Francisco Souza um administrador honesto, garantia contra a Circular.²⁰⁹ Meses depois, ao pedir a anulação do contrato, a Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza mostrou-se indignada pelo desconhecimento, mas não recebeu guarida no Conselho Municipal.²¹⁰

O dissenso que emergiu entre o prefeito e o Conselho Municipal desdobrou-se da crise configurada em 1930, não da natureza ou da tramitação em si do contrato, que fora elaborado e assinado em meados de 1928, começando a ser executado em maio de 1929. O projetado aumento das taxas telefônicas ensejou uma reação em cadeia, ao obrigar as autoridades políticas a se pronunciarem sobre não só o telefone, mas a iluminação pública e particular, até então ignorada na câmara municipal e na Assembleia Legislativa, não obstante o descontentamento das ruas, que cresceu, aumentando a pressão política. Os comerciantes retalhistas mostraram uma capacidade de pressão política que a população em geral, mais preocupada com iluminação, não possuía. No cenário de crise mundial, certamente não

²⁰⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25/9/1930.

²⁰⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 10/8/1929.

²¹⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28/11/1929.

desaparecera o descontentamento geral contra a carestia do transporte, intensificado pelo aumento das tarifas do elevador Lacerda. O protesto da Associação dos Varejistas permitiu que os contratos de eletricidade e transporte assomasse na arena político-institucional, o que se patenteou no conflito entre os conselheiros e o intendente, causado pelo requerimento Wenceslau Guimarães. Nota-se dinâmica semelhante quando Cosme de Farias pediu que o líder dos comerciantes retalhistas na reunião o aumento das taxas d'água. Os diretores da Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza, percebendo a comoção gerada no Senado pelo protesto, procuraram mostrar aos senadores a necessidade de atender prioritariamente as dramáticas necessidades dos moradores da Liberdade, que, ao contrário dos proprietários de telefones, não podiam arcar com alimentação, saneamento, moradia e remédio. Portanto, fora a pressão externa ao Conselho Municipal e à Assembleia Legislativa, intensificada no decorrer de 1930, que obrigou os dirigentes políticos a se pronunciarem sobre os contratos da Circular, o que se percebe na preocupação com a publicação dos debates ocorridos em setembro em ambas as casas.

Os ofícios encaminhados pela Associação dos Varejistas e a Sociedade Beneficente e Protetora da Pobreza mencionaram os impactos da Grande Depressão para justificar a necessidade de reduzir os preços, argumento que, indiretamente transpareceu no pronunciamento de Cosme de Farias. Pode-se cogitar que a mudança no governo da Bahia, paralelamente à dramática crise social e econômica, contribuiu para a insatisfação contra a Circular repercutir na política institucional. Por um lado, a aliança que sustentara os governos de Francisco Souza e Vital Soares permitira a elaboração, assinatura e execução dos contratos de transporte e energia, assim como a elaboração e assinatura do de telefone; por outro, a execução do contrato telefônico coincidiu com a fragilização dessa aliança, em decorrência das tensões intrapartidárias desencadeadas pela sucessão de Vital Soares. Outrossim, as altercações entre parlamentares e conselheiros, preocupados em atribuir a terceiros os problemas que reconheciam nos contratos, certamente aumentaram a exposição de Francisco Souza e da Circular, isolando-os nas semanas precedentes ao quebra-quebra do dia 4 de outubro. Insatisfeitos com a empresa e o intendente, a população lia os debates pela imprensa; parte dos soteropolitanos acompanhou-os nas galerias, ao menos as do Conselho Municipal.

Capítulo 5

Quebra-Bondes

No dia 4 de outubro, um sábado, a população soteropolitana acordou com manchetes alarmantes sobre o desenrolar dos motins militares que – iniciados horas antes em Porto Alegre, Belo Horizonte e Paraíba – em poucas semanas derrubariam o governo e o próprio regime, sendo, posteriormente, batizados de revolução de 30. Correu também a notícia de que a Este Brasileiro pretendia aumentar em 10% as taxas de sua tarifa, o que inquietou não só a imprensa, mas comércio, indústria e agricultura (sem mencionar os consumidores de Salvador).¹ No entardecer (cerca de 17h:30min), quando o rubro do poente tingia os zimbórios da cidade alta, pequeno grupo de populares reuniu-se na saída inferior do plano inclinado Gonçalves. Eles iniciaram um protesto em que acusaram os estadunidenses de estarem empregando a bandeira do Brasil como reposteiro nas imediações do sanitário das obras que a Circular contratara para o prédio. Os exaltados, após subirem numa escada e arrebataram a flâmula, conduziram-na em meio a grande alarido pela ladeira da Montanha, a fim de alardear, na praça Rio Branco, o desrespeito ao símbolo pátrio.²

Entretanto, como era proibida a realização de comícios no logradouro, a polícia interrompeu a manifestação. O grupo, depois de se deslocar para o Terreiro de Jesus, onde também não se podiam realizar reuniões públicas, teria sido disperso por Hercílio Rocha entre as ruelas do centro histórico.³ Consta que o então capitão da força pública chegou a encaminhar os populares a uma festa que ocorria no Cruzeiro de São Francisco, pedindo à banda que tocasse o hino nacional para os tranquilizar.⁴ Era uma reação estranha, dado que a força pública era acusada pela oposição de arbitrariedade na dispersão dos comícios na zona, mas o procedimento da tropa estadual tornar-se-ia ainda mais surpreendente naquela noite. Depois dessa dispersão, reapareceu outro ajuntamento na área, cerca de 19h:00min. O memorialista Geraldo Leal – que nasceu em 1923, mas recolheria relatos de testemunhas

¹ *Diário de Notícias*, 4/10/1930.

² O Quebra-Bondes foi objeto de um interessante documentário produzido pelo Centro de Memória da Bahia: PRIMO, J; SILVA, W; SANTOS, I. “O Quebra-Bondes na cidade de Salvador (1930)” (documentário). Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 19/3/2023. HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

³ Agradeço ao historiador Lucas Porto a indicação da obra de Geraldo Leal. LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*. Salvador: Santa Helena, 2002, p. 100-101. Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

⁴ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

oculares do Quebra-Bondes – afirmou que essa reunião começou no Cruzeiro de São Francisco, onde a força pública, em geral, permitia a organização de comícios, como se deu na campanha presidencial. Da esquina da rua Maciel de Baixo com a ladeira de São Miguel, explicou, podia-se notar a manifestação, situada diante da igreja de São Francisco, onde se conduzia uma missa em homenagem ao natalício do padroeiro. Logo em seguida, o templo fechou as portas, como que incomodado pelo barulho gerado pelos discursos dos oradores e pelo entusiasmo da assistência. Segundo o autor, havia algo “inusitado”, pois a população passou a gritar “Viva o Brasil e abaixo a Circular, quebra, incendeia, cadê Pedrito, o gato comeu”.⁵ Pelo menos o “cadê Pedrito, o gato comeu”, como será mostrado, registrou-se não no dia 4, mas no 24, quando a população saiu às ruas para comemorar a deposição do presidente Washington Luís.



28. Trâmuei da Circular destruído no Quebra-Bondes é contemplado por populares diante da Catedral Basílica e da faculdade de Medicina. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

É importante destacar que, embora a polícia permitisse manifestações no largo de São Francisco, a do dia 4 era um “comício relâmpago”, isto é, realizado sem comunicação anterior à força pública.⁶ Porém, o posto policial situado no largo, o mesmo cujos soldados reagiram com disparos diante dos ataques de estudantes e de populares em agosto, não interferiu nesse segundo ajuntamento, mesmo quando os manifestantes começaram a atirar pedras num bonde da Circular. Pode ser que se tratasse do trâmuei da imagem acima, que, por aparecer diante da Catedral Basílica e da Faculdade de Medicina, mostra que o protesto deslocou-se para o Terreiro de Jesus, onde o veículo acabou incendiado.

⁵ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 101.

⁶ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 100.

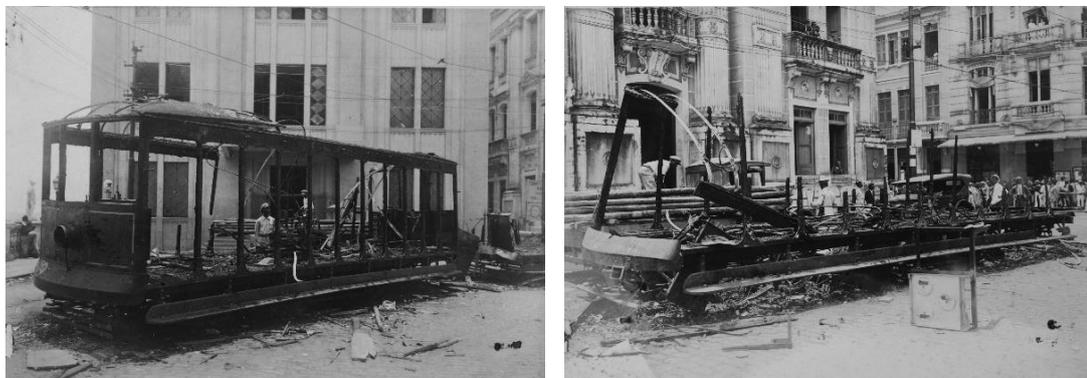


29 e 30. Papéis, cadeiras, mesas, mostruários, máquinas e mesmo um carro aparecem destruídos nas áreas externa e interna dos escritórios centrais da Linha Circular após o Quebra-Bondes. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

O ataque à propriedade estrangeira, acorçoado pela inépcia policial, não só prosseguiu, como recrudescer, tornando o tumulto um assombroso quebra-quebra contra a Circular.⁷ Os acontecimentos desenrolaram-se entre cerca de 19h:30min de sábado e cerca de 1h:00 de domingo, o que se constatou pela posição dos ponteiros paralisados nos relógios quebrados em diferentes pontos da cidade. Os dirigentes da subsidiária da General Electric não lograriam protegê-la, ao contrário do que ocorrera na manifestação estudantil e popular de agosto, quando suspenderam o tráfego carril no Terreiro de Jesus e cerraram as portas dos escritórios centrais no largo Ramos de Queiroz. Os exaltados dos dias 4 e 5 entraram nessa segunda praça, onde causaram uma enorme destruição na sede da companhia, que abrigava também a central telefônica. O primeiro documento iconográfico acima mostra um auto marca Ford pertencente à Circular, emborcado e incendiado, mais restos de papel e mobiliário espalhados entre o edifício e a Catedral Basílica, zona localizada na saída superior do plano inclinado Gonçalves. O segundo registro exhibe o interior do prédio, onde mesas, mostruários e armários aparecem arrasados. Os amotinados arrombaram portas e grades e reuniram na rua e nos compartimentos internas a documentação e o mobiliário destruídos, formando fogueiras. O concreto armado impediu que o fogo consumisse inteiramente o prédio, mas as chamas destruíram pintura, emboco e reboco, guarnições de madeira, instalações elétricas e

⁷ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 588. Entre os primeiros trabalhos historiográficos a estudaram o Quebra-Bondes, destacam-se os de Consuelo Sampaio: SAMPAIO, C. *Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, p. 42-43; SAMPAIO, C. *Movimentos Sociais na Bahia de 1930: Condições de Vida do Operariado*. *Universitas*, (29): jan/abr, 1982, p. 99.

telefônicas mais os banheiros. O fogo atingiu três andares, mas sobretudo o arquivo, salão principal, departamento de tráfego e a luxuosa seção do caixa.⁸



31 e 32. Bondes destruídos diante dos prédios da Imprensa Oficial e da Biblioteca Pública. Notam-se, na segunda imagem, os restos de um aparelho elétrico, retirado provavelmente do elevador Lacerda. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

O memorialista Borges de Barros, em obra de 1934, recordou que, durante o ataque aos escritórios centrais, “grande grupo destacado do Terreiro de Jesus [...] entrou na praça Rio Branco, e encontrando três bondes, principiou a depredá-los, terminando por incendiá-los”.⁹ Os destroços aparecem diante da Imprensa Oficial e da Biblioteca Pública nas imagens acima, produzidas na parada inicial dos principais ramais da cidade alta. Não demorou para os populares partirem para o elevador Lacerda, cuja recente reforma consumira centenas de contos da General Electric. Eles destruíram, entre outros, portas pantográficas, torniquetes, camarins, toaletes, janelas e aparelhos telefônicos e elétricos.¹⁰ Os amotinados conseguiram entrar nas polêmicas lojas ou mostruários de produtos elétricos do ascensor, amassando e arremessando em praça pública fogões, rádios e aquecedores. Eram máquinas cobiçados, de introdução recente no Brasil pela Circular, a qual era acusada na cidade de pretender o fornecimento dos produtos elétricos. Essa acusação, como explicado, fora negada pelo representante da empresa durante a inauguração do prédio, dias antes. Os passes de papel e as fichas metálicas, usadas para o ingresso no ascensor, foram rasgados ou despejados na praça, tendo-se gritado que se não roubasse nada, apenas se destruísse.¹¹ Era uma ordem inócua, pois ocorreriam saques naquele e nos dias seguintes, entre os destroços espalhados nos prédios e nos logradouros públicos. Na foto abaixo, da entrada superior do elevador Lacerda, percebe-

⁸ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

⁹ BARROS, F. *À margem da história da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1934, p. 564.

¹⁰ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

¹¹ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 100.

se que o relógio do frontispício do prédio paralisou às 21h:40min, danificando-se ainda o letreiro luminoso “Lacerda”. Dois outros meios de transporte entre as cidades alta e baixa seriam atacados: o elevador do Taboão e o plano inclinado do Pilar, particularmente as cabines, portas, grades, lâmpadas, relógios, quadros de distribuição de energia, abajures, aparelhos telefônicos e elétricos, saqueando-se ferramentas e mercadorias de passageiros.¹²



33. Elevador Lacerda após o Quebra-Bondes, com o relógio paralisado marcando 21h:40min. Salvador, outubro de 1930. Fonte: CDCOELBA.

Depois da destruição do elevador Lacerda, apareceram na praça os soldados da temida cavalaria, sem estar claro se eles permaneceram ou não inertes. Caso tenham agido, não se tratou de uma repressão propriamente dita, mas de simples dispersão, que não inibiu a disposição dos manifestantes de destruírem propriedade nas imediações. Uma parte dos soldados rumou para o Terreiro de Jesus, ficando a outra na Rio Branco. Parte dos exaltados dessa segunda praça desceu a rua Chile com o propósito de atacar a sede do jornal de Simões Filho, o que concretizou, não obstante a presença de um destacamento policial no largo do Teatro, que, seguindo o estranho padrão, não reagiu aos atacantes. Os depredadores, entre dez e doze homens, entraram no prédio e danificaram o salão e os ascensores, indo em seguida para três salas, numa das quais incendiou a tipografia. Passaram depois para os andares superiores, realizando mais depredações, pouco antes de se retirarem, sem serem perturbados pelos soldados. Os empregados da redação, surpresos e indignados com o comportamento da tropa, decidiram jogar a mobília incendiada pela janela, o que obstou o alastramento do incêndio.¹³ É importante lembrar que os andares superiores do prédio eram alugados a um

¹² Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

¹³ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

hotel, abrigando, possivelmente, hóspedes (talvez estrangeiros). Simões Filho, que, ironicamente, fazia aniversário naquele dia, estava no Rio.



34. Portas pantográficas da parte inferior do elevador Lacerda, destruídas após o Quebra-Bondes. Percebem-se marcas de fumaça, indicadoras de um incêndio no interior do prédio. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

O protesto, pouco a pouco, desdobrou-se para áreas adjacentes, como lembraram testemunhas consultadas pelo memorialista Geraldo Leal, um dos quais identificou o trâmuei em chamas no Terreiro de Jesus. Este explicou que os carros incendiados eram logo abandonados, partindo os depredadores para outros pontos. Raimundo Gargur recordou que, naquela noite, um grupo de amotinados descera aos gritos as ladeiras de São Miguel e Ferrão. Otávio Falcão Sobrinho, da janela de sua casa, declarou ter assistido à aproximação de outro grupo, que atacou um bonde estacionado na Baixa do Sapateiro. Do lado oposto da rua, os assistentes do cinema Olímpia, contagiados pela algazarra criada pelo apedrejamento do trâmuei, saíram do prédio aos gritos de “quebra, quebra, toca fogo”, o que se realizou, empregando-se latas de gás e jornais em chamas. O grupo teria então partido para os barracões de Santana e Hortas, situados na mesma Baixa dos Sapateiros.¹⁴ Os insurgentes pediam a plenos pulmões fósforo e querosene para concretizarem seus propósitos destruidores.¹⁵

¹⁴ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 101.

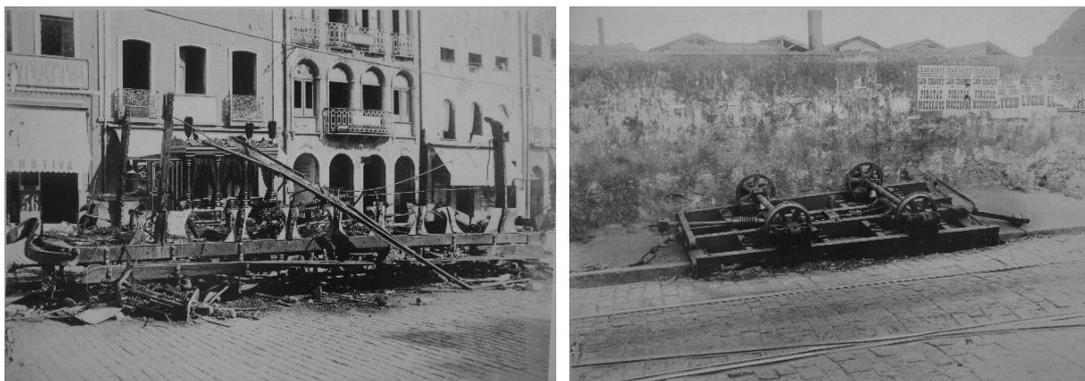
¹⁵ SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*. Salvador: 1930, p. 14.



35. Bonde destruído no bairro de Nazaré, a meio caminho entre o centro e os arrabaldes. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

Entrementes, a Circular reagiu, ordenando a suspensão do tráfego no perímetro central, em particular o centro histórico. É o que se deduz do depoimento, prestado em 1938, por Adalberto Gomes, o fiscal cedido ao município de Salvador pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a pedido do prefeito Francisco Souza. Ele lembrou que, na noite do dia 4, transportando-se num trâmuei pela cidade, deparou-se, no Campo Grande, com empregados da Circular que instruíam os motorneiros e condutores a retornarem da praça, para não alcançarem o centro da cidade, onde o material fixo e rodante era destroçado. O largo, como explicado anteriormente, era um entroncamento entre os ramais centrais e suburbanos, como Federação e Barra. Depois de esclarecerem ao representante do município o que ocorria, funcionários da companhia, incluindo um diretor estrangeiro, conduziram-no num auto à praça Rio Branco, constatando o fiscal não só as depredações, como a inépcia da força pública. Adalberto Gomes rumou então para a casa de Francisco Souza e expôs ao intendente a situação; em seguida, para solicitar uma reação policial, partiu para a casa de Madureira Pinho, encontrando ali Anísio Massorra, diretor da Circular, igualmente à procura do secretário de Segurança Pública. Um e outro, porém, não encontraram o chefe de polícia, nem descobriram seu paradeiro. Posteriormente, Francisco Souza, sabedor de rumores de que sua casa seria atacada, decidiu abandoná-la por “razões de cautela elementar”.¹⁶

¹⁶ Depoimento de Adalberto Carvalho em 5/9/1938. ME. CI.CAEEB.TE.398.342



36 e 37. Bonde destruído na linha da cidade baixa, especificamente na praça Cairu e no Bonfim. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

Supõe-se que os empregados da Circular empreendiam noutros pontos estratégicos a mesma operação realizada no Campo Grande. Mas Adalberto Gomes esclareceu que os exaltados, em meio a algazarra, subiam nas marinetes para destruírem os bondes e os prédios da Circular espalhados por Salvador.¹⁷ O Quebra-Bondes começou assim a se propagar para as zonas menos centrais, como Nazaré, retratada na imagem 35. Jaime Baleeiro, político conhecido, que depôs no processo judicial, recordou que ao percorrer o bairro numa marinete, o chofer foi abordado no Desterro por um colega cujo ônibus trazia depredadores. O segundo motorista aconselhou ao primeiro que retrocedesse, pois do contrário seu carro seria usado para transportar outros insurgentes.¹⁸ O depoimento sugere que os profissionais eram constringidos a conduzir os amotinados, no entanto, o advogado da Circular, décadas depois, daria a entender que os choferes tinham auxiliado os exaltados por razões de concorrência das marinetes contra os bondes. Embora o relato indique a participação de outra categoria laboral, no protesto, os lucros decorrentes da fragilização da Circular beneficiariam outros patrões, isto é, os proprietários dos ônibus.¹⁹

¹⁷ Depoimento de Adalberto Carvalho em 5/9/1938. ME. CI.CAEEB.TE.398.342

¹⁸ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

¹⁹ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.



38 e 39. Áreas internas e externas do barracão dos bondes em Roma destruídos pelos amotinados do Quebra-Bondes. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

O memorialista Geraldo Leal recolheu o interessante relato de um testemunho que encontrou um bonde sendo depredado e incendiado no cemitério de Quintas, depois de ter subido a ladeira homônima, tentando escapar de depredadores. Perseguido por autos, outros trâmueis seriam incendiados na zona costeira de Amaralina.²⁰ O protesto, portanto, alcançara os subúrbios de Salvador. Na subestação da Lapinha, ponto de ligação da rede elétrica com as linhas de Bananeiras, onde ocorrera o quebra-bondes de maio de 1930, as pessoas amassaram e quebraram o portão com pedras, destruindo a pauladas um telefone, relógio de parede, entre outros aparelhos.²¹ Por causa dos ataques à estrutura elétrica, Salvador caiu da costumeira penumbra para a escuridão, pois as lâmpadas curto-circuitaram, tornando-se perigoso operá-las.²² O abastecimento d'água foi igualmente afetado, possivelmente pelo papel estratégico da eletricidade na distribuição do líquido.²³ O cenário que emergiu dos curtos-circuitos certamente causou arrepios em quem contemplou o fogo que consumia trâmueis e edifícios aqui e acolá, projetando cálida luz no semblante dos amotinados. No sopé da colina sobre a qual se erguia a igreja do Bonfim, por exemplo, ardia o antigo casarão do falecido barão de Cotegeipe, o falecido estadista do Império (imagem 43).²⁴ Ao longo dos ramais, foram saqueados ou quebrados a pedra e a pau 19 aparelhos telefônicas, mais sinais luminosos, agulhas e os abrigos para passageiros, essenciais para a administração do tráfego carril.²⁵ Diante desse quadro, não surpreende que os pais de um engenheiro escutado por Geraldo Leal tenham decidido permanecer na igreja de São Francisco, epicentro do quebra-quebra. Sua casa

²⁰ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p.104 e 105.

²¹ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

²² Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

²³ Carta de John Bell a William Seeds, 6/10/1930. TNA. FO. 371-14202.

²⁴ *A Tarde*, 13/1/1932.

²⁵ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

era localizada em São Pedro, Campo Grande, aonde chegaram muito tarde, num auto de praça. Testemunho semelhante deu George Alakija, cuja mãe realizara um parto naquele dia, retornando para a casa nas mesmas circunstâncias, isto é, num carro de aluguel e após a meia-noite. O depoente residia próximo ao largo do Barbalho, onde um trâmuei seria incendiado.²⁶

O Quebra-Bondes mostrou poder destruidor ainda maior ao descer para a cidade baixa, cuja população era particularmente castigada pela alta tarifária, a decadência e a sobrecarga do material fixo e rodante. Os moradores dessa zona tinham realizado o Quebra-Bondes de 1909 contra a Bahia Tramway Light and Power, que era a titular da exploração dos carris situados entre o Comércio e Itapagipe. No andar térreo da metrópole, ademais, concentravam-se as linhas de marinetes, sendo disperso o policiamento, o que certamente contribuiu para intensificar as depredações. Pode ser que Madureira Pinho tenha concentrado ainda mais a polícia no centro, dada sua expectativa de um golpe militar, o qual, se ocorresse, certamente atingiria os prédios públicos, a exemplo dos palácios e quartéis. Sem mencionar a parte inferior dos ascensores, foi destruída uma enorme parcela da frota da cidade baixa nos dias 4 e 5. Nas imagens 36 e 37, trâmueis despedaçados aparecem na praça Cairu e na Calçada do Bonfim, entretanto, a maioria foi queimada num galpão em Roma, onde seriam igualmente atingidas uma estação carril e outra telefônica. Dano praticamente total ocorreu na estação do Retiro, sendo dilacerados os diferentes compartimentos do prédio, mais bondes, dormentes e outros materiais. Os registros imagéticos de Roma e do Retiro (imagens 38, 39, 41 e 42), exibindo um amontado de escombros, são eloquentes demonstrações da intensidade alcançada pelo quebra-quebra nas áreas mais afastadas do centro.²⁷ Dar-se-iam ataques a trâmueis nas distantes Mares e Penha, situadas ambas em Itapagipe.²⁸

²⁶ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 102 e 104.

²⁷ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11. *A Tarde*, 13/1/1932.

²⁸ *Diário de Notícias*, 10/10/1930.



40 e 41. Destruição ocasionada pelo Quebra-Bondes na usina do Dique e no galpão do Retiro reduziu os trâmueis à plataforma. Salvador, outubro de 1930. Fonte: CDCOELBA.

No desenrolar da insurreição (cerca de 22h:00min), um agrupamento de pessoas reapareceu no largo do Teatro, oriundo da Barroquinha, ladeira de São Bento e ruas adjacentes, com intenção de outro ataque ao prédio de Simões Filho. O grupo, segundo relatos, constituía-se de umas quinhentas pessoas, sendo, assim, muito maior que o primeiro ajuntamento que, horas antes, entrara no edifício. Mesmo assim, o segundo assédio ao prédio de Simões Filho foi repellido pelo destacamento policial, que reagiu a tiros, deixando mortos e feridos. Os soldados igualmente obstaram o ataque aos barracões de Hortas e de Barroquinha, bem como à oficina da Graça, sem, porém, deixar mortos ou feridos (os policiais guardaram igualmente a usina da Preguiça).²⁹ Os manifestantes não conseguiram adentrar a usina do Dique, mas incendiaram um bonde e alguns tonéis de óleo, o que danificou a fachada do prédio (imagem 40). O historiador Cid Teixeira, anos depois, diria que seu sogro era funcionário nessa unidade e teria manipulado a fiação elétrica, causando explosões e faíscas que assustaram os insurgentes.³⁰ Na foto a seguir, aparece, incendiado, um dos prédios que compunham o complexo imobiliário de Roma.

²⁹ SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*, p. 15.

³⁰ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p.106.



42. Usina de Roma (Itapagipe) atingida pelo Quebra-Bondes. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

Os prejuízos foram calculados em cerca de 10.000 contos (entre 1 e 2 milhões de dólares ou 600 mil libras esterlinas, segundo fontes estrangeiras), sendo concentrados na cidade baixa na proporção de 4 para 1. Os danos na frota representaram quase 6.800 contos, alcançando, segundo o consulado dos Estados Unidos, 80 trâmueis, cerca de dois terços do total.³¹ De acordo com uma gazeta, todos os bondes da zona baixa foram destruídos, por terem sido recolhidos ao barracão posteriormente incendiado em Roma, tudo indica que numa má-sucedida manobra da Circular para protegê-los dos amotinados. O periódico afirmou que foram 83 perdas, sobrando “trinta e tantos carros”.³² Documentos produzidos décadas depois, diriam que a empresa possuía 125 bondes em circulação, dos quais 104 foram recolhidos aos galpões e oficinas por causa das depredações.³³

Os subúrbios superaram em grande medida o centro em termos de destruição imobiliária, sobretudo por causa dos estragos em Roma, sede de estações carril e telefônica, mais galpões e oficinas (c. de 2.160 contos). Durante o Quebra-Bondes de 1909, manifestantes tinham atacado esse centro a pedradas, mas foram repelidos a tiros por empregados da Bahia Tramway Light and Power, que mataram um e feriram sete atacantes.³⁴ Para se ter uma ideia dos danos causados em 1930 em Roma, o segundo lugar nos prejuízos coube aos escritórios centrais do Ramos de Queiroz (c. de 320 contos), ao passo em que em terceira posição apareceram, praticamente empatados, a estação e o galpão do Retiro (c. de

³¹ Carta de William Seeds ao Foreign Office, 11/10/1930. TNA. FO 371-14202; carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84; carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO - 1 - 8; inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11. *A Tarde*, 13/1/1932.

³² *Diário de Notícias*, 8/10/1930.

³³ Execução de Sentença nº 6, de 1954 (Circular). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 6. Documento 3.

³⁴ REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 204-207.

220) e o elevador Lacerda (c. de 220). Ou seja, os três combinados permaneceram muito abaixo do que se registrou naquele ponto estratégico de Itapagipe. No ascensor recém-inaugurado, destacaram-se os estragos ocasionados na sala de produtos elétricos, destinados ao fornecimento ou à exibição dos modernos aparelhos aos fregueses (c. de 90 contos). O registro iconográfico abaixo mostra o solar do barão de Cotegipe, que era a sede do Instituto Luso-Brasileiro. O prédio, decerto, pertencia à Circular, que registrou a destruição de um edifício no mesmo endereço, com prejuízos de aproximadamente 200 contos. O imóvel, tudo indica, foi alugado ao instituto, que era um estabelecimento de ensino. O Quebra-Bondes ocasionou cerca de 37 contos de réis em prejuízos a “terceiros”, cuja identidade, porém, não foi explicitada. Poderia ser uma referência ao instituto, aos donos das mercadorias roubadas no elevador do Taboão ou à Singer, que possuía máquinas de costura nas lojas ou mostruários do elevador Lacerda.³⁵



43. Casarão antigo do Barão de Cotegipe, sede da escola Instituto Luso-Brasileiro, queimado no Quebra-Bondes. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

Reação policial

Simões Filho, em 1936, e a Circular, em 1938, impetrariam ações na Justiça, exigindo do Estado ressarcimento pelos danos que sofreram em 1930, já que a força pública, segundo os autores dos processos, não teria cumprido sua obrigação de reprimir os promotores do Quebra-Bondes. Os defensores do Estado da Bahia explicaram que o motim era parte da revolução de 30, o que, em sua interpretação do Direito, eximiria o réu da obrigação de indenizar as empresas atacadas. Os representantes de Simões Filho e da Circular, em contrapartida, insistiram em que os insurgentes eram pessoas “desclassificadas”, “desocupadas”, “ladrões”, enfim, gente oriunda das “classes baixas”. O pressuposto era o de

³⁵ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11. *A Tarde*, 13/1/1932.

que apenas pessoas “qualificadas” (políticos e militares) poderiam participar, ou seja, organizar e executar uma sedição como a que derrubara a I República. Sua ausência no protesto era sinal de que não existia, portanto, uma relação entre o protesto e a revolução. Por outro lado, a presença dos populares e, portanto, de pessoas desarmadas, mostraria que o quebra-quebra poderia ter sido facilmente reprimido pela polícia.³⁶ Os argumentos das três partes seriam desdobrados nos anos seguintes em ambos os processos, com arrazoados de juízes, acusadores, defensores e Ministério Público, retomando-se passagens dos depoimentos prestados nos tribunais. Como desconheço o paradeiro dos autos dos processos, apresentarei hipóteses sobre a relação entre o Quebra-Bondes e a revolução de 30, confrontando, de um lado, esses arrazoados e, de outro, informações contidas noutros documentos.

O argumento de Simões Filho e da Circular, de que a simultaneidade entre o quebra-quebra e a revolução de 30 era mera coincidência, não possui respaldo na atual pesquisa. Segundo o cônsul estadunidense em Salvador, Lawrence Briggs, em relatório ao Department of State, dizia-se, logo após as demonstrações de sábado e domingo, que estas tinham sido lideradas por jornalistas, dois bacharéis e alguns estudantes, cujos nomes não foram mencionados (citou-se, porém, o próprio filho do governador Frederico Costa).³⁷ Seu colega do consulado da França, León Hippeau, que, acometido de uma febre, precisou deitar-se cedo no sábado, não podendo comparecer ao teatro dos acontecimentos, mandou relato parecido ao Ministère des Affaires Étrangères. Ele detalhou que os estudantes eram em número de seiscentos, tendo atraído manifestantes de “todas as classes sociais”.³⁸ O memorialista Borges de Barros referiu-se aos apedrejadores que partiram do Terreiro de Jesus para a praça Rio Branco como “um [...] grupo, por sinal, composto de rapazes [...] de branco”.³⁹ O termo “rapaz”, em geral, não era atribuído a pessoas das “classes inferiores”, sendo frequentemente usado para designar a mocidade acadêmica e, adicionalmente, a caixeiral. É importante lembrar que o Cruzeiro de São Francisco e o Terreiros de Jesus, onde se iniciou o quebra-quebra, eram situados nas imediações da faculdade de Medicina, principal núcleo aliancista de Salvador.

O reaparecimento da agitação contra a Circular no Cruzeiro de São Francisco e no Terreiro de Jesus, após a dispersão do protesto com a bandeira nacional, recolocou no espaço

³⁶ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1; Execução de Sentença nº 32, 1952 (Circular). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 03. Documento 09.

³⁷ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 48.

³⁸ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8.

³⁹ BARROS, F. *À margem da história da Bahia*, p. 563.

público, face a face, a polícia, de um lado, e, de outro, estudantes e populares, como ocorrera em agosto na mesma área, após o conflito do teatro Politeama. Dada a presença aliancista entre os acadêmicos, particularmente os de Medicina, opositoristas como Arnaldo Silveira e Gustavo Santos podem ter igualmente reaparecido entre os estudantes. Essa circunstância esclareceria por que a força pública, nos dias 4 e 5, interferiu na praça Rio Branco, mas não no Terreiro de Jesus, mesmo após o começo dos apedrejamentos contra o bonde. Os defensores do Estado da Bahia, nos processos de Simões Filho e da Circular (ao menos nos trechos consultados), não contestaram tratarem-se os promotores do Quebra-Bondes de pessoas de “classe baixa”. No entanto, uma das autoridades públicas a se pronunciarem em defesa do réu declarou que a inibição da tropa decorria da lembrança da má repercussão gerada pela repressão policial aos acadêmicos durante a apresentação de Raul Roulien. Creio que, aos olhos da defesa, mencionar abertamente a presença estudantil e aliancista no Quebra-Bondes, embora fortalecesse a associação entre o protesto e a sedição nacional, poderia eriçar contra o réu a “opinião pública”. Não só a memória, como muitos partícipes dos acontecimentos de outubro de 1930 permaneciam vivos. O Tribunal de Apelação, durante a tramitação do processo, chegou a ser presidido por Joaquim de Souza Carneiro, tio de Nelson de Souza Carneiro, militante da Aliança Liberal, que teria participado da conspiração em prol da deposição de Washington Luís.⁴⁰ Seja como for, nos dias subsequentes ao protesto, seriam presos populares e jornalistas aliancistas, como Gustavo dos Santos, Joel Presídio e Cosme de Farias, sob acusação de participação no Quebra-Bondes.⁴¹

Durante o julgamento da ação indenizatória, o Estado da Bahia defendeu-se da acusação de incúria policial, citando a reação dos soldados aos atacantes no largo do Teatro, Santana, Hortas e Graça. Segundo seus representantes, a turbulência teria explodido simultaneamente no centro e nos arrabaldes de Salvador, obstando uma interferência mais eficaz do contingente policial.⁴² Entretanto, os relatórios diplomáticos e memórias, para não mencionar os depoentes recrutados por Simões Filho e a Circular, são eficazes em atestarem que as autoridades policiais permaneceram inerte na maior parte do tempo, assistindo indiferentes às depredações no próprio centro, não obstante os insistentes pedidos de socorro. Os dois autores

⁴⁰ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1. Sobre os Souza Carneiro: ROSSI, G. *O Intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2015, p. 103. Sobre a participação de Nelson Carneiro na conspiração: *A Noite*, 26/1/1931.

⁴¹ SANTOS, M. *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major: a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2015, p. 40. *A Tarde*, 30/10/1930.

⁴² Execução de Sentença nº 32, 1952 (Circular). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 3. Documento 9.

dos processos acrescentaram que, se ocorresse uma reação precoce, o tumulto não se espalharia pela metrópole, tornando sua repressão mais problemática. Segundo essa argumentação, é o que mostra o que se passou no largo do Teatro, Barroquinha, Hortas e Graça, onde uma ligeira reação dispersou os depredadores.⁴³

Embora não se possa descartar que parte dos ataques tenha ocorrido simultaneamente no coração e nos subúrbios da cidade, o raciocínio da acusação encontra subsídios nas fontes pesquisadas. O Quebra-Bondes, em grande medida, partiu do centro, espalhando-se pouco a pouco para as adjacências e arrabaldes, sem ser obstado pela força pública. É interessante o relato de um testemunho, segundo o qual os apedrejadores deixaram de atacar um bonde em Nazaré, porque alguns idosos moradores imploraram humildemente que interrompessem a destruição. Os manifestantes atenderam, mas desceram a ladeira do Arco aos gritos de “Quebra, Quebra!”, dirigindo-se a um local onde não existiam que soubesse que “nada melhor para deter a força de um projétil do que um anteparo de algodão...”, isto é, que os amotinados podiam ser dissuadidos com súplicas.⁴⁴ O mapa a seguir indica a localização aproximada de algumas ocorrências do protesto, dando uma amostra da expansão deste.

⁴³ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1; Execução de Sentença nº 32, 1952 (Circular). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 03. Documento 09.

⁴⁴ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p.103.

Os policiais, ao não reprimirem os populares, seguiam ordens de Madureira Pinho, como décadas depois reconheceria seu filho, o mesmo que fora assombrado na infância pelos candomblés da baixa da Graça.⁴⁵ O relatório de Lawrence Briggs mostra que, diante das críticas que receberia nos dias seguintes pelo procedimento policial no sábado e no domingo, o secretário de Segurança Pública assumiu, ainda que implicitamente, responsabilidade pela atitude dos subordinados. Ele confessou que temera que os homens do 19º BC se opusessem à força pública se esta atirasse contra a “turba”, terminando por realizarem uma revolução, trazendo à tona a trama conspiratória existente em Salvador. O Quebra-Bondes, portanto, poderia ter empurrado a Bahia para o levante nacional iniciado horas antes em Porto Alegre, Belo Horizonte e Paraíba. O cônsul estadunidense explicou que o regimento federal estacionara recentemente na cidade e entrara em constantes fricções com a polícia.⁴⁶ Esses atritos refletiam os rumores de revolução, a qual, se confirmada, colocaria em campos opostos os rebeldes do Exército e as polícias dos estados aliados de Washington Luís, como a da Bahia. Lawrence Briggs acrescentou que os estudantes, que iniciaram a maior parte dos ataques dos dias 4 e 5, não podiam ser presos pela força pública, por serem oficiais em potencial do Exército, cujos comandantes ser-lhe-iam simpáticos.⁴⁷ Madureira Pinho não se esquecera de agosto, quando a mocidade acadêmica recebeu sob aplausos o 19º BC, durante o protesto na faculdade de Medicina, cujo propósito dizia-se ser a deposição do secretário de Segurança Pública. Paralelamente à tensão entre polícia e Exército, os acadêmicos, cotidianamente, mostraram antipatia pela primeira e simpatia pelo segundo nas ruas e praças, antes e depois do protesto no Terreiro de Jesus.

Nestor Duarte, deputado federal que acompanhou Madureira Pinho durante o Quebra-Bondes, depôs que o secretário, lado a lado do jornalista Pânfilo de Carvalho, chegou a pedir, sem sucesso, auxílio no forte de São Pedro, sede da Região Militar.⁴⁸ O comandante da unidade, o gaúcho Ataliba Osório, recusou-se a mobilizar a tropa, alegando existirem simpatizantes da revolução no 19º BC. Esse quadro certamente era objeto de cogitação nas comunicações telegráficas e telefônicas que, segundo depoentes do processo judicial, Madureira Pinho estabeleceu com os próceres do PRB no Distrito Federal no desenrolar do quebra-quebra. “Se dizia [sic] em surdina, [que a polícia] recebera ordens diretas do Rio de

⁴⁵ PINHO, D. *Carrossel da Vida*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974, p. 94.

⁴⁶ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

⁴⁷ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

⁴⁸ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

não contrariar o povo afim de não aliciar adeptos para a Revolução”, publicou um memorialista, no mês seguinte ao ocorrido.⁴⁹ Nestor Duarte, porém, declarou que, durante uma dessas comunicações, Madureira Pinho acabou autorizando a polícia a reagir, o que teria ocorrido nos barracões de Hortas e Santana e na oficina da Graça (depoimento semelhante prestou Pânfilo de Carvalho).⁵⁰ Mas a autorização ocorreu tardiamente, quando se consumara a destruição noutras áreas da capital ou, quem sabe, o protesto enfraquecera por si próprio. Seja como for, existe a possibilidade de que a estratégia de Madureira Pinho era executada em acordo com os dirigentes nacionais do partido situacionista.

Lawrence Briggs explicou que a ordem dada pelo secretário aos seus homens era de atirar apenas se os apedrejadores os atacassem,⁵¹ o que é confirmado pela cena dos disparos no largo do Teatro. O comandante da tropa estacionada no logradouro explicaria, sob juramento, que recebera ordens de reagir apenas se o Quebra-Bondes “tomasse vulto”, o que teria ocorrido somente no segundo ataque ao prédio de Simões Filho, quando os assediadores se mostraram hostis à própria polícia, com “gritos” e “pedradas” dirigidos aos soldados.⁵² Pode ser que Madureira Pinho tenha calculado que a hostilidade à tropa representasse um ataque não mais à propriedade particular, mas ao próprio governo estadual, explicitando seu caráter “política”, quer dizer, seu liame com a revolução que cabia, esta sim, reprimir imediatamente. Outra hipótese é a de que o secretário tenha recordado que, em agosto, os soldados tinham desobedecido a um superior e atirado contra os populares que lhes dirigiram pedradas e apupos da esquina do Terreiro de Jesus. Ou seja, permitir os disparos em caso de ataque podia ser uma maneira de, diante do risco de um golpe do 19º BC, garantir a disciplina de uma tropa cujos salários estavam atrasados. Nesse sentido, as reações policiais no largo do Teatro, nos barracões de Hortas e Santana e na oficina da Graça não necessariamente obedeciam à mesma razão, nem se deram na mesma hora. Pode ser que o chefe de polícia tenha cedido em parte à Circular, apoiando ao menos a estratégia da empresa de recolher os bondes aos barracões, no lugar de apenas suspender o tráfego nas áreas centrais, como tentara inicialmente. Quem sabe o secretário não considerasse que a usina da Preguiça era importante demais para a manutenção da ordem pública, precisando ser guardada contra os insurgentes?

⁴⁹ SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*, p. 16.

⁵⁰ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1; HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

⁵¹ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

⁵² Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

Madureira Pinho, segundo as duas primeiras hipóteses acima expostas, pode ter atribuído intuítos políticos, no sentido de depor o governador Frederico Costa, aos próprios promotores do Quebra-Bondes. Mesmo sem entrar em detalhes, Adalberto Gomes lembra, que pouco depois de passar na casa do secretário, soube dessa sua crença.⁵³ Ou seja, a atração do 19º BC para as ruas e praças não seria uma consequência acidental do protesto, mas um propósito almejado pelos populares amotinados. O então presidente da Associação Comercial, Almir Gordilho, depois de repetir, como outros depoentes, que a polícia assistia às depredações de “braços cruzados”, acrescentou ter escutado de dois delegados, no desenrolar do quebra-quebra, que “as ordens [...] era para nada fazer”. O ex-intendente e ex-diretor da SEGE, Epaminondas Torres, assim como um empregado da Circular, igualmente jurou que, ao cobrar reação a um desses delegados (Chagas Filho, que presenciou a depredação da central telefônica no largo Ramos de Queiroz), dele escutou que a ordem era para não interferir, mesmo porque “aquilo era o começo da revolução”. Esse depoimento foi em parte confirmado por Nestor Duarte.⁵⁴

Se realmente existiu, a presença acadêmica e aliancista no início do protesto, a par da memória dos acontecimentos de agosto no Terreiro de Jesus, certamente enraizou no comando e na tropa policial a crença de que o Quebra-Bondes, em seu desdobrar, daria lugar a uma quartelada. Lembre-se que a gazeta aliancista não só aplaudia a revolução, como dirigia críticas à Circular, estimulando a população a atacar propriedade e os diretores da companhia, assim como a sede do jornal de Simões Filho. Outra circunstância que ajuda a entender essa impressão seria citada pelo próprio representante do deputado federal: nos dias 1, 2 e 3, correram rumores alarmantes em Salvador, com o propósito de se realizar uma “alteração da ordem constituída”, dizendo-se que seriam atacados a Circular e a gazeta de Simões Filho. Diante dos boatos, aumentados no início da tarde do dia 4, o diretor do periódico, Alfredo Marback, solicitou garantias à força pública, que postou no largo do Teatro o destacamento policial.⁵⁵ O fato de o destacamento policial realmente estar naquele ponto é sólido indício de que os boatos realmente existiam.

⁵³ Depoimento de Adalberto Carvalho em 5/9/1938. ME. CI.CAEEB.TE.398.342

⁵⁴ Execução de Sentença nº 32, 1952 (Circular). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 3. Documento 9; HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331; cópia de Acordão (Edgard de Souza Carneiro). ME. CI.CAEEB.TE.398.265.

⁵⁵ Execução de Sentença nº 67, 1944 (Simões Filho). APEB. Seção Judiciária. Estante 167. Caixa 1. Documento 1.

Portanto, indícios de que o quebra-quebra em Salvador era parte da revolução nacional não só existiam, como foram percebidos por Madureira Pinho. O encarregado da segurança pública, acreditando neles, realizou uma operação policial que contribuiu para a propagação do protesto. Ou seja, a associação entre protesto e revolução existia ao menos na estratégia executada pelo comando policial, a qual contribuiu centralmente para que a demonstração patriótica desse lugar uma insurreição popular, isto é, o Quebra-Bondes.

Conspiração

Essas não eram as únicas pistas que ajudam a entender o comportamento de Madureira Pinho. Três semanas antes do Quebra-Bondes, a Secretaria de Segurança Pública recebera da polícia carioca a denúncia de que em Salvador era preparada uma insurreição armada pelos generais Alberto Teixeira e Oliveira Freitas, mais Candinho Faroleiro, Manoel Dantas e Cícero Maynard.⁵⁶ Alberto Teixeira e Oliveira Freitas, como referido em capítulo precedente, tinham sido indicados por J. J. Seabra para ocuparem cadeiras na direção do PRD, durante a reunião partidária de setembro de 1929, que lançou na cidade a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Oliveira Freitas recordou, em janeiro de 1931, que, em abril do ano anterior, Tomás Mutti e Clodomir Silva, oriundos de Sergipe, procuraram Joel Presídio e Antônio Maciel Bonfim para estabelecerem ligação entre os revolucionários sergipanos e baianos e de ambos os grupos com o Rio. Esse era o embrião da conspiração nos meios civis de Salvador, cuja liderança ficaria a cargo de Oliveira Freitas, graças ao pedido nesse sentido apresentado ao general por, entre outros, Joel Presídio.⁵⁷

Outros integrantes desse grupo eram os jornalistas oposicionistas Leopoldo Amaral, Arnaldo Silveira e Nelson de Souza Carneiro.⁵⁸ Manoel Dantas era coronel da força pública, representando a conspiração nessa tropa. Clodomir Silva e Antônio Maciel Bonfim partiram para o Rio com a missão de estabelecer contatos com os revolucionários no sul do país. Tomás Mutti, na condição de empregado da Este Brasileiro, recrutaria os operários da companhia francesa, além de atuar como agente de ligação com Sergipe, onde participara em 1924 do importante levante do capitão Augusto Maynard (parente, quem sabe, de Cícero

⁵⁶ S.I.J. Procuradoria Geral do Estado. Folha Suplementar DSP. Mod. 12. Boaventura Moreira Caldas (Procurador Geral do Estado da Bahia). ME. CI.CAEEB.TE.398.289; cópia de Acórdão (Edgard de Souza Carneiro). ME. CI.CAEEB.TE.398.265.

⁵⁷ BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*, p. 48 e ss. Depoimento Oliveira Freitas em entrevista. *A Noite*, 26/1/1931.

⁵⁸ BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*, p. 48 e ss.

Maynard). Aparteador de comícios governistas, Candinho Faroleiro era o diretor da União dos Operários das Docas da Bahia. Partícipe do conflito de julho de 1930 entre os trabalhadores e o superintendente francês da Societé de Construction du Port, ficaria encarregado de ramificar a conspiração entre os estivadores.⁵⁹

Existia um segundo núcleo conspiratório, militar, conduzido no 19º BC por Joaquim Monteiro. O tenente foi recrutado para a conspiração por Juraci Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata no início de 1930, por ocasião de uma escala em Salvador, durante a transferência dos três últimos tenentes do Rio para a Paraíba.⁶⁰ Dois meses depois, em abril, o capitão Juarez Távora passou incógnito pela cidade em fuga da Fortaleza de Santa Cruz (Rio), indo homiziar-se na Paraíba, de onde passou a liderar a conspiração no norte do país.⁶¹ Jurandir Mamede e Juarez Távora continuaram a catequizar e a instruir Joaquim Monteiro por correspondência, acertando que a Bahia integrar-se-ia ao setor norte, seguindo apenas as ordens da Paraíba.⁶² Joaquim Monteiro, ainda em maio, seria instado a recrutar colegas e subordinados no 19º BC. Igualmente, deveria procurar os correligionários de J. J. Seabra e Moniz Sodré, para escolher civis aptos a criarem “ambiente favorável” ao “levante militar” na Bahia. Segundo Juarez Távora, a campanha aliancista conseguira criar no Exército e na população uma tensão garantidora das possibilidades de uma insurreição simultânea nas diferentes regiões do país.⁶³ Joaquim Monteiro conseguiu a adesão dos aspirantes João Costa e Humberto Melo, indicados por Jurandir Mamede, mas não pôde recrutar outros potenciais aderentes, julgando ainda perigosa a ligação com os civis, pois não possuía relações no estado. Outro problema era o monitoramento de Madureira Pinho, que, após suspeitar do desembarque de Juarez Távora em Salvador, chamou Joaquim Monteiro, transmitindo-lhe a suspeita de que o capitão foragido escondera-se na casa de Hanequim Dantas. O secretário não sabia das ligações de Joaquim Monteiro com Juarez Távora, nem que este se dirigira à Paraíba, mas suspeitou da atuação conspiratória de Hanequim Dantas.⁶⁴

⁵⁹ *Correio da Manhã*, 4/9/1925; *O Jornal*, 5/5/1930; *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ), 1919, p. 2186; *Diário Carioca*, 30/10/1929; depoimento Oliveira Freitas em entrevista. *A Noite*, 26/1/1931.

⁶⁰ FREITAS, A. *Alcance e Limites do Movimento Tenentista na Bahia*. Ufba: 2010 (História, dissertação de mestrado), p. 29.

⁶¹ SILVA, J. *Juarez Távora na Bahia*. Salvador: Edufba, 1969.

⁶² MONTEIRO, J. A Revolução de 30 na Bahia. In SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*. Salvador: Edufba, 1980, p. 47.

⁶³ Carta de Jurandir Mamede a Joaquim Monteiro, 1/5/1930; carta de Juarez Távora a Joaquim Monteiro, s/d. Publicado em: SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 11.

⁶⁴ Carta de Joaquim Monteiro a Jurandir Mamede, 10/5/1930. Publicado em: SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 15; MONTEIRO, J. A Revolução de 30 na Bahia. In SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 48.

Juarez Távora aceitou o diagnóstico, sugerido por Joaquim Monteiro, de que a Bahia constituía um elo frágil da cadeia conspiratória do Norte, mas instruiu o tenente a continuar as articulações no regimento, procurando aproximar-se dos civis, que, em circular dirigida pelo capitão aos correligionários do Norte, eram destinados a auxiliarem o levante militar. Organizados em pequenos grupos, eles poderiam, entre outros, guardar estações, portos e aeroportos, bloqueando a saída de trens, embarcações e aeroplanos; estações telegráficas e telefônicas, controlando as comunicações.⁶⁵ Juarez Távora enfatizou para Joaquim Monteiro que os civis poderiam ainda cortar as comunicações da capital com o interior, para onde escapariam os rebeldes se a quartelada fracassasse, o que era provável na Bahia.⁶⁶

O conspirador do 19º BC procurou então os civis, tudo indica que por intermédio de Hanequim Dantas, encarregado da ligação entre militares e civis. Dois civis explicaram a Joaquim Monteiro que existia um chefe sertanejo dispoendo de cerca de 500 homens.⁶⁷ Podia ser uma referência a José Presídio, o marchante ligado ao PRD que, segundo o general Oliveira Freitas, era parte dos planos conspiratórios.⁶⁸ Joaquim Monteiro soube, da mesma fonte, de outra pessoa, que possuía elementos dispersos em Salvador, podendo tratar-se de Oliveira Freitas. Embora este fosse militar, era o chefe dos conspiradores civis, como explicado. O tenente, ansioso por contatar os nomes indicados, seria alertado que para tal seria preciso obter no Rio representações de J. J. Seabra e dos Moniz.⁶⁹

Oliveira Freitas, paralelamente, procurou estabelecer contatos no 19º BC, conseguindo, após inaudito trabalho, reunir-se com Joaquim Monteiro, por intermédio de Hanequim Dantas. Joaquim Monteiro confirmou ser o líder da conspiração no quartela, dispoendo-se a aceitar a colaboração dos elementos civis.⁷⁰ Entretanto, em carta endereçada a Juarez Távora, ele não escondeu suas suspeitas em relação aos aliancistas, que poderiam instrumentalizar os rebeldes do Exército para alcançar o poder, obstando a implantação de uma ditadura militar, que julgou a única solução para os problemas do país.⁷¹ O destinatário reafirmou a

⁶⁵ Carta de Juarez Távora a Joaquim Monteiro, 20/5/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 18.

⁶⁶ J. Távora. Chefia da Bahia (cópia nº 9). Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 26.

⁶⁷ Carta de Joaquim Monteiro a Juarez Távora, 16/6/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 34-35.

⁶⁸ *A Noite*, 26/1/1931.

⁶⁹ Carta de Joaquim Monteiro a Juarez Távora, 16/6/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 34-35.

⁷⁰ *A Noite*, 26/1/1931.

⁷¹ Carta de Joaquim Monteiro a Juarez Távora, 16/6/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 34-35.

necessidade desse gênero de articulações, explicando que sem o concurso da Aliança Liberal não se poderia alcançar sucesso.⁷² Oliveira Freitas explicou que, numa segunda reunião com Joaquim Monteiro, este relatou que recebera ordens do capitão para continuar a arregimentação, para agirem quando a insurreição estalasse no Rio Grande do Sul.⁷³

Percebe-se que a conspiração na Bahia ocorreu em meio a marchas e contramarchas nos núcleos civil e militar e, sobretudo, na articulação entre ambos, o que se acentuou quando Luís Carlos Prestes aderiu ao comunismo em maio, sendo seguido por Antônio Maciel Bonfim, elemento de ligação entre Salvador e Rio. Oliveira Freitas e Joaquim Monteiro explicaram como o início da revolução, no dia 3 de outubro, encontrou os conspiradores baianos desarticulados. Tomás Mutti dirigira-se a Sergipe, estando outro importante elemento no interior.⁷⁴ O próprio Joaquim Monteiro, após denúncias sobre seu engajamento na conspiração, fora transferido para Ilhéus, no sul da Bahia, não conseguindo retornar para Salvador, ao ser alertado sobre o início da insurreição por Humberto Costa, que recebera código telegráfico nesse sentido no entardecer do dia 3. Humberto Costa, de sua parte, sofrera um acidente, quebrando a perna, o que o impossibilitou de agir.⁷⁵

Segundo Borges de Barros, o protesto no plano inclinado Gonçalves foi um “pretexto adrede preparado”, ligado à expectativa de que a revolução estalaria em Salvador na noite de 4. Como a quartelada não ocorreu, por causa do problema no transporte do chefe militar, “a ação popular degenerou no ‘quebra-bondes’”.⁷⁶ O quebra-quebra teria resultado, assim, da retração não só da polícia, como dos próprios conspiradores do Exército, criando-se um vácuo ocupado pelos populares amotinados. É importante destacar que Borges de Barros era um intelectual muito próximo aos círculos oposicionistas, chegando a ser cogitado para secretário do Interior após o triunfo da revolução.⁷⁷ Trata-se, conseqüentemente, de uma pessoa potencialmente bem-informada. Sua interpretação é interessante, pois sugere que os insurgentes das ruas assumiram protagonismo numa ação em que os ataques à Circular cumpriram papel secundário, isto é, apoiar o golpe do 19º BC contra o governo estadual. Seria uma situação parecida com o quebra-bondes de maio de 1928 em Brotas, quando os

⁷² Carta de Juarez Távora, 24/6/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, 37.

⁷³ *A Noite*, 26/1/1931.

⁷⁴ *A Noite*, 26/1/1931.

⁷⁵ MONTEIRO, J. A Revolução de 30 na Bahia. In SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 49.

⁷⁶ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 588; BARROS, F. *À margem da história da Bahia*, p. 563; certidão fornecida por Jorge Berenguer. ME. CI.CAEEB.TE.398.302.

⁷⁷ BARROS, F. *À margem da história da Bahia*, p. 572.

passageiros, por terem escorraçado um guarda civil, quebraram as janelas do trâmuei, partindo para o que seguia atrás. Lembra, igualmente, o protesto realizado durante a campanha presidencial de 1929, diante dos escritórios centrais da Circular, após o comício no Pelourinho. No primeiro caso, o elemento comum é o retraimento dos prepostos da segurança pública (guarda civil, polícia ou o próprio Exército), no segundo, o surgimento de um protesto contra a empresa a partir de uma ação aliancista. Nos três casos, o Quebra-Bondes de 1930, a demonstração de 1920 e o quebra-bondes de 1928, surgia uma brecha explorado pela população para protestar contra a subsidiária da General Electric.

O fato de não se terem registrado ataques a prédios públicos em 4 e 5 de outubro de 1930, lembrado pela acusação para negar o caráter “político” do Quebra-Bondes, fortalece a interpretação de Borges de Barros. Ou seja, os populares podem ter percebido que manterem-se distante dos prédios públicos era garantia da neutralização da polícia, condição para prosseguirem no quebra-quebra. O assalto aos palácios e quartéis, quem sabe, era entendido pelas pessoas como missão dos rebeldes do 19º BC, que, pelas razões expostas, não compareceram ao “encontro”, malogrando a revolução.

O Quebra-Bondes, porém, não poupou apenas os palácios e quartéis, mas os prédios particulares no geral, pois praticamente concentrou-se na Circular, o que mostra o elo entre o protesto e a Aliança Liberal, recolocando, de outra maneira, a associação entre o protesto e a revolução. O ataque ao prédio particular de Simões Filho, nesse sentido, representou uma exceção que reforça a regra. Os capítulos anteriores mostraram que as denúncias contra os contratos, atingindo especialmente Simões Filho e Francisco Souza, emergiram nos comícios oposicionistas, durante a campanha presidencial, e na imprensa oposicionista, durante as sucessões nos governos da Bahia e na Presidência da República. *O Jornal* não apenas criticou os empreendimentos da General Electric, como estimulou a população a atacar seu pessoal estrangeiro, assim como o diário de Simões Filho. Como diria Lawrence Briggs, essa gazeta era o líder das críticas à companhia na imprensa de Salvador.⁷⁸

Os documentos sugerem que opinião semelhante à de Borges de Barros circulou em outubro de 1930. Durante a reclamação no plano inclinado, a Christiani & Nielsen, encarregada da obra pela Circular, afirmou aos populares que a bandeira fora estendida ao sol para secar, não por um cidadão estadunidense, mas um operário brasileiro. Este, presente no recinto, confirmou a explicação (no processo judicial, seria dito que a bandeira fora usada

⁷⁸ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46 e 85; carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

pelos ferreiros, para se protegerem do sol).⁷⁹ O propósito da alegação, ignorada pelos exaltados, era aplacar a indignação nacionalista que, fermentando o protesto, certamente o aumentaria, criando uma situação embaraçosa para a empreiteira junto aos contratantes estrangeiros. A explicação seria repetida para o diretor da Circular, Anísio Massorra, que, pouco depois, compareceu ao canteiro para saber a origem da manifestação que então ocorria no centro da cidade alta.⁸⁰ Nos dias seguintes ao Quebra-Bondes, a construtora publicaria nos jornais uma nota em que eximiu de responsabilidades no caso não só os estadunidenses (por não serem os executores da obra), como a si própria, ao declarar que o quebra-quebra ocorrera por outras razões, que não ao fato de um trabalhador nacional estender o pendão estrelado para secar. Entretanto, por causa da própria censura, ela não explicitou quais seriam essas razões.⁸¹ Lawrence Briggs acabou aderindo a essa opinião, ao anotar que o suposto insulto permitiu a junção entre “agitadores” e “descontentes”, que saíram às ruas “realizando o que pretendia ser uma demonstração patriótica”. “Os brasileiros de melhor classe”, continuou o diplomata, “acham que eles [os populares] armaram o incidente com a bandeira”, o que é reforçado pelo relato do cônsul de que, entre os populares, existiam “agitadores”. O relatório não esclareceu se os interlocutores locais, atribuíram à “armação” o propósito de depor o governo da Bahia, como indicou Borges de Barros, atacar a propriedade da General Electric ou ambas as coisas.⁸²

Borges de Barros não entra em detalhes, mas a noção de fracasso de um plano inicial, implícita no termo “degenerou”, se confirmada, poderia ser explicada pelas contramarchas da articulação entre os núcleos conspiratórios civil e militar, do primeiro com o Rio e do segundo com a Paraíba. Oliveira Freitas explicaria que seu grupo não chegou a receber ordens do Rio, o que mostra o distanciamento de J. J. Seabra e Antônio Moniz, residentes no Distrito Federal. O periódico dirigido por Moniz Sodré, eleito deputado federal, não apoiou a revolução, ao contrário da gazeta aliancista. Essa ausência geográfica e política do primeiro escalão do PRD poderia explicar por que Joaquim Monteiro, décadas depois, lembraria dos conspiradores civis como “heterogêneos e de difícil aglutinação”. Ele recebia ordens somente da Paraíba, no entanto, desconfiou mais que Juarez Távora dos aliancistas, inclinação que pode ter se acentuado pela pouca colaboração de J. J. Seabra e dos Moniz. Segundo o tenente,

⁷⁹ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 588.

⁸⁰ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

⁸¹ *A Tarde*, 6/10/1930.

⁸² Carta de Lawrence Briggs ao Department Of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

os civis “são muito úteis e fáceis de se dispor quando há sucesso no levante, como ocorreu no Rio Grande, Paraíba e Minas, que contavam com os Governos Estaduais”. “Levantes de elementos civis só existiam em promessas de políticos opositores, sem valor militar algum”, concluiu.⁸³

Podia ser problemático, aos olhos de um tenente desconfiado da Aliança Liberal e preocupado com a polícia, engajar numa conspiração os políticos do segundo escalão do PRD, estudantes e os trabalhadores do porto e da estrada de ferro, a serem mobilizados por nomes como Arnaldo Silveira, Candinho Faroleiro e Tomás Mutti. Os episódios de agosto no Terreiro de Jesus mostraram que os aliancistas eram influentes nos círculos acadêmicos, mas não conseguiam controlar os estudantes, menos ainda os populares, os “elementos perniciosos” que se tinham intrometido no protesto contra a força pública. Oliveira Freitas mostrou, no entanto, que existia interesse aliancista em mobilizar as classes populares de Salvador nas articulações clandestinas contra o governo federal. Parte central da estratégia revolucionária de Juarez Távora, o controle da estrutura portuária e ferroviária, administrada pela Este Brasileiro e a Société de Construction du Port, certamente exigiria a colaboração dos operários na conspiração. Naturalmente, a tomada do telefone, igualmente preconizada pelo comandante da Paraíba, miraria a Circular. Portanto, o interesse em mobilizar as classes populares, associado aos obstáculos às articulações entre os núcleos conspiratórios, poderia explicar por que a população teria sido agitada, mesmo com a ausência de Joaquim Monteiro e outros conspiradores de Salvador.

Percebe-se, entretanto, que a destruição à propriedade da Circular pode ter coincido com os planos rebeldes, o que tensionaria a noção de fracasso inerente à tese da degeneração. Durante o processo judiciário da subsidiária da General Electric, apareceram duas explicações contrastantes a respeito da relação entre o Quebra-Bondes e a revolução de 30, sendo a primeira uma reprodução da hipótese de Borges de Barros. O procurador-geral do Estado, exemplificando a segunda explicação, argumentou em 1944 que as proporções do Quebra-Bondes, isto é, sua simultaneidade no centro e nos subúrbios, sua durabilidade e potência, eram o atestado de que as depredações obedeciam a um plano pré-concebido.⁸⁴ Essa tese insinuou-se no relato de León Hippeau, segundo o qual “equipes de indivíduos, parecendo perfeitamente organizados, percorriam a cidade em caminhões repletos de galões de gasolina

⁸³ MONTEIRO, J. A Revolução de 30 na Bahia. In SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 49.

⁸⁴ S.I.J. Procuradoria Geral do Estado. Folha Suplementar DSP. Mod. 12. Boaventura Moreira Caldas (Procurador Geral do Estado da Bahia). ME. CI.CAEEB.TE.398.289.

incendiando depósitos, oficinas, abrigos de passageiros, uma central telefônica [etc.].⁸⁵ O relato do representante de Simões Filho, de que corriam rumores nos dias 1, 2, 3 e 4 de que seriam atacadas a empresa do parlamentar e da General Electric, reforça essa explicação. Para sustentá-la, Hercílio Rocha diria no processo judicial que identificara no protesto pancadas realizadas nos postes da Circular e o uso de apito e lenço, como sinais combinados entre os insurgentes.⁸⁶

Indícios outros de relação entre o Quebra-Bondes e a revolução surgem nas fontes, após terem sido percebidos pelos contemporâneos. Pareceu a Lawrence Briggs que, ao ser “premeditada”, a depredação de sábado e de domingo fora encorajada pela chegada de notícias sobre o sucesso da revolução noutras partes do Brasil.⁸⁷ Léon Hippeau detalhou que as notícias eram sobre a manhã em Pernambuco,⁸⁸ onde cerca de duzentos motoneiros e condutores da subsidiária estadual da General Electric distinguiram-se militarmente, ao decidirem auxiliar, em momento crítico, o assalto dos tenentes contra o governador Estácio Coimbra (1926-1930).⁸⁹ Os promotores do Quebra-Bondes teriam, portanto, se inspirado em Recife, o que fortalece a hipótese da presença aliancista nos ataques à Circular, dada à identidade ideológica entre as oposições de ambos os estados, irmanadas no apoio a um levante do Exército e, segundo a suspeita, na maneira própria de executá-lo, isto é, mobilizando empregados e fregueses das companhias de serviços urbanos. Outro elemento comum foi a participação estudantil no assalto de Recife, assim como a danificação dos cabos, telefones e trâmueis, bem menor na capital pernambucana.⁹⁰ “Creio não existir indicação de que os danos à propriedade [da Pernambuco Tramway Light and Power] foi deliberado, exceto por duas pranchas, parcialmente destruídas”, registrou o cônsul britânico em Recife, assinalando diferença crucial entre os acontecimentos dos dias 4 e 5 nessa cidade e em Salvador.⁹¹

⁸⁵ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8

⁸⁶ Parecer do procurador Geral do Estado da Bahia Boaventura Moreira Caldas, 23/5/1944. ME. CAEEB. CI.CAEEB.TE.398.289.

⁸⁷ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 48.

⁸⁸ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8.

⁸⁹ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8; carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203. *A Tarde*, 29/10/1930; *Diário de Notícias*, 28/10/1930.

⁹⁰ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 49.

⁹¹ Carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

Os aliancistas pernambucanos, por razões semelhantes às dos correligionários de Salvador, eram opositores da General Electric, a proprietária da Pernambuco Tramway Light and Power. Paralelamente, eles tinham conseguido explorar politicamente a impopularidade de Estácio Coimbra e a popularidade de João Pessoa entre as “classes médias” e “baixas”, sobretudo após o assassinato em Recife do governador paraibano, atribuído a correligionários do governador de Pernambuco. Essa exploração fora facilitada pelo impacto da crise econômica entre os mais pobres, que aplaudiam a reforma tributária conduzida por João Pessoa na Paraíba. Pode ser que em Recife, como em Salvador, a chegada da General Electric tenha resultado em aumento de impostos ou, em geral, na carestia. “Quando um punhado de estudantes e aliancistas começaram a revolução [...], encontraram as classes trabalhadores inclinadas a pegar em armas em sua causa”, explicaria o cônsul dos Estados Unidos.⁹² Segundo o representante britânico, “a popularidade [...] do movimento revolucionário [em Pernambuco] sem dúvidas contribuiu largamente para seu sucesso”.⁹³ O registro a seguir mostra a participação não-militar no levante do dia 4 e 5, sem estar claro se os homens fardados eram ou não empregados da Pernambuco Tramway Light and Power.



44. Imagem mostra a participação civil no assalto contra Estácio Coimbra em Pernambuco. Recife, data desconhecida. Fonte: APM.

Portanto, as condições em que ocorreram a conspiração na Bahia, mais as semelhanças entre Salvador e Recife, apontam na direção de uma associação entre o Quebra-Bondes e a revolução de 30. Essa hipótese insinuar-se-ia não só na reação de Madureira Pinho ao quebra-quebra, mas nos relatos das autoridades consulares e de memorialistas. É possível que os conspiradores tenham encarado na tensão entre acadêmicos e policiais e no dissabor popular contra a subsidiária da General Electric um meio de mobilizar, ao lado de estudantes,

⁹² Carta de Van den Arendt a embaixada dos Estados Unidos, 9/12/1930. NARA. RG 84.

⁹³ Carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

operários do porto e da linha férrea, os trabalhadores em sua heterogeneidade, passageira nos bondes e ascensores e moradora das residências eletrificadas pela Circular (ou mesmo das ruas, como os mendigos). O problema do telefone, assim como da loja ou mostruário de produtos elétricos, pode ter gerado ao menos certa simpatia entre os pequenos comerciantes, a qual pode ter se manifestado no emprego de galões de gasolina e transporte automotor no Quebra-Bondes. Podia ser uma maneira de ocupar as ruas em momento estratégico, não só para secundar um golpe do 19º BC, seja pela neutralização da força pública, como suspeitou Madureira Pinho; seja pela ocupação de estações de transporte e comunicação, como planejou Juarez Távora. Os aliancistas, que contribuíram na imprensa para o sentimento contrário à Circular e aos estadunidenses, podem ter encarado nessa ocupação das ruas uma maneira de marcar presença diante da expectativa de que os militares deporiam Frederico Costa.

É desconhecida a reação dos conspiradores diante da grandiosidade que os populares conferiam ao Quebra-Bondes. Existia certa ambiguidade na atitude da imprensa oposicionista em relação à população negra e trabalhadora de Salvador. Por um lado, os periodistas exprimiam sua descrença na capacidade política dos soteropolitanos comuns, por intermédio dos personagens Zé Povinho e Tia Zefa, desprezando ainda os candomblés, cumbucas e macacos da capital. Entretanto, eles estimulavam a população a atacar a empresa de Simões Filho e da General Electric, chegando a aplaudir o quebra-bondes da Liberdade como uma “atitude revolucionária”. O Quebra-Bondes do dia 4, entretanto, representou uma ação muito maior, mesmo em comparação com o protesto contra Bahia Tramway Light and Power de 1909. Nas semanas seguintes, ele daria lugar um medo difuso em Salvador, o qual com certeza desafiou as pretensões repletas de preconceito racial e de classe da imprensa oposicionista, podendo tê-las reduzido a cinzas, como fez com a propriedade da Circular.

Hercílio Rocha mencionou no processo judicial que, ao desembarcar em Salvador em setembro, encontrara a população exaltada pelas discussões da reforma do contrato da Circular no Conselho Municipal.⁹⁴ Sabe-se, porém, que não era precisamente a reforma, mas a execução, não de um, mas do conjunto dos contratos o que era debatido, não só na câmara municipal, como no Senado e na Câmara dos Deputados. O comentário do capitão da força pública, apesar da imprecisão, mostra que não só a política institucional era pressionada pelo descontentamento das ruas, como esta era realimentada pelos acalorados debates entre

⁹⁴ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

conselheiros municipais, senadores e deputados estaduais. Portanto, não era apenas a imprensa aliancista a responsável pelo desgosto dos soteropolitanos em relação à Circular.

Hercílio Rocha chegara do São Francisco, região sertaneja que, desde o ano anterior, era objeto de preocupação das autoridades estaduais e federais, pelo tráfico de armas paralelo ao recrutamento de coronéis baianos pelos aliancistas de Minas Gerais.⁹⁵ O capitão pode ter estado em missão especial nesse que era o terceiro núcleo da conspiração na Bahia, o mais consequente pela disponibilidade de homens, armas e munição e pela proximidade do governo mineiro.⁹⁶ O principal impacto desse núcleo em Salvador pode ter consistido no “despoliciamento”, pois Juarez Távora, ao inserir em seus planos a necessidade de ocupar a estratégica cidade de Alagoinhas, deu a entender que existia concentração de tropa policial na zona sertaneja. Essa situação pode ter aumentado para a inibição de Madureira Pinho diante do Quebra-Bondes.⁹⁷ Borges de Barros registrou que a capital possuía 380 soldados nos dias 4 e 5, mas sem entrar em detalhes.⁹⁸

Nos relatos contemporâneos, permaneciam, entretanto, as incertezas a respeito da relação entre o Quebra-Bondes e a revolução. O próprio cônsul francês esclareceu que não era possível determinar se o liame existia, apesar das suspeitas de que Recife inspirara Salvador. “Se em Pernambuco o movimento foi claramente revolucionário”, opinou, “parece que não houve na Bahia senão uma manifestação de sentimento claramente antiamericano”.⁹⁹ Sua conclusão baseou-se, decerto, no fato de que, ao contrário de Salvador, era claro na capital pernambucana que se pretendia destituir as autoridades públicas, o que se efetivou. O cônsul britânico, John Bell, deixou a mesma impressão, ao caracterizar o Quebra-Bondes como um “surto de desordem civil”, cuja causa era difícil estabelecer. “Os vários incidentes pareceram parte de um plano preconcebido de ataque ao capital norte-americano e a certos políticos locais (como Simões Filho)”, registrou, sem mencionar as rebeliões em curso noutras partes do país.¹⁰⁰ O embaixador britânico no Rio, William Seeds, certamente após receber relatos de John Bell, suspeitou que o ocorrido em Salvador era mais um caso de “arruaça”, do que de adesão aos rebeldes.¹⁰¹

⁹⁵ Cópia de carta de Cupertino da Silva a Vital Soares, 6/10/1930. APESP. AWL. 200.1.16.

⁹⁶ Sobre a conspiração nessa zona: PANG, E-S. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*, p. 203; BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*, p. 48 e ss.

⁹⁷ Carta de Juarez Távora a Joaquim Monteiro, 20/5/1930. Publicada em SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*, p. 26.

⁹⁸ BARROS, F. *À margem da história da Bahia*, p. 564.

⁹⁹ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8.

¹⁰⁰ Carta de John Bell a William Seeds, 6/10/1930. TNA. FO. 371-14202.

¹⁰¹ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 6/10/1930. TNA. FO. 371-14200.

Nacionalismo, comunismo e radicalismo

O que quer que tenha se passado na noite de sábado e na madrugada de domingo na capital baiana consistiu numa reprodução em maior escala dos quebra-bondes analisados nos capítulos precedentes. O Quebra-Bondes, em seu início e desdobramento, possuía a mesma dinâmica dessas ocorrências anteriores de resistência popular. Esta seria potencializada, nos dias 4 e 5, pelo emprego do transporte automotor, sem mencionar a generalização da insatisfação contra as reformas contratuais, alimentada pelas crises sucessórias e pela Grande Depressão. Não por acaso, os instrumentos empregados em ambas as situações eram os mesmos: paralelepípedos, pedaços de madeira e metal e, claro, fogo. Os ataques registrados no ramal da Liberdade, da Baixa de Quintas e de Brotas (em especial na rua J. J. Seabra) mostraram que a população sabia depredar e queimar um bonde, protestando contra a carestia, decadência e sobrecarga do sistema carril. Os quebra-bondes anteriores passaram para os bondes seguintes, o que igualmente ocorreu na Liberdade, arrancando o aplauso da imprensa aliancista. Essa população mostrou certa resistência à repressão policial, recuando, porém, diante da tropa montada. O que se registrou em Nazaré durante o Quebra-Bondes, isto é, quando os apedrejadores recuaram diante da súplica dos moradores, é muito parecido com o que se registrou em Brotas em 1928, quando o conselheiro Barbosa Filho e o padre Manoel Barbosa, entre outros, conseguiram persuadir os manifestantes de interromperem a propagação do ataque.

Portanto, a maneira como o protesto de sábado e domingo surgiu e se propagou pela cidade replicou um padrão anterior. O quebra-quebra se expandiu de maneira descentralizada, a partir da ação da população anônima, que empregou instrumentos simples. Entretanto, essa mesma população fora tomada de um estado de espírito exaltado que, combinado com a timidez polícia, espalhou o Quebra-Bondes. Nos comentários de imprensa sobre os descasos da Circular, publicados anteriormente, aparecia nas entrelinhas o alerta para o risco de a empresa ser castigada pela população, numa ação muito maior do que os quebra-quebras menores. Nesse sentido, as depredações de sábado e domingo não representaram, para os contemporâneos, uma ação inteiramente inusitada, pois se conhecia o risco popular em realizar uma demonstração daquela natureza, como mostrara o Quebra-Bondes de 1909.

Os paralelos entre os Quebra-Bondes da Bahia Tramway Light and Power e da Circular incluem o período do ano em que ocorreram, isto é, 5 de outubro de 1909 e 4-5 de outubro de 1930. Essa coincidência era determinada pela decisão dos aliancistas do sul e do norte do país

de começarem nos dias 3 e 4 o levante contra o governo federal, mas a data pode ter estimulado ainda mais a ação dos populares. O nacionalismo, associado ao sentimento de indignação popular contra estrangeiros, permeara a insurreição da praça Deodoro, pois o gerente que atirou contra a multidão era um cidadão dos Estados Unidos. Ele teria passado com um segundo bonde sobre os restos mortais do cego, cujo atropelo anterior, por um motorneiro da empresa, originara o barulho. Diante das reclamações, o estrangeiro teria solicitado que se apresentasse nos escritórios da companhia o preço do atropelado. Eram rumores posteriormente negados pela companhia, mas que contribuíram para inflamar o sentimento antiestrangeiro e, portanto, as depredações. Os motins contra a Bahia Tramway Light and Power alimentaram-se igualmente da inércia policial, ocorrida, entretanto, por diferentes razões.¹⁰²

Lawrence Briggs relatou que o protesto no plano inclinado foi iniciado por um “menino”, como o quebra-bondes da Liberdade, começado por um “pretinho”.¹⁰³ Entretanto, a presença da bandeira pode sinalizar a influência de outras categorias no episódio. “O nosso patriotismo é [...] ruidoso, muito de entusiasmo e de discurso, e quem de manhã exaltou a bandeira é encontrado à noite em festa, onde essa mesma bandeira está servindo de reposteiro do bar”, opinou uma ligeira nota de imprensa.¹⁰⁴ Dois anos depois, um grupo de “populares”, arengado em plena rua pelo periodista de oposição Mário Paraguaçu, arrombou e apedrejou o escritório do representante local da Condor. Situado não muito distante do plano inclinado, o estabelecimento ostentara o pendão brasileiro com uma águia impressa ao centro, como símbolo da companhia aérea alemã. Os manifestantes, homens de diferentes raças, alguns usando ternos e outros roupas gastas e sujas, apareceram diante das câmaras das reportagens exibindo o lábaro estrelado ou contemplando o estrago. O caso alcançou certa repercussão na cidade, com a polícia permanecendo de guarda no prédio, enquanto a imprensa dirigia-se à delegacia, onde seria escutado o gerente do escritório e intimado Mário Paraguaçu. O gerente explicou que a Condor não pretendia ofender o país, lembrando que o próprio presidente da República transportara-se em aeroplano da empresa decorado com o mesmo símbolo.¹⁰⁵ O iniciador do ato, ao sofrer, por outra razão, perseguição de Simões Filho e Madureira Pinho

¹⁰² REBOUÇAS, D.; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*, p. 204-207.

¹⁰³ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁰⁴ *A Tarde*, 15/1/1927.

¹⁰⁵ *Diário da Bahia e A Tarde*, 18/7/1929.

em 1930, encontraria guarida na imprensa aliancista.¹⁰⁶ Esta, ao denunciar os abusos da General Electric em Bananeiras, lembrou que as cores da bandeira nacional sequer eram conhecidas dos operários, por não tremular nos prédios da companhia. Portanto, o mal-uso do estandarte era tema comum da retórica de jornalistas e estudantes (“classe média”), sendo capaz de agitar pessoas comuns nas ruas, entre elas empregados do comércio e outros segmentos da classe trabalhadora.

No processo da Circular, um lojista recordou ter assistido, minutos depois do início da quizila no plano inclinado, a um “tipo popular” carregando uma bandeira rota pela ladeira da Montanha, cercado por quinze “gazeteiros” ou “meninos de rua”. Outros disseram no processo judicial que o Quebra-Bondes fora obra de “gazeteiros” e “queimadeiros”, grupo que teria sido mais tarde engrossado pelos desempregados.¹⁰⁷ Menores de idade seriam vistos participando do incêndio ao bonde do Terreiro de Jesus, sendo curioso o memorialista Geraldo Leal notar que o Olímpia, de onde saiu a assistência para incendiar um trâmuei na rua, era conhecido como “cinema de moleques”.¹⁰⁸ Numa imagem das obras do elevador Lacerda (imagem 24), uma criança com um cesto apareceu próximo a uma quituteira com tabuleiro, estando um e outro mercadejando alimentos para os empregados da Circular e da empreiteira Christiani & Nielsen, igualmente encarregada da reforma do ascensor. Essa situação seria criticada pela imprensa, que condenou a autorização concedida à Circular de estacionar bondes naquele logradouro público. Os empregados da empresa, que aparecem de quepe na imagem, passaram a receber ordens e ordenados naquele ponto. Eles, “aumentados com os vendedores de doces, ali se ajuntam, tomando o passeio, impedindo o trânsito, fazendo daquilo casa sua”.¹⁰⁹ Essa cena com certeza se reproduziu no plano inclinado, onde se abriu outro canteiro da Christiani & Nielsen, espaço de intensa circulação popular, onde o moço Giocondo Dias distribuía uma gazeta carioca trazida por marinheiros do Lóide Brasileiro e dirigida por um integrante do Partido Comunista do Brasil. Ele participaria do Quebra-Bondes e pode ter testemunhado o incidente com a bandeira brasileira.¹¹⁰

¹⁰⁶ *O Jornal*, 7/5/1930 e 8/5/1930.

¹⁰⁷ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

¹⁰⁸ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 101.

¹⁰⁹ *A Tarde*, 8/6/1929.

¹¹⁰ FALCÃO, J. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993, p. 34-35.

Segundo Lawrence Briggs, a maioria dos depredadores, entretanto, constituía-se de “trabalhadores negros descalços”.¹¹¹ Essa impressão com certeza emerge do centro histórico, onde muitas autoridades assistiram à quebradeira, não sendo necessariamente acurada para outros bairros. O parque Dona Isabel, nas imediações da catedral da Sé, era uma região com mendigos e menores abandonados, cujo número crescia em decorrência das demissões e despejos ocasionados pela Grande Depressão. O distrito da Sé em geral era uma zona residencial de caráter popular, de quando em quando ameaçada por projetos de reforma urbana.

Certamente, aos olhos de um diplomata dos Estados Unidos, não era muito claro o contraste de aparências entre moradores de rua e os setores mais explorados da população empregada, como os carroceiros, cujos trajes eram objeto de admoestações na imprensa e no Conselho Municipal. Tais repreendas foram mobilizadas durante a tramitação do projeto de lei que excluía as carroças do perímetro urbano, um processo em curso em outubro de 1930. Pode-se cogitar, portanto, que não só os mendigos, menores abandonados e moradores do distrito da Sé, como os carroceiros tenham participado do protesto, em sua resistência ao programa reformador dos governos municipal e estadual, direta ou indiretamente associado à Circular. O relato de Léon Hippeau, sobre a insatisfação dos comerciantes retalhistas, permite considerar a possibilidade de que estes aderiram ao protesto, ao menos proporcionando os recipientes de gasolina ou mesmo os caminhões, marinetes e carros com que os amotinados percorreram a cidade. O registro fotográfico a seguir mostra as pessoas contemplando e manipulando os destroços dos bondes destruídos na praça Rio Branco. Nele aparece uma amostra da população soteropolitana, incluindo pessoas bem trajadas, que podiam ser estudantes, bacharéis, periodistas ou retalhistas; menores de idade, que podiam ser os gazeteiros ou queimadeiros; e pessoas cuja aparência lembra a expressão “trabalhadores negros descalços”.

¹¹¹ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 48.



45. Populares contemplam os destroços dos bondes da Circular na praça Rio Branco. Salvador: outubro de 1930. Fonte: Getty Image.

O Quebra-Bondes, graças à sua dinâmica e proporção, combinadas às incertezas que o cercaram, assustou autoridades diplomáticas, políticas e empresariais, que se esforçaram para entender a natureza do motim e sua relação com a insurreição, esforço necessário para restabelecer a ordem. “A Bahia foi teatro de acontecimentos extremamente graves [que] causaram a maior surpresa e uma grande comoção [...], reproduzindo-se de uma maneira tão repentina, tão inesperada que não se pôde nem os antecipar nem impedir seus desastrosos efeitos”. Foi o que registrou Léon Hippeau, segundo o qual, “pretensos insultos à bandeira brasileira pelos empregados [da companhia estadunidense de bondes] foram pretexto para demonstrações tumultuosas de grande violência”. Estudantes e manifestantes de todas as classes sociais percorreram a cidade em “exaltação indescritível e saquearam vários estabelecimentos americanos, quebrando tudo, a golpes de paralelepípedos sem deixar a menor peça utilizável”.¹¹²

Nota-se que León Hippeau reproduziu a opinião de que o incidente da bandeira fora um pretexto. Essa interpretação possuía o mérito de ressaltar a centralidade da insatisfação popular contra a situação social e contra a atuação da General Electric, como causa do Quebra-Bondes. Ela igualmente estimulou especulações sobre a relação entre o protesto e a revolução. Entretanto, o diagnóstico acaba elidindo o papel do nacionalismo nos acontecimentos de sábado e domingo. Os cônsules disseram que os apedrejadores agiram sob influência de um “sentimento xenofóbico” contra os estadunidenses, alimentado por um pretexto armado. Lawrence Briggs, após considerar, como mostrarei a seguir, que a Circular e as autoridades locais estariam superestimando o papel das ideias comunistas na ocorrência do Quebra-Bondes, sequer cogitou que o nacionalismo exercesse semelhante papel. Entretanto,

¹¹² Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO-1-8.

no decorrer dos anos 1920, não só a Circular estabelecera um monopólio, como fora adquirida pela General Electric. Portanto, a incorporação da empresa dos Guinle por um grupo estrangeiro a expôs ainda mais, pois o nacionalismo era uma ideologia em ascensão desde a Grande Guerra. Entretanto, os documentos diplomáticos, em particular os produzidos pelos Estados Unidos, estão repletos de opiniões preconceituosas, subestimando a capacidade da população brasileira, taxada de “analfabeta” ou “ignorante”, entender e praticar o comunismo.¹¹³ Esse preconceito certamente explica, ao menos em parte, a resistência em reconhecer o papel do nacionalismo no Quebra-Bondes.

O governo federal, após o início da revolução, impôs censura ao telégrafo e à imprensa, impedindo o país de conhecer a situação nos estados e no Rio. O governo da Bahia estabeleceu medida idêntica em Salvador, o que obrigou os jornais a substituírem por espaços em branco as colunas que tinham produzido sobre o Quebra-Bondes.¹¹⁴ Os embaixadores no Distrito Federal, em comunicação com os cônsules, procuraram então driblar o controle da informação para saber o que ocorria em cada estado. Entre os dias 4 e 6, com a paz reinando no Rio, conseguiu-se apurar, entre outras coisas, que o Rio Grande do Sul, depois de uma insurreição com pouco derramamento de sangue, teria caído sob domínio rebelde, mesma situação de partes dos territórios do Paraná e Minas Gerais, a começar pelas capitais;¹¹⁵ que São Paulo permanecia leal ao presidente, despachando soldados para as fronteiras paranaense e mineira;¹¹⁶ que a polícia paraense conseguira reprimir um quartelada do regime federal em Belém;¹¹⁷ que ocorrera um “surto” na Bahia, de natureza e resultado desconhecidos; que a situação era calma em São Luís e Manaus, embora os amotinados lograssem sucesso na Paraíba e em Recife.¹¹⁸

Percebia-se, em meio às contradições e imprecisões do telégrafo, que o quadro adquiria características particulares em Pernambuco e na Bahia, ao menos ao primeiro olhar. “Sérias desordens com tiroteios em muitas partes da cidade”, telegrafou o cônsul britânico em Recife, sábado pela manhã (4). “Tropas federais entregando armas e munições aos civis e atacando a

¹¹³ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 47 e 49.

¹¹⁴ CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 179.

¹¹⁵ Telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 6/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Harrison a Walter Washington, 6/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Cameron a Walter Washington, 7/10/1930. NARA. RG 84.

¹¹⁶ Telegrama de Comerón a Walter Washington, 5/10/1930. NARA. RG 84.

¹¹⁷ Telegrama de Seltzer ao Department of State, 6/10/1930. NARA. RG 84.; telegrama de Walter Washington a Edwin Morgan, 8/10/1930. NARA. RG 84.

¹¹⁸ Telegrama de Seltzer a Walter Washington, 6/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 6/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Seltzer a Walter Washington, 8/10/1930. NARA. RG 84.

tropa estadual”. “Suspeita de influência comunista, mas outros partidos parecem envolvidos”, concluiu.¹¹⁹ Depois da queda do governador Estácio Coimbra, acrescentou: “incêndio considerável [seguido de saques] à propriedade republicana [situcionista] e serviços públicos sem funcionar por causa dos danos sofridos [pela Pernambuco Tramway Light and Power, nos dias 4 e 5]”.¹²⁰ “Os distúrbios na Bahia no sábado e no domingo foram de natureza comunista e radical que foram completamente suprimidos pela polícia estadual”, registrou o embaixador dos Estados Unidos no Rio, Walter Washington, acrescentando: “ataques em todas as propriedades, especialmente a empresa estadunidense”.¹²¹ Pelo menos a partir do Rio, os movimentos nas outras regiões pareciam restringirem-se a levantes militares com o propósito de derrubar os governos estaduais e central, sem que as suspeitas de comunismo e radicalismo emergissem tão clara e precocemente, quanto na Bahia e em Pernambuco.

Os informes, apesar da linguagem telegráfica, deixam duas pistas sobre o porquê de os acontecimentos em Salvador e Recife darem a impressão de comunismo e radicalismo, para além da intensidade do conflito que emergiu em suas ruas nos dias 4 e 5, não registrada noutras capitais. Em primeiro lugar, a participação popular, que na capital pernambucana chegou ao extremo de se distribuírem armas à população, sobretudo aos empregados da Pernambuco Tramway Light and Power; e, em segundo lugar, a destruição de propriedade particular, que atingiu ápice em Salvador, contra a empresa da General Electric. Por ocasião da insurgência de sábado e domingo na Bahia, o diretor geral da Circular, Carl Snyder, encontrava-se nos Estados Unidos, estando na capital baiana, por acaso, um membro da direção nacional da companhia. Contornando Lawrence Briggs, este decidiu tratar do Quebra-Bondes diretamente com a embaixada, por intermédio dos escritórios centrais da Circular, situados, como o estabelecimento diplomático, no Rio.¹²² Tudo indica que ele transmitiu ao embaixador Walter Washington, na ocasião, suas preocupações sobre a existência de propaganda comunista na Bahia, as quais eram compartilhadas com o governo estadual. Empresários estrangeiros e autoridades públicas atribuíram o Quebra-Bondes a essa propaganda.¹²³

¹¹⁹ Telegrama de William Mackness ao Foreign Office, 4/10/1930. TNA. FO. 371-14200.

¹²⁰ Telegrama de William Mackness ao Foreign Office, 4/10/1930. TNA. FO. 371-14200; carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

¹²¹ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46; telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 7/10/1930. NARA. RG 84.

¹²² Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹²³ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 47; carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

Lawrence Briggs opinou, como já antecipei, que uns e outros estariam exagerando sobre o papel desse elemento na ocorrência do protesto. Recorde-se, no entanto, que a própria imprensa oposicionista apontara, meses antes, o perigo comunista na Bahia, por ocasião dos conflitos laborais na Circular e na Societé de Construction du Port e das prisões dos correligionários de Luís Carlos Prestes no interior e na capital. No Quebra-Bondes, embora não ocorresse entrega de armas à população, registrou-se perseguição não só a certos políticos, mas, de modo especial, aos estadunidenses.¹²⁴ Essa perseguição, por ser praticada por populares contra empresários e técnicos, certamente reforçou as suspeitas de radicalismo e comunismo em Salvador.¹²⁵ Os apedrejadores, percorrendo as ruas e praças da antiga metrópole, repetiam que os “americanos”, para obter os aumentos tarifários, tinham comprado as autoridades locais, o que mostra como se espalhou o discurso produzido na imprensa aliancionista.¹²⁶ Portanto, de um lado, destruição de bens particulares e, de outro, perseguição a superiores hierárquicos, ambas protagonizadas por populares, sobretudo pessoas negras, constituíam atentados a pressupostos básicos da ordem social, alimentando as preocupações em relação ao comunismo.

Segundo Lawrence Briggs, depois do tiroteio do largo do Teatro, os manifestantes começaram a caçar os estadunidenses com o propósito de assassiná-los, chegando a apedrejar a janela do próprio cônsul.¹²⁷ Estranha, assim, que a autoridade diplomática tenha repreendido no documento a “paralisia mental” que pareceu-lhe ter acometido seus conterrâneos da direção da Circular, obstando-os de procurarem a polícia para proteger a propriedade da companhia. Ele explicou que Carl Snyder, ao partir para os Estados Unidos, deixara os escritórios sob responsabilidade de dois conterrâneos com pouca experiência fora do país. Os diretores presentes teriam procurado a polícia apenas na madrugada, após a destruição consumada. Porém, não só inúmeras autoridades, como Anísio Massorra e outros prepostos

¹²⁴ Carla Rodeghero afirma que existia, no período da Guerra Fria, uma tendência das fontes diplomáticas dos Estados Unidos de associarem comunismo ao nacionalismo e ao antiamericanismo do período. RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pág. 164 *apud* SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46.

¹²⁵ Carla Rodeghero afirma que exista, no período da Guerra Fria, uma tendência das fontes diplomáticas dos Estados Unidos a associar comunismo com nacionalismo e antiamericanismo. RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pág. 164 *apud* SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46.

¹²⁶ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 48.

¹²⁷ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 47-48.

da companhia pediram, cedo, auxílio a Madureira Pinho. O diplomata, entretanto, não relata ter procurado a polícia após o apedrejamento de sua residência, ou seja, ele também pode ter se amedrontado. O relatório, mostrando distanciamento entre o diplomata e a direção da Circular, podia estar justificando, face ao Department of State, a atuação de Lawrence Briggs, pois isentou o cônsul de corresponsabilidades naquela imensa destruição de capital estrangeiro. Considerando a danificação dos aparelhos telefônicos, seria surpreendente se os diretores estrangeiros e o próprio cônsul saíssem para ruas e praças estreitas e amotinadas para solicitar ou exigir uma reação policial, sobretudo porque o ódio contra esses estrangeiros corria a urbes. Lawrence Briggs, ignorando ou esquecendo do clima conspiratório nos quartéis do Exército, alegou ainda que, se alertado pelos estadunidenses sobre a inépcia policial, poderia, por intermédio da embaixada no Rio, ter solicitado instruções ao governo federal para o 19º BC defender a Circular.¹²⁸ É possível que Madureira Pinho tenha pensado o mesmo em suas comunicações telefônicas e telegráficas com os dirigentes do PRB na capital federal.

O diplomata, que conferenciou com os diretores da Circular sobre os acontecimentos dos dias 4 e 5, identificou, como “real causa” do protesto, a insatisfação contra a duplicação tarifária nos bondes e ascensores. O ataque ao diário de Simões Filho teria resultado da crença, nutrida pela população, de que o “esplêndido prédio” fora construído com propina que o deputado federal recebera para apoiar as reformas contratuais. Eram acusações realizadas por um periódico de Salvador, continuou Lawrence Briggs, mesmo sem citar *O Jornal*.¹²⁹ O cônsul León Hippeau citou os aumentos tarifários, mas acrescentou, como razão da insurreição, o descontentamento do “pequeno comércio” contra o suposto plano da Circular de estabelecer um monopólio na comercialização de aparelhos elétricos em Salvador. Se, para o cônsul estadunidense, as melhorias introduzidas pela Circular legitimariam os aumentos tarifários, a crise econômica justificaria a insatisfação dos lojistas, na opinião de León Hippeau. Essa preocupação dos pequenos comerciantes, como já explicado, exprimia a insatisfação geral dos soteropolitanos contra o monopólio exercido pela General Electric nos transportes, comunicações e energia. Segundo o diplomata europeu, os estadunidenses, no sábado e no domingo, tinham pagado por sua própria intransigência e insensibilidade.¹³⁰

¹²⁸ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹²⁹ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46 e 85; carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹³⁰ Carta de León Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO - 1 - 8.

Lawrence Briggs citou ainda, como causa do quebra-quebra, desemprego e salários atrasados.¹³¹ Ou seja, a insatisfação popular não se restringia aos serviços urbanos explorados pela Circular, mas incluía problemas sociais mais abrangentes, os quais eram intensificados pela Grande Depressão. O papel do nacionalismo e do aliancismo no protesto, ao explicar por que o Quebra-Bondes dirigiu-se apenas à Circular, igualmente indica por que não emergiu no dia 4 a insatisfação popular em relação a problemas outros que não os associados estreitamente à subsidiária da General Electric. Os autos, caminhões e marinetes, por exemplo, eram outros símbolos dos problemas urbanos, que incluíam a carestia nos mercados, armazéns e casarões alugados no centro histórico, todos poupados no sábado e no domingo. Entretanto, o comentário do cônsul estadunidense, assim como as próprias referências de patrões e autoridades públicas ao comunismo, sugere a percepção dos contemporâneos de que, por trás do ódio contra a empresa e os estadunidenses, jazia um descontentamento de caráter mais amplo.

Entre os desempregados, Lawrence Briggs destacou os líderes de uma paralisação ocorrida nos canteiros de Bananeiras, que se mudaram para Salvador após serem demitidos pela Circular.¹³² Ele não mencionou se eram os organizadores da paralisação que se seguiu ao descarrilhamento do trem com operários, ocorrido em setembro. Dados os contatos entre o cônsul e os diretores da companhia, nota-se que a subsidiária da General Electric suspeitou da participação dos líderes operários nos acontecimentos dos dias 4 e 5. É possível que os patrões tenham aguçado as desconfianças após saberem das denúncias da gazeta aliancista à perseguição policial contra os trabalhadores da usina, quando se mencionou o desrespeito à bandeira do Brasil em Bananeiras. Pode ter aumentado as suspeitas o fato de o Quebra-Bondes iniciar-se num canteiro de obras. Este pode ter sido percebido como um potencial propiciador de contatos entre os operários de Salvador e do Recôncavo e deles com os trabalhadores de rua, como os gazeteiros e queimadeiros (sem mencionar as quituteiras com seus tabuleiros e os condutores e motorneiros com seus quepes).

Durante o processo da Circular, a insurreição de sábado e domingo seria lembrada como uma “desordem de caráter e âmbito locais”, que se “irradiou” para pontos “distantes e opostos” de Salvador, tendo estimulado sua “preparação psicológica” o “fenômeno da ressonância coletiva imediata, junto às multidões, dos movimentos de ideias em que se batiam

¹³¹ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46.

¹³² SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 46.

as elites sociais”. Era uma referência à campanha presidencial e à revolução, em particular a atuação de aliancistas e conspiradores e seu espraiamento “no seio da massa popular”.¹³³ O comentário poderia ser o mesmo para o comunismo, frequentemente percebido como uma ideologia estrangeira e, portanto, disseminada de cima abaixo entre trabalhadores negros, em sua maioria analfabetos.

O nacionalismo era igualmente uma retórica empregada por jornalistas e estudantes e capaz de eletrizar os meios populares, algo que chamou menos a atenção dos contemporâneos. Pode ser que, aos olhos dos brancos abastados, interlocutores locais dos cônsules, o nacionalismo, com sua ideia implícita de unidade entre diferentes classes e raças, fosse termo menos capaz de traduzir a ruptura representada pela destruição de propriedade e perseguição pessoal praticadas pela população trabalhadora e negra. Os ataques, afinal, dirigiram-se a um dos maiores empregadores da cidade, isto é, a Circular. Portanto, se nos conflitos laborais e raciais da Circular e da Societé de Construction du Port, os patrões estrangeiros eram acusados pela retórica nacionalista de importar as ideias de Moscou; no Quebra-Bondes, a destruição de propriedade e a perseguição aos estadunidenses eram sinais de uma população contagiada por essas ideias, não por uma autêntica indignação patriótica.

Presumir a presença comunista em Salvador ou Recife era notar que, na Bahia e em Pernambuco, o estouro da rebelião contra o poder central poderia assumir, nas mãos dos soteropolitanos e recifenses comuns, particularmente os trabalhadores negros, caráter distinto, em comparação a outros estados. Os acontecimentos em Salvador, relacionados ou não com a conspiração, representara não num golpe cirúrgico, civil ou militar, contra o governador Frederico Costa, mas numa insurreição popular e radical contra problemas sociais, desemprego, salários atrasados e carestia. Por um lado, esses problemas eram ligados à atuação da Circular e dos governos municipal e estadual; por outro, eram potencializados pela Grande Depressão. Essa crise não se restringia a Salvador nem podia ser atribuído a um grupo específico de empresários e políticos locais, pois emergira do próprio centro da economia mundial.

Eu não encontrei manifestação explícita desse raciocínio, mas não se pode descartar que ele tenha permeado a tensão desencadeada pelo Quebra-Bondes. “O povo ficou ignorando os motivos que deram origem a esse triste episódio”, lembraria um periódico no mês seguinte. “Muitos opinaram por uma explosão do comunismo”. “Outros acharam que foi tudo

¹³³ Certidão dos autos da ação intentada pela Linha Circular e Energia elétrica contra a secretaria do Estado e município de Salvador. ME. CI.CAEEB.TE.398.302.

provocado por preços estipulados no novo contrato da Circular”. “Nada disso”, continuou. “Tudo foi apenas por uma questão de patriotismo levado ao [...] extremo por um grupo exaltado”.¹³⁴ O texto mostra as mesmas cogitações registradas no relatório de Lawrence Briggs e, por extensão, na análise da Circular e das autoridades públicas. Igualmente, possui a tendência a dissociar nacionalismo e comunismo, ou seja, o patriotismo só degradingolou em destruição de propriedade por ter sido radicalizado por alguns exaltados. Portanto, o nacionalismo permanecia estratégico para os contemporâneos manifestarem oposição ou simpatia pelo quebra-quebra.

Portanto, quando a relação entre Quebra-Bondes e revolução era contemplada, temia-se que o radicalismo popular que emergira nas ruas e praças da cidade demarcasse, ainda que localmente, o golpe nacionalmente em curso contra o regime. Para as autoridades diplomáticas e baianas que presenciaram o Quebra-Bondes, tornar-se-ia urgente, nas semanas seguintes, precaver-se de uma possível reincidência das cenas de sábado e domingo. Era uma questão de definir o caráter do regime político que emergiria dos escombros rescaldados do regime republicano.

Rescaldo e pressão

Quaisquer que sejam suas origens, o Quebra-Bondes, por sua extensão, duração e capacidade de destruição, representou uma emergência popular que marginalizou as expectativas que autoridades públicas e conspiradores nutriram a respeito do que correria na noite de sábado ou na madrugada de domingo, isto é, uma quartelada. De um lado, a subsequente prisão de suspeitos de participação no quebra-quebra eliminou as possibilidades de os conspiradores se rearticularem nos dias seguintes, como explicou Oliveira Freitas.¹³⁵ De outro lado, Madureira Pinho, assim como o comandante da força pública (Américo Pedra) e o primeiro delegado de Salvador (João Mendes), renunciaram, por causa das intensas críticas ao desempenho policial dos dias 4 e 5.¹³⁶ O Quebra-Bondes, portanto, conseguiu o que teria pretendido o protesto de agosto no Terreiro de Jesus, por ocasião do lançamento da candidatura de Pedro Lago, isto é, a remoção de Madureira Pinho da Secretaria de Segurança Pública.

¹³⁴ *Diário de Notícias*, 5/11/1930.

¹³⁵ *A Noite*, 26/1/1931.

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 11/10/1930.

Lawrence Briggs explicou que “praticamente todos os brasileiros respeitáveis culpavam Madureira Pinho pela inação policial”.¹³⁷ Entre os “brasileiros respeitáveis”, o cônsul não deixaria de incluir Almir Gordilho, o presidente da Associação Comercial que, em reunião com Frederico Costa, exprimiu o parecer de que as depredações foram estimuladas pela ausência de autoridade que orientasse a manutenção da ordem nas ruas e praças da capital. O comerciante relatou publicamente esse diálogo em reunião organizada na entidade de classe para tratar do protesto de sábado-domingo. Ele diria, no processo da Circular, que de fato pedira a demissão do chefe de polícia.¹³⁸

Madureira Pinho seria substituído no cargo por Pedro Gordilho, o arbitrário ex-delegado que inspirou o personagem amadiano Pedro Gordo, sendo considerado pelo cônsul estadunidense “um homem mais ativo e competente”.¹³⁹ O governador da Bahia, a princípio, sugerira a Madureira Pinho a nomeação de Pedro Gordilho como delegado extraordinário para auxiliar a segurança pública pós-Quebra-Bondes. Como o secretário de Segurança Pública demitira o indicado em ocasião anterior, decidiu passar o cargo para o secretário de Justiça no dia 8, retirando-se para sua propriedade no distante (e seguro) subúrbio de São Tomé de Paripe.¹⁴⁰ O recado do governo estadual era claro para os frequentadores de candomblés, sindicatos e cumbucas da cidade, costumeiramente desbaratados pelo célebre “Pedrito”: a inibição policial de sábado não mais se repetiria. Os frequentadores de samba, igualmente perseguidos, conheciam a autoridade não só das batidas policiais, como das próprios estrofes ritmadas por batuques semiclandestinos, como retratam as duas primeiras a seguir. Durante a repressão a um samba em Itapagipe, comandado por certa Regina, consta que Pedro Gordilho, que no passado fora ogã de terreiro, teria ordenado a prisão dos sambistas, parodiando de bengala em punho a melodia deles com a terceira quadra a abaixo, de sua autoria:

Cadê Você,
Olhe eu aqui.
Veja Pedrito
Que não venha por aí!

Armei um laço,
Botei na crueira.
E vi Pedrito
Já cercando a cabroeira.

¹³⁷ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹³⁸ HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

¹³⁹ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁴⁰ PINHO, D. *Carrossel da Vida*, p. 94.

Este Samba é do bom
 Eh! Eh! Cadê Regina?
 Vai p'ra Primeira
 P'ra amanhã fazer faxina ¹⁴¹

O jornal situacionista depredado no largo do Teatro, ao comentar a nomeação da autoridade, afirmou que “a situação exige que os postos de responsabilidades sejam entregues a pessoas de bem, capazes de compreender os perigos da hora presente e de enfrentá-los com pulso firme”, supostamente “dentro da lei”.¹⁴² Para quem não entendeu a ameaça, a Associação Comercial publicou nos jornais notas “aplaudindo integralmente qualquer medida repressiva tomada pelo Poder Público aos movimentos sediciosos já elevados a efeito ou que se venham a realizar, traduzidos em grosseiros atentados à propriedade particular”. Consistindo, ademais, num ato de solidariedade à subsidiária da General Electric, o documento declarou estar certo de que o governo estaria aparelhado para impor “segurança” e “tranquilidade”.¹⁴³ O nacionalismo da população anônima, ao atacar pilar central da sociedade burguesa – a propriedade particular – conduziu o patronato baiano e reafirmar sua solidariedade de classe aos empresários estrangeiros, acusados de conspurcarem o símbolo pátrio. Por intermédio de sua entidade, os comerciantes retalhistas, que iniciaram, com a participação da Associação Comercial, a campanha contra o aumento nas taxas telefônicas, também exprimiram solidariedade a Frederico Costa.¹⁴⁴ É capaz de os comerciantes, assim como as classes dirigentes em geral, terem entendido que condições circunstanciais e, portanto, transitórias, os tinham poupados do destino imposto à Circular pelos exaltados dos dias 4 e 5. Era o caso do nacionalismo eletrizado pelo incidente com a bandeira, ou mesmo o papel estratégico atribuído pelos conspiradores ao transporte, energia e comunicação administrados pela empresa estrangeira.

O comércio exportador, na pessoa de seu representante, abandonou sentimento de humanidade, ao apoiar sem restrições a ação repressora contra quem participara do Quebra-Bondes ou pretendesse repetir os atos dos dias 4 e 5. O texto tornar-se-ia carta branca para o

¹⁴¹ Cabroeira era a “dominação popular das aos bailes de gente de classe baixa, cuja entrada era cobrada de 1 a 2 réis por cabeça”. “Primeira” era uma referência à primeira delegacia. SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*, p. 18.

¹⁴² *A Tarde*, 11/10/1930.

¹⁴³ *A Tarde*, 6/10/1930.

¹⁴⁴ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 9/10/1930.

personagem autoritário que Almir Gordilho ajudou a nomear secretário de Segurança Pública, prestigiando a cerimônia de posse, no dia 10.¹⁴⁵ Segundo as memórias do filho de Madureira Pinho, “ressentimentos”, “intrigas” e “recalques” no interior do PRB combinaram-se à insatisfação por não ter o Quebra-Bondes dado lugar a uma “noite de São Bartolomeu”, tudo isso resultando na queda do secretário. O relato sugere a inquietação da classe dominante, mas igualmente o facciosismo político-partidário em torno da sucessão estadual, o qual não retrocedeu de imediato, apesar da angustiante situação da cidade e do país. Nestor Duarte também atribuiu a queda de Madureira Pinho não só ao Quebra-Bondes, mas ao facciosismo no seio do PRB.¹⁴⁶

Almir Gordilho, assim como os que culparam o secretário, considerou o quebra-quebra em Salvador tão ou mais sério que a rebelião que percorria o Brasil, pois, do contrário, aceitaria a escusa policial de que o 19º BC poderia ter desferido um golpe, se a força pública reprimisse os populares. É outro sinal de que o Quebra-Bondes era percebido como uma indesejada radicalização dos motins militares em curso noutras regiões. Porém, as carrancas dos Gordilho não seriam suficientes para o restabelecimento da tranquilidade pública em Salvador.

Proibidas as reuniões públicas, por causa do estado de sítio decretado para a Bahia pelo governo federal, prosseguia na cidade as prisões não só de populares e jornalistas ligados à Aliança Liberal, como dos acusados de praticarem comunismo.¹⁴⁷ Estabeleceu-se na polícia portuária e no Gabinete de Identificação e Estatística, ambos submetidos à Secretaria de Segurança Pública, serviço especial para a concessão de salvo-condutos a quem precisasse deixar a capital por terra ou mar. Seria criada uma galeria de boateiros e derrotistas, cujo propósito era identificar e prender quem espalhasse rumores alarmantes sobre a situação política.¹⁴⁸ O governo baiano abriria crédito especial para despesas policiais, incluindo a compra de 200 cavalos e aumento da tropa estadual para 6.000 homens.¹⁴⁹

Pela própria destruição material que causou, o Quebra-Bondes atrasou o restabelecimento da normalidade nos dias seguintes. Os diretores da Circular exigiram do prefeito e do governador, como pré-condição para restaurar o transporte público, a realização

¹⁴⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/10/1930.

¹⁴⁶ PINHO, D. *Carrossel da Vida*, p. 94. Para Nestor Duarte, a demissão resultara do Quebra-Bondes e da “torpeza de certos políticos baianos”. HORTA, T. Pelas autoras, Companhia Linha Circular de Carris da Bahia e Companhia Energia Elétrica da Bahia. ME. CI.CAEEB.TE.398.331.

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, 7/10/1930.

¹⁴⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 11/10/1930.

¹⁴⁹ *A Tarde*, 13/10/1930.

de perícia nos destroços espalhados pela cidade, uma operação que exigia da polícia obstar o público de se aproximar do material rescaldado.¹⁵⁰ É o que se percebe nas imagens 29, 32, 33 e 34, em que a população é mantida a distância, ou na imagem a seguir, onde um trâmuei da Lapinha é guardado por dois soldados (o do estribo dirigiu um olhar soturno para a câmera). Os peritos calcularam em 10 meses o período necessário para colocar o tráfego carril nas condições anteriores, a partir do conserto e aquisição de trâmueis. O plano inclinado do Pilar e o elevador do Taboão exigiriam 45 dias para retornarem a operar como antes, não constando informação sobre o elevador Lacerda.¹⁵¹ Sem transporte público, era problemático exigir da população retorno ao trabalho, o que era crucial para a manutenção da ordem pública e a resistência dos comerciantes e industriais contra a crise internacional.



46. Soldados da força pública guardam um bonde danificado, pertencente ao ramal da Lapinha. Salvador, outubro de 1930. Fonte: APEB.

Outro problema que passou a gerar preocupações foi a interpretação que as agências locais dos bancos brasileiros e estrangeiros deram ao decreto do governo federal impondo feriado bancário. O objetivo do presidente da República era obstar as corridas bancárias, que poderiam, entre outros, impedir a mobilização de recursos financeiros para a repressão aos rebeldes. Entretanto, os bancos em Salvador decidiram restringir os saques em geral, a ponto de prejudicarem o comércio exterior e o próprio pagamento aos operários.¹⁵² Almir Gordilho reaparecer em cena, dirigindo-se ao telégrafo para solicitar esclarecimentos sobre o caso ao presidente da federação das associações comerciais do Brasil, sediada no Rio. Para sensibilizar o governo central, a ser procurado pelo destinatário do telegrama, o remetente alertou para o risco de o não pagamento dos trabalhadores comprometer a segurança pública,

¹⁵⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 7/10/1930; *Diário de Notícias*, 7/10/1930.

¹⁵¹ Inquérito policial por dano. APEB. Secretaria de Segurança Pública. Maço 11.

¹⁵² *Diário de Notícias*, 8/10/1930.

pois podia ocasionar “uma situação séria que precisa ser evitada”.¹⁵³ Paralelamente, a imprensa, tensionando a censura, pressionou as autoridades públicas a publicarem a tabela de preços de gêneros alimentícios, para impedir abusos decorrentes da situação política, os quais poderiam se tornar outra ameaça à segurança pública. Produzido nos pampas rebelados, o charque era objeto de especial atenção, apesar da Bahia produzir um “similar”, a “carne de sertão”.¹⁵⁴ O problema das agências e da tabela seria solucionado apenas nos dias 15 e 16.¹⁵⁵

O Quebra-Bondes impactou não só a estrutura material, como a confiança pública na autoridade constituída. “Ontem foram os bondes, hoje vai ser a luz”, teria um testemunho recolhido por Geraldo Leal escutado gritar na rua um homem que atirou uma pedra na lâmpada do poste. O apedrejador era um conhecido vendedor de serrilhas de fitas para os frequentadores do cinema Olímpia, que participaram do incêndio ao trâmuei, ocorrido diante do prédio.¹⁵⁶ O gesto sugere que uma fração dos soteropolitanos permanecia contagiada pela rebeldia que explodira no sábado e no domingo. Munidos da nota em que a Christiani & Nielsen isentou-os de participação na quizila em torno da bandeira do Brasil, os diretores da Circular solicitaram ao público que não destratasse telefonistas, motorneiros e condutores, pois não era possível o restabelecimento imediato das comunicações e transportes, por causa da enormidade dos estragos causados no sábado e no domingo.¹⁵⁷ Era clara a preocupação de que os assinantes e passageiros tornassem a se irritar, desta feita com a demora dos consertos e, portanto, com a irregularidade dos serviços. No dia 8, quando Madureira Pinho renunciou, a polícia, ao dirigir-se ao elevador do Taboão para auxiliar a perícia, surpreendeu “grande número” de pessoas reunidas em torno do equipamento para destruí-lo. É possível que a queda do secretário tenha excitado as pessoas a agirem, já que o retraimento policial era tão importante como estímulo aos ataques à propriedade da Circular. Seria encaminhado à prisão ao menos uma pessoa derramando azeite na balança para incendiá-la. O jornal começou a apresentar seu nome, mas recuou, esclarecendo, entretanto, tratar-se de um “rapazola”. O termo reafirma a presença de pessoas de pouca idade (crianças ou moços) nas manifestações, como se percebe no incidente da bandeira e na presença estudantil no segundo ajuntamento do Terreiro de Jesus.¹⁵⁸

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 13/10/1930.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 13/10/1930.

¹⁵⁵ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 15/10/1930; *A Tarde*, 16/10/1930.

¹⁵⁶ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p. 101.

¹⁵⁷ *Era Nova*, 7/10/1930; 8/10/1930; *Diário de Notícias*, 11/10/1930.

¹⁵⁸ *A Tarde*, 9/10/1930.

Como previra Juarez Távora, os conspiradores da Bahia, assim como os de Sergipe e Alagoas, não lograram incluir o estado na primeira arrancada revolucionária, iniciada no norte do país na madrugada do dia 4.¹⁵⁹ O capitão, seguindo estratégia já planejada, transferiu-se da Paraíba para Recife, onde passou a organizar expedições para a captura dos três estados. Paradoxalmente, seu programa de isolar o norte do Brasil em relação ao poder central coincidia com os do presidente da República, que priorizou a luta no sul e no centro, contra o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, deixando o norte em segundo plano. Segundo o embaixador britânico William Seeds, Washington Luís pretendia, inicialmente, subjugar o estado mineiro, para garantir o abastecimento do Distrito Federal. Os gaúchos, que possuíam poderoso exército constituído de brigada estadual, tropas federais e batalhões patrióticos, seriam momentaneamente contidos na fronteira entre São Paulo e Paraná. Somente depois da derrota dos mineiros, os gaúchos seriam reprimidos, debelando-se, em termo lugar, a rebelião no Norte. Este seria, conseqüentemente, deixado à própria sorte, pois o transporte terrestre para o Rio praticamente não existia, mantendo-se a Marinha leal ao presidente. Entretanto, sabia-se que os acontecimentos na região setentrional poderiam exercer impacto na moral da população e das tropas na capital republicana, as quais eram cruciais para a defesa do regime.¹⁶⁰ Conseqüentemente, o quadro em Salvador era de crescente pressão, pela possibilidade, não tanto de um motim no 19º BC, mas da conquista da Bahia pelos rebeldes que desciam do Norte.

Os boatos sobre o progresso da revolução noutras partes do país eram tratados como séria ameaça à ordem pública em Salvador. Na segunda-feira 6 e no dia seguinte, Lawrence Briggs e John Bell relataram que a cidade, sob estado de sítio, permanecia calma, apesar de certa inquietação.¹⁶¹ O Rio Grande do Sul, cruzador da Marinha, escalou no porto, deixou 100 homens e partiu para Pernambuco em missão desconhecida.¹⁶² Na quarta-feira, após relatar a chegada da embarcação Bahia, o cônsul estadunidense relatou “situação muito tensa”, “tiros entre policiais e marinheiros” e “casas [comerciais] fechadas em função dos protestos recentes [Quebra-Bondes]”.¹⁶³ Ele não esclareceu se o comércio permanecia fechado pela insegurança pública ou por problemas no transporte dos empregados e fregueses (podia ser as duas coisas).

¹⁵⁹ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 6/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁶⁰ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 9/10/1930. TNA. FO. 371-14200; telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 16/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁶¹ Carta de John Bell a William Seeds, 6/10/1930. TNA. FO. 371-14202.

¹⁶² Telegramas de Lawrence Briggs a Walter Washington, 7/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁶³ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 8/10/1930. NARA. RG 84.

O tiroteio mencionado por Lawrence Briggs fora esporádico e mostrara a tensão entre tropas estaduais e federais, que, no dia seguinte, gerou pânico na população, após uma briga, durante o peso do peixe no mercado Modelo, entre um policial e um marinheiro. O marinheiro, filho de uma ambulante do estabelecimento, apoderou-se do fuzil do soldado, que ao correr, agitou o mercado inteiro e, posteriormente, partes da cidade, porque espalhara-se o boato de rebelião na Marinha. Militares e civis de ambos os sexos escaparam em direção contrária sem saberem exatamente de quê; carros e marinetes dispararam, causando acidentes na Piedade, rua Chile, Calçada, Vitória e Rio Vermelho. Os comerciantes estabelecidos cerraram portas apressadamente, enquanto os de rua abandonaram suas mercadorias.¹⁶⁴

O episódio explicitou uma série de problemas subjacentes à situação política. Em primeiro lugar, como argumentaram Lawrence Briggs e John Bell, mostrou a inimizade entre tropas estaduais e federais gerando tensão na capital.¹⁶⁵ Em segundo lugar, patenteou que a revolução, em tese uma luta entre rebeldes e legalistas restrita a outras plagas, poderia contaminar as classes populares de Salvador, isto é, soldados rasos e demais frequentadores de um estabelecimento objeto de constantes recriminações de jornais e autoridades, pelo perfil e comportamento de seus trabalhadores negros. Pedindo aos soteropolitanos que se acalmassem, um editorial reconheceu que o governo não fora capaz de poupá-los da “estupefação” de domingo e sábado. O texto assegurou que a revolução possuía caráter “político”, não lhe interessando “casas de trabalho” e “estabelecimentos de ensino”, como se procurasse dizer a estudantes e trabalhadores que o motim era coisa de militares e políticos. O “desespero”, assegurou, poderia criar uma situação pior que a própria revolução que se dizia estar alterando a ordem noutras regiões. O artigo pretendia exorcizar, de um lado, a descrença pública na solidez das autoridades baianas e, de outro, a radicalização do processo político na Bahia.¹⁶⁶

O Quebra-Bondes ensejou, simultaneamente, duas situações preocupantes, a de uma polícia desmoralizada e a de uma população em parte radicalizada e em parte assustada. No auge do protesto, a força pública realmente não conseguia mais reprimi-lo, apesar de, inicialmente, ter optado por não fazê-lo. Portanto, a percepção de que a polícia não conseguira controlar os manifestantes era correta. Não era clara a linha separando quem sentia medo e quem era atraído pela rebeldia que explodira no quebra-quebra, muito menos quem temia uma

¹⁶⁴ *A Tarde*, 10/10/1930; SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*, p. 15.

¹⁶⁵ Telegrama de John Bell a William Seeds, 9/10/1930. TNA. FO. 371-14202; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 10/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁶⁶ *Diário da Notícias*, 10/10/1930.

repetição do Quebra-Bondes ou um levante militar. Tudo indica que as pessoas das classes superiores eram compostas, em sua maioria, de pessoas que sentiam medo, ao passo em que os trabalhadores e setores médios cindiam-se entre as duas posturas. Existia, como será explicado a seguir, quem temesse que uma incursão rebelde na Bahia ensejasse outro Quebra-Bondes em Salvador. Seja como for, a insurreição de sábado e domingo, ao desmoralizar a polícia e espalhar entre os soteropolitanos medo e radicalização comprometeu a segurança na cidade. Conseqüentemente, pressionou o esquema legalista que o governo estadual, em parecia com o federal, montou contra os rebeldes do Norte.

Salvador permanecia, assim, assombrada pela memória imediata do quebra-quebra de sábado e domingo. “A população está apreensiva de uma repetição dos distúrbios [Quebra-Bondes],” telegrafou John Bell no dia do corre-corre no mercado Modelo, ao mencionar a tensão entre forças federais e estaduais.¹⁶⁷ Os ataques dos dias 4 e 5 podem ter adquirido para muitos o aspecto de “uma coisa horrorosa, reacionária, negra, ameaçadora [...], que siga as pegadas daqueles causadores de tantas e inenarráveis misérias”. Era a imagem projetada pela Sociedade Beneficente e Defensora da Pobreza, ao alertar sobre a fome na Liberdade, durante os debates de setembro sobre os contratos telefônicos.¹⁶⁸ Não foi simplesmente por força de expressão que Geraldo Leal referiu-se às horas transcorridas durante o quebra-quebra como uma “noite de terror”, que constrangeria ao menos um casal católico a se proteger no recinto seguro da igreja de São Francisco.¹⁶⁹ Simões Filho, Francisco Souza e Lawrence Briggs, entre outros, sabiam que as pegadas acima mencionadas poderiam conduzir a seus locais de trabalho e residência. Durante o corre-corre do dia 9, Pedro Gordilho dirigiu-se ao Comércio para acalmar os ânimos dos exportadores da Associação Comercial. No dia seguinte, reuniu-se com os diretores da entidade, para acertar um esquema especial para proteger a propriedade mobiliária e imobiliária concentrada naquela zona.¹⁷⁰ Essa movimentação do ainda delegado extraordinário sugere que o episódio do mercado Modelo disparou o medo de que a propriedade nacional, não mais a estrangeira, fosse objeto da cólera popular. É capaz de a discussão entre o policial e o marinheiro ter-se iniciado em torno do pagamento do peixe. Como a questão do feriado bancário e da tabela dos preços, este dizia respeito às relações econômicas entre trabalhadores e patrões, comerciantes e fregueses, sem a presença de um elemento estrangeiro que pudesse atrair a ira popular.

¹⁶⁷ Telegrama de John Bell a William Seeds, 9/10/1930. TNA. FO 371-14202.

¹⁶⁸ *Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*, 7/9/1930.

¹⁶⁹ LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*, p.104 e 105.

¹⁷⁰ *Era Nova*, 9/10/1930; *A Tarde*, 10/10/1930.

Salvador, apesar disso, ia recobrando a normalidade, sobretudo a partir do estabelecimento, pouco a pouco, de tráfego emergencial nos carris (dia 8) e nos ascensores (dia 9). Na cidade baixa, a situação demorou para ser melhorada e os moradores continuaram a se transportarem nas marinetes, que, nos anos anteriores, eles tinham abandonado por causa dos horários e preços melhores dos bondes da Circular.¹⁷¹ Tendo de bom ou mau grado auxiliado a expansão do protesto de sábado e domingo, as marinetes recolhiam o butim da completa destruição do transporte carril entre o elevador Lacerda e Itapagipe.

No dia 11, aportou na cidade o Comandante Capela, que trazia Santa Cruz, emissário do poder central para comandar a operação das tropas legalistas contra os rebeldes do Norte. O general passou a reunir em Salvador, ao lado do 19º BC, as forças públicas e tropas federais que tinham escapado dos estados rebelados da região, polícia e tiros de guerra da Bahia, mais batalhões patrióticos organizados pelos coronéis baianos, para os quais trouxe dinheiro do Rio. O porto soteroopolitano abrigou as seguintes unidades da Marinha: Comandante Capela, Comandante Alvim, Rio Grande do Sul e Belmonte, frota comandada por Henrique Guilhem. Essa concentração militar transmitiu sensação de segurança, reduzindo o temor de uma reincidência do Quebra-Bondes ou a ocorrência de um golpe militar.¹⁷² Os governadores do Norte, como Estácio Coimbra e o potiguar Juvenal Lamartine (1928-1930), chegaram a identificar em Salvador um abrigo seguro, procurando abrigado na cidade após serem depostos.¹⁷³ “Sem risco de problemas imediatos”, relatou Lawrence Briggs, dias antes de procura Santa Cruz para relatar a situação delicada dos estadunidenses. O general prometeu que a segurança e a propriedade destes estariam asseguradas.¹⁷⁴

Entretanto, a situação era precariamente segura, o que se percebia, entre outras coisas, no número de pessoas que procuraram os salvos-condutos para deixarem a cidade, isto é, pelo menos 6 mil até o dia 15, o que congestionou as repartições públicas encarregadas da emissão do documento.¹⁷⁵ Santa Cruz, ao desembarcar, negara, irritado, que comandaria a Região Militar sediada em Salvador. Seu comando, explicara, estendia-se sobre o conjunto das tropas legalistas do Norte, não apenas as da Bahia.¹⁷⁶ Ele decidira, apesar da importância das operações terrestre, estabelecer quartel-general no Comandante Capela, que, no período

¹⁷¹ *Diário de Notícias*, 8/10/1930; 9/10/1930; *A Tarde*, 10/10/1930.

¹⁷² *A Tarde*, 13/10/1930; *Diário de Notícias*, 14/10/1930.

¹⁷³ Lima, V. (coord.). *Getúlio. Uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986.

¹⁷⁴ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 11/10/1930. NARA. RG 84; SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 54.

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, 14/10/1930.

¹⁷⁶ *Diário de Notícias*, 9/10/1930; *A Tarde*, 11/10/1930; *Diário de Notícias*, 13/10/1930; *A Tarde*, 13/10/1930.

diurno, permanecia atracado em ponto cercado pelos fuzileiros navais; no período noturno, era desatracado, ancorando entre o cais e o quebra-mar.¹⁷⁷ O general possuía seu próprio telégrafo e raramente descia à terra, sinal de que não se sentia seguro em Salvador. Essa situação retransmitia a insegurança para a capital, alimentando, posteriormente, boatos de simpatia pela revolução, por ser o militar parente e aliado de Artur Bernardes (1922-1926), que se incorporara às hostes rebeldes.¹⁷⁸ Santa Cruz aparece fardado na imagem a seguir, ao lado do ex-presidente (de quem foi chefe da casa militar), do presidente Washington Luís e do futuro candidato presidencial Júlio Prestes. É uma foto produzida em momento anterior à sucessão presidencial, marcada pela ruptura entre São Paulo e Minas Gerais.¹⁷⁹



47. General Santa Cruz, ao lado de Júlio Prestes, Artur Bernardes e Washington Luís. Data e local desconhecidos. Fonte: APESP.

É claro que os cônsules percebiam a situação, explicitando-a em seus relatórios. “O único perigo”, acrescentou Lawrence Briggs em telegrama ao embaixador Walter Washington, “parece ser que se todas as tropas saírem para repelirem a invasão [rebelde da Bahia], a cidade pode não estar hábil para controlar as classes baixas que no momento mostram preconceito contra os estadunidenses”.¹⁸⁰ Seria um cenário mais preocupante do que o de sábado e domingo, quando a polícia ao menos permaneceu assistindo às depredações. No relatório ao Department of State, ele explicou que os brasileiros em geral eram especialmente amigáveis em relação aos estadunidenses, tendo os da “melhor classe” deplorado os ataques à propriedade da Circular. “Mas a turba de 4 de outubro, começando com um sentimento anticompanhia, desenvolveu sentimentos decididamente antiamericanos depois do tiroteio no prédio [de Simões Filho]”, continuou o diplomata, acrescentando que os amotinados teriam

¹⁷⁷ CARVALHO FILHO, A. *Um depoimento para a história*. Salvador: CEB, 1968, p. 4.

¹⁷⁸ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, 13/10/1930.

¹⁸⁰ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 10/10/1930. NARA. RG 84.

assassinado os estadunidenses “se encontrassem algum na rua”.¹⁸¹ Lawrence Briggs, tudo indica, não lera a imprensa aliancista, senão saberia que a população, havia meses, era estimulada a atacar “os americanos da Circular”, tanto quanto o jornal de Simões Filho.

O relato confirma que o Quebra-Bondes acentuou, não só no dia 4, mas nos subsequentes, as divisões de classe e, subsidiariamente, raciais, da sociedade baiana. Nota-se que Lawrence Briggs não se refere apenas aos promotores do Quebra-Bondes, mas aos trabalhadores da cidade no geral (“classe baixa”), que aparecem no documento contaminados pelo sentimento antiestrangeiro que explodira no protesto. Esse sentimento, segundo Lawrence Briggs, era percebido e temido pela comunidade estadunidense, sendo igualmente rejeitado pela classe alta no lado brasileiro.¹⁸² O diplomata explicaria mais tarde que a maioria dos estadunidenses da capital era empregada nas obras da Circular, possuía poucas amizades entre os brasileiros e pouco ou nenhum conhecimento do português, residindo, ademais, em lugares expostos. Pode-se cogitar que os “americanos”, assim isolados, tenham percebido a inclinação antiestrangeira diretamente nos locais de trabalho e residência, isto é, entre os colegas e vizinhos brasileiros. Sob tais circunstâncias, a segurança dessas pessoas estaria em perigo se as tropas se retirassem de Salvador e a “turba tomasse o controle da cidade, como fez na noite de 4”.¹⁸³

Note-se o caráter traumatizante da imagem que o Quebra-Bondes imprimiu na mente de Lawrence Briggs. Salvador teria sido conquistada por “trabalhadores negros descalços”, “gazeteiros” e “queimadeiros”, que pretendiam massacrar a indefesa comunidade “americana” (dois anos depois, um periódico local lembraria dos depredadores como “uma horda que dominou a cidade”).¹⁸⁴ O relato de Lawrence Briggs gerou preocupações no Rio, onde o embaixador Walter Washington procurou o ministro das Relações Exteriores, solicitando que garantisse a concentração militar na capital baiana, para assegurar o bem-estar dos estadunidenses. Otávio Mangabeira respondeu que seria dispensada atenção a esse aspecto do problema.¹⁸⁵

Entretanto, a capacidade de o chanceler baiano, ou mesmo seus conterrâneos e correligionários, cumprirem a promessa era limitada, como sugere o relato do deputado

¹⁸¹ SANT’ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 52-53; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 10/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁸² Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 8/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁸³ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84. NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 592

¹⁸⁴ *A Tarde*, 13/1/1932.

¹⁸⁵ Telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 10/10/1930. NARA. RG 84.

federal Wanderley Pinho, sobre a palestra que realizou com Washington Luís no palácio Guanabara (Rio). O neto do barão de Cotegipe considerou que à Bahia, sob pressão dos rebeldes, cabia, na região Norte, não só assegurar a integridade nacional, como barrar o comunismo, que acabaria triunfando se a legalidade percesse – julgamento inspirado, quiçá, nas ocorrências de sábado e domingo em Salvador. Ele decidiu então deixar o Rio para ir auxiliar a defesa do Recôncavo, não sem antes pedir ao presidente reforços militares. Depois de longa espera, entrou no gabinete, encontrando o mandatário com gestos e fisionomia irrequietos. Ao solicitar artilharia, que nem a Bahia nem os rebeldes possuíam, dele escutou: “qual mais força. Pois os srs. não têm a polícia e forças do Exército. A Bahia é um estado de 4 milhões de habitantes. É organizar batalhões patrióticos [sic]”. Quando Wanderley Pinho respondeu que os revolucionários reuniam as tropas dos estados tomados, Washington Luís, que já mandara dinheiro aos coronéis por intermédio de Santa Cruz, exprimiu sua irritação com a rapidez com que os governos nortistas tinham colapsados por si próprios. “Não tomaram. Não houve resistência. Houve fraqueza”.¹⁸⁶ O presidente continuou, dizendo ao deputado baiano que os rebeldes constituíam “forças irregulares que sucumbirão se lhes resistir”, não existindo risco de desembarque em Salvador por conta dos navios surtos no porto. Quanto ao aeroplano, igualmente solicitado, opinou que “não vale nada. Hoje mesmo amanheceu bonito dia. Iam partir. Já nublou e não partem”. “Desculpe-me lhe falar assim, dr. Pinho, mas se o sr. tem estas ideias é melhor não partir para a Bahia”, disse, numa amarga sugestão de derrotismo, negada pelo deputado, que prometeu que o estado saberia cumprir seu dever. “Dê-me V. Exa. suas ordens”, pediu o parlamentar. “Boa viagem, dr. Pinho”, respondeu, seco, o presidente.¹⁸⁷

Percebe-se a personalidade autocentrada de um presidente a cuja fixação em estabilizar o mil-réis e impor Júlio Prestes como candidato presidencial se atribuía a origem da crise financeira e política no país. Pode ser que, com a artilharia, a situação em Salvador tornasse-se mais segura, ao menos pela possibilidade de se reduzir o número de homens a serem deslocados para o interior, em caso de os rebeldes cruzarem as fronteiras baianas. O presidente, ademais, subestimou a situação do inimigo, pois se, por um lado, as tropas rebeldes eram irregulares, por outro, possuíam moral superior à dos soldados legalistas, pelo apoio popular à revolução, que se traduzia em intenso alistamento, ao menos no Rio Grande

¹⁸⁶ Rascunho de Wanderley Pinho sobre entrevista com Washington Luís em outubro de 1930. Museu Histórico Nacional. Fundo Wanderley Pinho. WPac3.

¹⁸⁷ Rascunho de Wanderley Pinho sobre entrevista com Washington Luís em outubro de 1930. MHN. Wanderley Pinho. WPac3. Agradeço a Antonio Luigi Negro por ter me entregue reprodução desse documento.

do Sul e em Pernambuco.¹⁸⁸ No Rio, os embaixadores relataram indisposição pela defesa da legalidade, o que estaria prejudicando o recrutamento, sensação que piorou ao longo de outubro, ao passo em que os gaúchos passaram a barrar os interessados em marcharem para o norte, pelo excesso de soldados.¹⁸⁹

Na capital baiana, o governo, após iniciar a concessão de salvos-condutos, decidiu condicionar a entrega do documento à apresentação de certidão negativa de reservista, o que sugere que se recorria aos salvos-condutos para se escapar do alistamento.¹⁹⁰ “Os estudantes, assim como os jovens chamados como reservistas recusaram-se a se incorporarem”, precisando as autoridades públicas recorrerem aos sertanejos, “que não se mostraram mais entusiastas”, explicou o cônsul francês.¹⁹¹ O apoio popular à ordem constituída seria crucial para o triunfo sobre os rebeldes, mas era comprometida pela impopularidade do regime e do presidente, sem falar na insatisfação social que se exprimira no Quebra-Bondes. Pedro Gordilho chegou a percorrer as associações operárias, em particular as da região portuária, solicitando-lhes apoio pela defesa da legalidade, mas não encontrei notícias de que elas cumpriram a promessa de que organizariam batalhões patrióticos.¹⁹² Paralelamente, segundo denúncia posterior, moradores do sexo masculino eram forçadamente recrutados nos subúrbios, em especial Santo Antônio, Cruz do Cosme, Corta Braço, Liberdade, São Caetano e Lobato. “Murmurou-se que muitas prisões eram feitas em carros da Assistência Pública”, isto é, ambulâncias. Os batalhões patrióticos que desembarcaram em Salvador constituíam-se, ao menos em parte, de homens mal treinados, mal equipados, mal pagos e mal alimentados pelos coronéis ansiosos por receber o dinheiro trazido por Santa Cruz.¹⁹³

Essa situação preocupou Lawrence Briggs, que começou a agir para garantir a segurança de seus compatriotas. Ele telegrafou ao embaixador estadunidense, perguntando se existia cruzador militar dos Estados Unidos nas proximidades da Bahia, para embarcar os conterrâneos em caso de necessidade.¹⁹⁴ Walter Washington recebeu telegrama semelhante do cônsul em Recife, sinalizando para a necessidade de “assistência”, diante dos rumores de bombardeio federal sobre a cidade, alimentados pelos deslocamentos do cruzador Rio Grande

¹⁸⁸ Telegrama de Gade a Walter Washington e Henry Stimson, 15/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Freeman ao Foreign Office, 16/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

¹⁸⁹ Telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 15/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Edwin Morgan a Henry Stimson, 23/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Freeman ao Foreign Office e William Seeds, 15/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 14/10/1930.

¹⁹¹ Carta de León Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 4/11/1930. CADN. 57PO - 1 - 8.

¹⁹² *A Tarde*, 14/10/1930.

¹⁹³ SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*, p. 20.

¹⁹⁴ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 8/10/1930. NARA. RG 84.

do Sul.¹⁹⁵ O perigo em ambas as cidades, segundo os diplomatas, é de que distúrbios sociais poderiam reemergir, recolocando os estrangeiros em risco. Para contornar a situação, eles poderiam recolher os conterrâneos às embarcações.

Potências estrangeiras diante da emergência popular em Pernambuco e Bahia

O quadro em Pernambuco era tão tenso quanto na Bahia, em especial para a comunidade estrangeira. Bombardeio federal, segundo o cônsul estadunidense, poderia expor os súditos britânicos a perigos maiores que os dos dias 4 e 5, quando muitos, por morarem em áreas de tiro, precisaram abandonar suas casas, procurando abrigos noutras partes da cidade.¹⁹⁶ Nos dias seguintes, durante a destruição e saque à “propriedade republicana”, incendiários ameaçaram a casa do diretor britânico da Pernambuco Tramway Light and Power, sendo obstados por um destacamento policial chamado às pressas. Uma governanta da mesma nacionalidade perderia seus pertences quando populares reduziram a escombros a casa de seu patrão, o célebre José Pessoa de Queiroz, parente e inimigo de João Pessoa.¹⁹⁷

Nas semanas seguintes, súditos britânicos ficaram na linha de fogo da luta de classes acirrada pelas crises política e econômica, mas que o governo rebelde procurou acalmar. Num dos conflitos operários que então surgiram nas fábricas têxteis de Pernambuco, os trabalhadores empurraram o gerente britânico, exigindo sua demissão; noutra, ameaçaram um técnico britânico e sua família, a ponto de o cônsul pedir assistência policial. Problemas laborais começaram a emergir na estrada férrea britânica Great Western of Brazil Railway. Distribuíram-se panfletos entre os empregados da subsidiária da General Electric, conclamando-os a terem suas reivindicações atendidas, por terem participado do levante de sábado e domingo em Recife.¹⁹⁸

O risco do bombardeio federal não era apenas a troca de tiros, mas a queda do governo rebelde de Lima Cavalcanti (1930-1937). O rico usineiro lograra estabilidade política, procurando reprimir o que ansiosos empregadores locais entendiam como desígnios de se

¹⁹⁵ Telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 9/10/1930. NARA. RG 84.

¹⁹⁶ Telegrama de William Mackness ao Foreign Office e a William Seeds, 8/10/1930. TNA. FO 371-14200.

¹⁹⁷ Carta de Van den Arendt a embaixada dos Estados Unidos, 9/12/1930. NARA. RG 84; carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

¹⁹⁸ Carta de Van den Arendt a embaixada dos Estados Unidos, 9/12/1930. NARA. RG 84; carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

instrumentalizar a situação política em prol do “comunismo”.¹⁹⁹ Depois do susto dos dias 4 e 5, os cônsules passaram a aplaudir os esforços de Lima Cavalcanti em restaurar eletricidade, telefone, transporte, operações bancárias e comerciais, estabelecendo administração econômica e moderada, com políticas públicas para classe trabalhadora, mas sem “mexer com a estrutura social”.²⁰⁰ Recolhendo as armas distribuídas sábado e domingo aos pernambucanos, o governo pedia-os que retornassem ao trabalho, embora permitisse o alistamento de muitos no exército rebelde que descia para conquistar Alagoas, Sergipe e Bahia.²⁰¹ Recife, assim como Salvador, era uma capital assombrada pela instabilidade política e a inquietação popular desencadeadas pela revolução.

Depois de obter no Ministério das Relações Exteriores informações sugerindo que era iminente o bombardeio em Pernambuco, a embaixada dos Estados Unidos expôs ao Department of State, no dia 9, a situação de ambas as cidades, solicitando que o órgão considerasse o despacho de um cruzador militar para o Brasil.²⁰² O secretário de Estado negou, sugerindo aos cônsules que estabelecessem negociações com colegas estrangeiros e autoridades locais para criarem zonas neutras aonde os estrangeiros pudessem ser recolhidos se necessário. Outra sugestão era a de que os estadunidenses procurassem abrigo em embarcações mercantes surtas no porto.²⁰³

O final dos anos 1920 caracterizara-se pela aproximação entre Brasil e Estados Unidos, celebrada nas recepções ao presidente Herbert Hoover no Rio (1928) e ao presidente eleito Júlio Prestes em Washington D. C. (1930). Exportações do segundo para o primeiro país alcançaram pico em 1929 e os investimentos pularam de 50 para 500 milhões de dólares na

¹⁹⁹ Carta de Van den Arendt a embaixada dos Estados Unidos, 9/12/1930. NARA. RG 84; carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

²⁰⁰ Telegrama de William Mackness ao Foreign Office e a William Seeds, 8/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 8/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de William Mackness ao Foreign Office e a William Seeds, 8/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegrama de William Mackness ao Foreign Office e William Seeds, 9/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 9/10/1930. NARA. RG 84; Telegrama de William Mackness ao Foreign Office e William Seeds, 10/10/1930. TNA. FO. 371-14200; telegrama de Van den Arend a Walter Wahsington, 10/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 11/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 12/10/1930. NARA. RG 84; Telegrama de William Mackness ao Foreign Office e William Seeds, 12/10/1930. TNA. FO. 371-14200.

²⁰¹ Carta de William Mackness ao Foreign Office, 11/11/1930. TNA. FO 371-14203.

²⁰² SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 51; telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 9/10/1930. NARA. RG 84.

²⁰³ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 51; NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 592; Telegrama de Henry Stimson a Walter Washington, 9/10/1930. NARA. RG 84.

década, o que deixara para traz a Grã-Bretanha.²⁰⁴ O trabalho diplomático era realizado por Edwin Morgan, nomeado embaixador no Rio em 1912, após experiência no extremo oriente, Europa e América Hispânica.²⁰⁵ William Seeds descreveu-o como um bacharel de gosto refinado, bem-informado e adaptado ao hábito local de conseguir coisas por meios indiretos.²⁰⁶ Para manter a proeminência dos Estados Unidos, o “rei não coroado do Rio”, em sua incessante relação com pessoas de títulos, riqueza e celebridade, dirigia superioridade e indiferença aos demais colegas, notadamente ao embaixador britânico.²⁰⁷ Seu comportamento, entretanto, mostrou-se fatal durante a revolução. Esta se iniciou pouco depois dele partir de férias para Paris, deixando a embaixada interinamente com o secretário Walter Washington. Repentinamente encarregado de delicada missão, isto é, representar os Estados Unidos em meio à crise brasileira, o moço de menos de 30 anos, costumeiramente relegado à obscuridade por Edwin Morgan, mostrar-se-ia excessivamente dependente do Ministério das Relações Exteriores para obter informações sobre o progresso das tropas rebeldes e legalistas. Conseqüentemente, Walter Washington produzia para o Department of State relatórios mais otimistas do que os mandados ao Foreign Office pelo experiente William Seeds.²⁰⁸ A Grã-Bretanha, ademais, fora a única grande potência cujo representante diplomático estava oficialmente instalado no Rio durante ao menos o início da revolução.²⁰⁹

Havia, na chancelaria dos Estados Unidos, certa preocupação a respeito do impacto que o despacho de uma embarcação militar exerceria na imagem do país, particularmente junto a um governo amigo, como o de Washington Luís.²¹⁰ Quando a Grã-Bretanha, preocupada com a segurança dos britânicos em São Paulo diante da aproximação das legiões gaúchas, decidiu no dia 11 mandar para Santos o cruzador Delhi, solicitou ao Department of State parecer

²⁰⁴ SMITH, J. *Unequal Giants: diplomatic relations between United States and Brazil, 1889-1930*. S/1: Pittsburgh University Press, 2009, p. 189.

²⁰⁵ *Bulletin of Pan American Union*, 1912, nº 2, p. 155.

²⁰⁶ Carta de Birch a Henderson, 14/1/1930. Foreign Office (FO). *Further Correspondence respecting South and Central America (Confidential)*, vol. 30. Disponível em: <https://www.amdigital.co.uk/>. Acesso em: 12/4/2018.

²⁰⁷ Carta de William Seeds a Henderson, 2/1/1931. FO. *Further Correspondence respecting South and Central America (Confidential)*, vol. 32. Disponível em: <https://www.amdigital.co.uk/>. Acesso em: 12/4/2018.

²⁰⁸ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 6/10/1930. TNA. FO 371-14200; carta de William Seeds a Henderson, 22/10/1930. FO. *Further Correspondence respecting South and Central America (Confidential)*, vol. 30. Disponível em: <https://www.amdigital.co.uk/>. Acesso em: 4/3/2019; telegrama de William Seed ao Foreign Office, 6/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegramas de William Seeds ao Foreign Office, 15, 17, 18/10/1930. TNA. FO 371-14201.

²⁰⁹ Afirmação feita por Seeds, que não informou sobre a situação da legação da Alemanha. A embaixada da Itália estava em interregno e o embaixador francês de licença. Carta de William Seeds ao Foreign Office, 20/10/1930. TNA. FO 371-1402.

²¹⁰ SMITH, J. *Unequal Giants: diplomatic relations between United States and Brazil, 1889-1930*, p. 196.

sobre a situação no Brasil.²¹¹ Munido dos telegramas de Walter Washington e, portanto, das informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, o secretário de Estado opinou que o governo federal triunfaria ao término de uma longa guerra civil e que a situação não exigia ação para proteger os estadunidenses. Os Estados Unidos, acrescentou, só agiria em caso de real necessidade, dada a “sensibilidade sul-americana a interferências externas”.²¹²

O Foreign Office, julgando que a sensibilidade decorria do histórico de intervenções estadunidenses na região, prosseguiu com o despacho do Delhi, pois a Grã-Bretanha, decerto por não possuir o mesmo histórico, não seria objeto de recriminações no Brasil. Os britânicos, internamente, exprimiram a crença de que o país anglo-americano estaria disposto a abandonar seus cidadãos à própria sorte, pela preocupação com a mencionada sensibilidade.²¹³ Entretanto, pouco depois, os Estados Unidos decidiram deixar o cruzador Pensacola de prontidão em Guantánamo, supostamente para socorrer refugiados no Brasil se necessário. Pediram ao país europeu relatório sobre a entrada e deslocamento do Delhi em águas americanas.²¹⁴ O Foreign Office atendeu à solicitação, mas percebeu que os Estados Unidos só deslocaram o Pensacola após descobrirem a presença do Delhi e especificamente para obter os relatórios.²¹⁵

O Quebra-Bondes, ao comprometer a capacidade das autoridades locais em transmitirem segurança, obrigou duas potências a se deslocarem no Atlântico, ocasionando certa tensão diplomática. William Seeds, encarregado de cuidadosamente relatar ao Ministério das Relações Exteriores a aproximação do Delhi, pediu que a embarcação aportasse não em Santos, mas em Salvador, para agir na cidade ou em Recife.²¹⁶ Ele justificou o pedido lembrando do Quebra-Bondes e explicando o caráter turbulento da população de ambas as capitais. O comportamento dos soteropolitanos e recifenses foi percebido como um perigo mais eminente, ou pelo menos mais iminente, que a entrada das tropas gaúchas em São

²¹¹ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 6, 8 e 9/10/1930; telegrama do Foreign Office a William Seeds, 9, 11 e 19/10/1930. TNA. FO 371-14200.

²¹² Telegrama de R. Lindsay ao Foreign Office, 9/10/1930. TNA. FO 371-14200.

²¹³ Telegrama de R. Lindsay ao Foreign Office, 9/10/1930. TNA. FO 371-14200.

²¹⁴ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 51.

²¹⁵ Telegrama de Castle Acting a Walter Washington, 11/10/1930. NARA. RG 84; Telegrama do Department of State a Walter Washington, 17/10/1930. NARA. RG 84.

²¹⁶ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 6/10/1930; telegrama do Foreign Office a William Seeds, 9, 11 e 19/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegrama de R. Lindsay ao Foreign Office, 13/10/1930. TNA. FO 371-14200.

Paulo.²¹⁷ Significativamente, entre as primeiras missões do Delhi, estivera a defesa no mar Báltico em 1919, contra os ataques da Rússia revolucionária.²¹⁸

Em dois outros momentos ficariam claras as diferenças na reação dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha à crise brasileira. Primeiro, quando o governo federal, coincidentemente ou não por altura da decisão de movimentar o Delhi, declarou bloqueados os portos rebeldes (sobretudo Recife), alegando a necessidade de coibir importação de armas.²¹⁹ Entretanto, relatos diplomáticos diziam, antes mesmo da medida, que a estratégia do governo federal consistia em abandonar os governos rebeldes, sobretudo no Norte, a “dificuldades internas”.²²⁰ Os cônsules em Recife, já preocupados com a possibilidade de bombardeio, alarmaram-se. Eles apontaram o risco de a escassez de alimentos, em especial farinha de trigo e peixe seco importados dos Estados Unidos, criar “dificuldades” entre as “classes trabalhadoras”.²²¹ O britânico expôs a situação da Pernambuco Tramway Light and Power, que não conseguia importar carvão da Grã-Bretanha, gerando preocupações sobre o risco de colapsos na iluminação pública gerarem “desordens”.²²² Quem sabe não fossem exatamente essas as “dificuldades internas” da estratégia legalista? O Department of State, ignorando o clamor de seu representante em Recife, obedeceu à decisão do governo federal, respeitando o bloqueio,²²³ mas o Foreign Office abriu lento debate sobre o assunto com outros órgãos britânicos.²²⁴

Num segundo momento, as autoridades estadunidenses, solicitadas pelo ministro Otávio Mangabeira, garantiram o acesso do governo federal ao mercado bélico dos Estados Unidos, negando-o aos governos rebeldes. De sua parte, a Grã-Bretanha, como na questão dos portos, não se pronunciou sobre o assunto, apesar de pedido nesse sentido do embaixador do Brasil em Londres.²²⁵ O apoio estadunidense ao governo do Brasil e, em menor grau, o deslocamento do Pensacola e do Delhi, geraram indignação entre as autoridades

²¹⁷ Teelgrama de William Seeds ao Foreign Office, 9/10/1930. TNA. FO 371-14200.

²¹⁸ Informação disponível em: <https://www.naval-history.net/index.htm>. Acesso em: 1/7/2019

²¹⁹ Telegrama de William Seed ao Foreign Office, 13/10/1930. TNA. FO 371-14200; telegrama de Walter Washington ao Department of State, 15/10/1930. NARA. RG 84.

²²⁰ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 21/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

²²¹ Telegrama de Van den Arend a Walter Washington, 10/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de William Mackness ao Foreign Office e William Seeds, 20/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

²²² Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 18/10/1930. TNA. FO 371-14201.

²²³ Telegrama do Department of State a Walter Washington, 15/10/1930. NARA. RG 84.

²²⁴ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 14/10/1930; telegrama Thompson a Flint e Marker, 22/10/1930. TNA. FO 371-14200. Seeds ao FO, 15, 22, 23/10/1930; telegrama Craigie a Cleminson, 24/10/1930. TNA. FO 371-14201. Conferir anotações sobre processamento das cartas e telegramas e a ata da reunião do Foreign Office com o Board of Trade e o Chamber of Shipping. TNA. FO 371.14201.

²²⁵ Brazilian Ambassador (conversation), 20/10/1930. TNA. FO 371-14201.

revolucionárias, que realizaram manifestações de massa, particularmente em Porto Alegre e Recife. O propósito das demonstrações públicas era não só exibir apoio popular à revolução, como negar que esta possuía caráter comunista, pois os rebeldes acreditaram que Washington Luís conseguira apoio dos Estados Unidos baseando-se nessa falsa alegação. Os cônsules estadunidense e britânico mostraram-se solidários à indignação do governo em Recife, participando seus homólogos da manifestação em Porto Alegre.²²⁶

Desenlace

Paralelamente ao desenrolar do quadro diplomático, Lawrence Briggs, ao ser informado sobre a relutância do Department of State em mandar cruzador militar, reuniu-se com os cônsules britânico, alemão e francês no dia 13, para discutir uma estratégia comum para socorrer não apenas os estadunidenses, mas os estrangeiros. Percebendo a incapacidade do governo baiano e a indisposição do estadunidense em garantir segurança, Lawrence Briggs explicou aos colegas que a “classe baixa” era incapaz de distinguir entre as quatro nacionalidades. Consequentemente, a cólera contra os estadunidenses poderia atingir britânicos, alemães e franceses. Era uma observação semelhante à que, em 1938, faria a antropóloga estadunidense Ruth Landes, segundo a qual a população negra, tomando-a por alemã, supunha que os Estados Unidos eram parte da Europa.²²⁷

O alerta de Lawrence Briggs pretendia mostrar aos colegas a necessidade de agir em conjunto para garantir o bem-estar da comunidade estrangeira ou mais precisamente a segurança dos setores representados pelos diplomatas presentes à reunião.²²⁸ Léon Hippeau, dias antes, informara a Paris que o Quebra-Bondes consistira não num surto xenofóbico de caráter geral, mas numa manifestação especificamente “anti-americana”, não existindo ameaça aos interesses franceses. John Bell, de sua parte, opinara que seus compatriotas só sentiam perigo em caso de bombardeio indiscriminado na cidade.²²⁹ Portanto, os demais agrupamentos estrangeiros sentiam-se, tudo indica, mais seguros que os cidadãos oriundos dos Estados Unidos, apesar da preocupante situação do país. Pelo menos o risco oriundo de distúrbios sociais para franceses e britânicos era pouco captado pelos cônsules deles.

²²⁶ Carta de Sidney Smith ao Foreign Office, 17/10/1930. TNA. FO 371-14202.

²²⁷ LANDES, R. *Cidade das Mulheres*, 58.

²²⁸ Telegrama de John Bell a William Seeds, 13/10/1930. TNA. FO 371-14202.

²²⁹ Carta de Léon Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 10/10/1930. CADN. 57PO - 1 - 8; carta de John Bell a William Seeds, 6/10/1930.

Entretanto, o cônsul britânico, assim como o alemão, acabou concordando com Lawrence Briggs. Para reforçar o argumento, este poderia ter citado o caso do engenheiro estadunidense da Circular, perseguido aos gritos de “lincha o alemão!”, por ocasião do colapso do transformador, que acabou matando um operário na praça Deodoro um ano antes.²³⁰ “Os cônsules americano e alemão estão inclinados a crer que nós, como estrangeiros, estamos correndo algum risco, embora aquele seja solteiro e este acompanhado apenas por sua esposa”, explicou John Bell. O registro deixa claro que os diplomatas não temiam apenas por seus compatriotas, mas por si próprios, o que era muito concreto no caso de Lawrence Briggs, pois sua própria casa fora hostilizada.²³¹ Embora não esteja claro se o cônsul francês realmente participou da reunião, ele, se presente, certamente lembraria do ataque dos marítimos a Albert Warnot (julho de 1930), o superintendente da Societé de Construction du Port.

O que Lawrence Briggs lia como incapacidade de distinção, no entanto, podia ser a percepção, por parte dos trabalhadores negros de Salvador, de que os estrangeiros, um punhado de homens de tez clara e língua incompreensível, constituíam uma parcela do patronato particularmente exposta naqueles dias de crise política e econômica. Os proprietários, diretores e técnicos estrangeiros das companhias Este Brasileiro, Societé de Construction du Port e Circular exerciam grande influência nos destinos dos soteropolitanos comuns, por seu peso no mercado laboral e na administração do cotidiano urbano. Os britânicos não possuíam um grande empreendimento na capital, mas os alemães dominavam o beneficiamento do fumo em São Félix e Cachoeira, não muito distantes de Salvador. O papel estratégico da infraestrutura nos planos dos conspiradores certamente expôs mais e mais o pessoal estrangeiro ao nacionalismo popular. Essa estrutura não era apenas o transporte carril, o telefone e a energia, explorados pela Circular, mas o porto e a estrada férrea concedidos aos gauleses. Como os aliancistas procuraram engajar categorias operárias na conspiração, pode-se concluir que não apenas a luta de classes, mas a própria revolução pode ter contribuído para outros estrangeiros, afora os americanos, caírem na mira da exaltação popular.

Percebendo a dificuldade de transferir os estrangeiros para embarcações mercantis, os cônsules prepararam-se para, em caso de repetição do Quebra-Bondes, retirarem os

²³⁰ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 592.

²³¹ Telegrama de John Bell a William Seeds, 13/10/1930. TNA. FO 371-14202.

compatriotas para uma ilha.²³² Lawrence Briggs, portanto, conseguira mobilizar a solidariedade de classe e raça entre europeus e estadunidenses, proporcionando proteção para si e demais cidadãos dos Estados Unidos. Essa sensibilização obtida pelo funcionário do Department of State era crucial, dada a pouca prioridade atribuída pelo órgão ao bem-estar dos estadunidenses moradores de Salvador, que estariam ameaçados, segundo Lawrence Briggs, por uma “turba” constituída de “trabalhadores negros descalços”, “gazeteiros” e “queimadeiros”, prestes a se apoderar da antiga metrópole.

No dia 14, a situação na capital começou a se deteriorar rapidamente, depois que embarques de tropas para o interior seguiram-se ao informe de que os rebeldes tinham conquistado Petrolina e Juazeiro, na fronteira entre Pernambuco e Bahia.²³³ No dia 18, chegou a notícia de que a capital sergipana fora tomada pelos rebeldes.²³⁴ Paralelamente ao enfraquecimento da crença na solidez do governo estadual, parte dos soteropolitanos começou a manifestar simpatias abertas pela revolução, embora outra continuasse a deixar a cidade.²³⁵ Petrolina/Juazeiro e Aracaju eram os terminais dos trilhos da Este Brasileiro que conduziam a Salvador. Portanto, as notícias implicaram em que os rebeldes logo aproximar-se-iam do entroncamento entre os ramais, situado em Alagoinhas, onde começaram a se concentrar as tropas embarcadas na capital. Era esperada a ocorrência de uma batalha nesse município, a qual, se ganha pelos rebeldes, resultaria na imediata conquista de Salvador e, portanto, na deposição do governo estadual. O cônsul francês explicou que, a partir de certo momento, patenteou-se que “a situação intrincada em que se debatia o governo do estado, que permanecia legalista, mas era cada vez menos apoiado pelo governo federal, não poderia se eternizar, definindo-se pouco a pouco os sintomas de um desenlace próximo”.²³⁶

Diante desse quadro, a preocupação pela segurança dos estrangeiros, em particular dos estadunidenses, intensificou-se, sobretudo a partir do dia 17, com a queda do Espírito Santo em mãos rebeldes, gerando preocupações sobre o impacto desta no Rio e na Bahia.²³⁷ No dia seguinte, Francisco Souza, que fugira discretamente para a capital republicana, renunciou ao governo municipal por telegrama.²³⁸ Surgiram boatos de que Frederico Costa igualmente abandonaria a cadeira de governador da Bahia. Pedro Gordilho, por esses dias, teria

²³² Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 14/10/1930. NARA. RG 84.

²³³ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 14/10/1930. NARA. RG 84.

²³⁴ Carta de Lawrence Briggs a Walter Washington, 25/10/1930. NARA. RG 84.

²³⁵ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 50; telegramas de Lawrence Briggs a Walter Washington, 16/10/1930. NARA. RG 84.

²³⁶ Carta de León Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 4/11/1930. CADN. 57PO - 1 - 8.

²³⁷ Telegrama de William Seeds ao Foreign Office, 17/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

²³⁸ *Diário de Notícias*, 21/10/1930.

informado à direção da Circular que descobrira outro plano para atacar a empresa, não podendo protegê-la porque as tropas partiam para o interior.²³⁹ Porém, em contraste com seu antecessor, Pedro Gordilho autorizou a companhia a armar seus prepostos contra os depredadores.²⁴⁰

Lawrence Briggs, portanto, acertara quando apontara em relatório o risco de as autoridades públicas perderem o controle sobre a cidade, se as tropas partissem para combater os rebeldes, expondo a comunidade estadunidense e a Circular a uma repetição dos distúrbios de 4 e 5 de outubro. O caso mostrou ainda não só o caráter autoritário de Pedro Gordilho (que autorizou o uso de arma pelos empregados da companhia), como a associação entre protesto e revolução, já que o plano descoberto pelo secretário apareceu durante a aproximação rebelde e, portanto, a iminência da queda do regime. Para uma parte dos soteropolitanos, ou mais precisamente para uma parte dos simpatizantes da rebelião, não só o início, como o término da jornada revolucionária deveria ser demarcada por um ataque de grande proporção à propriedade alienígena. Podia ser uma concepção peculiar sobre a natureza do motim que pretendia derrubar a República, mas também de tática militar. Lawrence Briggs não entrou em detalhes, mas o alerta do secretário de Segurança Pública lembra o depoimento de Oliveira Freitas. Segundo o general, um grupo de conspiradores civis e militares, integrados por Arnaldo Silveira e Joel Presídio, driblando “o sítio à Pedro Gordilho”, conseguiu adquirir material explosivo para montar dinamites a serem empregadas contra as tropas legalistas em Salvador, quando começasse a batalha de Alagoinhas.²⁴¹ Portanto, existia na capital planos para um ataque à retaguarda das forças governistas, então concentradas no município interiorano. Pode ser que o plano descoberto pelo secretário de Segurança Pública dissesse respeito a essa conspiração, o que estaria recolocando a Circular na linha de fogo dos distúrbios ensejados pela revolução, como foi o caso no sábado e no domingo.

Essa situação, em particular a autorização concedida por Pedro Gordilho, alarmou Lawrence Briggs. Credo que o tiroteio policial no largo do Teatro, na noite do dia 4, incutira atitude assassina nos amotinados contra os estadunidenses, o diplomata percebeu imediatamente os riscos que seus conacionais correriam se os próprios trabalhadores da Circular realizassem os disparos. O quadro era piorado pela circunstância de a cidade passar a ser patrulhada, a partir do dia 18, pelos sertanejos maltrapilhos mandados pela liderança

²³⁹ Carta de Lawrence Briggs a Walter Washington, 25/10/1930. NARA. RG 84.

²⁴⁰ Carta de Lawrence Briggs a Walter Washington, 25/10/1930. NARA. RG 84.

²⁴¹ *A Noite*, 26/1/1930.

coronelista a Santa Cruz, os quais Lawrence Briggs não titubearia em designar de “trabalhadores negros descalços”. Os “tabaréus”, como foram preconceituosamente designados, eram agricultores de pele escura apressadamente recrutados nas roças.²⁴² Portanto, a entrega do policiamento de Salvador a essas pessoas, aos olhos de Lawrence Briggs, era uma notícia tão alarmante quanto a saída das tropas para repelirem os rebeldes nos sertões. Era como se a capital, como temera o cônsul, começasse a ser reconquistada pela “classe baixa”, que possuía cor. Na capital e nos sertões, emergiam dois perigos simultâneos, mas de naturezas distintas: na primeira, a possibilidade de um motim popular; no segundo, o risco de um triunfo rebelde. Essa situação, que pressionou as autoridades públicas, certamente contribuía para aumentar a associação entre insubordinação civil e militar. Conseqüentemente, os acontecimentos explicitavam o papel dos soteropolitanos comuns na fragilização da resistência legalista à insurreição nacional.

Diante desse quadro aterrador, dá para imaginar o susto que acometeu Lawrence Briggs ao ler nos jornais, no dia 18, que o governo dos Estados Unidos estaria proporcionando apoio ao governo federal contra a revolução.²⁴³ No dia anterior, a notícia, mais acurada, era a de que o país estrangeiro declarara legal as compras de armas realizadas no mercado estadunidense pelo governo federal, mas ilegal as encomendas rebeldes.²⁴⁴ Lawrence Briggs julgou tratar-se a segunda notícia de propaganda “antiamericana”, alertando que a mesma era discutida nas ruas e podia realimentar a hostilidade destas a seus conterrâneos. Quanto à primeira, alertou, ela poderia criar problemas para os estadunidenses quando os rebeldes entrassem em Salvador, o que parecia iminente.²⁴⁵

Portanto, os estadunidenses da capital baiana foram posicionados pelo próprio Department of State na encruzilhada entre legalistas e rebeldes, dotando a luta em curso de coerência ideológica, ao reforçar as associações entre revolução e Quebra-Bondes, intermediadas pelo nacionalismo. Inicialmente, para Lawrence Briggs, era somente a antipatia à Circular a geradora da hostilidade à comunidade estadunidense; agora, surgia a decisão dos Estados Unidos sobre as compras militares. Entretanto, como explicado, é possível que, nos

²⁴² Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 18/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 20/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 23/10/1930. NARA. RG 84; *Diário de Notícias*, 28/10/1930.

²⁴³ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 52-53.

²⁴⁴ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 17/10/1930. NARA. RG 84.

²⁴⁵ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020, p. 593; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 18/10/1930. NARA. RG 84.

próprios dias 4 e 5, o alinhamento popular pela revolução tenha alimentado a cólera dos exaltados aos estrangeiros em geral e, particularmente, aos estadunidenses. Com a circulação da notícia acima no espaço público, essa possibilidade tornou-se concreta, sendo notada por Lawrence Briggs. É provável que o cônsul tenha sentido não apenas medo, mas indignação, pelo apoio diplomático aparecer quando era iminente a queda do governo da Bahia e crescente o apoio de parte da população local aos rebeldes. O Department of State, após mostrar-se relutante em despachar uma embarcação para proteger seus cidadãos, decidia apoiar um governo impopular e periclitante, aumentando as pressões sobre a comunidade estadunidense na Bahia, cujo representante não fora alertado sobre as decisões tomadas em Washington D. C. Lawrence Briggs, pelo que tudo indica, soube dessas decisões pelos próprios jornais, ironicamente, como os “trabalhadores negros descalços”, “gazeteiros” ou “queimadeiros” da cidade. Como logo entenderam os britânicos do Foreign Office, preocupações de natureza estritamente diplomática, isto é, as relações Rio-Washington, sobrepuseram-se a considerações sobre os riscos potenciais aos compatriotas residentes na Bahia. Pode-se cogitar que os soteropolitanos sabiam da agitação causada entre os governos rebeldes pelas articulações diplomáticas do governo federal, baseadas nas alegações a respeito da natureza comunista da revolução. Os conspiradores, não obstante a censura, possuíam correligionários no telégrafo de Salvador.²⁴⁶

Os planos de retirada dos estrangeiros, antes mesmo de serem executados, mostraram-se problemáticos, o que transpareceu nos telegramas que o consulado dos Estados Unidos mandou ao Rio. Depois de planejar transportar os estrangeiros para a ilha, Lawrence Briggs mudou de ideia, pois o lugar não possuía suprimento de água ou comida (ele chegou a considerar colocá-los em embarcações mercantes, mas retrocedeu).²⁴⁷ Numa segunda reunião, o diplomata e os colegas alemão e britânico decidiram, por fim, solicitar embarcações militares a seus respectivos países.²⁴⁸ Lawrence Briggs, nessa ocasião, soubera da prontidão do Pensacola em Guantánamo, mas John Bell, aparentemente, não fora informado sobre a aproximação do Delhi. O embaixador alemão só precisou solicitar que o cruzador germânico

²⁴⁶ *A Noite*, 26/1/1930.

²⁴⁷ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 53; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 17/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 18/10/1930. NARA. RG 84.

²⁴⁸ Telegrama de John Bell ao Foreign Office a William Seeds, 17/10/1930. TNA. FO. 371-14201.

Karlshue, então no Rio, partisse imediatamente para a capital baiana, onde uma escala tinha sido programada, por razões rotineiras, para o dia 24.²⁴⁹

O Department of State acabaria cedendo ao segundo pedido de Lawrence Briggs e o Pensacola,²⁵⁰ posteriormente acelerado por causa da situação na Bahia, seria alertado por militares estadunidenses que Salvador, para onde se dirigia, era o ponto mais crítico da costa brasileira. Nota-se que a pressão na Bahia era tão grande que acendeu alarma nas embaixadas do Distrito Federal, atraindo para o teatro dos acontecimentos os militares citados, que pertenciam a uma missão naval anos antes mandada ao Brasil pelos Estados Unidos. Os oficiais esclareceram ao Pensacola que a operação de recolhimento dos estrangeiros, se precisasse ser executada, contaria com a colaboração do Delhi e do Karlshue.²⁵¹

Depois de ter sido considerada, por curto período, um porto seguro contra a rebelião, Salvador caíra numa espiral de tensões que exigia monitoramento das autoridades diplomáticas. Durante a aproximação do Pensacola, começou a circular o boato de que a embarcação pretendia obstar a entrada dos rebeldes em Salvador, o que reafirmou a associação que estabeleciam as ruas entre revolução e Quebra-Bondes, reforçando-se o nacionalismo e, portanto, a tensão entre nacionais e estrangeiros, sobretudo os “americanos”. Lawrence Briggs explicou o real propósito do cruzador para uma das lideranças aliancistas, que não escondiam mais seu apoio aos rebeldes e sua crença na iminência da queda deste último. Percebe-se a desmoralização do governo Frederico Costa não só no contato entre uma autoridade diplomática e a liderança sediciosa, quando na exibição aberta de simpatia pela rebelião. Eles diziam que passariam o governo interinamente para Ataliba Osório, o comandante da Região Militar, então comissionado com o comando das tropas legalistas estacionadas no entroncamento da Este Brasileiro.²⁵²

Entretanto a batalha em Alagoinha seria abortada no dia 24 pela notícia da deposição de Washington Luís pelos generais no Rio, não se registrando em Salvador algo como o Quebra-Bondes. Essa última circunstância, entretanto, não resultou de simples acaso, mas de uma situação arranjada às pressas. Quando a notícia da queda do regime chegou, no meio da manhã, foi mantida em segredo para que as autoridades pudessem escapar com segurança, em

²⁴⁹ Telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 20/10/1930. NARA. RG 84.

²⁵⁰ SANT'ANA, L. *Olhares diplomáticos estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 52-53.

²⁵¹ Telegrama de Lawrence Briggs a Walter Washington, 17/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de Walter Washington a Henry Stimson, 17/10/1930. NARA. RG 84; telegrama de R. Lindsay ao Foreign Office, 20/10/1930. TNA. FO. 371-14201; telegrama enviado por intermédio da Missão Naval Americana ao Pensacola, 22/10/1930. NARA. RG 84.

²⁵² Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

particular o governador e o secretário de Segurança Pública, dado que Francisco Souza escapara para o Rio.²⁵³ Frederico Costa, alegando problemas de saúde, retirou-se para sua propriedade no arrabalde de Brotas, onde se cercou de ex-auxiliares e, certamente, seguranças armadas. Passou antes o governo ao presidente do Tribunal de Justiça, pois o presidente da Câmara dos Deputados recusara-se a assumir o cargo.²⁵⁴ Essa operação contou com alguma colaboração dos aliancistas baianos, pois um deles, quem sabe o informado por Lawrence Briggs sobre as razões da aproximação do Pensacola, passou a notícia de antemão ao cônsul. Portanto, situacionistas e opositoristas, em alguma medida, irmanaram-se no esquema de transição do poder, que incluía atenção à comunidade estadunidense. Provavelmente, a manobra dos situacionistas e opositoristas era inspirada pela presença dos cruzadores estrangeiros (o Delhi ancorara no porto e o Karlshue nas imediações, estando o Pensacola a caminho). O Pensacola e o Karlshue entrariam no porto juntos horas depois da queda de Washington Luís, substituindo as embarcações brasileiras, que partiram às pressas da cidade com o general Santa Cruz. Lawrence Briggs dirigiu-se então à área residencial da cidade para inspecionar as medidas para evacuar os conterrâneos se preciso fosse.²⁵⁵

No início da tarde, a notícia da queda do regime tornou-se pública e a população, empunhando bandeiras rubras e brasileiras, ocupou as ruas e praças para celebrá-la. Essas bandeiras, em certa medida, era os símbolos do orgulho patriótico e do partidarismo revolucionário, cuja irmanação insinuara-se desde o entardecer do dia 4. Tais celebrações, que duraram três ou quatro dias, não registraram quebra-quebra porque obedeceram a certa ordem, obtida pela ação mais ou menos coordenada de lideranças e instituições locais. Diante do colapso do governo estadual, da ausência de sua polícia e do retraimento de seu partido, a Igreja e o Exército (este fragilizado pela insubordinação tenentista) emergiram como instituições nacionais, engajadas em impedir uma reincidência do Quebra-Bonde. Era uma ação semelhante e, de certa maneira, inspirada no Rio, onde os generais e o cardeal Sebastião Leme colaboraram na deposição pacífica de Washington Luís. Padres conhecidos, como Mário Barbosa, que presenciara o quebra-bondes em Brotas em maio de 1928, e Elpídio Tapiranga, muito próximo a Otávio Mangabeira, discursaram para as multidões, clamando por ordem. Eles compuseram passeatas, incluindo a que acabaria tragicamente, ao se dirigir para a Secretaria de Segurança Pública, para libertar os prisioneiros aliancistas, incluindo Arruda

²⁵³ *Diário de Notícias*, 25/10/1930.

²⁵⁴ *A Tarde*, 25/10/1930.

²⁵⁵ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 25/10/1930. NARA. RG 84.

Câmara, capelão das tropas rebeldes preso dias antes em Alagoinhas. Os policiais receberam os manifestantes a tiros (deixando mortos e feridos), mas o arcebispo Augusto Álvares da Silva subiu na sacada para implorar que os populares se acalmassem, respeitando a propriedade e a segurança alheias. Seriam liberados os presos políticos, com exceção dos comunistas.²⁵⁶ Quando a passeata passara no largo do Teatro, populares começaram a empastelar o periódico de Simões Filho, mas foram dissuadidos por um sacerdote.²⁵⁷

O desígnio dos aliancistas, de entregar o governo estadual a Ataliba Osório, seria confirmado com o auxílio não só da Igreja, como do próprio Exército. Quando o senador oposicionista Wenceslau Guimarães proclamou-se governador no palácio Rio Branco, a multidão apoiou a interferência do arcebispo, no sentido de substituí-lo pelo coronel gaúcho, o que se realizou, apesar do governo ficar momentaneamente com o major Reis Príncipe, comandante interino da Região Militar.²⁵⁸ O papel central do Exército consolidar-se-ia quando as tropas rebeldes entraram na cidade, passando a administrar a segurança, sob comando do tenente Juraci Magalhães, o que reduziu o risco de turbulência social.²⁵⁹ Juarez Távora, ao desembarcar em Salvador, seria delirantemente aclamado pela multidão, sendo recepcionado, com seu estado-maior, no palácio arquiépiscopal, onde Augusto Álvares da Silva escondia do linchamento popular ninguém menos que Pedro Gordilho. O já ex-secretário, após deixar o Comandante Capela preparando-se para zarpar, desembarcara clandestinamente no porto da Barra, partindo num auto de praça para a residência do prelado, no Campo Grande.²⁶⁰

O fato de o Quebra-Bondes não ter se reproduzido em 24 de outubro mostra que a população que saiu às ruas entendia as possibilidades e os limites da comemoração pela queda de Washington Luís. Durante o quebra-quebra dos dias 4 e 5, a destruição concentrara-se em grande parte na Circular. Essa circunstância mostra que os manifestantes não constituíam uma turba irracional, pois entendiam que as circunstâncias políticas tinham instituído um sujeito preciso, a ser responsabilizado pela situação social. Em Santos, por exemplo, a explosão popular ocorreu no dia 24 e em grande parte atingiu, não apenas a imprensa situacionista, mas os prédios da Companhia Docas e da Associação Comercial, o que se explica pela maneira como os trabalhadores locais associavam essas instituições simultaneamente à economia do

²⁵⁶ *Era Nova*, 25/10/1930.

²⁵⁷ *Era Nova*, 25/10/1930.

²⁵⁸ *A Tarde*, 25/10/1930.

²⁵⁹ *A Tarde*, 27e 28/10/1930, *Diário de Notícias*, 30/10/1930.

²⁶⁰ CARVALHO FILHO, A. *Um depoimento para a história*, p. 11; carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 31/10/1930. NARA. RG 84. *Era Nova*, 27/10/1930.

café e à opressão do regime decaído. Se William Seeds e John Bell não tivessem solicitado o Delhi para a capital baiana, é possível que essa destruição não ocorresse na Barcelona ou Moscou brasileira, como era conhecida Santos, por causa do radicalismo dos seu operariado.²⁶¹

No dia 24 em Salvador, a população notou que a situação era outra, até pela maneira como os aliancistas, a Igreja e o Exército, cientes dos riscos de reprodução do Quebra-Bondes, interferiram nos acontecimentos. Certamente, os populares, os opositoristas e ambas as instituições nacionais sabiam que os canhões do Delhi, dos Karlshue e, sobretudo, do Pensacola, poderiam se prestar a missão outra que não a simples recolhida dos estrangeiros ameaçados. Os próprios marujos desses cruzadores desembarcariam na cidade, em pequenos grupos, sem serem perturbados.²⁶² Segundo Léon Hippeau, “a presença das [embarcações] foi suficiente para refrear qualquer tentativa hostil em relação aos estrangeiros”.²⁶³ “Devo acrescentar que fui o principal responsável por reunir os cruzadores aqui”, informou Lawrence Briggs ao Department of State. “Com isso, agi com o maior cuidado, preferindo possível cuidado desnecessário que possível negligência”.²⁶⁴

O fato de a presença das embarcações repercutir na população igualmente transparece em relatório de John Bell. Este explicou que, no dia 21, junto com o capitão da embarcação britânica, palestrara, entre outros, com Frederico Costa, Pedro Gordilho, o comandante da Região Militar e Santa Cruz, os quais se mostraram ansiosos em saber quando o Delhi deixaria o porto. O cônsul relatou sensibilidade, da parte das autoridades legalistas, por não se sentirem capazes de manterem a ordem na cidade (com exceção de Santa Cruz, as demais exprimiram pouca confiança na vitória do governo federal). O papel que o cruzador britânico exercia na interpretação delas, entretanto, permanece uma incógnita. Estariam eles crendo que a embarcação constrangia à classe baixa a se manter em ordem ou excitava sua indignação nacionalista, comprometendo a segurança?²⁶⁵

Exatamente por terem noção de como se comportarem naquele momento, os que saíram às suas para celebrar a derrubada do presidente da República não atacaram à Circular ou os estrangeiros. Entretanto, deixaram claro sua esperança de que a revolução responderia aos anseios populares, em especial no que dizia respeito aos problemas urbanos, como os

²⁶¹ SILVA, F. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Edunicamp, 2003.

²⁶² Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 31/10/1930. NARA. RG 84.

²⁶³ Carta de León Hippeau ao Ministère des Affaires Étrangères, 4/11/1930. CADN. 57PO - 1 - 8.

²⁶⁴ Carta de Lawrence ao Department of Stante, 25/10/1930. NARA. RG 84.

²⁶⁵ Carta de de John Bell a William Seeds, 23/10/1930. TNA. FO 371-14202.

administrados pela General Electric. Durante as festas, seria apresentada uma petição que pedia ao governo revolucionário a encampação da Circular, assim como circularam panfletos declarando que o preço do bonde era de 100 réis e não mais os 200 réis estabelecidos pelo contrato de agosto de 1928. Durante os três dias, a população circulou nos bondes pagando a metade da tarifa ou simplesmente nada, o que os condutores e motoneiros, prudentemente, acataram.²⁶⁶ Os passageiros mais empolgados brandiam a sineta de parada gritando “Bonde de Tostão! Bonde de Tostão!” (tostão era 100 réis).²⁶⁷ Esse comportamento, significativamente, não seria publicado nos jornais que consultei sobre as celebrações. É importante destacar, para reforçar o senso político das multidões, que os empregados brasileiros da companhia, assim como os populares, não sofreram ameaças quando o regime caiu (nem mesmo no Quebra-Bondes).²⁶⁸ É o que mostra a presença de condutores e motoneiros nas imagens abaixo, que retratam uma multidão diante do palácio Rio Branco no dia 24. Percebe-se igualmente a presença de um menino, que podia ser um gazeteiro ou um queimadeiro.



48 e 49. Populares reúnem-se diante do palácio Rio Branco, sede do governo baiano, para comemorar o triunfo da revolução. Empregados da Circular e um menino aparecem entre a multidão. Salvador, 24 de outubro de 1930. Fonte: Tempostal.

Os populares igualmente celebraram sua hostilidade ao regime destituído, arrancando a placa da rua Miguel Calmon, uma maneira de demonstrar a capacidade da população de controlar ruas e praças, como ocorrera no Quebra-Bondes. O controle da cidade, de certa

²⁶⁶ Carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 24/10/1930. NARA. RG 84.

²⁶⁷ CARVALHO FILHO, A. *Um depoimento para a história*. Salvador: Edufba, 1968: p. 9.

²⁶⁸ SILVA, J. *Miguel Calmon sobrinho e sua época: 1912-1967*. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991, p. 39.

maneira, era um triunfo sobre a polícia, exatamente como ocorrera no sábado e no domingo. Esse triunfo é exaltado a seguir, nas estrofes cantadas pela população no dia 24. Nesse dia, a tropa estadual, de retorno do interior, reentraria na cidade para colaborar na manutenção da ordem, usando, no entanto, lenços rubros para não se criarem problemas.²⁶⁹ “Sexta”, “sábado” e “domingo” podiam ser uma referência aos dias 24, 25 e 26, quando ocorreram as celebrações. Por uma ironia do destino, entretanto, podiam igualmente referir-se aos primeiros sábado e domingo de outubro, quando ocorreram as depredações. Seja como for, essa ironia permite identificar nas linhas abaixo a associação estabelecida pelos soteropolitanos entre revolução e Quebra-Bondes.

É sexta e sábado
 Domingo é meu
 Cadê Predito?
 O gato comeu ²⁷⁰

O Quebra-Bondes pode não ter destituído o governo estadual nos primeiros dias da rebelião contra Washington Luiz, mas abalara os alicerces da ordem constituída em Salvador, pela desconfiança que semeou entre a população e as autoridades. Pressionou materialmente o esquema de segurança estabelecido contra os rebeldes, ao danificar a estrutura de transporte e comunicação, essencial para a restauração do cotidiano urbano. A petição sobre a encampação da Circular e o panfleto sobre a redação tarifária, de certa maneira, podia estar solicitando que a fosse recompensada, quem sabe por sua participação nos acontecimentos de 4 e 5, como ocorrera com os motorneiros e condutores da Pernambuco Tramway Light and Power. Do mesmo modo que escutaram os padres e aceitaram a entronização de Ataliba Osório, os populares aplaudiram ao menos o panfleto, ao se recusarem a pagar 200 réis para celebrar o triunfo rebelde, que, em certa medida, pertencia igualmente aos trabalhadores soteropolitanos. Entretanto, nas décadas seguintes, estes precisariam lidar com as forças da reação que, após impedirem uma reincidência do Quebra-Bondes, aproximaram-se rapidamente de Juarez Távora, interpondo-se entre o capitão e os populares. Mesmo pessimistas, o patronato

²⁶⁹ *Diário de Notícias*, 24/10/1930.

²⁷⁰ SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*. Salvador: 1930, p 32.

expressiu a John Bell a esperança pela presença, entre os rebeldes, de Artur Bernardes, que, durante seu quadriênio presidencial, impusera sucessivos estados de sítio ao país.²⁷¹

²⁷¹ Carta de John Bell a William Seeds, 23/10/1930. TNA. FO 371-14202.

Considerações Finais

O Quebra-Bondes representou uma reação popular a fenômenos que se constituíram em diferentes temporalidades. Salvador conhecia, desde muitas décadas, problemas urbanos, intensificados pelo crescimento demográfico e os desequilíbrios econômicos decorrentes da Grande Guerra. No período 1926-1930, esses problemas expuseram a Circular ao descontentamento da população comum, porque a companhia possuía encargos parciais ou completos em setores estratégicos. Era o caso da moradia, em particular a destinada aos segmentos mais empobrecidos, dada a percepção de que a expansão da rede e da frota carril permitiria que a cidade crescesse em áreas com maior disponibilidade de terrenos. Essa expansão poderia, segundo os jornais, amenizar a sujeição dos inquilinos aos abusos dos senhorios, assim como aos desconfortos e inseguranças dos casarões do centro histórico e dos barracões suburbanos. Cláusulas contratuais exigindo o calçamento dos carris criavam expectativa de que o bonde trouxesse calçamento para as ruas, melhorando a situação do saneamento urbano. Outra cláusula importante era que a atribuía à empresa a construção de um abatedouro do Retiro, sempre reclamado durante os polêmicos aumentos do preço da carne.

Os encargos da companhia eram completos no que dizia respeito ao transporte público, à eletricidade e ao telefone, objeto de constantes reclamações na imprensa. Sobrecarga, decadência e má-administração do tráfego nos trilhos urbanos e nos ascensores resultavam em desconforto, atraso e acidente, sem mencionar as tensões cotidianas em torno dos trocos e dos preconceitos entre passageiros e prepostos da companhia. Os problemas na eletricidade eram em grande parte explicados pela produção insuficiente da usina de Bananeiras, assim como o desgaste e a instalação errada de estruturas como postes, cabos e transformadores. O período em questão assistiu à constituição de um monopólio nos três setores, o qual, paralelamente, passou de um grupo brasileiro para outro estrangeiro, isto é, a General Electric. Esse processo aumentou a exposição da Circular à cólera dos soteropolitanos comuns.

O programa reformador de Francisco Souza e Vital Soares representou uma interferência política nesse cotidiano urbano. Seus impactos, ocorridos entre 1928 e 1930, mostraram a problemática relação entre a Circular e o Estado, empresários e políticos. O prefeito e o governador condicionaram a aumentos tarifários e tributários a concretização de reformas em parceria com a subsidiária da General Electric. Embora apenas parcialmente

entregues, as melhorias contribuíram para piorar outro problema estrutural do cotidiano urbano, a carestia. O problema era que a população não possuía os meios de arcar com os custos do chamado “progresso”, o qual para políticos e empresários era um excelente negócio.

Entre 1929 e 1930, emergiram as crises políticas e econômicas, fenômenos de curta duração, mas capazes de intensificar e moldar o descontentamento contra a Circular e o governo do PRB. Durante a rápida campanha da Aliança Liberal, a situação dos contratos públicos tornou-se tema especialmente explorado nos comícios e jornais, sendo retomada pelas oposições locais no desenrolar da sucessão no governo da Bahia. Essa situação era acompanhada dos impactos da Grande Depressão na cidade, em particular o desemprego e os despejos.

Esse encadeamento de fenômenos crônicos e conjunturais era tão dramático que, para compreender por que o Quebra-Bondes não ocorreu antes dos dias 4 e 5, é preciso perceber sua estreita relação com os acontecimentos desencadeados no Brasil a partir do dia anterior, isto é, a revolução. Os documentos permitem tratar apenas como hipótese a suspeita, nutrida por contemporâneos, de que os episódios de sábado e domingo desdobraram-se da conspiração na Bahia. Entretanto, correta ou não, essa suspeita, compartilhada por Madureira Pinho, neutralizou a força pública diante dos apedrejamentos, o que se mostrou fatal, ao permitir que um quebra-bondes assumisse a duração, a expansão e a potência de uma insurreição popular. Nas semanas subsequentes, a associação entre protesto e revolução continuou a insinuar-se no rastro de insegurança deixado pelo quebra-quebra, comprometendo a capacidade de as autoridades locais manterem-se firmemente no poder e, portanto, impedir a rebelião nacional de penetrar as fronteiras estaduais. Essa associação reapareceria na petição e nos panfletos anti-Circular que surgiram durante a comemoração pela queda do presidente da República, quando a população se recusou a pagar 200 réis pelo bonde. No dia 24, as ruas e praças consagraram certa concepção popular a respeito do caráter que o novo regime assumiria, em particular a crença de que a situação dos contratos públicos deste mereceria atenção. O Quebra-Bondes (o protesto e sua memória) foi uma maneira de a população atribuir, aos acontecimentos situados entre 3 e 24 de outubro, isto é, à revolução, um sentido enraizado nas questões sociais de Salvador, exprimindo expectativas a respeito do regime que emergiria dos escombros rescaldados da I República.

O Quebra-Bondes foi uma das formas assumidas pela emergência popular que acompanhou a revolução, fenômeno que não se restringiu a Salvador, Recife ou Santos. No

Distrito Federal, uma imagem recorrente era a de uma cidade elegante, que, nos dias imediatos à deposição de Washington Luís, compenetrava-se de que o exército gaúcho, que recebera como libertador, era seu conquistador. Os contemporâneos descreviam com minúcia a aparência das tropas irregulares saídas dos rincões do sul do país, seus cabelos, barbas, trajas e maneiras. “Têta e Zeca, quanta coisa tem acontecido depois da partida de vocês”, escreveram para Estela Calmon e Wanderley Pinho, filha e genro do ex-governador da Bahia, Góis Calmon. “Aqui no Rio, depois da chegada do Getúlio [...], tomou a cidade um aspecto de cidade ocupada [...]. Por todos os cantos são soldados armados de facão, de pistola, e cinturas cheias de cartucheiras. O efeito é mal e começa a irritar a população”. O remetente afastou o risco de populares destruírem a residência do casal, situada na avenida Pasteur: “a casa está em ordem, nada sofreu, nem foi visada”.¹ Três dias depois, relatou medo de um “golpe comunista”, acrescentando, porém, que “felizmente a gauchada que invadia o Rio metida em seus lenços vermelhos, bombachas, botas, esporas, cartucheiras cheias de revólveres, vai desaparecendo”. “Há quem diga que lá para a Zona do Mangue houve mortes de gaúchos que se foram meter com os fuzileiros navais”, acrescentou.²

O desdobramento e a memória do motim popular de Salvador podem ser objetos de uma história social da política, focada na revolução feita regime. O Quebra-Bondes entrou nas cogitações do embaixador dos Estados Unidos ao considerar as condições em que o país reconheceria diplomaticamente o Governo Provisório (1930-1934). Depois que os tenentes impediram J. J. Seabra de assumir a interventoria baiana, o cargo seria entregue a Leopoldo Amaral (1930-1931). Na ocasião, o engenheiro foi considerado por Lawrence Briggs o maior responsável pessoal pelo Quebra-Bondes, por ser o diretor de *O Jornal*, o líder na imprensa das críticas à subsidiária da General Electric.³

Um mês depois do triunfo da revolução, a gazeta aliancista prestou seu apoio alguns trabalhadores insatisfeitos com os salários que recebiam na Circular. Para mostrar a que situação a crise cambial e a exploração patronal lançaram os trabalhadores da General Electric, o periódico esclareceu que estes recebiam, por hora, apenas 700 réis, ou seja, sete centavos de dólares, ainda assim, sujeitos a multas. “Pobres trabalhadores que estão fazendo fortuna de estrangeiros; [pobres compatriotas] perseguidos por brasileiros tornados americanos”. Os operários, embora inquietos, procuraram a redação para declararem que, em

¹ Carta de Antônio a Estela Calmon e Wanderley Pinho, 5/11/1930. IHGB. CWP. DL 1498.06.

² Carta de Antônio a Estela Calmon e Vanderlei Pinho, 8/11/1930. DL 1497.26.

³ SANT’ANA, L. H. *Os olhares estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 85.

solidariedade a Leopoldo Amaral, não realizariam uma paralisação. É um sinal forte de que pretendiam aproximar-se do regime revolucionário para conseguir apoio em suas demandas trabalhistas. Operários da Este Brasileiro, estes pressionados pelos patrões, igualmente negaram insistentes rumores de que pretendiam suspender o tráfego na companhia francesa.⁴

No mês seguinte, dois empregados da Circular precisaram rebater a acusações, surgidas noutro diário, de serem comunistas e estarem preparando uma greve nos canteiros de Bananeiras. Trata-se, ao lado das suspeitas de participação dos trabalhadores da usina no Quebra-Bondes, de outro indício de intercâmbio entre os empregados da Circular no Recôncavo e em Salvador.⁵ Entretanto, o sindicado dos empregados da companhia, nos anos seguintes, tornar-se-ia importante núcleo na Bahia do Partido Comunista do Brasil (PCB). Quando Plínio Salgado, em 1935, programou um congresso integralista para Salvador, o gazeteiro que participara do Quebra-Bondes, Giocondo Dias, então membro do PCB, protestou. Ele declarou que “a generosa Bahia do 2 de Julho, da campanha abolicionista, do quebra-bondes de outubro de 1930 [...] repelirá a monstruosa provocação policial-imperialista”, isto é, a ocupação da cidade pelos militantes da Ação Integralista Brasileira.⁶ Uma das questões a serem exploradas pela história social da política é exatamente como a emergência popular exemplificada pelo Quebra-Bondes alinhou-se com as ideologias e partidos políticos que emergiram no pós-30.

Entre as primeiras realizações de Leopoldo Amaral, destacou-se a formação de uma comissão para estudar a situação dos contratos de transporte, energia e telefone, assim como a assinatura de um decreto reduzindo os aluguéis em Salvador. O cônsul acusaria o interventor de difundir boatos contra os Estados Unidos para pressionar a anulação dos contratos. “Tipos de barraqueiras baianas que nunca saíram à praça pública, a não ser para acompanhar procissão e para ir à Lapinha, ao Bonfim, ou para fazer Carnaval” participaram, em janeiro de 1931, de uma passada exigindo o respeito à baixa dos aluguéis por parte da companhia sublocatária de barracas no Mercado Modelo.⁷ Entretanto, não obstante o apoio

⁴ *O Jornal*, 25/11/1930, anexado à carta de Lawrence Briggs ao Department of State, 15/12/1930. NARA. RG 84.

⁵ *Diário de Notícias*, 13 e 16/1/1931.

⁶ *A Manhã*, 25/9/1930.

⁷ *Diário de Notícias*, 31/1/1931, citado em NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”, p. 594.

popular, Leopoldo Amaral perderia o cargo, pouco depois de uma reação dos senhores da cidade contra a baixa do aluguel, liderados pelas irmandades católicas.⁸

O engenheiro seria substituído por Artur Neiva (fevereiro-agosto de 1931), um médico eugenista, pertencente a uma família tradicional da Bahia, mas há muito radicado em São Paulo, de cujo progresso era um grande admirador. Seu amargo desprezo pelo suposto atraso do estado natal traduzia-se na concepção de que, neste, o papel da revolução era expandir as potencialidades agrícolas. Ele mesmo pensara, no início de 1930, em comprar para si a ilha de Cajaíba para implementar em segredo um tipo especial de capim. Exigia, entretanto, desconto, por saber que a família Catarino, proprietária da ilha, desinteressara-se da propriedade, em função de histórias de assombração relacionadas a antigos escravos.⁹ Artur Neiva, como interventor, conquistou as simpatias não só dos políticos decaídos em 1930, como das classes dominantes e do consulado dos Estados Unidos.

Entretanto, sua administração, em resposta à crise financeira, estabeleceu cortes orçamentos que geraram desemprego, arruinando sua popularidade em Salvador.¹⁰ Ele perderia o cargo em agosto de 1931, diante dos temores do comandante da Região Militar diante do que Lawrence Briggs chamou de “bicho papão”, isto é, a assombração de uma “horda” composta de “negros ignorantes”, “manipulados por certas pessoas objetivando influência”. Eram, segundo o cônsul, pessoas assoladas pela Grande Depressão, inclinadas a atribuírem seus problemas aos estrangeiros.¹¹ E as ironias não pararam por aí, pois a queda do mandatário ocorreu em circunstâncias semelhantes às do Quebra-Bondes, isto é, uma série de manifestações foram organizadas por lideranças populares oriundas da Aliança Liberal, em meio a rumores de que ocorreria uma quartelada no 19º BC. Juarez Távora seria então alertado por um correligionário da Bahia de que uma das razões para a deposição do interventor fora a insensibilidade deste em relação à situação dos contratos da Circular. Portanto, a deposição do impopular mandatário recolocou nas ruas uma coalização entre aliancistas, populares e tenentes, pouco antes do aniversário de um ano do Quebra-Bondes. “Deus que dê juízo a esta gente, senhora de nossa terra, por direito de assaltado”, clamou ao então ex-chanceler Otávio Mangabeira o padre Elpídio Tapiranga, o mesmo que participara do esforço da Igreja em obstar um Quebra-Bondes em 24 de outubro de 1930. “Andamos

⁸ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”, p. 594.

⁹ Carta de Artur Neiva a Bernardino Catarino, 27/2/1930. CPDOC. Artur Neiva. NA 29.02.09c.

¹⁰ NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”, p. 594.

¹¹ SANT’ANA, L. H. *Os olhares estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*, p. 92.

assustados e sem recurso de fuga, em plena estação de mau caráter, agravada pela ‘peste russa’, que nos traz aterrorizados”, concluiu.¹²

Depois da queda de Artur Neiva, Joaquim Monteiro e seus aliados conseguiram o que muito almejavam, isto é, entregar a condução do estado a um militar, Juraci Magalhães (1931-1935), que comandara a segurança em Salvador logo após o 24 de outubro. O cargo de prefeito permaneceu com Pimenta da Cunha, o que foi solicitado pelas manifestações que pediram a renúncia de Artur Neiva. Desde sua posse, o popular intendente manifestou seu descontentamento em relação aos contratos da Circular. O conflito entre a prefeitura e a companhia desdobrar-se-ia nos anos seguintes, ganhando repercussão nacional. Entretanto, como Artur Neiva, Pimenta da Cunha era percebido como um aliado pela oposição destronada em 1930, o que se acentuou no contexto da guerra civil em São Paulo de 1932. Ele entraria, assim, em rota de colisão com Juraci Magalhães, então interessado em assegurar para si o cargo de governador constitucional. “Situação delicada para o prefeito”, explicou a Otávio Mangabeira seu cunhado, em maio de 1932. “O interventor (a gente sente) dá força à Circular”, continuou. “Os homens de negócio, os do comércio acham desarrazoadas as exigências do prefeito, pois [este] devia levar em conta, além da crise, os prejuízos que a Circular teve em outubro de 30”. O Quebra-Bondes (seus desdobramentos e memória) continuava não apenas a repercutir na política estadual, como a cindir a sociedade baiana. “O Zé Povinho, os proprietários de auto-ônibus (aqui chamados de marinetes), os choferes de praça, estão com o prefeito”, acrescentou o remetente.¹³

O Quebra-Bondes, na década de 30, permanece objeto digno de uma história social da política interessada em considerar a atuação popular na política revolucionária. O que está em questão não é apenas a insatisfação dos soteropolitanos contra a Circular, mas a concepção de que o processo revolucionário abria a possibilidade de uma política mais sensível aos problemas sociais em geral, particularmente o emprego, habitação, saneamento, abastecimento, mobilidade, energia e comunicação.

¹² NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30”, p. 594.

¹³ Carta de Eivaldo Pinho a Otávio Mangabeira. Publicada em SAMPAIO, C. (org.). *Octávio Mangabeira. Cartas do 1º exílio (1930-1934)*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. p. 341.

Bibliografia

- ABREU, M.; GOMES, A. “A nova ‘Velha’ República”. *Tempo*, nº 26, vol. 13. 2009.
- ALMEIDA, F. “*As últimas depredações do último dia 4 de outubro*”: o quebra-Bondes e outras questões referentes ao transporte coletivo em Salvador. Salvador: Ufba (História, trabalho de conclusão de curso), 2017.
- ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: memória, história, e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ARAÚJO, C. B. *Marmiteiros, agitadores e subversivos*. Campinas: Unicamp (História, tese de doutorado), 2013
- BAK, J. “Labor, Community, and the Making of a Cross-Class Alliance in Brazil”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 78, nº 2 (maio de 1998).
- ALBUQUERQUE, W. *Algazarra nas ruas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- ALBUQUERQUE, W. *O jogo da Dissimulação*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ALBUQUERQUE, W. O que pode haver de comum entre navalhistas, capangas e secretas? In CASTILHO, C. et. alii. (org.). *Tornando-se livre. Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: Edusp, 2015.
- AMADO, J. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, C. B. *Marmiteiros, agitadores e subversivos*. Campinas: Unicamp (História, tese de doutorado), 2013.
- BANDEIRA, M. *Crônicas da Província do Brasil*. Organização, posfácio e notas: Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- BARROS, F. *À margem da história da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado: 1934.
- BATISTA, E. *A Bahia para os baianos: acomodação e reação política ao governo de Getúlio Vargas (1930-1937)*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2018
- BATISTA, R. “Nós não compreendemos exatamente o que ela quis dizer com ‘vômito negro’”: Fundação Rockefeller, ciência e a epidemia de febre amarela de 1926. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 713-739, set./dez. 2021.
- BELENS, A. *Modernidade sem rosto: Salvador e a telefonia (1881-1924)*. Simões Filho: Kalango, 2010.
- BRITO, J. *Um Ás na Mesa do Jogo: a Bahia na História Política da I República (1920-1926)*. Salvador: Edufba, 2019.

- CAFÉ, L. *Dos simpaticíssimos aos incivilizados. A formação do cenário futebolístico na cidade de Salvador (1895-1918)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2013.
- CALMON, P. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CAMARGO, A. “Revolução das elites”. In sem autor definido (org.). *A Revolução de 30*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CARVALHO, P. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2015.
- CASTELLUCCI, A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004.
- CASTELLUCCI, A. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. 32 (64), dez 2012.
- CASTELLUCCI, A. *Trabalhadores e política no Brasil*. Salvador: Eduneb, 2015
- CODATO, A. “A transformação do universo das elites no Brasil do pós-1930”. In HEINZ, F. M. (org). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- CUNHA, J. *O fazer político da Bahia, 1904-1930*. Salvador: Ufba (História, tese de doutorado), 2011
- DANTAS, C. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da república. *Afro-Ásia*, 41, 2010, p. 169, 186 e 204.
- FALCÃO, J. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FANAIA, J. A. *Elites políticas de Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2010.
- FARIA, S. C. Açucarocracia. In VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FERREIRA, M. M. *Em Busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 1994.
- FRAGA, V. *Encruzilhadas da Liberdade*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- FREITAS, A. C. *Alcance e Limites do Movimento Tenentista na Bahia*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2010.
- FRENCH, J. *O ABC dos operários*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- GOMES, A. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”. In FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, v. 10, 1981.
- GOMES, A. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

- GOMES, A. “Prefácio”. In VISCARDI, C. R.; ALENCAR, J. A. *A República Revisitada*. Porto Alegre, EDIPUCRS. E-book: 2016.
- GUIMARÃES, A. S. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestado), 1982.
- HOLLANDA, C. B. *Modos da Representação Política*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.
- LANDES, R. *A Cidade das Mulheres*. São Paulo: Editora da UFRJ, 2002.
- LEAL, G. *Perfis Urbanos da Bahia: os bondes, a demolição da Sé, o futebol e os galegos*. Salvador: Santa Helena, 2002.
- LEITE, R. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana*. Salvador, 1912-1916. Salvador: Ufba (História, dissertação de Mestrado), 1996
- LEITE, R. *A Rainha Destronada*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2012.
- LIMA, V. (coord.). *Getúlio. Uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986.
- LOVE, J.; BARICKMAN, B. Rulers and Owners: A Brazilian Case Study in Comparative Perspective. *Hispanic American Historical Review*. 66, 4, 1986,
- LOPES, R. *Um vice-reinado na república do pós-30*. Rio de Janeiro: FGV (História, tese de Doutorado), 2014.
- LUHNING, A. “Acabe com esse santo, Pedro vem aí...”. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé abaiano entre 1920 e 1942. *Povo Negro*, n. 28 (1996).
- MAC CORD, M. *Artífices da cidadania*. Campinas, Editora da Unicamp: 2012.
- MAGALHÃES, J. *et alii. Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1982.
- MARTINS, L. “A Revolução de 1930 e seu significado político”. In sem autor definido (org.). *A Revolução de 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MONTEIRO, J. A Revolução de 30 na Bahia. In SILVA, J. (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia (documentos e estudos)*. Salvador: Edufba, 1980.
- NEGRO, A. L. No Caminho da Areia: Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). *Tempo* [online]. 2012, vol.18, n.33.
- NEGRO, A. “Política de acomodação. Lendo e relendo *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, de Consuelo Sampaio. *Politeia: História e Sociedade*. V. 19, n. 1 (2020).

- SANTOS, M. *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major: a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2015
- NEGRO, A. No Caminho da Areia. *Tempo*, vol 16: 2012.
- NEGRO, A.; BRITO, J. “Mãe parálitica no teatro das oligarquias?” *Varia História*, vol. 29, nº 51, set-dez. Belo Horizonte: 2013.
- NEGRO, A.; BRITO, J. “Insurgentes incendeiam a Cidade da Bahia. O Quebra-Bondes e a Revolução de 30. *Estudos Históricos*. 33 (71). Set-Dez 2020.
- OLIVEIRA, J. P. *Pelas ruas da Bahia*. Salvador: Ufba, (História, dissertação de mestrado), 2004.
- PANG, E-S. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA, L. “A dança da política”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 74, 2017.
- PERES, F. *Memória da Sé*. Salvador: Editora Corrupio, 2009.
- PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Salvador: Cia Editora Nacional, 1945.
- PINHEIRO, E. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: Edufba, 2011.
- PINHO, D. M. *Carrossel da Vida*. J. Olympio: Rio de Janeiro, 1974.
- RAILLARD, A. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1992
- REBOUÇAS, D; OBERLAENDER, F.; FARIAS, J. *A Cidade da Bahia e a Eletricidade: uma abordagem política, econômica, humana e cultural, do séc. XIX ao XXI*. Salvador: Caramurê, 2022.
- REBOUÇAS, D. *Salvador: uma iconografia através dos séculos*. Salvador: EPP, 2015.
- RICCI, P. e ZULINI, J. “Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral”. *Dados*, Vol. 57, nº 2, 2014.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007
- ROMO, A. *Brazil's living museum: race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.
- ROSAS, S. C. Eleições, cidadania e cultura política no Segundo Reinado. *Revista Clio*, Recife, v. 20, 2004.

- ROSSI, L. G. *O intelectual “feiticeiro”: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SAES, A. *Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: Edusc, 2010.
- SAMPAIO, C. (org.). *Octávio Mangabeira. Cartas do 1º exílio (1930-1934)*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2010. SAMPAIO, C. N. *Poder & Representação*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.
- SAMPAIO, C. N. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Salvador: Edufba, 1998.
- SAMPAIO, C. *Movimentos Sociais na Bahia de 1930: Condições de Vida do Operariado*. *Universitas*, (29): jan/abr, 1982.
- SAMPAIO, C. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Odebrecht: Rio de Janeiro, 2005.
- SANT’ANA, L. H. *Os olhares estadunidenses sobre o Brasil em tempo de revolução (1930-1932)*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2010.
- SANTOS, M. *A República do povo*. Salvador: Edufba, 2001.
- SANTOS, M. *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major: a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*. Salvador: Ufba (História, dissertação de mestrado), 2015.
- SANTOS, T. *Factos e anedoctas da Revolução (na Bahia)*. Salvador: 1930, p.14.
- SARMENTO, S. N. *A Raposa e a Águia*. Salvador: Edufba, 2011.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SILVA, F. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Edunicamp, 2003.
- SILVA, J. *Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967*. Rio de Janeiro: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1991.
- SILVA, P. *Âncoras da Tradição*. Salvador: Edufba, 2000.
- SILVA, J. *Juarez Távora na Bahia*. Salvador: Edufba, 1969.
- SILVA, T.; SILVA, E. “Eleições no Brasil antes da democracia. *Revista de Sociologia e política*. Curitiba, vol. 35, nº 50. 2015.
- SOUZA, F. *Nas ruas: abolicionismo, republicanismo e movimento operário no Recife*. Salvador: Edufba, 2001.

TAVARES, L. *História da Bahia*. Salvador, Edufba; São Paulo, Ed. da Unesp: 2008.

VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias*. Belo Horizonte, Com Arte, 2001.

VISCARDI, C. “Federalismo oligárquico com sotaque mineiro”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. 42, nº 1, jan-jun, 2006.

VISCARDI, C.; ALENCAR, J. A. *A República Revisitada*. Porto Alegre, EDIPUCRS. E-book: 2016.

Arquivos e Coleções

Salvador

Arquivo Histórico Municipal de Salvador

Fotografia

Arquivo Público do Estado da Bahia

Arquivos Privados

Judiciário

Secretaria de Segurança Pública

Biblioteca Público da Bahia

Setor de Periódicos Raros

Centro de Memória da Bahia

Arquivo Otávio Mangabeira

Centro de Documentação da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Biblioteca

Londres

The National Archives

Foreign Office

Brazil

Nantes

Centre des Archives Diplomatiques de Nantes

Brésil

Paris

Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères

Brésil

Rio de Janeiro

Arquivo Nacional

FBPF

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Fundo Wanderley Pinho

Memorial da Eletricidade

Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras

Museu Histórico Nacional

Fundo Wanderley Pinho

Coleção Góis Calmon

São Paulo

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Coleção Washington Luís

Washington D. C.

National Archives and Record Administration

Department of State

Brazil

Sítios Eletrônicos

Adam Matthew Platform

<https://www.amdigital.co.uk/>

Arquivo Público Mineiro

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea

<https://cpdoc.fgv.br/>

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

<http://bndigital.bn.gov.br>

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

<https://www.ighb.org.br/>

Internet Archive

<https://archive.org/>

Smithonian

<https://www.si.edu/>

Periódicos Consultados

Cachoeira

A Ordem

Maranhão

Diário de S. Luiz

Porto Alegre

A Federação

Recife

Jornal de Recife

Rio de Janeiro

A Batalha; A Esquerda; A Manhã; A Noite; A Razão; Correio da Manhã; Diário Carioca; Gazeta de Notícias; O Combate; O Jornal

Salvador

A Capital; A Tarde; Correio do Povo; Diário da Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia; Diário da Bahia; Diário de Notícias; Diário Oficial do Estado da Bahia; Era Nova; O Democrata; O Jornal; O Imparcial

São Paulo

Diário Nacional

Fontes Primárias Impressas

BAHIA. *Contrato entre o município de Salvador e a Circular para o serviço de viação de 30 de agosto de 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

BAHIA. *Lei 2.104 de 25/7/1928. Regula a exploração industrial da energia hidroelétrica*. Bahia: Universal, 1929.

SALVADOR. *Regulamento relativo às empresas de carris urbanos da capital do estado da Bahia*. Salvador: Universal, 1926.

SEM AUTOR. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ), 1919.

SOARES, V. *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa em 7 de abril de 1928*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

SOARES, V. *Plataforma do candidato do Partido Republicano da Bahia ao Governo do Estado*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1927.

SODRÉ, M. *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica: estudo comparativo*. Salvador: Ribeiro Gouveia, 1907.